

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JANETE PROBST MUNHOZ

**ANÁLISE DOS DETERMINANTES DA POBREZA PARA OS TERRITÓRIOS
PARANAENSES: UMA PROSPECÇÃO PARA ESTIMAÇÃO DO ÍNDICE
CAUSAL DA POBREZA**

**CURITIBA
2009**

JANETE PROBST MUNHOZ

**ANÁLISE DOS DETERMINANTES DA POBREZA PARA OS TERRITÓRIOS
PARANAENSES: UMA PROSPECÇÃO PARA ESTIMAÇÃO DO ÍNDICE
CAUSAL DA POBREZA**

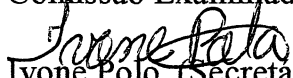
**Dissertação apresentada ao curso de pos-graduação em
Desenvolvimento Econômico, Setor de Economia da
Universidade Federal do Paraná como parte das
exigências para obtenção do título de Mestre em
Economia.**

Orientador Prof Dr Cassio F C Rohm

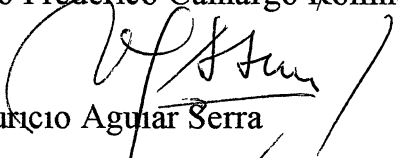
**CURITIBA
2009**

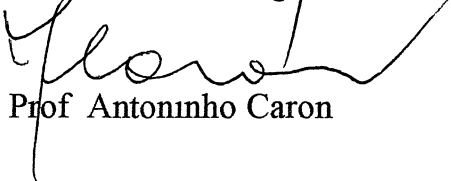


151 Ata da sessão pública da arguição da Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Econômico Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e nove, as 14 30 horas, na sala 28 do Departamento de Economia do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, Campus III - Jardim Botânico, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores **Cássio Frederico Camargo Rolim** (Presidente) **Mauricio Aguiar Serra** e **Antoninho Caron**, designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, para arguição da Dissertação de Mestrado apresentada pela candidata **Janete Probst Munhoz**, intitulada "Análise dos determinantes da pobreza para os territórios paranaenses: Uma prospecção para estimação do índice casual da pobreza". A sessão teve início com a exposição oral da Mestranda sobre o estudo desenvolvido, tendo o Professor **Cassio Frederico Camargo Rolim** na Presidência dos trabalhos, concedido a palavra, a cada um dos Examinadores, para realização de suas respectivas arguições. A seguir, o Mestrando apresentou sua defesa. Na sequência, o Professor Presidente retomou a palavra para as considerações finais. Em seguida, reunida sigilosamente, a Banca Examinadora decidiu-se pela **aprovação** da candidata. Em seguida, o Senhor Presidente declarou aprovada a Mestranda **Janete Probst Munhoz**, que recebeu o título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, área de concentração **Políticas de Desenvolvimento**. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão da qual eu, Ivone Polo, secretária, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pela Comissão Examinadora Curitiba, 27 de março de 2009

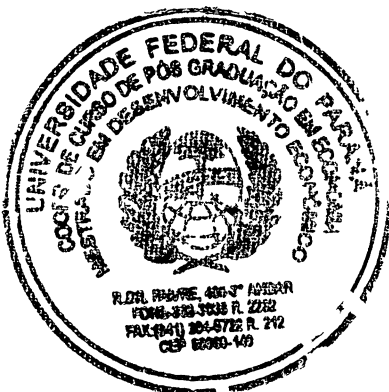

Ivone Polo (Secretária)


Prof Cássio Frederico Camargo Rolim (Presidente)


Prof Mauricio Aguiar Serra


Prof Antoninho Caron

CONFERE COM O ORIGINAL
DATA 21.05.09
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CMDE - COORDENADORIA DO CURSO DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



TERMO DE APROVAÇÃO

JANETE PROBST MUNHOZ

ANÁLISE DOS DETERMINANTES DA POBREZA PARA OS TERRITÓRIOS PARANAENSES: UMA PROSPECÇÃO PARA ESTIMAÇÃO DO ÍNDICE CAUSAL DA POBREZA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Economia da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca Examinadora

Orientador Prof Dr Cássio Frederico Camargo Rolim
 Depto de Economia, UFPR

 Prof Dr Mauricio Aguiar Serra
 Depto de Economia, UFPR

 Prof Dr Antoninho Caron
 Depto de Economia, FAE

Curitiba, 27 de Março de 2009

A meu esposo Jefferson, pelo amor, dedicação e compreensão às minhas ausências durante o período de estudo. Companheiro de todos os momentos, pessoa da qual me orgulho de partilhar uma vida conjugal.

Aos meus pais Pedro e Elza, pela educação e amor, além do incentivo e motivação permanente para que eu alcançasse este título.

As tias Lenita e Estela e a minha sogra Irizeia, pela dedicação, carinho e compreensão neste período, além do apoio material e espiritual.

As minhas irmãs, pelo apoio e incentivo constante, de modo especial a Patrícia e Roseli.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas, pela compreensão a minha ausência em datas importantes.

Ao meu irmão Pedro, (*in memoriam*) “saudades”

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela bênção da vida que me destes neste último ano para encerrar esta jornada

Ao professor Cassio Rolim, pela orientação, apoio, incentivo, paciência, benevolência e principalmente pela confiança Pessoa essa que demonstrou um elevado nível de profissionalismo e um ser humano que valor monetário algum pode mensurar, já que foi abençoado por Deus com a intelectualidade e humildade Obrigada, Professor, por me fazer continuar a acreditar que podemos fazer a diferença

A professora Luci Nichay, pelo apoio incondicional em ajudar-me no suporte técnico de processamento do modelo econométrico, bem como pela amizade

A professora Raquel Rauen, pelo incentivo e informação sobre o processo de seleção

A professora Neonila Demczuk Gomes, pelo apoio à estrutura ortográfica do trabalho e ao professor Luigi Chiaro pelo apoio a correção metodológica

Ao professor Mauricio Serra e a professora Janete Lopes, pelo profissionalismo que demonstraram frente à coordenação e a paciência do professor Serra, em ouvir-me nos momentos difíceis

Aos professores do programa do Minter, os quais possibilitaram a ampliação do conhecimento

À funcionaria Ivone, pela presteza que dispendeu para com os mestrandos do programa

As tias Lenita e Estela, pelas inúmeras pesquisas teóricas para revisão bibliográfica deste trabalho

A minha mãe Elza e minha sogra Irizeia, pela ajuda na pesquisa de campo

Aos meus colegas de mestrado, pelo convívio e apoio

A minha família, pela compreensão e apoio incondicional, de modo especial ao meu esposo Jefferson

A todos aqueles que, diretamente ou indiretamente, participaram deste processo e que, por ventura não tenha citado, fica aqui o meu muito obrigada

"A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo " (Nelson Mandela)

RESUMO

A pobreza é um fenômeno complexo, o que atenua as discussões quanto a sua conceituação e mensuração, já que ambas delimitam a sua identificação e direcionam as políticas públicas para sua erradicação. As metodologias existentes, algumas vezes se congregantes, outras divergentes, dificultam a análise sobre qual metodologia utilizar como parâmetro, fator esse que pode ser visualizado no objeto, o Estado do Paraná, o qual possui subdivisões territoriais, sobre os quais se codifica uma medida de pobreza, onde ora se assemelham, ora se divergem. Assim, o presente estudo é estimulado a análise do lapso causal da pobreza, já que causa e consequência não são diferenciadas pelos agentes municipais, sendo na maioria das vezes confundidas sob a mesma interpretação.

Palavras-chaves: pobreza, subdivisão territorial, mensuração

ABSTRAT

Poverty is a complex phenomenon, which reduces the discussions regarding its conceptualization and measurement, as both delimit its identification and public policies directed to its eradication. Existing methodologies, sometimes it congregants, other differences, complicate the analysis on which methodology to use as a parameter, a factor that can be viewed in the object, the State of Paraná, which has territorial subdivisions, which are on an average coding of poverty, which now are similar, if sometimes differ. Thus, this study is encouraged to causal analysis of error of poverty, as cause and consequence are not differentiated by municipal officials, and most often confused under the same interpretation.

Keywords poverty, territorial subdivision, measurement

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	TEIA DA POBREZA	29
FIGURA 2 -	DIMENSÕES DO GDI	52
FIGURA 3 -	DIMENSÕES DO IDS	54
FIGURA 4 -	MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL – INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)	75
FIGURA 5 -	MESORREGIÃO CENTRO ORIENTAL – INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)	76
FIGURA 6 -	MESORREGIÃO CENTRO SUL – INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)	77
FIGURA 7 -	MESORREGIÃO METROPOLITANA – INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)	78
FIGURA 8 -	MESORREGIÃO NOROESTE INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)	79
FIGURA 9 -	MESORREGIÃO NORTE-CENTRAL -LONDRINA- INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)	80
FIGURA 10 -	MESORREGIÃO NORTE-CENTRAL –MARINGA - INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)	81
FIGURA 11 -	MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO- INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)	82
FIGURA 12 -	MESORREGIÃO OESTE - INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)	83
FIGURA 13 -	MESORREGIÃO SUDESTE- NTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)	84
FIGURA 14 -	MESORREGIÃO SUDESTE- INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)	85
FIGURA 15 -	FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA TERRITORIOS DA CIDADANIA	110
FIGURA 16 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE PITANGA DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	140
FIGURA 17 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE TURVO DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	141
FIGURA 18 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE GUARAPUAVA DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	143
FIGURA 19 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE GOIOXIM DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	144
FIGURA 20 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE RESERVA DO IGUAÇU DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	145
FIGURA 21 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE VIRMOND DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	146

FIGURA 22 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE CANTAGALO DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	147
FIGURA 23 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE NOVA LARANJEIRAS DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	148
FIGURA 24 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE FOZ DO JORDÃO DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	149
FIGURA 25 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE CAMPINA DO SIMÃO DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	150
FIGURA 26 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE PRUDENTOPOLIS DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	151
FIGURA 27 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE LARANJAL DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	152
FIGURA 28 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE CANDOI DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	153
FIGURA 29 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	154
FIGURA 30 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE PINHÃO DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	155
FIGURA 31 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE IRATI DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	156
FIGURA 32 -	POBREZA DO MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	157
FIGURA 33 -	QUADRO RESUMO DA POBREZA DOS MUNICIPIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLITICAS PUBLICAS)	159

LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO 1 -	COEFICIENTE DE ENGEL A SER ADOTADO PARA OBTER UMA LP	42
GRAFICO 2 -	% DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA DOS DOMICILIOS URBANOS E RURAIS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE POBRES DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS(2000)	106
GRAFICO 3 -	POBREZA SOB A METODOLOGIA DO BOLSA FAMILIA (2000)	130
GRAFICO 4 -	EVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA	131
GRAFICO 5 -	PERCENTUAL DE POBREZA DO ESTADO DO PARANA SOB DIFERENTES INSTITUTOS (2000)	134
GRAFICO 6 -	NUMERO DE FAMILIAS E NUMERO DE PESSOAS POBRES	

	NOS MUNICIPIOS	136
GRAFICO 7 -	CORRELAÇÃO DA RENDA VERSUS POBREZA	169
GRAFICO 8 -	CORRELAÇÃO EMPREGO VERSUS LINHA DE POBREZA	175
GRAFICO 9 -	MUNICIPIOS COM OS PIORES INDICES DE ICPP	179
GRAFICO 10 -	MUNICIPIOS COM INDICES REGULARES DE ICPP	180
GRAFICO 11 -	MEDIA E EXPLICABILIDADE DA POBREZA DO IPHM VERSUS IFDM	182
GRAFICO 12 -	MEDIA E EXPLICABILIDADE DA POBREZA SOB A SSUBDIVISÕES TERRITORIAIS	182

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 -	% DE POBRES NO ESTADO DO PARANA (2000)	70
MAPA 2 -	% DE INDIGENTES NO ESTADO DO PARANA (2000)	71
MAPA 3 -	FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA NO PARANA (2000)	73
MAPA 4 -	PROPORÇÃO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA NO PARANA (2000)	74
MAPA 5 -	60 TERRITORIOS CONTEMPLADOS PELO PROGRAMA TERRITORIOS DA CIDADANIA	110
MAPA 6 -	TERRITORIOS PRIORIZADOS NO PROJETO INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL- CONFIGURAÇÃO ATUAL	111
MAPA 7 -	TERRITORIO PARANA CENTRO	112
MAPA 8 -	TERRITORIO CAMINHOS DE TIBAGI	114
MAPA 9 -	TERRITORIO CENTRO SUL	116
MAPA 10 -	TERRITORIO NORTE PIONEIRO	118
MAPA 11 -	TERRITORIO DA UNIÃO DA VITORIA	120
MAPA 12 -	TERRITORIO DO VALE DO IVAI	122
MAPA 13 -	TERRITORIO DO VALE DA RIBEIRA	124
MAPA 14 -	TERRITORIO DA CANTUQUIRIGUAÇU	126

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	CARACTERISTICA DA CONCEPÇÃO DA POBREZA	33
QUADRO 2 -	LINHAS DE POBREZA SOB A CONCEPÇÃO DE ANALISE DE VARIOS AUTORES	37
QUADRO 3 -	RELATORIO EVIEWS PARA AS MESORREGIÕES CENTRO SUL E OESTE (2000)	165
QUADRO 4 -	RELATORIO EVIEWS PARA A ASSOCIAÇÃO CANTUQUIRIGUAÇU PARA OS SUBINDICES DO IDHM (2000)	166
QUADRO 5 -	RELATORIO EVIEWS PARA A ASSOCIAÇÃO CANTUQUIRIGUAÇU PARA O IPHM E IFDM(2000)	170
QUADRO 6 -	RELATORIO EVIEWS PARA OS SUBINDICADORES IPHM PARA OS MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA (2000)	172
QUADRO 7 -	RELATORIO EVIEWS PARA OS SUBINDICADORES DO IFDM PARA OS MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA (2000)	174

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	COEFICIENTE DE ENGEL VERIFICADO	42
TABELA 2 -	NUMERO E DISTRIBUIÇÃO DE FAMILIAS E PESSOAS POBRES SEGUNDO SITUAÇÃO DOMICILIAR - PARANA-(2000)	72
TABELA 3 -	POBREZA PARANAENSE SOB ANALISE MESORREGIONAL COM BASE NO PNUD (2000)	86
TABELA 4 -	POBREZA PARANAENSE SOB ANALISE MESORREGIONAL DO IPARDES COM BASE NAS LPS REGIONAIS (2000)	87
TABELA 5 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO LITORAL DO PARANA (2000)	88
TABELA 6 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA AMOSSEC (2000)	89
TABELA 7 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA AMSULEP (2000)	90
TABELA 8 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA AMCG (2000)	90
TABELA 9 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA AMUNORPI (2000)	91
TABELA 10 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA AMUNOP (2000)	92
TABELA 11 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA AMEPAR (2000)	93
TABELA 12 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA AMUVI (2000)	94
TABELA 13 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA AMUSEP (2000)	95
TABELA 14 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA AMUNPAR (2000)	96
TABELA 15 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA AMERIOS (2000)	97

TABELA 16 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA COMCAM (2000)	98
TABELA 17 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA AMOP (2000)	99
TABELA 18 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA AMSULPAR (2000)	100
TABELA 19 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA AMSOP (2000)	101
TABELA 20 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA AMSESPAR (2000)	102
TABELA 21 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA AMOCENTRO (2000)	103
TABELA 22 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NUMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICIPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA CANTUQUIRIGUAÇU (2000)	104
TABELA 23 -	INCIDÊNCIA DE POBREZA NAS ASSOCIAÇÕES DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA (2000)	105
TABELA 24 -	POSICIONAMENTO DOS MUNICIPIOS DO TERRITORIO PARANA CENTRO, EM RELAÇÃO A MEDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS (2000)	113
TABELA 25 -	POSICIONAMENTO DOS MUNICIPIOS DO TERRITORIO CAMINHOS DE TIBAGI, EM RELAÇÃO A MEDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS (2000)	115
TABELA 26 -	POSICIONAMENTO DOS MUNICIPIOS DO TERRITORIO CENTRO SUL EM RELAÇÃO A MEDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS (2000)	117
TABELA 27 -	POSICIONAMENTO DOS MUNICIPIOS DO TERRITORIO NORTE PIONEIRO, EM RELAÇÃO A MEDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS (2000)	119
TABELA 28 -	POSICIONAMENTO DOS MUNICIPIOS DO TERRITORIO UNIÃO DA VITORIA EM RELAÇÃO A MEDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS (2000)	121
TABELA 29 -	POSICIONAMENTO DOS MUNICIPIOS DO TERRITORIO VALE DO IVAI EM RELAÇÃO A MEDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS (2000)	123
TABELA 30 -	POSICIONAMENTO DOS MUNICIPIOS DO TERRITORIO VALE DA RIBEIRA EM RELAÇÃO A MEDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS (2000)	125
TABELA 31 -	POSICIONAMENTO DOS MUNICIPIOS DO TERRITORIO CANTUQUIRIGUAÇU EM RELAÇÃO A MEDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS(2000)	127

TABELA 32 - POBREZA VERSUS DENSIDADE POPULACIONAL DOS MUNICIPIOS ENTREVISTADOS	137
TABELA 33 - CRITERIOS DE MESNURAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO DA POBREZA NOS MUNICIPIOS	138

LISTA DE SIGLAS

AMCESPAR - Associação dos Municípios do Centro Sul do Parana
AMCG - Associação dos Municípios dos Campos Gerais
AMEPAR - Associação dos Municípios do Médio Paranapanema
AMERIOS- Associação dos Municípios da Região de Entre Rios
AMLIPA- Associação dos Municípios do Litoral do Parana
AMOCENTRO- Associação dos Municípios do Centro do Parana
AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Parana
AMSOP- Associação dos Municípios do Sudoeste do Parana
AMSULEP- Associação dos Municípios do Sudeste do Parana
AMSULPAR - Associação dos Municípios Do Sul do Parana
AMUNOP- Associação dos Municípios do Norte do Parana
AMUNORPI- Associação dos Municípios do Norte Pioneiro
AMUNPAR- Associação dos Municípios do Noroeste do Parana
AMUSEP - Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense
AMUVI - Associação dos Municípios do Vale do Ivaí
ASSOMECA - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba
BF - Bolsa Família
CANTUQUIRIGUAÇU - Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu
COMCAM - Associação dos Municípios da Região de Campo Mourão
ENDEF - Estudo Nacional da Despesa Familiar
FGV - Fundação Getúlio Vargas
GDI - Índice de desenvolvimento relacionado ao sexo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV - Índice de condição de vida
IDF - Índice de Desenvolvimento família
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de desenvolvimento humano municipal
IDS - Índice de desenvolvimento ajustado ao sexo
IES - Índice de Exclusão Social
IGP-DI Índice geral de preço
IGPM Índice geral de preço médio
INPC - índice nacional de preço ao consumidor
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPH - Índice de pobreza humana
IPH-2 - Índice de pobreza humana para países industrializados
IPHM - Índice de pobreza humana Municipal
LI - Linha de Indigência
LP - Linha de Pobreza
ORBIS - Observatório Regional
PBF - Programa Bolsa Família
PNUD - Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento
POF - Pesquisa de Orçamento Familiar

LISTA DE ABREVIATURAS

CV	coeficiente de variação
M	media
C	correlação
PI	parâmetro de influência
MY	media da renda

LISTA DE SÍMBOLOS

R^2	coeficiente de determinação
-------	-----------------------------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 POBREZA	22
1 1 CONCEITO DE POBREZA	22
1 1 1 Variabilidade conceitual de pobreza	23
1 2 IDENTIFICAÇÃO DA POBREZA	28
1 2 1 Identificação pelo método direto e pelo método de rendimento	28
1 2 2 Pobreza subjetiva e pobreza objetiva	28
1 2 3 Pobreza absoluta versus relativa	30
1 2 4 Pobreza crônica e pobreza transiente	31
1 3 MENSURAÇÃO DE POBREZA	32
1 3 1 Medida unidimensional de pobreza	34
1 3 1 1 Linhas de pobreza e linhas de indigência	34
1 3 1 2 Linha de pobreza a partir das chamadas linhas arbitrárias	36
1 3 1 3 Linha de pobreza a partir do consumo	38
1 3 1 3 1 Determinação das necessidades nutricionais	39
1 3 1 3 2 Determinação da cesta alimentar	40
1 3 1 3 3 A estimação do consumo não alimentar	41
1 3 1 4 Atualizações das LP e LI	43
1 3 2 Medidas de agregação	43
1 3 2 1 Incidência de pobreza	44
1 3 2 2 Profundidade de pobreza	44
1 3 2 3 Severidade de pobreza	44
1 3 3 Medidas multidimensionais de pobreza	45
1 3 3 1 Indicadores sintéticos multidimensionais	45
1 3 3 1 1 Índice de desenvolvimento humano	46
1 3 3 1 2 Índice de desenvolvimento humano municipal	48
1 3 3 1 3 Índice de pobreza humana	49
1 3 3 1 4 Índice de pobreza humana – IPH-2 para países industrializados	50
1 3 3 1 5 Índice de pobreza humana municipal – IPHM	51
1 3 3 1 6 Índice de desenvolvimento relacionado ao sexo (GDI)	52
1 3 3 1 7 Índice de exclusão social	53
1 3 3 1 8 Índice de desenvolvimento ajustado aos sexos	53
1 3 3 1 9 Índice de desenvolvimento da família	55
1 3 3 1 10 Índice de condição de vida	55
1 3 2 1 11 Índice Firjam de desenvolvimento municipal	56
1 4 ASPECTOS METODOLÓGICOS	57
1 4 1 Tipo de pesquisa	57
1 4 2 Configuração do objeto espacial de pesquisa	58
1 4 3 Caracterização dos dados e configuração estatística	59
1 4 4 Teorias utilizadas na dissertação	60
1 4 4 1 IPH-M	61
1 4 4 2 IFDM	61
1 4 5 Métodos	62
1 4 5 1 Funções para messorregiões	62
1 4 5 2 Funções para associações municipais	63
1 4 5 3 Funções para os territórios	64
1 4 5 3 1 Modelos complementares para o Território da CANTUQUIRIGUAÇU	64
1 4 5 4 1 Escala de leitura do ICPP	65
1 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65

2	CONTEXTUALIZAÇÃO DA POBREZA NO PARANA SOB AS SUBDIVISÕES TERRITORIAIS	67
2 1	DA PROBLEMATICA A ANALISE REGIONAL	68
2 1 1	Da análise da pobreza sob a otica de insuficiência de renda	69
2 1 1 1	Metodologia do PNUD	70
2 1 1 2	Metodologia do IPARDES	71
2 2	BOLSÕES DE POBREZA NO ESTADO DO PARANA	73
2 2 1	Bolsões de pobreza no Estado do Parana sob o recorte mesorregional	74
2 2 1 1	Pobreza da messorregião Centro-Occidental	75
2 2 1 2	Pobreza da Messorregião Centro-Oriental	76
2 2 1 3	Pobreza da Messorregião Centro-Sul	77
2 2 1 4	Pobreza da Messorregião Metropolitana	78
2 2 1 5	Pobreza da Messorregião Noroeste	79
2 2 1 6	Pobreza da Messorregião Norte- Central – Londrina ,	80
2 2 1 7	Pobreza da Messorregião Norte -Central – Maringa	81
2 2 1 8	Pobreza da Messorregião Norte -Pioneiro	82
2 2 1 9	Pobreza da Messorregião Oeste	83
2 2 1 10	Pobreza da Messorregião Sudeste	84
2 2 1 11	Pobreza da Messorregião Sudoeste	85
2 2 1 12	Sintese da pobreza paranaense sob a otica mesorregional	85
2 2 2	Bolsão de pobreza no Estado do Parana sob o recorte geopolitico de associação municipal	87
2 2 2 1	Pobreza na Associação dos Municipios do AMLIPA	88
2 2 2 2	Pobreza na Associação dos Municipios da AMOSSEC	89
2 2 2 3	Pobreza na Associação dos Municipios da ANSULEP	90
2 2 2 4	Pobreza na Associação dos Municipios da AMCG	90
2 2 2 5	Pobreza na associação dos municipios da AMUNORP	91
2 2 2 6	Pobreza na Associação dos Municipios da AMUNOP	92
2 2 2 7	Pobreza na Associação dos Municipios da AMEPAR	93
2 2 2 8	Pobreza na Associação dos Municipios da AMUV	94
2 2 2 9	Pobreza na Associação dos Municipios da AMUSEP	95
2 2 2 10	Pobreza na Associação dos Municipios da AMUNPAR	96
2 2 2 11	Pobreza na Associação dos Municipios da AMERIOS	97
2 2 2 12	Pobreza na Associação dos Municipios da COMCAM	98
2 2 2 13	Pobreza na Associação dos Municipios da AMOP	99
2 2 2 14	Pobreza na Associação dos Municipios da ANSUPAR	100
2 2 2 15	Pobreza na Associação dos Municipios da ANSOP	101
2 2 2 16	Pobreza na Associação dos Municipios da ANCESPAR	102
2 2 2 17	Pobreza na Associação dos Municipios da AMOCENTRO	103
2 2 2 18	Pobreza na Associação dos Municipios da CANTUQUIRIGUAÇU	104
2 2 2 19	Sintese sobre bolsões de pobreza paranaense sob a otica da de associação municipal	104
2 2 3	Bolsão de pobreza no Estado do Parana sob a subdivisão de territorios	108
2 2 3 1	Territorio Parana Centro	111
2 2 3 2	Territorio Caminhos de T1bag1	114
2 2 3 3	Territorio Centro-Sul	116
2 2 3 4	Territorio Norte Pioneiro	117
2 2 3 5	Territorio Caminhos da União da Vitoria	119
2 2 3 6	Territorio Caminhos do Vale do Iva1	121
2 2 3 7	Territorio Caminhos do Vale da Ribeira	123
2 2 3 8	Territorio de CANTUQUIRIGUAÇU	125
2 2 3 9	Sintese dos bolsões de pobreza no Estado do Parana sob a subdivisão de Territorios	128
2 2 4	Bolsões de pobreza no Estado do Parana sob a análise da metodologia da	

	Bolsa Família	129
2 2 4 1	Síntese do Programa Bolsa Família	131
2 3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
3	DA POBREZA LOCAL NO ÂMBITO MUNICIPAL	135
3 1	RESULTADOS E DISCUSSÕES	135
3 1 1	Análise da pesquisa de campo (questionários) aplicadas aos municípios	136
3 1 1 1	Município de Pitanga	139
3 1 1 2	Município de Turvo	141
3 1 1 3	Município de Guarapuava	142
3 1 1 4	Município de Goioxim	143
3 1 1 5	Município de Reserva do Iguaçu	145
3 1 1 6	Município de Virmond	146
3 1 1 7	Município de Cantagalo	147
3 1 1 8	Município de Nova Laranjeiras	148
3 1 1 9	Município de Foz do Jordão	149
3 1 1 10	Município de Campina do Simão	150
3 1 1 11	Município de Prudentópolis	151
3 1 1 12	Município de Laranjal	152
3 1 1 13	Município de Candi	153
3 1 1 14	Município de Laranjeiras do Sul	154
3 1 1 15	Município de Pinhão	155
3 1 1 16	Município de Irati	156
3 1 1 17	Município de Boa Ventura de São Roque	157
3 2	SÍNTESES DOS RESULTADOS DA PESQUISA APLICADA	158
3 3	ANÁLISES DOS MODELOS E INTERPRETAÇÃO À LUZ DA REVISÃO	161
3 3 1	Roteiro de resultados análise dos fatores determinantes da pobreza	163
3 3 1 1	Análise de resultados sob a subdivisão territorial em Messorregião	164
3 3 1 2	O modelo para a subdivisão territorial em messorregião	164
3 3 1 3	Análise de resultado sob a subdivisão territorial de Associação de Municípios	166
3 3 1 3 1	Modelo para a subdivisão territorial de Associação de Municípios	166
3 3 2	Análise de resultado sob a subdivisão territorial de Territórios	169
3 3 3	O modelo para a LPT	170
3 3 3 1	Modelo complementar – IPHM	171
3 3 3 2	Modelo complementar – IFDM	174
3 4	Índice Causal de Pobreza Paranaense	176
3 4 1	Da criação do ICPP	177
3 4 1 1	Escala de leitura do ICPP	178
3 4 2	Síntese dos resultados e conclusão	181
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184
	APÊNDICES	191
	APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO À PESQUISA DE CAMPO	192
	APÊNDICE 2 - ICPP PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ	193

INTRODUÇÃO

A pobreza é um problema secular, no entanto é no cenário atual que ela entra como centro de grandes discussões, sendo considerada como um entrave ao desenvolvimento e crescimento econômico e assim ganhando espaço nas políticas intervencionistas internacionais. Tais políticas referendam as metas do milênio, instituídas pela ONU em 2000, na cidade de Nova York, nas quais a pobreza foi considerada como um dos seus oito objetivos, embasada numa redução quantitativa de pessoas inseridas nessa situação.

Ocorre que, para quantificar a pobreza no cenário nacional, recorreu-se a bases teóricas e metodológicas diversas, as quais ora se congregam, ora se divergem, fator que atenua a complexidade do fenômeno, não havendo um consenso sobre a melhor forma de conceituar e de medir a pobreza. Tal situação dificulta sua erradicação, já que, num contexto geral, a maior parte das discussões situa-se como privação, seja ela em termos monetários, seja em não monetários.

Tais procedimentos metodológicos, quando mensurados pelo limiar monetário, podem se pautar em linhas em níveis de renda pessoal com base em dólar, calorias ou cestas básicas convertidas em rendas, rendimento per capita familiar ou domiciliar em relação ao salário mínimo. Quanto às privações não monetárias, as medidas são mais complexas, levam em conta: padrão de consumo, existência de renda não monetária, transferências interfamiliares, benefícios sociais (espécie ou moeda), etc.

As diferentes metodologias têm apresentado divergências nos percentuais estatísticos quanto a quantidades de pobres e pobres extremos existentes no Brasil e conseqüentemente em suas macro, micro e mesorregiões. Essas diferenças metodológicas, aliadas às especificidades sócio-econômicas e culturais do país, ampliam os problemas de formulação e implementação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades, já que não existe um indicador oficial no Brasil para direcionar as pesquisas sobre o assunto.

O mesmo ocorre no Estado do Paraná, onde diferentes metodologias têm sido adotadas, levando os diferentes resultados de mensuração e de localização da pobreza regional em níveis locais (municípios) e, indicando, conseqüentemente, diferentes estratégias de ação do poder público, tanto em âmbito metropolitano, quanto urbano e rural.

Diante desse contexto, a presente dissertação tem como objetivo realizar uma análise investigatória e exploratória dos métodos de mensuração e identificação de pobreza adotada para sua quantificação no Paraná.

Para tanto, utilizou-se da abordagem teórico-metodológica Brasileira de Rocha, mais especificadamente a de 2000 que institui as linhas de pobreza e a do ano de 1998, a qual contempla um estudo regional da pobreza brasileira e de Rolim (2006) o qual discute a pobreza em termos municipais sob o indicador de pobreza municipal –IPHM, além dos indicadores sintéticos IFDM e IDHM para uma análise comparativa amostral.

A dissertação é composta por três capítulos.

No primeiro capítulo, realiza-se uma revisão bibliográfica sobre pobreza, no contexto conceitual, localizacional e mensurativo, procurando demonstrar a vasta literatura sobre o assunto, bem como sua importância para a codificação e respaldo ao estudo.

No segundo capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada para codificação da pobreza no Estado do Paraná, contextualizada sob as subdivisões territoriais utilizadas: mesorregiões, associações de municípios e territórios, codificando sua abrangência na quantificação da pobreza paranaense.

No terceiro capítulo, apresentam-se as discussões inerentes à pesquisa de campo realizada com parte dos municípios, que contemplam o espaço amostral da pesquisa, e os resultados estatísticos dos modelos econométricos realizados para análise da relação e correlação das variáveis principais dos indicadores IPHM, IFDM, atrelados a LP na codificação causal da pobreza.

1. POBREZA

Este capítulo trata da revisão bibliográfica, contemplando as principais abordagens referentes à pobreza, sob várias correntes literárias, as quais servirão de subsídios para a discussão dos capítulos subseqüentes, bem como da metodologia empregada na proposta do Índice de Pobreza Paranaense.

O estudo parte da premissa de que não existe um consenso teórico sobre a pobreza, já que existem diferentes interpretações, tanto no aspecto conceitual, quanto mensurativo, porém todos pautados no objetivo de explicar o fenômeno pobreza.

As abordagens da pobreza apresentadas, apesar de contemplar outras correntes visionárias do assunto, são, num contexto geral, analisadas no âmbito econômico, retratado sob a carência monetária e/ou não monetária, as quais permitem estabelecer uma conjuntura estrutural, porém distinta em termos subterritoriais.

Num âmbito específico, o capítulo procura proporcionar ao leitor a condição de se situar a respeito das contribuições mais importantes sobre a temática, às quais se permite a discussão da pobreza. Todavia, é necessário explicitar que não contempla toda literatura existente sobre o assunto, mas sim uma escolha arbitrária das contribuições julgadas mais relevantes para este estudo.

Nesse contexto, procurou expor abordagens que pudessem respaldar os capítulos seguintes. Assim sendo, o capítulo foi pautado num único grande tópico: pobreza, e subdividido em três subtópicos, além desta apresentação: conceito, localização e mensuração, seguido das considerações finais do capítulo.

1.1 CONCEITOS DE POBREZA

A pobreza possui uma vasta literatura, tanto no âmbito da economia quanto de outras ciências que se dedicam ao estudo dessa temática, porém sua complexibilidade atenua as discussões quanto a sua definição, identificação e medição, já que existem

diferentes entendimentos e modelos que levam à inexistência consensual dos teóricos sobre esse assunto.

Dada essa prerrogativa, é prudente discorrer as abordagens de modo que propiciem uma visão ampla sobre o assunto e possibilitem estabelecer uma visão ao leitor do porquê da necessidade desta bagagem teórica na codificação da pesquisa.

Essas diferentes visões, no entanto, serão apresentadas não numa contextualização histórica, mas sim contextualizadas numa codificação estrutural: conceito, localização e medição, para que possibilitem a compreensão do estudo e lhe forneçam o embasamento necessário para sua discussão.

Os conceitos de pobreza na grande maioria se relacionam com algum tipo de privação, situação essa que pode ser avaliada sob diferentes pontos de vista, podendo se contemplar ou divergirem. Sua conceituação parte da análise investigatória de variáveis relevantes que expliquem o fenômeno, o qual, de acordo com Sen (2000), constitui um “espaço avaliatório” ou “base informacional”.

Nessa dicotomia, a avaliação da pobreza depende da seleção de variáveis e do espaço em que será avaliada, sendo essa a diferença, pois para alguns a renda é variável chave, para outros, no entanto, pobreza está diretamente relacionada às capacitações, à vulnerabilidade, à exclusão, à desigualdade social, entre outras.

1.1.1 Variabilidade conceitual de pobreza

A gama de conceitos de pobreza existente é vasta, por isso se optou por realizar uma seleção arbitral de alguns teóricos baseados no critério de ligação ao trabalho proposto, os quais se fazem necessários para dar o embasamento teórico a esta pesquisa, possibilitando uma maior compreensão sobre os resultados e discussões.

O dicionário de economia define pobreza como “estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados por insuficiência de renda ou inexistência de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação” (SANDRONI, 2002, p.406).

A definição acima pode desmembrar-se em duas abordagens quanto a carências:

- i. Carência de necessidades básicas: implica um conjunto de necessidades básicas, tais como: alimentação, vestuário, moradia, entre outros que normalmente são constituídos numa cesta de bens necessários à sobrevivência humana.
- ii. Carência de renda: refere-se à privação de renda para que o indivíduo possa satisfazer suas necessidades.

Na visão dos sociólogos, a definição de pobreza é complexa, pois ora revela um quadro homogêneo, ora um quadro com inúmeras variações. Para eles, as privações e/ou carências estão enraizadas às injustiças estruturais e desvantagens inerentes. Assim, de acordo com o dicionário de sociologia, pobreza define-se como “situação nas quais pessoas carecem daquilo de que têm necessidade para viver” (JHONSON, 1997, p.176).

Os organismos internacionais, no entanto, definem pobreza como um fenômeno multifacetado decorrente de inúmeros fatores que determinam um conjunto de variáveis. O Banco Mundial define pobreza como “incapacidade de manter um padrão de vida mínimo na questão renda” (WORD BANK, 1990, p. 26). No entanto, apesar da concordância com a conceituação de pobreza numa visão multifacetada, a identificação desses indivíduos difere no mecanismo de medição, já que o BM utiliza uma medição unidimensional-renda e a Organização das Nações Unidas utiliza a medição multidimensional.

Já a pobreza, na concepção dos pobres, é um reflexo das junções das privações elencadas com mais atenuantes, ou seja, de acordo com estudo de Narayan (2000, p. 6) ¹ o resumo das várias definições dadas pelas pessoas em situação de pobreza é:

Pobreza é fome. Pobreza é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não ter condições de ir ao médico. Pobreza é não ter condições de ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter um emprego, é temer o futuro, viver um dia de cada vez. Pobreza é perder uma criança para uma doença causada pela água poluída. A pobreza, geralmente, tem a face de uma mulher. Pobreza é a falta de poder, falta de representação e de liberdade.

¹ Esse estudo na íntegra está contemplado no relatório do Banco Mundial de 2000 sob o título: *Voice of the poor – can anyone hears us?*

Numa visão mais genérica, destaca-se a literatura econômica de Rocha (2003, p.9), na qual se conceitua pobreza como “um fenômeno complexo, com múltiplas causas, podendo ser definido como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”.

Os estudos de Rocha decorrem de um arcabouço teórico-metodológico-nacional, o qual possibilita sua utilização para o estudo que será aqui desenvolvido, em virtude de contemplar um estudo sobre as codificações regionais, suas divergências e peculiaridades, no qual demonstra a necessidade de contemplá-las.

Não há categoricamente conceitos certos ou errados, mais sim uma divergência de causas, as quais, de acordo com Schwartzman (2001, p.6), podem decorrer de duas formas:

‘As causas da pobreza são duas: as voluntárias e as involuntárias’. Para nós, estudantes de ciências sociais, as causas da pobreza não podiam ser individuais, mas estruturais: a exploração do trabalho pelo capital, o poder das elites que parasitavam o trabalho alheio e saqueava os recursos públicos, e a alienação das pessoas, criada pelo sistema de exploração, que impedia que elas tivessem consciência de seus próprios problemas e necessidades. Quando a TV ainda engatinhava em Belo Horizonte, participei de um programa ao vivo com uma senhora da tradicional família mineira que organizava bailes beneficentes, e fiquei chocado quando percebi que não conseguiria convencer ao apresentador, e muito menos ao público, que o que ela fazia era cínico e nocivo, mantendo os pobres iludidos pelas migalhas que sobravam das festas da alta sociedade. Como ousava este garoto, de mineiridade incerta, duvidar do espírito caridoso da elegante dama? Falar com os pobres não adiantava muito. Visitando um barraco de favela, comentei com o morador sobre as péssimas condições em que ele vivia, tentando estimular sua consciência de classe. A resposta foi de indignação. Ele era pobre, sim, mas tinha orgulho de seu barraco limpo e arrumado. Que direito tinha eu de dizer que ele vivia uma vida miserável?

No entanto, essas podem ocorrer em virtude de inúmeros fatores, tais como: político, econômico, sócio-culturais, naturais, históricos dentre outros, e suas consequências podem ser as mais diversas: fome, baixa esperança de vida, doenças, falta de oportunidade, exposição a riscos, emigração, discriminação, etc. Sua dimensão de análise dependerá da correlação estabelecida:

I. Perspectiva econômica

O conceito nesta perspectiva é atrelado a questões de privação fisiológicas² ou de privação de necessidades básicas, em que a renda é a variável principal, a qual definirá quem é pobre a partir de um determinado patamar monetário.

Nesse contexto, destaca-se Joseph Rowntree³ que, no início do Século XX definiu com base na insuficiência de renda “a privação das necessidades básicas primárias e/ou básicas e secundárias a sobrevivência do ser humano”, detectada através do custo de uma cesta mínima de bens. Assim ele identificou e distinguiu as famílias que viviam em situação de pobreza primária daqueles em situação de pobreza secundária:

- a. pobreza primária: quando o rendimento permite apenas a manutenção, ainda que ao mais baixo nível;
- b. pobreza secundária, ocorre quando o rendimento é suficiente para satisfazer as necessidades básicas, mas devido à má administração dos rendimentos, essas não são satisfeitas.

No entanto, apesar do esforço de Rowntree, o estudo que preponderou até a década de 1990 como linhas de pobreza oficial foi a linha proposta em início de 1960 por Mollie Orshanski apud Hoffman e Kageyama (2006), definida como custo da cesta básica incluindo alimentos, vestuários, iluminação e aquecimentos, e outros equipamentos domésticos.

II. Perspectiva social

O conceito atrelado à perspectiva social leva em consideração atributos além do patamar monetário, pois entende que o ser humano necessita suprir tanto suas necessidades fisiológicas quanto sociais, devendo deter elementos como a capacidade humana e a falta de oportunidade sendo levadas em consideração.

III. Perspectiva política

A pobreza, na perspectiva política pode desmembrar-se em várias correlações:

² Pobreza que reflete a privação imediata, atribuída às condições calóricas mínimas para manutenção da eficiência meramente física.

³ Autor do estudo “*poverty, a Study of Town Life*” em 1901 em Nova York, contendo um amplo painel de informações acerca de salários, jornada de trabalho, necessidades nutricionais, saúde, habitação e outras. Rowntree foi o pioneiro desse estudo.

- a) Pobreza e injustiça: quando as causas decorrem de questões correlacionadas pela sociedade como injustas, tais como desigualdade social, desvantagens de todo e qualquer espécie, etc.
- b) Pobreza e vulnerabilidade: quando determinada sociedade está vulnerável ao problema através de riscos externos, os quais podem levar à condição de pobreza.
- c) Pobreza e exclusão: quando determinadas questões tais como sexo, gênero, condição financeira, cor, etc. impedem as pessoas de participarem da sociedade e tal situação pode os levar, manter ou piorar a situação de pobreza.
- d) Pobreza e desenvolvimento: quando a pobreza é avaliada através de quesitos correlacionados ao desenvolvimento de um espaço subdividido territorialmente, e para tanto delimitando condições monetárias ou não para que tais pessoas sejam classificadas como pobres.

Nessa perspectiva, destaca-se a literatura de Galbraith (1979) o qual elenca que pobreza “é seguramente uma causa de administração pública insuficientemente financiada, entre outras fraquezas...”. Elenca que técnicas adotadas em países ricos foram utilizadas como receitas para países pobres, demonstrando ao decorrer do tempo a ineficácia de tal política instrumental.

Embora haja várias definições conceituais sobre pobreza e através delas inúmeras correlações, não existe consenso ainda sobre a melhor definição conceitual, pois como aborda Chambers, afinal o que é pobreza?

If we are seriously pro-poor professionals, the answer to ‘What is poverty?’ is ‘That is the wrong question.’ It is our question, not theirs. The question of those who are poor, marginalized and vulnerable is more likely to be, in varied forms and many languages with different nuances [...] (CHAMBERS 2006, p.3).

È possível, após a abordagem conceitual realizada, visualizar a dificuldade de se saber explicar pobreza, no entanto uma vez conceituada, permite a sua identificação, fator esse que será devidamente abordado no subtítulo seguinte.

1.2 IDENTIFICAÇÃO DA POBREZA

Conceituar pobreza permite identificar onde estão e quem são as pessoas classificadas como pobres. Para tanto, elas podem ser identificadas através de métodos diretos ou indiretos:

1.2.1 Identificação pelo método direto e pelo método de rendimento

Avaliar a satisfação ou não das necessidades básicas é possível por dois métodos: direto⁴ que observa o consumo real e verifica se a pessoa deixa alguma necessidade básica por satisfazer e o do rendimento que consiste em calcular um rendimento mínimo em que são satisfeitas as necessidades básicas especificadas. Quem não dispõe desse rendimento mínimo está abaixo do limiar da pobreza, avaliada em privação de rendimentos. (TAKAGI, GRAZIANO E DEL GROSSI, 2001)

Segundo Oppenheimer (2004) “o método direto e de rendimento não são alternativas de medir pobreza, mas sim duas concepções diferentes da pobreza, já que o método direto foca o consumo real para saber as necessidades mínimas não satisfeitas, e o método de rendimento foca a capacidade de satisfazer essas necessidades”.

1.2.2 Pobreza subjetiva e pobreza objetiva

Os conceitos de pobreza tendem a usualmente serem codificados sob uma visão subjetiva e/ou objetiva, as quais influenciam na localização desta população. Os defensores da primeira abordagem atrelam seu conceito a um juízo de valores pessoais, já os adeptos da segunda abordagem preferem a codificação de um limiar de serviço necessário:

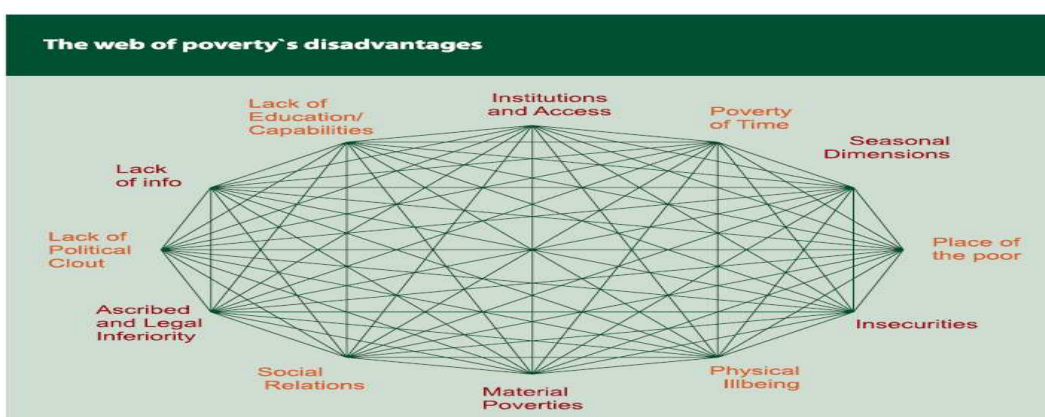
⁴ Sobre essa questão ver: Sen, Amartya. 1999. Pobreza e Fomes - Um ensaio sobre direitos e privações.

- I. **Pobreza subjetiva:** levam em consideração fatores qualitativos - como a percepção do indivíduo com relação à sua renda e as demais rendas da sociedade em que vive. Essa classificação está imbuída de sentimentos ou opinião da pessoa que se encontra na situação (ORSHANSKY, apud SEN 1978, p13).
- II. **Pobreza objetiva:** Julgamento normativo sobre o que constitui pobreza e exige para se mudar as pessoas deste estado. Essa visão está pautada em critérios exógenos (SEN 1978).

Nesse contexto, Lok-Dessallien (1998, p.3) contextualiza a pobreza sob esses dois vieses e elenca uma demonstração sobre as desvantagens que a teia da pobreza envolve:

Poverty can be approached from objective or subjective perspectives. The objective perspective (sometimes referred to as the welfare approach) involves normative judgments as to what constitutes poverty and what is required to move people out of their impoverished state. The subjective approach places a premium on people's preferences, on how much they value goods and services (hence the emphasis on individual utility).

FIGURA 1 – TEIA DA POBREZA



FONTE: CHAMBERS (2006, p.3) in UNDP

1.2.3 Pobreza absoluta versus relativa

A identificação normalmente é pautada em termos absolutos e/ou relativos. Tal abordagem é tida como um “pré-requisito” (LOBO, 2005) para determinar a linha de pesquisa, já que:

- a) a pobreza absoluta se refere às condições mínimas de sobrevivência física, ou seja, aquela decorrente do não atendimento das necessidades vitais (ROCHA, 2003).
- b) a pobreza relativa é aquela em que o indivíduo ou uma família tem o mínimo necessário para subsistirem, mas não possuem os meios necessários para viver de acordo com a área onde estão inseridos. Ela é diferente de lugar para lugar, devido à maneira de se viver neste determinado lugar (ROMÃO, 1993).

Os críticos da terminologia absoluta argumentam que a dificuldade atrelada a essa concepção está na inexistência de uma norma específica que determine quais seriam as necessidades mínimas a serem levadas em consideração e qual o seu nível estabelecido para que houvesse uma análise comparativa eficaz.

No âmbito da Declaração Copenhagem⁵, a pobreza absoluta foi definida como “condição caracterizada pela privação severa das necessidades humanas básicas, incluindo comida, água potável e segura, facilidades de esgotamento sanitário, saúde, abrigo, educação e informação” (ONU 1995, apud GORDON e SPICKER, 1999, p.7)

Bradshaw (2001) contrapõe, argumentando que essa visão vai além das necessidades mínimas de pobreza absoluta, apesar de Sen (1999) elencar que a pobreza possui uma “irreduzível essência absoluta”. Para ele existem elementos óbvios como a fome e a inanição, os quais não importam à escala que esteja na posição relativa, pois certamente este será pobre. Rocha (1995) aborda que num país “onde a grande maioria não detém acesso a bens e serviços essenciais a noção fundamental é a absoluta”⁶.

⁵ Ocorrida no Encontro Mundial de Desenvolvimento Social em 1995 na cidade de Copenhagem, sendo esta assinada por 117 países.

⁶ Texto para discussão do IPEA n.º 368, p. 2.

No entanto, Townsend (1962, apud Rocha 2003) enfatizou que “tanto pobreza como subsistência são conceitos relativos, só podendo ser definidos em relação a recursos materiais e emocionais disponíveis numa determinada época aos membros de uma dada sociedade ou de diferentes sociedades”. Lobo (2005) elenca que a abordagem discutida está relacionada com uma “questão de ordem semântica, já que existe uma dominação do caráter absoluto da pobreza sobre o relativo”.

1.2.4 Pobreza crônica e pobreza transiente

A pobreza pode ainda ser identificada sob uma forma ou grupo heterogêneo com carência distinta. Assim, denotam-se duas dimensões as quais exigem políticas diferentes:

- a) Pobreza crônica: a que se mantém durante um longo período de tempo na vida e que pode transmitir-se para as gerações futuras. Está relacionada à insuficiência de alimentos para manutenção do organismo e desempenho das atividades, necessitando política pública intervencionista imediata.
- a. Pobreza transiente: que se mantém durante um período curto, sendo a maioria dos casos derivados de privação de renda ou de oportunidade. É uma pobreza temporária. Para ela podem ser projetadas políticas de médio e longo prazo, para minimizá-la ou erradicá-la.

Lobo (2005 apud HULME e SHEPHERD 2003) elenca a importância da compreensão da pobreza crônica enquanto um subgrupo da pobreza e nesse contexto aborda a ineficácia dos indicadores monetários, já que não estão suscetíveis a essa dinâmica flutuante, mas sim a um contexto mais amplo, necessitando da mensuração por outros meios que explicitem a pobreza permanente.

A noção de pobreza denota-se de um núcleo de subjetividades que se faz necessário no processo de conceituação. Tal subjetividade está embasada em graus variados, os quais podem estar atrelados em termos geográficos, sociais, econômicos e outros. No entanto, conceituar e identificar a pobreza significa fazer opções de investigação, pois essa decisão instrumentará o mecanismo de medição da pobreza e,

conseqüentemente, influenciará nas políticas públicas para sua erradicação e/ou minimização.

Uma vez conceituada e identificada sob uma codificação metodológica, é possível quantificar esta população, sabendo quantos pobres ou pobres extremos existem em um determinado espaço. Por esse motivo, o subtítulo seguinte aborda as diferentes formas de medir pobreza, bem como expõe os indicadores disponíveis para estabelecer essa medição sob as três abordagens vinculadas à mensuração do problema.

1.3 MENSURAÇÕES DE POBREZA

A mensuração de pobreza é realizada a partir da conceituação, no entanto diferentes significados proporcionam variadas formas de medir o fenômeno. A identificação de quem são os pobres? quantos são os pobres? onde estão os pobres? remete à escolha de uma opção metodológica estatística para responder tais questões, ou seja, codificar num conjunto global de indivíduos o número de pessoas que contemplam esse fenômeno.

De uma forma geral, existem três abordagens vinculadas à mensuração da pobreza, ou seja:

- I. renda: a pessoa é pobre se e somente se estiver abaixo de uma linha de pobreza monetária pré- definida.
- II. necessidades básicas não satisfeitas: Essa abordagem leva em consideração as necessidades físicas e psíquicas.
- III. das capacidades: é aquela pobreza ocasionada pela ausência de oportunidade e/ou capacidade (“seres e teres”) relevantes para atingir nível aceitável.

Rolim⁷ (2006, p. 515) cria um quadro resumo sobre as questões inerentes à concepção e indicadores de pobreza, expondo a renda como um meio e não um fim, abordando que:

⁷ Artigo publicado na revista econômica do Nordeste, Fortaleza, volume 37, n.º4, out. - dez de 2006.

a renda é uma medida bastante imperfeita das condições de vida de um indivíduo ou família. Isso se deve ao fato de que as despesas exigidas, com saúde, por exemplo, podem fazer com que dois indivíduos com mesma renda estejam situados um acima e outro abaixo da linha de pobreza. Uma segunda limitação está na inexistência de um critério para estabelecer a linha de pobreza, uma vez que esta definição está pautada na idéia do nível de renda que permite à pessoa ter uma vida digna. Não há um consenso sobre o que é necessário para isso. Quando os estudos envolvem comparações ao longo do tempo, a situação torna-se ainda mais complicada, uma vez que o conjunto de bens essenciais pode mudar e estão envolvidos problemas com a forma de deflação.

QUADRO 1 – CARACTERÍSTICA DA CONCEPÇÃO DA POBREZA

Concepções de Pobreza	Indicador predominante	São pobres:	Principais índices
Renda (Income)	Meio	Os que têm uma renda pessoal ou familiar abaixo de um determinado nível	Renda <i>per capita</i> ; Derivados de 1 linha de pobreza: Incidência de pobreza (<i>Headcount index</i>); <i>Poverty gap</i> ; <i>Squared poverty gap</i>
Necessidades básicas (<i>Basic needs</i>)	Meio	Os que não têm condições, em especial materiais, de atingir as necessidades humanas básicas	IDH, IPH
Capacitação Humana (<i>Human capability</i>)	Fim	Os que não possuem as habilidades e oportunidades mínimas para viver em um nível aceitável dentro de uma sociedade. (ênfase nas capacidades e oportunidades para ter uma vida longa e saudável, ser alfabetizado e participar livremente na sociedade)	<i>Capability poverty measure</i> ; IPH
Acesso ao meio (ativos, equidade, governança) (<i>Empowerment</i>)	Meio	<ul style="list-style-type: none"> • Os sem acesso aos ativos (Produtivos; infra-estrutura física e social etc.) • Equidade • Governança 	Coef. Gini; Circulação de informações; regulamentações; descentralização

FONTE: ROLIM (2006, p.4)

Sob a mesma linha de Rolim, a análise unidimensional, medida através da linha de pobreza⁸, é questionada por outros autores por ser considerada uma medida imperfeita que não traduz a dimensão da pobreza, e pode perfeitamente induzir ao erro, conforme descreve Hoffmann (1998a, p. 217).

Um problema dessa abordagem é que a renda é uma medida bastante imperfeita das condições de vida de uma pessoa (ou família), embora seja, nas economias de mercado, a melhor medida isolada dessas condições. Dado certo nível de renda para uma família, as condições de saúde de seus membros, por exemplo, podem fazer com que ela esteja ou não em condições de pobreza. (...) Outro problema fundamental da obtenção das medidas de pobreza com base em dados

⁸ Segundo Rocha (2000), a renda é a principal causa do nível de bem-estar da população. A abordagem conceitual de pobreza requer a construção de uma medida invariável no tempo, a qual reflita as condições de vida de um indivíduo na sociedade. A linha de pobreza é tida como o parâmetro mais usado. Por ela se consideram pobres todos aqueles indivíduos situados abaixo de seu valor.

sobre renda é a ausência de um critério claro para estabelecer a linha de pobreza, fazendo com que a escolha desse valor tenha muito de arbitrário.

A análise multidimensional também sofre críticas, pois, apesar de levar em consideração outras variáveis que condizem com a qualidade de vida, não significa dizer que ela expressa uma medida perfeita; afinal, sua precisão depende de um campo de dados vasto em termos macro e micro econômicos que, muitas vezes, dada sua dificuldade, pode induzir a imprecisão. Os organismos internacionais tendem a usar a análise multidimensional, no entanto o Banco Mundial, apesar de sugerir a conceituação de pobreza neste contexto, é adepto da medida unidimensional.

Nessa abordagem se faz necessário deter um detalhamento acerca das duas principais maneiras de mensurar pobreza, já elencadas no contexto geral acima: medida unidimensional e medida multidimensional.

1.3.1 Medida unidimensional de pobreza

A economia tradicional avalia o bem estar de um indivíduo pelo domínio ou posse de bens e serviços. Tal conotação leva inevitavelmente à variável renda, já que essa determina a dimensão do poder individual de poder de compra. Nessa correlação, a pobreza é entendida como insuficiência de renda, sendo a ausência dela o determinante à sua condição de vida individual ou familiar. Sob essa abordagem, a renda é uma proxy da mensuração do nível de bem estar de um indivíduo e o procedimento é delimitado por uma linha monetária arbitrária.

1.3.1.1 Linhas de pobreza e linhas de indigência

As linhas de pobreza, num contexto geral, refletem a pobreza na perspectiva de restrição de renda para aquisição de um conjunto de bens e serviços, sendo geralmente definidas através de renda ou consumo, podendo ser avaliadas sob duas perspectivas: linha

de pobreza⁹ e linha de indigência¹⁰. A construção dessas linhas¹¹, no entanto, exige uma escolha metodológica, ou seja, para delimitar um valor, precisa antes definir o critério a usar, já que ela pode ser avaliada em: linhas de renda pessoal com base em dólar, rendimento per capita familiar ou domiciliar com base no salário mínimo, calorias ou cesta básica convertidas em renda.

Segundo Rocha (2000), a renda é a principal causa do nível de bem-estar da população. “A abordagem conceitual de pobreza requer a construção de uma medida invariável no tempo, a qual reflita as condições de vida de um indivíduo na sociedade”. A linha de pobreza é tida como o parâmetro mais usado, por ela se consideram pobres todos aqueles indivíduos situados abaixo de seu valor definido.

O estudo precursor de Rowtree (1901) referendou a observação da estrutura de consumo dos indivíduos com o objetivo de identificar as famílias enquanto seu estado de pobreza e sua relação de consumo. Já para Rocha (2003), essa análise se dá sobre as necessidades calóricas que o indivíduo possui para compor sua cesta de bens.

1.3.1.2 Linha de pobreza a partir das chamadas linhas arbitrárias

A comparação global dos indicadores de pobreza obriga a adoção de uma linha de pobreza universal, que assuma um caráter arbitrário. A linha mais utilizada em termos globais é a definida pelo Banco Mundial, a qual estabelece a linha de US\$ 1,00 para medir miserabilidade e de US\$ 2,00 para medir pobreza.

Apesar da vantagem comparativa dessa metodologia, ela possui deficiências, as quais são reconhecidas pelo próprio Banco Mundial e referendadas por Lobo (2005) como “a adoção de uma linha de pobreza única” que esconde as diversidades do custo de vida existentes entre nações e/ou regiões dentro de um mesmo país. Nesse contexto, tal

⁹ Linha de pobreza leva em consideração os indivíduos definidos como pobres: cuja renda é inferior ao valor correspondente ao necessário para atender às necessidades básicas (*basic needs*).

¹⁰ Linha de indigência leva em consideração a pobreza extrema ou miserável: aquela cuja renda é inferior ao necessário para atender tão somente às necessidades básicas de alimentação.

¹¹ Um aprofundamento acerca dessa temática pode ser obtido em Rocha (2000) no texto de discussão do IPEA n.º 720: opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil .

metodologia pode superestimar o número de pobres, já que não leva em consideração as peculiaridades urbana versus rural.

Takagi, Graziano e Del Grossi (2001)¹² buscaram adaptar as LP para um contexto nacional, através de uma linha regional pautada nos índices de preço do custo de vida desta região, calculados por Ferreira, Lanjow e Neri (2006). Os autores descrevem que, levar as diferenças em consideração, permite deter uma redução significativa do número de pobres, pois permite prever, na base de cálculo, a desigualdade quanto à composição de gastos a serem levados em consideração.

Outro questionamento sobre a linha arbitrária do BM é a flutuação da taxa de câmbio, já que ela pode alterar a incidência de pobreza. Assim, no Brasil, a maioria dos estudos, principalmente na década de 1980, teve como parâmetro a adoção de salário mínimo como linha de pobreza. Apesar da viabilidade operacional desse parâmetro, tais valores não acompanham a real evolução de custo de vida, fator que destoa o poder de compra, pois não leva em consideração o diferencial de preços entre as diversas regiões do País.

Diante desse embate, Rocha (1996) defende que as LP sejam elaboradas a partir das pesquisas estruturais de consumo do ENDEF, elencando que reflete melhor a renda permanente e sobrepõe a determinação aleatória do salário mínimo e do dólar/dia, já que segundo ela, os demais censos subestimam o rendimento dos pobres. Assim, torna-se mais eficaz a conotação através de despesa familiar, já que possibilita uma percepção da renda efetiva, uma vez que parte da renda pode estar atrelada à renda não monetária.

Existem vários estudos de mensuração de pobreza no Brasil a partir do salário mínimo, entre eles: Tolosa (1991); Einchemberg (1992); Pfeffermann & Webb (1983); Pastore Zylberstajn e Pagoto (1983); Hoffmann (1984; 1988); Fox e Morley (1990); Fishlow (1972), Ramos & Santana (2003), entre outros. Para Rocha (1988;1996), todos os trabalhos contribuem para o contraditório, já que cada um tem sua base metodológica própria, dado o espaço investigado e a cronologia:

¹² Trabalho realizado para o programa fome zero que delimita a medição de pobres e o controle de sua erradicação.

a) Fishlow (1972) utiliza o salário mínimo do Nordeste como linha de pobreza base e arbitrariamente estabelece uma margem de 15% sobre esse valor para encontrar as LP nas demais áreas urbanas do país.

b) Pfeffermann e Web (1983) abordam uma LP de dois salários mínimos do Rio de Janeiro por família, correspondendo a US\$ 260 anuais per capita, justificando que o Brasil possuía um custo de vida relativamente alto se comparado às demais economias subdesenvolvidas. No entanto, a existência de uma única linha provocou uma subestimação da pobreza metropolitana e uma superestimação da pobreza rural.

c) Pastore Zylberstajn e Pagoto (1983) utilizaram uma linha única de pobreza para todo país (1/4 do salário mínimo), mas com algumas inovações frente aos demais estudos, ou seja: a escolha da linha de pobreza, o tamanho da família, tomando-a como unidade de renda e consumo em vez de cada indivíduo independente. Para Rocha (2003, p.36), o procedimento foi prático, pois “uma estratégia de sobrevivência normalmente adotada pela pessoa: recorrer a quem têm rendimento para o atendimento das necessidades daqueles sem rendimento na família”. No entanto, sua limitação deu-se em virtude de a LP referenda-se a valores correntes e os salários reais apresentarem oscilação.

d) Hoffmann (1984); Fox e Morley (1990) e Tolosa (1991) utilizaram ¼ do salário mínimo vigente como linha de pobreza per capita, porém ajustaram ao período analisado para que não ocorresse discrepância na apuração do número de pobres decorrente do nível de preço. No entanto, cada um detectou um resultado conforme pode ser analisado na tabela abaixo:

QUADRO 2 – LINHAS DE POBREZA SOB A CONCEPÇÃO DE ANÁLISE DE VÁRIOS AUTORES.

Autor	Ano	Definição da LP	Ajuste de Correção	% de pobres em 1970	Percentual de pobres em 1980
PASTORE	1983	¼ Salário Mínimo corrente	-	43,8	17,7

FOX	1990	¼ Salário Mínimo mais alto de 1980	IGP-DI/FGV (a) PIB (b)	54,7(a) 47,9(b)	26,2
TOLOSA	1991	¼ Salário Mínimo mais alto de 1980	IGP-DI/FGV (a)	54,1(a)	34,8
CENSO (c)	1970	¼ Salário Mínimo corrente		65,6	19,01

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO, IBGE (1970) extraída de LOBO (2005, Apud ROCHA 1996) com aprimoramento da autora.

NOTA: (c) % referente à família, não a pessoas. Em 1970, a proporção se refere a famílias abaixo da linha de pobreza de 02 salários mínimos, já em 1980 a ¼ do salário mínimo.

A metodologia adotada pode proporcionar similaridades ou distorções nos resultados dos estudos, já que quanto maior a similaridade de técnicas metodológicas utilizadas, maior a probabilidade dos resultados convergirem, porém as opções dependem de cada autor já que não existe uma única linha de referência, sendo as opções distintas e seletas, tais como: escolha do nível de salário (¼, ½,) ou de renda (US\$ 1,00/US\$2,00); técnicas de atualização (INPC, IGP-DI, IGPM), método de regionalização¹³ (CV variado; LP única); unidade de renda e consumo considerada (individual familiar ou domiciliar); tipos de rendimentos (principal, secundário, monetário, não monetário) e outros que ainda podem ser levados em consideração.

1.3.1.3 Linha de pobreza a partir do consumo

As LP analisadas sob a estrutura de consumo das famílias¹⁴ passaram a se difundir como uma alternativa metodológica conceitual de medição de pobreza a partir do estudo nacional de despesa familiar (ENDEF em 1974/1975), que possibilitou dados para tal

¹³ Geralmente realizado para as regiões metropolitanas, além de Brasília e Goiânia. Tal estudo tem processos distintos de análise, assim um maior aprofundamento pode ser realizado analisando FAVA (1984), ROCHA (2003) e outros autores que se dedicam a essa linha de pesquisa.

¹⁴ Consiste na determinação de uma cesta alimentar que supra as necessidades calóricas mínimas recomendadas pela FAO ajustada para cada região.

análise. A partir dessas informações, em 1980 surgiram diversos estudos sobre o índice de pobreza e sua intensidade.

Uma das medições se pauta na variável caloria, ou seja, é determinada pobre a pessoa que não possui renda para ingestão de um determinado nível de calorias mínimas por dia. Para o cálculo se estabelece o consumo mínimo para necessidades não alimentares (moradia, transporte, educação, vestuário, etc.). Nesse contexto, Lobo (2005) elenca que “a grande deficiência dessa metodologia é não existirem normas que sustentem quais e em que níveis tais necessidades devem ser atendidas”.

O valor associado a essas despesas corresponde segundo Rocha (2003, P. 50), “a despesa não alimentar observada quando o consumo alimentar é atingido”, ou seja, pobre é todo aquele que não consegue alcançar um nível de renda adequado para suprir as despesas alimentares e não alimentares necessárias a ele e aos seus.

Essa metodologia apresenta também uma gama vasta de opções, fator que, apesar de deter uma consolidação literária internacional, apresenta dificuldades, dados os parâmetros optados pelo investigador, fator que pode explicar os diferentes resultados partindo de uma mesma metodologia composta de um mesmo banco de dados.

1.3.1.3.1 Determinação das necessidades nutricionais

Rocha (1988) expõe a dificuldade de determinar uma cesta alimentar que atenda às necessidades nutricionais de todos os indivíduos. Nesse contexto, (THOMAS, 1982) (FAVA, 1984) limitaram a quantidade de alimentos para compor tais necessidades, respeitadas as devidas proporções que minimizem o valor dessa cesta, sendo “imposto” um padrão de consumo, o que segundo Rocha (1998, p.34).

(...) a construção de uma cesta alimentar a partir de estrutura de consumo observada, respeitando as preferências e apenas ajustando as quantidades dos alimentos para atender aos requerimentos nutricionais, parece ser a abordagem conceitualmente mais adequada aos objetivos que se tem em mente ao definir uma linha de pobreza.

Independentemente do procedimento escolhido, o primeiro trabalho consiste em determinar quais as necessidades nutricionais mínimas do local objeto de estudo. Apesar de a FAO calcular e atualizar periodicamente, tais parâmetros são relativos, se levadas em consideração as diferenças de nutrientes, as características individuais, (idade, sexo, peso e altura) e o tipo de atividade desempenhada (leve, moderada ou pesada). As divergências derivam da opção de cada autor: a FGV delimitou um patamar de 2.288 calorias, o IPEIA um nível de 2.100 calorias; Romão (1993) adotou 2.242 calorias, já Rocha (2003) diferenciou o consumo calórico ingerido em diferentes regiões com a intenção de captar as diversidades regionais existentes no país.

Assim, denota-se a dificuldade de deter um consenso sobre a necessidade calórica que sirva de parâmetro de aceitabilidade em consenso acadêmico, o qual leve em consideração todas as peculiaridades inerentes ao estudo.

1.3.1.3.2 Determinação da cesta alimentar

Uma vez determinadas as necessidades calóricas médias de uma determinada área, “trata-se de obter a cesta alimentar observada de menor custo que permita o atendimento dessas necessidades”. Para isso, é preciso, em primeiro lugar, derivar o aporte calórico per capita da cesta alimentar (ROCHA, 1999).

Para definir a cesta de alimentos pelo menor custo numa análise quantitativa de calorias ingeridas, Rocha (2003) se depara como consequência com “um elevado número de indigentes, o que levaria à identificação excessiva de pobres na região metropolitana, em especial no Nordeste onde as rendas são mais baixas”¹⁵, necessitando de ajustes, uma cesta de baixo custo com o atendimento de consumo energético recomendado.

¹⁵ Um aprofundamento maior acerca desse assunto pode ser encontrado nas obras de ROCHA (1988, 1989, 2000 e 2003)

1.3.1.3.3 A estimação do consumo não alimentar

Contrariamente ao que ocorre no consumo alimentar, não existem normas sob quais e em que níveis as quantidades consumidas de itens não alimentares devam ser estabelecidas, nem tampouco um procedimento direto para sua estimação, sendo essa remetida à definição das necessidades nutricionais e à estimação das cestas alimentares.

Assim, tornou-se normal nos estudos os autores recorrerem ao coeficiente de Engel¹⁶, o qual consiste em assumir como adequado, para determinação das linhas de pobreza, o valor da despesa não alimentar observado no intervalo da distribuição mais baixo, o qual atende às necessidades nutricionais.

Para Hegel apud WANG (2004) a sociedade civil é um sistema de necessidade no qual cada um precisa satisfazer suas necessidades e isso será intermediado pelo outro, porém a liberdade será pura formalidade, se o sujeito quiser ser cidadão tão somente para realizar suas necessidades. No entanto, a pobreza não pode ser superada na sociedade civil, porque ela é o resultado dessa sociedade e de sua organização. O Estado pode intervir, mas será sempre uma intervenção exterior. A intervenção, deveria se dar através da “distribuição da riqueza e promoção de mais postos de trabalho”.

De acordo com Rocha (1999), após pesquisas do ENDEF, “as evidências empíricas são de que o gasto com despesas alimentares no Brasil são relativamente baixas na despesa total, mesmo para os mais pobres”. No entanto, dada a situação operacional monitorial, muitos autores não adotam a POF realizada como parâmetro, porque buscam formas de obter valores mais baixos que os codificados na pesquisa institucional.

¹⁶ Relação entre despesa alimentar e despesa total para codificação da LP.

TABELA 1 - COEFICIENTE DE ENGEL VERIFICADO

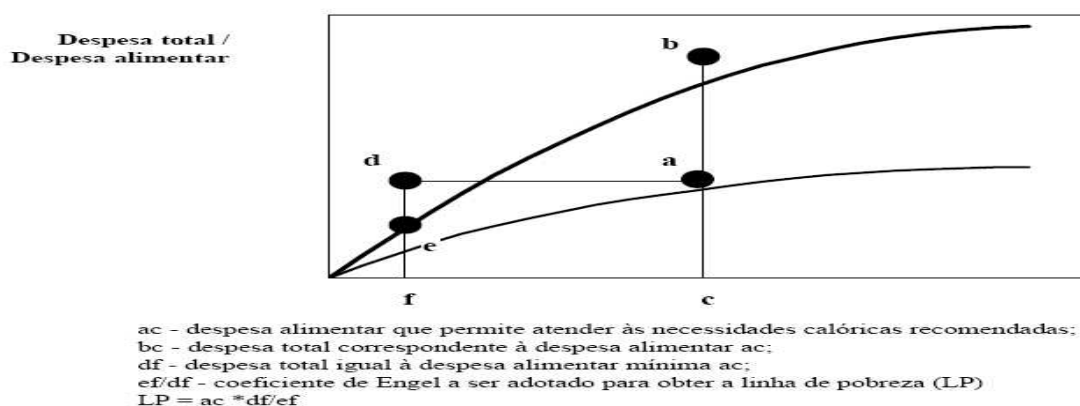
Regiões Metropolitanas	Coeficientes de Engel	
	ENDEF	POF 1987/88
Belém	0,45	0,45
Fortaleza	0,41	0,43
Recife	0,46	0,39
Salvador	0,45	0,39
Belo Horizonte	0,39	0,36
Rio de Janeiro	0,42	0,38
São Paulo	0,37	0,33
Curitiba	0,44	0,33
Porto Alegre	0,43	0,47

Fontes: ENDEF - Fava (1984); POF - Rocha (1993)

FONTE: ROCHA (1993)

A Cepal (1999) utiliza um coeficiente de Engel de 0,5 para o Brasil, tanto para as LPI, tanto para a estimação do ENDEF quanto da POF. Rocha (1993) utiliza o coeficiente de Engel observado, ou seja, análise da classe de despesa alimentar necessária a atender às necessidades calóricas mínimas e não as recomendadas, fator que estabelece um coeficiente superior ao observado na tabela acima.

GRÁFICO 1 – COEFICIENTE DE ENGEL A SER ADOTADO PARA OBTER UMA LP



FONTE: ROCHA, (2000, p.9)

O consumo geral da população interfere na composição da estimação de consumo não alimentar, ou seja:

Na verdade, tanto a crescente urbanização, como o efeito demonstração do consumo das camadas mais abastadas da população, influenciam a estrutura de consumo dos mais pobres numa sociedade marcada por elevada desigualdade de renda. Isto tem levado à elevação do valor das outras despesas a níveis incompatíveis com sua utilização no estabelecimento da linha de pobreza. Nestas circunstâncias, as alternativas são as de utilizar a linha de indigência como parâmetro básico, ao invés da linha de pobreza, ou aceitar a adoção de um componente crescentemente arbitrária no estabelecimento do valor associado ao consumo não-alimentar. (ROCHA, 2000, p.10)

1.3.1.4. Atualização das LP e LI

As atualizações das despesas alimentares na análise da linha de indigência se dão de maneira que se mantenham as quantidades constantes no lapso temporal de pesquisa e incorporando os novos preços com base num índice agregado de preços (INPC ou IGPM), ou atualizando produtos mais relevantes na composição da cesta.

A atualização das despesas não alimentares normalmente se pauta em dois pressupostos, ou seja, as existências do coeficiente de Engel fixam no médio prazo aplicando as atualizações dos bens alimentares, fator que limita sua análise quanto às modificações de padrão de consumo, já que esse altera os preços relativos. Assim Lobo (2005) afirma que Engel não é um coeficiente adequado para atualização de preços, fato que explica por que Rocha (2000) utiliza o INPC por grupos para construção da linha de pobreza e linha de indigência.

1.3.2 Medidas de agregação

Quantificar o número de pobres constitui uma agregação, em que se codifica o grupo de pobres numa determinada sociedade, gerando uma unidade de medida que reflita tal realidade e sirva de subsídio tanto ao pesquisador quanto para outros analistas. Tais medidas são ligadas à perspectiva renda, já que são delimitadas através de uma linha de

pobreza ou de indigência. Essas permitem apurar a sua incidência, profundidade e severidade:

1.3.2.1 Incidência de pobreza (*headcount index*)

Essa medida é calculada pela fórmula matemática simples $H = q/n$, onde H é o percentual da população pobre, q é o número de pessoas abaixo da linha de pobreza e n é a população total, ou seja, ele apura quantos pobres existem dentro de um total da população estudada. No entanto, esse parâmetro codifica apenas quantitativamente a população pobre, sendo insensível à severidade dessa pobreza.

O potencial dessa medida é conseguir calcular o número de pessoas dentro de uma comunidade que se encontram abaixo da linha de pobreza, porém a medida que capta apenas a extensão da pobreza e não sua intensidade, ou seja, não existe uma alteração do H na transferência de renda nem tampouco em sua redução, por isso tal medida é constantemente criticada.

1.3.2.2 Profundidade de pobreza (*poverty gap index*)

É a distância média, em percentagem, entre a condição de pobreza do indivíduo e a linha de pobreza. Matematicamente o *poverty gap index* é o mesmo que a diferença média entre os níveis de consumo dos pobres e a linha de pobreza, multiplicada pela incidência da pobreza. Resumidamente, ela mede quão pobres são os pobres.

1.3.2.3 Severidade de pobreza (*squared poverty gap index*)

É a profundidade da pobreza ao quadrado, é a média do quadrado da profundidade da pobreza, ou seja, sua severidade. Leva em conta as desigualdades entre os pobres.

Embora seja predominante a utilização da medida unilateral, existe uma corrente de pensadores que defende a necessidade da inclusão de dimensões não econômicas na análise da condição de vida do ser humano. Para eles, além da utilização de critérios não monetários, existe o reconhecimento da importância de se avaliar relativamente a pobreza, pois evidências empíricas têm demonstrado que aumento de renda nem sempre vem acompanhado de melhoria de bem estar¹⁷, situação essa que pode ser respondida por uma medida multilateral.

1.3.3 Medidas multidimensionais de pobreza

A literatura internacional reconhece que a pobreza possui um caráter pluralista multidimensional e, como tal, a medida unilateral isoladamente não consegue abranger as dimensões inerentes à pobreza, sendo necessário uma dimensão mais abrangente, pois, de acordo com Sen (2000), o progresso humano e as condições de vida das pessoas não podem ser reduzidas meramente à performance econômica das famílias.

1.3.3.1 Indicadores sintéticos multidimensionais

As necessidades básicas (*basic needs*) determinam como pobre a pessoa que não consegue ter acesso a uma “cesta” ou gama de bens primários que atendam às necessidades elementares. Tal contexto vai além das necessidades fundamentais (alimentar), já que contempla um conjunto mais amplo de necessidades, tais como: educação, saúde, habitação, vestuário, etc. (ROCHA, 2003). Tal concepção permite uma análise mais abrangente, podendo inclusive levar em consideração as diversidades e peculiaridades regionais, já que essas variam no tempo e espaço:

¹⁷ Um estudo mais aprofundado sobre o assunto pode ser extraído em Sen (1993) do livro *the Quality of life*.

Aprender ler e a escrever se constitui, por exemplo, uma necessidade básica, mas em sociedades onde a alfabetização é generalizada, esse critério de necessidade básica não será útil para distinguir os pobres. Seria necessário então, considerar necessidade básica de educação um nível de escolarização mais elevado [...] (ROCHA, 2003, p.19).

Assim como a educação, outras variáveis podem delimitar critérios distintos de análise das necessidades básicas, dependendo do grau de atendimento dessa variável na população analisada. Portanto, quando elas não são atendidas, ou são atendidas insatisfatoriamente permite-se uma constatação relativa da pobreza. Assim, tal abordagem contrapõe-se à tradicional medida renda, estabelecendo uma noção relativa e não absoluta como mensurada na linha de pobreza, demonstrando seu caráter multidimensional, no qual refletem “resultados efetivos em termos de qualidade de vida” (ROCHA, 2003, p.20).

1.3.3.1.1 Índice de desenvolvimento humano

O índice de desenvolvimento humano - IDH¹⁸ surgiu sob a coordenação de Mahbub ul-Haq¹⁹ em 1990 para o PNUD, que considerou o indicador sintético como substituto à abordagem do PIB per capita como indicador de desenvolvimento, pois, segundo o relatório das Nações Unidas para desenvolvimento, a pobreza vai além da questão de renda.

O processo de alargamento das escolhas das pessoas e o nível de bem-estar que atingiram estão na essência da noção de desenvolvimento humano. Tais escolhas não são finitas nem estáticas. Mas independentemente do nível de renda, as três escolhas essenciais se resumem à capacidade para ter uma vida longa e saudável,

¹⁸ Criado no início da década de 90 para o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento.

¹⁹ Mahbub ul-Haq era paquistanês, iniciou seus estudos de economia em Lahore, Paquistão, era mestre pela universidade de Cambridge, UK, e doutor pela universidade de Yale (USA). Em toda sua vida dedicou-se à problemática do desenvolvimento e também publicou vários livros sobre o assunto. Foi por muito tempo funcionário do PNUD, fundou em 1973 o Third World Forum, presidiu o diálogo Norte-Sul e também foi assessor importante da Comissão Brandt. Foi diretor do FMI e do Banco Mundial e entre 1982 e 1988 foi ministro do Planejamento e Finanças do Paquistão. Em um dos seus últimos trabalhos, falando sobre direitos humanos, segurança e governabilidade, profeticamente dizia que nenhum país poderia garantir a segurança de seus cidadãos individualmente e que a pobreza não poderia ser detida dentro de fronteiras nacionais.

adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida adequado. O desenvolvimento humano, contudo, não acaba aí. As pessoas também dão grande valor à liberdade política, econômica e social, à oportunidade de ser criativo e produtivo, ao respeito próprio e aos direitos humanos garantidos. A renda é um meio, tendo como fim o desenvolvimento humano (PNUD 1997).

Com base na abordagem acima, o IDH é calculado com base em três componentes principais²⁰:

1. longevidade: medida pela esperança ao nascer;
2. educação: medida pela combinação da taxa de alfabetização de adultos (P2) e taxa combinada de matrícula dos níveis (fundamental médio e superior);
3. renda: medida pelo poder de compra da população baseada no PIB per capita ajustado ao custo de vida local através da metodologia PPC (paridade do poder de compra);

Seu cálculo é operacionalizado a partir de uma média simples dos índices de longevidade, educação e renda.

$$IDH = \left(\frac{L + E + W}{3} \right)$$

No entanto, para a construção do índice foram fixados valores máximos e mínimos para cada um desses indicadores (Rolim, 2006):

- a) esperança de vida ao nascimento: 25 anos e 85 anos;
- b) alfabetização de adultos: 0% e 100%;
- c) taxa combinada bruta de matrículas: 0% e 100%;
- d) PIB real PC (PPP\$): \$100 e \$40.000 (PPP\$) onde para cada componente são calculados índices individuais, com base na fórmula abaixo:

$$Indice = \frac{Valor\ real\ de\ X_i - Valor\ mínimo\ de\ X_i}{Valor\ máximo\ de\ X_i - Valor\ mínimo\ de\ X_i}$$

²⁰ É a combinação linear de variáveis originais e são derivadas em ordem decrescente de importância.

Matematicamente falando, a renda é o índice mais complexo, pois demanda um conhecimento de logaritmo em virtude de ela ser considerada pela utilidade marginal da renda, ou seja:

$$W(y) = \frac{\log y - \log y_{\min}}{\log y_{\max} - \log y_{\min}}$$

O IDH varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0, 499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índice entre 0, 500 e 0, 799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior ou igual a 0, 800 têm desenvolvimento humano elevado.

1.3.3.1.2 Índice de desenvolvimento humano municipal

O IDHM é um índice criado a partir do IDH apenas acrescido de algumas adaptações, ou seja, o PIB per capita e a taxa de matrícula combinada foram substituídos pela renda familiar per capita média do município e pelo número médio dos anos de estudos.

- a. em relação à longevidade²¹, o índice utiliza a esperança de vida ao nascer (número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento).
- b. no aspecto educação²², considera o número médio dos anos de estudo (razão entre o número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais, sobre o total das pessoas de 25 anos e mais) e a taxa de analfabetismo (percentual das pessoas com 15 anos e mais, incapazes de ler ou escrever um bilhete simples).

²¹ Esse índice mede a expectativa de vida no nascimento. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no seu Relatório de Desenvolvimento Humano 2003, no Brasil, de 1999/2000 para 2000/2001, a esperança de vida ao nascer dos brasileiros cresceu de 67,6 anos para 67,8 anos, o que representou um índice da dimensão longevidade de 0,72. Segundo o “National Human Development Report Unit” (2003), o valor mínimo é de 25 anos e o máximo de 85 anos.

²² O índice de educação mede a taxa relativa de adultos alfabetizados e das matrículas nos ensinos fundamental, secundário e universitário. Primeiro calcula-se o índice de adultos alfabetizados e, em separado, o índice de matrículas nos três níveis de ensino. Então, esses dois índices são combinados para criar o índice da educação, dando um peso de 2/3 para o índice de adultos alfabetizados e 1/3 para o índice de matrículas.

- c. em relação à renda²³, considera a renda familiar per capita (razão entre a soma da renda pessoal de todos os familiares e o número total de indivíduos na unidade familiar).

O IDHM foi desenvolvido pelos pesquisadores da fundação João Pinheiro e do IPEA²⁴. Essas adaptações diferenciam o IDHM do IDH, apesar de sua similaridade.

1.3.3.1.3 Índice de pobreza humana-IPH

O IPH foi introduzido no relatório humano das Nações Unidas em 1997 para uma análise dos países em desenvolvimento, sendo essa a medida de pobreza humana, país a país sob uma perspectiva de desenvolvimento humano. Enquanto o IPH mede a média das três dimensões, o IPH mede as carências e/ou privações relacionadas da vida humana, correspondendo à média harmônica das três dimensões:

- a) sobrevivência: percentual de expectativa de vida inferior a 40 anos (P1)²⁵
- b) conhecimento: percentual de adultos analfabetos (P2)²⁶
- c) padrão de vida: compõe-se de três variáveis (P3), sendo percentual de pessoas com acesso a serviços de saúde (P3. 1), percentual de pessoas com acesso a água potável (P3. 2) e percentual de crianças desnutridas abaixo de 05 anos de idade (P3. 3).

O cálculo do IPH ou (HPI-1) é mais direto que o cálculo do IDH. Os indicadores usados para medir os desvios já estão normalizados entre zero e 100, porque eles são expressos em porcentagens. Assim, não existe necessidade de criar índices de dimensão como usa o IDH. O IPH é calculado pela fórmula:

²³ Esse índice é calculado usando o PNB per capita ajustado (PPP US\$ ou “Purchasing Power Parity”) e tem a finalidade de servir como uma dimensão do desenvolvimento humano não refletida apenas numa vida longa, com saúde e conhecimento. O rendimento é ajustado porque a obtenção de um nível respeitável de desenvolvimento humano não significa um rendimento ilimitado. Por isso, é utilizado o logaritmo do rendimento.

²⁴ Tal estudo foi realizado para os municípios mineiros em 1996.

²⁵ Medida pela vulnerabilidade em relação à morte, numa idade relativamente nova, ou seja, pela probabilidade viver e não sobreviver até a idade de 40 anos

²⁶ Medido pela exclusão do mundo de leitura e comunicação, calculado pela taxa de adultos analfabetos

$$IPH = [1/3(P_1^3 + P_2^3 + P_3^3)]^{1/3}$$

Onde:

P1 = Probabilidade de nascer e não sobreviver até os 40 anos (x 100)

P2 = Taxa de analfabetismo adulto (pessoas maiores que 15 anos)

P3 = Média da população que não tem acesso à água potável e crianças menores que cinco anos abaixo do peso

P3 = ((população que não tem acesso à água potável + crianças menores que cinco anos abaixo do peso) / 2).

$$\alpha = 3$$

1.3.3.1.4 Índice de pobreza humana - IPH-2 para países industrializados

O IPH-2²⁷ ou índice de pobreza humana para países Industrializados mede os desvios nas mesmas dimensões que o HPI-1, aumentando o índice de expectativa de vida e incorporando a exclusão social. Mas o HPI-2 verifica os desvios em quatro dimensões:

- a. vida longa e com bem-estar, medindo a vulnerabilidade à morte antes da idade de 60 anos, ou seja, mede a probabilidade de nascer e não sobreviver até lá;
- b. conhecimento, ou seja, a exclusão do mundo da leitura e comunicação, medido pela porcentagem de adultos (de 16 a 65 anos) sem acesso à literatura e às comunicações;
- c. um padrão de vida decente medido pela porcentagem de pessoas vivendo com rendimentos abaixo da linha de pobreza;

²⁷ Em ingles HPI-2 (Human Poverty Index for Selected Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) Countries).

- d. exclusão social que é medida pela taxa de desemprego de longo prazo (um ano ou mais).

A fórmula para cálculo do IDH-2 é dada por:

$$HPI-2 = [1/4 (P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha + P_4^\alpha)]^{1/\alpha}$$

Onde:

P1 = Probabilidade de nascer e não viver até a idade de 60 anos (x 100)

P2 = Taxa de adultos sem acesso à leitura e comunicação

P3 = População com rendimentos abaixo da linha de pobreza

P4 = Taxa de desemprego de longo prazo (um ano ou mais)

$\alpha = 3$

A variável “ α ” tem um importante impacto no valor do IPH-2. Se $\alpha = 1$, o IPH é a média das suas dimensões. Quanto mais “ α ” aumenta de valor, maior é o peso dado à dimensão onde existe o maior desvio. Se “ α ” cresce para o infinito, o IPH tende para o valor da dimensão em que o desvio é o maior. No Relatório de Desenvolvimento Humano, o valor de “ α ” é 3, para dar um aumento adicional, mas não um peso dominante para as áreas de maior desvio.

A medição de pobreza humana engloba uma gama mais vasta de variáveis chave para mensurar a pobreza, tal como a falta de nível educacional, liberdade política, segurança, oportunidades, etc. Não é prudente afirmar que esse índice de pobreza é melhor que as linhas de pobreza, mas sim que se congregam e se qualificam quando utilizados em conjunto. Ambos refletem a extensão da pobreza em diversas das suas dimensões.

1.3.3.1.5 Índice de pobreza humana municipal-IPHM

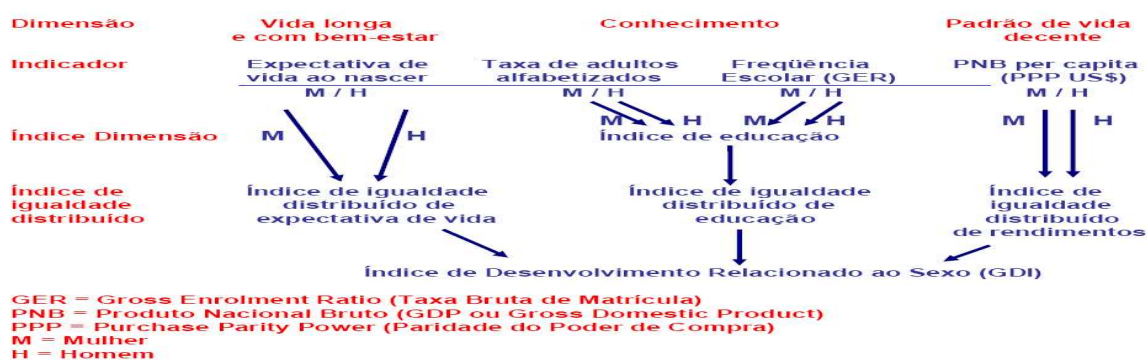
O índice de pobreza humana municipal foi uma proposta similar ao surgimento do IDHM, ou seja, partindo do IPH, Rolim (2006), realizou ajustes a fim de tornar o índice compatível com as disponibilidades de informações estatísticas.

- a) a carência relacionada à sobrevivência no IPH é representada pelo percentual de pessoas com expectativa de vida inferior aos 40 anos, já o IPHM calcula a probabilidade de morte antes dos 40 anos.
- b) a carência relacionada ao conhecimento no IPH é medida pela percentagem de adultos analfabetos, já no IPHM é o percentual de pessoas maiores de 25 anos analfabetas.
- c) a carência relacionada ao padrão de vida no IPH é composta de duas variáveis: pessoas sem acesso à água saudável e criança desnutrida abaixo de 05 anos, já no IPHM é o percentual de pessoas que vivem em domicílios sem água encanada e a taxa de mortalidade infantil até os 05 anos de idade.

1.3.3.1.6 Índice de desenvolvimento relacionado ao sexo (GDI)

Enquanto o IDH mede a média alcançada, o GDI (Gender-Related Development Index) ou índice de desenvolvimento relacionado ao sexo foi criado em 1995 e ajusta a média alcançada para refletir as desigualdades entre homens e mulheres, através das seguintes dimensões:

FIGURA 2 – DIMENSÕES DO GDI



FONTE: RDH, 1995.

O cálculo do GDI envolve três passos: primeiro, calcula-se o índice de homens e mulheres em cada dimensão, sendo na sequência combinado, de modo que as diferenças entre homens e mulheres sejam penalizadas. O índice resultante é chamado de índice de igualdade distribuído, após calcula-se o GDI pela combinação dos três índices de igualdade distribuído, dividido por três.

1.3.2.1.7 Índice de exclusão social

O índice de exclusão social - IES - foi criado em 2003 por Marcio Pochmann²⁸ e Ricardo Amorim²⁹ com os objetivos de possibilitar o reconhecimento do grau de desigualdade social existente nas diferentes regiões do país e de apoiar a implementação de políticas voltadas à inclusão social. O índice sintetiza a situação de cada município brasileiro no que se refere aos seguintes indicadores do processo de inclusão/exclusão social:

- a. porcentagem de chefes de família pobres no município;
- b. taxa de emprego formal na população em idade ativa;
- c. desigualdade de renda; taxa de alfabetização de pessoas acima de 5 anos;
- d. número médio de anos de estudo do chefe de domicílio;
- e. porcentagem de jovens na população;
- f. número de homicídios por 100.000 habitantes.

1.3.3.1.8 Índice de desenvolvimento ajustado aos sexos

De acordo com o RDH (1995) o "índice de desenvolvimento ajustado aos sexos", ou IDS, mede os resultados nas mesmas dimensões e variáveis que o IDH, mas leva em

²⁸ Atual Presidente do IPEIA.

²⁹ Vide Atlas de exclusão social no Brasil

consideração a desigualdade de resultados obtidos entre mulheres e homens. De acordo com esse índice, a desigualdade entre os sexos acompanha a pobreza humana³⁰

FIGURA 3 – DIMENSÕES DO IDS



FONTE: RDH, 1995

O GEM considera três áreas-chave para a desigualdade entre sexos e seu cálculo³¹ leva em consideração três questões:

- participação política e poder para tomada de decisões, medidos pela porcentagem de assentos no parlamento para homens e mulheres;
- participação econômica e poder para tomada de decisões, medidos em dois indicadores, porcentagem de homens e mulheres em posição de legisladores, administradores ou oficiais de alta patente, e ainda, porcentagem de homens e mulheres em posições profissionais e técnicas, incluindo profissionais de engenharia, física e matemática (e profissões correlatas), profissionais de saúde (e profissões correlatas) e ainda profissionais de ensino (e áreas correlatas);
- poder sobre recursos econômicos, medidos pelos rendimentos recebidos e estimados de homens e mulheres, em PPP US\$.

³⁰ Negação das escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento humano, refletida em vida curta, falta de educação elementar, falta de meios materiais, exclusão e falta de liberdade e dignidade.

³¹ O cálculo é baseado nos dados ocupacionais da “*International Labour Organization*” (2002).

Quanto maior a disparidade entre os sexos em face ao desenvolvimento humano básico, mais baixo é o IDS de um país comparado com o seu IDH. “O IDS é apenas o IDH descontado, ou ajustado para baixo, pela desigualdade entre sexos” (RDH, 1995).

1.3.3.1.9 Índice de desenvolvimento da família

O índice de desenvolvimento da família-IDF, segundo a metodologia desenvolvida por Barros, et al. (2003), é composto por seis dimensões, quais sejam, a) ausência de vulnerabilidade, b) acesso ao conhecimento, c) acesso ao trabalho, d) disponibilidade de recurso, e) desenvolvimento infantil e f) condições habitacionais. Esse é um índice mais específico que os outros índices citados.

As inúmeras definições e medições existentes indicam a dificuldade em avaliar qual mecanismo é o melhor ou mais apropriado a se levar em consideração, já que as metodologias utilizadas ora se divergem, ora se contemplam. No entanto a grande maioria não leva em consideração as peculiaridades e disparidades regionais/locais. Assim não basta medir, discutir um modelo, pois é preciso conhecer as causas e combatê-las de modo eficaz.

1.3.2.1.10 Índice de condição de vida

O índice de condição de vida - ICV³² é uma extensão do IDHM que incorpora, além das dimensões longevidade, educação e renda, outros indicadores destinados a avaliar a infância e a habitação. Assim, enquanto o IDH avalia quatro indicadores em três dimensões, o ICV contempla 20 indicadores básicos, agrupados em cinco dimensões: renda (com cinco indicadores), educação (com cinco indicadores), infância (quatro indicadores), habitação (quatro indicadores) e longevidade (dois indicadores).

³² O ICV foi desenvolvido pelos pesquisadores da Fundação João Pinheiro e IPEA em 1996 com o apoio da FAPMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais através de censos demográficos do IBGE.

As condições e os métodos relacionados à medição da pobreza, conforme expostos neste capítulo, são plurais, dado que as pesquisas são diversificadas quanto à metodologia. A inexistência de um indicador de pobreza oficial brasileiro fez com que surgissem inúmeros indicadores, no entanto percebe-se que a maioria tende a se pautar numa dimensão sob pontos similares, ora codificando subjetividade em alguns, ora a arbitrariedade em outros, demonstrando que seu uso dependerá de quem o usará e como o usará, já seu uso estará atrelado ao desejo de o que e por que mensurar.

1.3.2.1.11 Índice Firjam de desenvolvimento municipal

O IFDM foi elaborado em 2006 com intuito de anualmente medir o desenvolvimento sócio econômico dos municípios, e permite análise comparativa serial e temporal.

Sua metodologia consiste na análise de três áreas de desenvolvimento: emprego & renda, educação e saúde nos moldes do IDH-M, calculados pelos seguintes parâmetros:

- a) o subíndice emprego & renda é calculado pelo número de empregos formais e pelos salários desse setor, baseado nos dados do Ministério do Trabalho;
- b) o subíndice saúde é extraído do ranking de desenvolvimento quanto ao índice de saúde com base em dados anuais do Ministério da Saúde como número de consultas de pré-natal, óbitos por causas mal definidas e óbitos infantis por causas evitáveis;
- c) o subíndice educação é extraído do ranking de desenvolvimento quanto ao índice de educação, e seu cálculo é pautado no percentual de docentes com nível superior, a média de horas de aula diárias, a taxa de distorção idade-série e os resultados do Ideb (índice de qualidade do MEC).

Essas diferentes metodologias têm apresentado divergências nos percentuais estatísticos quanto à quantidade de pobres e pobres extremos existentes no Brasil e conseqüentemente no Paraná. Assim, faz-se necessário um subitem que contemple os aspectos metodológicos que instruíram este capítulo e instruirão os capítulos seguintes à análise da pobreza no Estado do Paraná.

1.4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa pautou primeiramente em contemplar os instrumentos contidos no Estado do Paraná para análise da pobreza. Após codificou os resultados obtidos na pesquisa de campo para legitimar sua opção metodológica. Tais informações foram trabalhadas no *software EVIEWS*, para estratificar sua regressão estatística, e proporcionar a leitura dos resultados obtidos.

Nesse sentido, os dados são os microdados do Censo do IBGE 2000 apud PNUD, sendo sua utilização justificada por permitirem um banco de dados vasto que contempla inúmeras informações sobre os municípios do Estado do Paraná. Esses dados são trabalhados no *software Excell* para fornecer estatísticas básicas sobre a pobreza, depois, com o uso do *software Eviews* para fornecer sua regressão, verificando sua variância e sua covariância.

Para tanto, foram escolhidos três indicadores de pobreza, diferentes em suas estruturas e composições, porém semelhantes em seus fins. A escolha desses indicadores se justifica primeiramente pela pesquisa de campo e pela disponibilidade de dados, aceitação e larga utilização, possibilidade de aplicação.

A pesquisa de campo demonstrou, através de suas respostas, que essas contemplam como os itens mais relevantes à causa da pobreza: ausência de emprego, ausência de qualificação e baixa renda. Assim o índice Frijam de desenvolvimento econômico contempla o primeiro item, o índice de pobreza humana municipal de Rolim(2006) contempla o segundo e a linha de pobreza e linha de indigência de Rocha(2003) contempla a terceira.

1.4.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa foi exploratório – descritiva quanto aos objetivos quantitativos em relação ao processo de análise do estudo, o qual objetivou analisar os determinantes da

pobreza, sendo num primeiro momento explorados sob as subdivisões geográficas do Estado do Paraná e sua metodologia de identificação de pobreza.

Assim, a pesquisa foi empreendida em duas fases:

- a) através de revisão bibliográfica de autores e institutos que atuam no desenvolvimento de indicadores que consideram o fator pobreza com a finalidade de levantar as variáveis para especificação e estimação dos modelos;
- b) pesquisa de campo junto aos municípios para levantamento de dados primários. Na segunda fase também foram levantados dados secundários dos seguintes indicadores: IPHM e IFDM.

1.4.2 Configuração do objeto espacial de pesquisa

A pesquisa foi empreendida como experimento para o território da CANTUQUIRIGUAÇU em virtude de ser ele o primeiro território paranaense a ser contemplado por recursos do programa Territórios da Cidadania do Governo Federal, bem como abranger 20 municípios, configurando-se num dos maiores territórios do Paraná. O espaço foi codificado pelas subdivisões territoriais da seguinte forma:

- a. mesorregiões inseridas no território da CANTUQUIRIGUAÇU, ou seja, Oeste Paranaense e Centro-Sul Paranaense;
- b. associação da CANTUQUIRIGUAÇU, composto pelos seguintes municípios: Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond;
- c. território da CANTUQUIRIGUAÇU, composto pelos mesmos municípios das associações, ou seja: Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do

Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond.

Tal escolha pautou-se na codificação analítico comparativa dos territórios, na busca de verificar a real situação desse em relação aos demais territórios, bem como analisar sua metodologia proposta sob a diferenciação das demais propostas: mesorregionais e associações de municípios.

1.4.3 Caracterização dos dados e configuração estatística

Os dados foram do tipo *cross section*, uma vez que se consideraram os municípios de cada objeto espacial de estudo para dados referentes ao ano de 2000.

A análise estatística multivariada da pobreza foi realizada por uma regressão de mínimos quadrados, ou seja, a variável regredida constitui o critério de análise da pobreza, visto tratar-se de um índice de pobreza.

Os testes codificados são os para diagnóstico convencional, ou seja, econometria convencional, a qual adotou sugestão de Anselin (2005), explorando os testes mais comuns, quais sejam, o de multicolinearidade, de normalidade dos erros e de heterocedasticidade.

O teste de multicolinearidade serve para diagnosticar a estabilidade dos resultados da regressão, afetado que é pelo grau de dependência entre as variáveis explicativas ao influenciarem a variável determinada. No software usado na presente dissertação, valores acima de 30, conforme Anselin (2005) sugerem problemas.

Para todos os testes, convencionamos o nível de significância de 0,05. Para todos os testes, consideramos como hipótese nula a existência do problema em questão. Assim, para aceitar a hipótese nula, a probabilidade do valor observado de cada teste deve ser maior do que a do valor crítico, na distribuição de probabilidades na ausência do problema, o que, na presente, implica probabilidade menor que 0,05, ou nível de confiabilidade estatística de 95% para uma significância de 5% referentes às avaliações dos testes t (análise individual das variáveis) e F (análise conjunta das variáveis).

1.4.4 Teorias utilizadas na dissertação

Apesar do vasto campo teórico, optou-se, na pesquisa, pela abordagem internacional de Lok-Dessallien (1998), em virtude de a mesma sistematizar os conceitos de pobreza conforme a sua multidimensionalidade, o que está coerente com a escolha desta pesquisa. A autora considera que a diversidade dos conceitos de pobreza classifica-os em termos absolutos ou relativos, objetivos ou subjetivos e enquanto privações fisiológicas ou sociológicas.

No entanto, para discutir os três indicadores escolhidos, faz-se necessário aportar o arsenal teórico de Rocha (2000), o qual delimita a composição das linhas de pobreza e Rocha (2003) em que estabelece as linhas de pobreza absoluta com relação às necessidades básicas alimentares (linha de indigência) ou socialmente consideradas mínimas (linha de pobreza). A linha de pobreza optada foi a do PNUD/IBGE de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, sendo a LP a variável dependente na codificação das funções que irão compor este estudo.

Na composição da análise para a função 01 optou-se por utilizar a teoria de Rocha (1998) na qual expõe a necessidade da avaliação da pobreza sob diferenças regionais, sob a delimitação de duas variáveis, ou seja, Desenvolvimento regional- Dr composta pela participação do PIB municipal no PIB paranaense e da renda per capita (Yf).

Tal opção pauta-se na justificativa da busca de refletir a pobreza Paranaense em termos quantitativos quase perfeitos, numa visão que contemple divergências e peculiaridades do Estado do Paraná, a qual não seria possível se não fosse abordada uma base teórica inerente a essa abrangência contextual, já que Rocha trabalha sob uma linha de pobreza regional, fator que atenua a escolha sobre demais autores sobre o assunto.

A linha de pobreza tomada acima como critério para identificação das variáveis com ela relacionadas é a de renda *per capita* familiar. Nessa linha, uma família que esteja em um domicílio cujas demais famílias tenham uma renda *per capita* superior, é considerada pobre, independentemente que as famílias residentes nesse domicílio serem solidárias na renda.

O presente trabalho se utiliza, também, do IFDM elaborado pela FIRJAM e IPH-M elaborado por Rolim (2006), para averiguar outras dimensões possíveis da pobreza,

realizando uma análise sobre a pesquisa de campo que delimita sub indicadores dos dois indicadores como causas principais da pobreza.

A utilização do IPH-M e IFDM, conforme já exposto, parte da proposição de que ambos se qualificam para mensurar e mapear a pobreza, com base na pesquisa de campo realizada. Além disso, tem o mérito de, diferentemente da linha monetária de pobreza, reunir diversas dimensões dessa pobreza.

1.4.4.1 IPH-M

O IPHM foi utilizado na presente dissertação para os municípios do Estado do Paraná. O índice foi calculado por Rolim (2006), sendo considerando a partir do índice nacional. A formulação de Rolim (2006) adota como base de dados o PNUD et alli (2003).

Seu cálculo segue o do IPH, refletindo a “privação” humana quanto à sobrevivência, o conhecimento e o padrão de vida, sendo mensurado sob a forma³³ $IPH = \left[\frac{1}{3}(P_1^3 + P_2^3 + P_3^3) \right]^{1/3}$, sendo P_1^3 probabilidade de morrer antes dos 40 anos, variável disponível em PNUD et alli (2003) como a porcentagem de pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos, P_2^3 a porcentagem de pessoas com mais de 25 anos analfabetas, sendo P_3 a porcentagem de pessoas com acesso a serviços de saúde, P_3 a pelo percentual de pessoas que vivem sem água encanada e P_3 a mortalidade infantil até 5 anos. Seu índice é de 0 a 100.

1.4.4.2 IFDM

O Índice FIRJAM de desenvolvimento municipal- IFDM foi utilizado na dissertação para os municípios do Estado do Paraná. Esse índice foi elaborado pela

³³ Os detalhes da metodologia empregada na elaboração do IPH constam de PNUD (1997).

FIRJAM em 2006 , sendo considerado a partir de um índice nacional, com informações do DIESE, MEC, IDEB, e Ministério da Saúde.

Seu cálculo segue o parâmetro do IDH-M na análise de três áreas de desenvolvimento: emprego& renda, educação e saúde nos moldes do IDH-M, variando em uma escala de 0 (pior) e 1 (melhor) para classificá-los.

1.4.5. Métodos

Para processamento dos dados, utilizou-se a regressão linear de mínimos quadrados no contexto estatístico multivariado, rodados pelo software Eviews, por meio de funções univariacionais dos tipos:

1.4.5.1 Funções para mesorregiões

A função para as mesorregiões centro-sul e oeste foi objeto de escolha em virtude de ambas contemplarem municípios que estão inseridos no Território da Cantuquiriguaçu. Assim o modelo abaixo permite verificar a correlação existente, bem como a média da pobreza por mesorregião, possibilitando uma análise da pobreza frente às 10 mesorregiões do Estado.

A teoria utilizada para essa contextualização é a teoria de Rocha (1998) das desigualdades regionais e de Rocha (2000, 2003) das Linhas de pobreza, ou seja, sendo a $LPM = f(Dr, Yf)$, ou seja, a linha de pobreza mesorregional é uma função do PIB e renda.

Modelo Especificado:

$$LPM = a_0 + a_1 Dr + a_2 Yf + u$$

Legenda:

LPM: Linha de pobreza das mesorregiões

Dr: Desenvolvimento Regional considerado a partir da participação do PIB Municipal no PIB Paranaense

Yf: Renda familiar considerada a renda necessária para fazer frente à aquisição de uma cesta de bens e serviços

1.4.5.2 Funções para associações municipais

A função para as associações municipais pautou-se na análise dos dois indicadores sintéticos em virtude da pesquisa de campo, que apontou seu subíndice como preponderantes na análise da pobreza. A opção por rodar o modelo para a Associação de Cantuquiriguaçu se deu em virtude de:

- a) os municípios da Associação de Cantuquiriguaçu compõem na íntegra o Território da CANTUQUIRIGUAÇU, e este ser um dos dois primeiros territórios contemplados pelos recursos do Programa Territórios da Cidadania sob a codificação de ser o mais pobre;
- b) pelos dados contemplados no MDA e MDS sobre esse território, fator de viabilização da pesquisa;
- c) a opção de não utilizar a mesma relação de variáveis da função 01 se deu em virtude de alegar-se a utilização de índices multidimensionais além da LP no recorte de associação de municípios.

Modelo Especificado:

$$LPAM = b_0 + b_1IDHMR + b_2IDHME + b_3IDHML + u$$

Legenda:

LPAM: Linha de pobreza dos municípios da associação da Cantuquiriguaçu medido em % da população situada na linha de pobreza com base na renda monetária abaixo de R\$ 75,00 per capita levantado no Atlas de Desenvolvimento Humano – PNUD para o ano de 2000.

1.4.5.3 Funções para os territórios

A função para os territórios pautou-se no arbitramento seletivo dos subindicadores do IPHM e do IFDM para codificação da maior relação existente entre eles e a pobreza, motivada em virtude dos resultados da pesquisa de campo.

Modelo Especificado:

$$LPT = c_0 + c_1 \text{IPHM} + c_2 \text{IFDM} + u$$

Legenda:

LPT: Linha de pobreza do Território da CANTUQUIRIGUAÇU medido em % da população situada na linha de pobreza com base na renda monetária abaixo de R\$ 75,00 per capita levantado no Atlas de Desenvolvimento Humano – PNUD para o ano de 2000.

IPHM – Índice de pobreza humana municipal

IFDM: Índice Firjam de desenvolvimento municipal

1.4.5.3.1 Modelos complementares para o Território da CANTUQUIRIGUAÇU

Para estimação do coeficiente individual de correlação (r) e do coeficiente de determinação (R^2) foram estimados modelos lineares simples tomando como exógenas as variáveis explicativas contidas no item 3 para a variável explicada linha de pobreza dos municípios do Território.

1.4.5.4 Indicador de pobreza Paranaense

Para estimação do ICPP consideramos as variáveis com maior representatividade nos modelos acima, variável causal renda (Y) e educação (E), confirmada por meio dos modelos econométrico executados sob a metodologia de subdivisões territoriais

Modelo:

$$I_{cpp} = \left(\frac{e_1 + e_2}{2\bar{y}} \right) 100$$

Legenda:

ICPP: Índice causal de pobreza paranaense

Y= renda per capita extraída do Atlas de desenvolvimento humano com base em 2000.

E₁= % de analfabetos de dezoito anos acima, extraída do Atlas de Desenvolvimento Humano com base em 2000

E₂= % de pessoas com menos de 04 anos de estudo, extraída do Atlas de desenvolvimento humano com base em 2000

1.4.5.4.1 Escala de leitura do ICPP

Para interpretação ICPP, considerou-se uma escala de 0 a 100, sendo que:

- i. Quanto mais próximo de 100, piores as condições de pobreza medida pelo analfabetismo; analfabetismo funcional e renda;
- ii. Quanto mais próximo de 0 melhores as condições deste município sob as variáveis causais de pobreza.

Quanto à segmentação em termos qualitativos da escala do ICPP consideramos os seguintes parâmetros:

Parâmetro	Interpretação
Abaixo de 20	Ótimas
De 20,1 a 40	Boas
De 40,1 a 60	Regulares
Acima de 60,1	Péssimas

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo demonstra que conceituar, medir e identificar pobreza não se traduz numa tarefa simplista, mas sim em uma vasta complexibilidade teórica, já que o conceito remete a uma metodologia de medição e, conseqüentemente, ambas remetem à

quantificação desta população. Assim, desde Rowtree que as técnicas de medição da pobreza vêm ganhando espaço nas discussões quanto à problemática que a envolve.

As linhas de pobreza determinadas através da renda, consumo ou poder de compra são uma das metodologias mais utilizadas quando se analisa o cenário brasileiro, que, apesar do pioneirismo de Rowtree, nos remete a uma das literaturas que mais contempla essa discussão com propriedade, ou seja, as obras de Sonia Rocha (2000, 2003) em virtude da sua contextualização nacional, muito embora outros autores também se dediquem a esse estudo, tais como Takagi, Graziano e Del Grosi (2001), porém é a autora que faz um estudo sob um enfoque regional, fator desta pesquisa.

A utilização de aspectos humanos no tratamento da pobreza surge anos depois, sendo alvo de várias críticas, porém não diferente das críticas atenuadas à mensuração unidimensional. Assim, os indicadores multidimensionais ganharam espaço e desde então vários índices têm sido criados, tais como o IPH, IDH e outros e tantos outros derivados desses como é o caso do IPH-M, IDH-M e IFDM, entre outros que se dedicam a questões mais específicas, os quais buscam explicar questão de gênero, participação e condição de vida. Essa gama de indicadores demonstra uma aceitabilidade do universo acadêmico da metodologia em si, apesar das controvérsias existentes à sua aplicabilidade.

O enfoque da pobreza, ao longo do tempo, se alimentou das contradições dos enfoques conceituais, já que esses se denotam pela visão do delimitador, ou seja, para os pesquisadores a abordagem pode ser unilateral, multilateral, ou ainda uma junção de ambas, porém para a população em geral e para os pobres, tal conotação não é apenas uma linguagem científica, mas um angústia privativa que delimita sua existência e/ou condição de sobrevivência.

Assim, o presente estudo se pautará numa análise sob os recortes de divisões sub territoriais para identificação da pobreza no Estado do Paraná, utilizando-se da metodologia codificada no item 1.4 e demonstrando no capítulo seguinte que, apesar da existência de vasta literatura estatística mensurativa multidimensional, os recortes geopolíticos são pautados na grande maioria nas linhas de pobreza, ou seja, por critério unidimensional, fixados em um limiar de renda.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA POBREZA NO PARANÁ SOB AS SUBDIVISÕES TERRITORIAIS

Este capítulo expõe as metodologias de análise da pobreza paranaense, abordando sua contextualização geográfica sob as subdivisões territoriais, bem como a opção teórica elencada para esses modelos.

Os percentuais de pobreza mostram a relação teórica abordada no primeiro capítulo, ou seja, alguns resultados se congregam e outros se divergem, abordando tais prerrogativas no intuito de entender os diferentes resultados sobre a incidência de pobreza no Estado.

Por isso, apresenta as tabelas e figuras de modo individual, alertando para os % de pobreza municipal e, após sintetiza o problema num âmbito estadual para uma análise comparativa aos recortes existentes.

Para tanto, o capítulo se compõe de quatro tópicos, dos quais este é o primeiro.

No segundo tópico, é apresentada a pobreza sob o recorte mesorregional elaborado pela Orbis com base nos microdados do IBGE/PNUD (2000) sobre a incidência de pobreza nas 10 mesorregiões do Estado do Paraná, auferidos a partir da linha monetária de pobreza.

No terceiro tópico, é apresentada a pobreza sob o recorte de subdivisão territorial por associação de municípios, pesquisado por Doretto et al (2003) para o IAPAR com base nos microdados do IBGE sobre a incidência de pobreza nas 18 associações do Estado do Paraná, auferidos a partir da linha monetária de indigência.

No quarto tópico, é apresentada a pobreza sob o recorte de subdivisão territorial por territórios, elaborado pelo Governo Federal no Programa Territórios da Cidadania com base nos microdados do IBGE sobre a incidência de pobreza nos 08 territórios do Estado do Paraná, auferidos a partir da linha monetária de pobreza, acrescido da composição de menor IDH, da maior incidência de usuários do Programa Bolsa Família e da maior presença de território indígena e de assentamentos .

Por fim, apresenta o comparativo dos resultados feitos sob os critérios utilizados para mensuração da pobreza no Estado, sob a metodologia geográfica de subdivisões territoriais, quanto à incidência de pobreza no Estado do Paraná.

As subdivisões territoriais auferidas para o Estado do Paraná, atualmente são tidos como base dos institutos para uma análise geográfica da problemática, neste contexto:

- a) a ORBIS utilizou-se da abordagem de mesorregião para analisar a pobreza, sob a codificação do PNUD na questão linha de pobreza, na confecção dos indicadores do milênio para o movimento “Nós Podemos Paraná”.
- b) o IAPAR utilizou-se do recorte de Associação Municipal sob codificação de uma LI, baseada em salário, para instrumentalizar suas políticas e programas codificadas por Doretto et al(2003).
- c) o recorte territorial para o programa Territórios da Cidadania do MDS e MDA, se utiliza de várias variáveis na codificação da pobreza, apesar de alguns territórios assimilarem-se ao recorte de associação e alguns não se assimilarem nem no recorte de associação nem de mesorregião.

2.1. DA PROBLEMÁTICA À ANÁLISE REGIONAL

A pobreza, na maior parte dos estudos existentes, principalmente os internacionais³⁴, que são tidos como referência nos territórios nacionais, padroniza o conceito e a medição, para deter um agente facilitador comparativo entre os países. Esse fator gera uma problemática no que concerne à análise nacional. Tal conotação pode induzir a uma análise subjetiva do problema, haja vista a inexistência da consideração das desigualdades e peculiaridades regionais, as quais deveriam ser levadas em consideração ao analisar a problemática concernente à pobreza no Estado do Paraná.

³⁴ Estudos esses como o do Banco Mundial e do PNUD que são os órgãos mais referenciados sobre o assunto.

As desigualdades regionais envolvem uma gama de discussão sobre o assunto, pois existem peculiaridades particulares a cada Estado brasileiro que, para Rocha (1998, p.01),³⁵ se inserem em “duas temáticas”:

A desigualdade, uma das questões socioeconômicas centrais no Brasil, envolve, na verdade, duas temáticas. A primeira concerne à desigualdade entre pessoas que está associada à elevada variância de indicadores relacionados com a qualidade de vida, geralmente sintetizada pela renda [...]. A segunda temática relativa à desigualdade de importância crucial no caso brasileiro é a da desigualdade regional. Apesar de suscitar desde longa data o estabelecimento de políticas e a criação de instituições governamentais voltadas especificamente para o seu combate, as diferenças entre regiões permanecem em níveis elevados quaisquer que sejam os critérios utilizados para a sua mensuração. A esse respeito, é especialmente inquietante constatar que os indicadores de desigualdade regional a que geralmente se faz referência, baseados na participação das regiões no PIB nacional, não sinalizam uma tendência robusta de redução das desigualdades.

A citação acima aborda que ainda não são utilizados indicadores que possibilitem abranger com eficácia as peculiaridades e desigualdades regionais. Assim, remete-nos a uma exposição sobre as análises da pobreza codificada para o Estado do Paraná para que possibilite a discussão pretendida.

2.1.1 Da análise da pobreza sob a ótica de insuficiência de renda

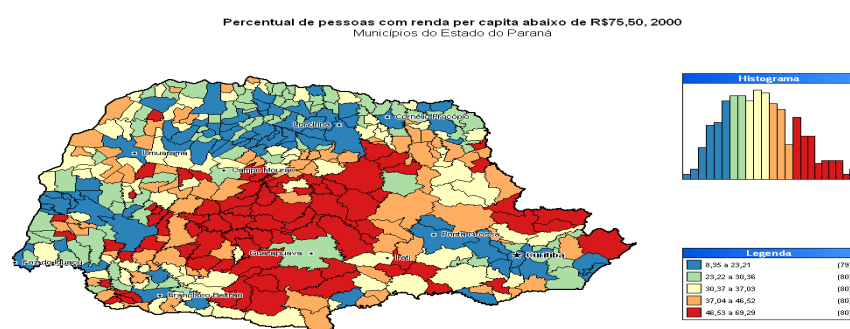
A primeira temática para Rocha (1998) “concerne pela renda” a qual hoje é um dos instrumentos mais utilizados na medição de pobreza. Nessa contextualização, observaremos as metodologias utilizadas e disponíveis para o Paraná.

³⁵ Tal abordagem encontra-se no texto de discussão do IPEA n.º 567 de 1998, sob o título Desigualdades Regionais.

2.1.1.1 Metodologia do PNUD

O PNUD utiliza as LP para mensurar pobreza, instituindo um valor monetário de $\frac{1}{2}$ salário mínimo como parâmetro de renda, e o codifica, por renda per capita domiciliar³⁶, conforme demonstra mapa temático do Atlas de Desenvolvimento Humano (2000):

MAPA 1 - % DE POBRES NO ESTADO DO PARANÁ (2000)

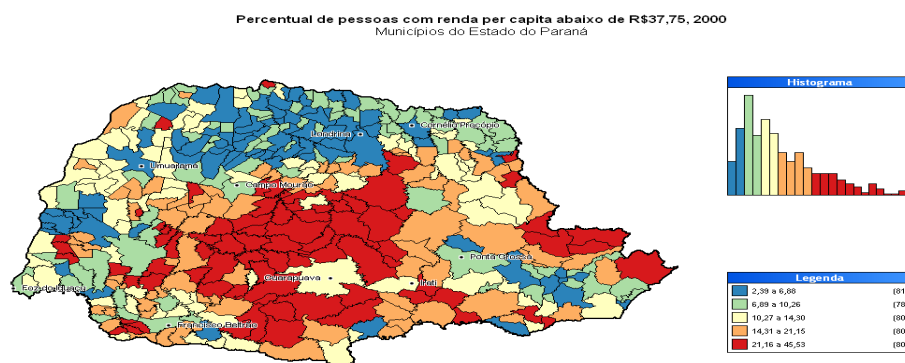


FONTE: Atlas do desenvolvimento humano (2000) Mapas Temáticos: % de Pobres

O mapa acima demonstra que no Estado do Paraná existem vários municípios ainda em situação de pobreza, estando a maior parte concentrada na região aos arredores do Município de Guarapuava, ou seja, microrregião de Guarapuava.

³⁶ Razão entre o somatório da renda per capita de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos. A renda per capita de cada indivíduo é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros da família e o número de membros dessa família. Valores expressos em reais de 1º de agosto de 2000. (PNUD)

MAPA 2 - % DE INDIGENTES NO ESTADO DO PARANÁ (2000)



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano (2000) Mapas temáticos: % de indigência

A LI demonstrada no gráfico 02 identifica a população indigente adotando uma linha de renda per capita domiciliar de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, considerando-os abaixo da linha de pobreza e demonstrando que o resultado se mantém, ou seja, a miserabilidade ou pobreza extrema está situada no mesmo local onde já se identificou a pobreza no mapa 01, ou seja, na região próxima de Guarapuava.

Nessa metodologia, o PNUD codificou no ano de 2000 uma intensidade de pobreza de 42,32% e 51,15% de indigência no Estado do Paraná, superando os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul na região Sul e quase se aproximando dos resultados estatísticos auferidos para o Brasil como um todo.

2.1.1.2 Metodologia do IPARDES

O IPARDES, segundo censo demográfico do IBGE (2000)³⁷, codificou 589.420 famílias em situação de pobreza no Estado do Paraná, representando um percentual de 20,87%, sendo distribuído esse total em 67,07% em residentes das áreas urbanas e 32,93%

³⁷ O censo utilizou como parâmetro um patamar de renda inferior a meio salário mínimo, ou seja, a proporção de famílias que detinham uma renda familiar per capita (somatório de todos os rendimentos da família) inferior ou igual a meio salário mínimo.

em áreas rurais. Se codificadas as famílias em número de pessoas, totalizaria 2.322.578 pessoas, perfazendo 24,37 % da população total do Estado.

Tal medição se instrumentaliza pela aferição de $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita familiar para codificação de famílias pobres e $\frac{1}{4}$ de salário mínimo para famílias extremamente pobres, utilizando-se do mesmo valor monetário auferido pelo PNUD conforme demonstra a tabela 02.

TABELA 2 – NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DE FAMÍLIAS E PESSOAS POBRES SEGUNDO SITUAÇÃO DOMICILIAR – PARANÁ-(2000).

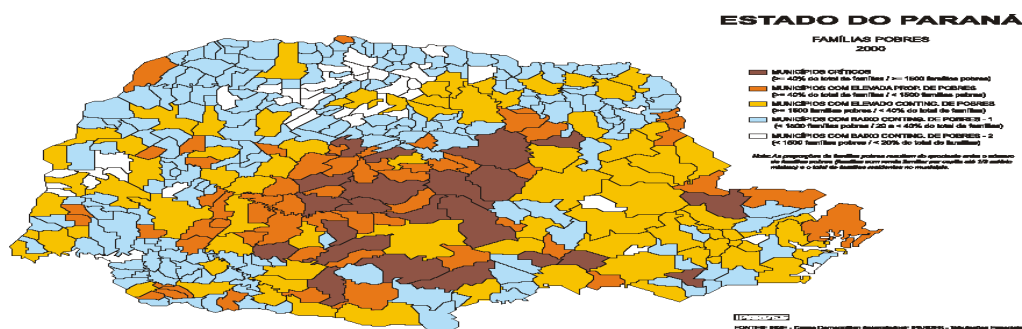
Unidade de Análise	Famílias Pobres	Total de Famílias
Famílias	589.420	2.824.383
Urbano	67,07%	85,97%
Rural	32,93%	17,03%
Pessoas	2.322.578	9.530.071
Urbano	64,52%	81,36%
Rural	35,48%	18,64%

FONTE: IBGE – Censo demográfico 2000, IPARDES – Tabulações especiais, in Famílias Pobres no Paraná.

Ao analisar a tabela acima, verifica-se que o IPARDES contrapõe a questão apresentada pelo PNUD ao auferir uma maior concentração de pobreza no meio urbano e não rural tanto quanto apresentado no contingente de pessoas quanto no número de famílias. Observe que o mapa do PNUD apresentava a maior concentração de pobreza na região de Guarapuava, já o mapa do IPARDES conceitua de forma diferente expondo parte

desta região como região crítica de pobreza³⁸, seguido dos municípios com maior propensão de pobres³⁹ e municípios com elevado contingente de pobres⁴⁰.

MAPA 3 - MAPA DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA NO PARANÁ (2000)



FONTE: IBGE – Censo demográfico 2000 apud IPARDES – Tabulações especiais, in Famílias Pobres no Paraná

2.2 BOLSÕES DE POBREZA NO ESTADO DO PARANÁ

Os bolsões de pobreza é uma terminologia utilizada para definir as “áreas críticas”⁴¹ de pobreza, nas quais, segundo o Observatório Regional de Indicadores de sustentabilidade o Paraná encontra-se na dimensão abaixo, conforme base de dados do IBGE 2000.

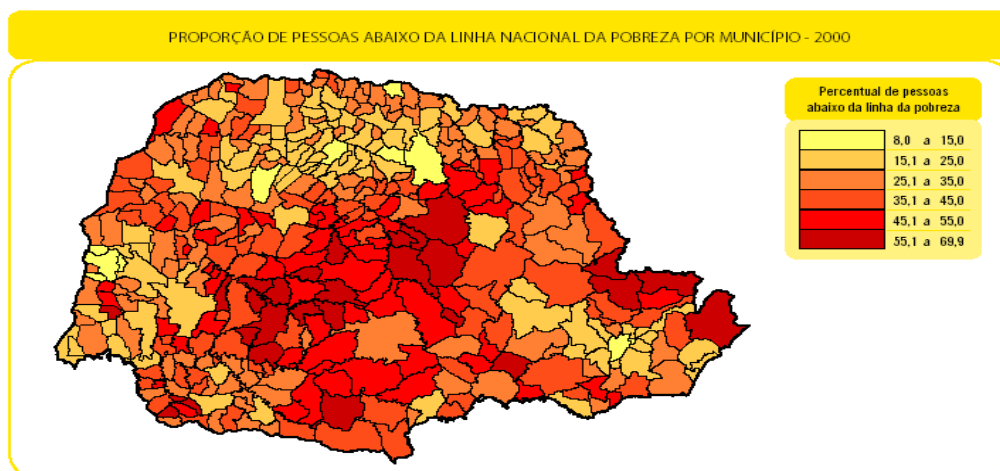
³⁸ Área marron

³⁹ Área Laranja

⁴⁰ Área amarela

⁴¹ De acordo com a Orbis, área crítica refere-se a situação onde quase a metade da população vive abaixo da linha de pobreza

MAPA 4 – PROPORÇÃO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA NO PARANÁ (2000).



FONTE: Censo Demográfico IBGE 2000 apud Orbis in Indicadores_ODM_Parana2007.

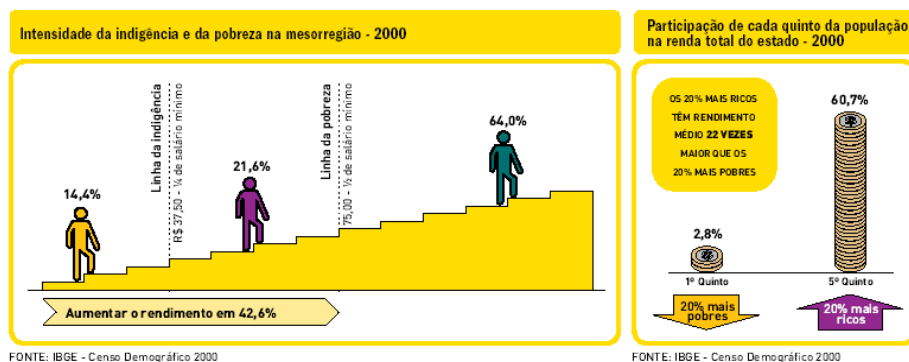
O mapa 04 demonstra que as áreas críticas encontram-se na região central do Paraná, onde 2/3 da população encontram-se em situação de pobreza extrema.

2.2.1 Bolsões de pobreza no Estado do Paraná sob o recorte mesorregional.

O estudo sobre pobreza no Paraná, calcado nos recortes geopolíticos de mesorregião contempla as mesorregiões Centro Ocidental, Centro Oriental, Centro Sul, Metropolitana, Noroeste, Norte Central – Londrina, Norte Central – Maringá, Norte Pioneiro, Oeste, Sudeste e Sudoeste, as quais são pautadas na abordagem unidimensional, ou seja, faixa de renda, através das linhas de pobreza e linhas de indigência.

2.2.1.1 Pobreza da Mesorregião Centro Ocidental

FIGURA 4 - MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL – INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)



FONTE: Extraído da ORBIS In Indicadores do Milênio 2007⁴²

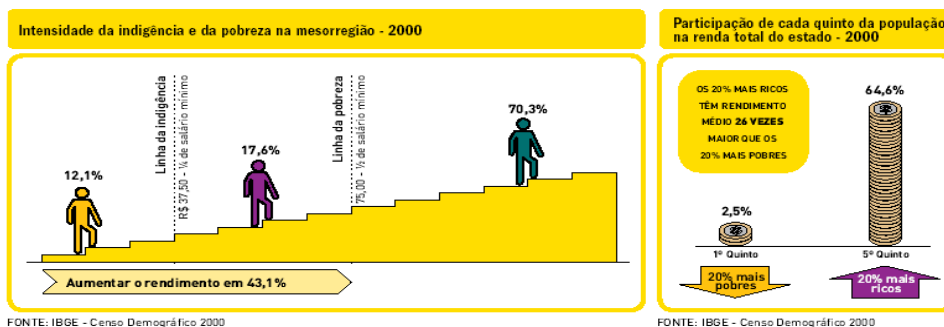
A Mesorregião Centro-Ocidental é constituída por 25⁴³ municípios e segundo dados da ORBIS (2000), deteve uma redução de 24% das pessoas em situação de pobreza ou indigência no período de 1991 para 2000 com base nos parâmetros de renda do PNUD, detendo 35,9% de pessoas nessa situação (2000). Ainda expõe que os 20% mais pobres contemplam 2,8% da população e os 20% mais ricos 60,7% da população, condizendo a 21 vezes a diferença de rendimento dos 20% mais pobres para os 20% mais ricos. Essa mesorregião detém uma oscilação de 32% (Município de Terra Boa) a 52% (Altamira do Paraná) de intensidade de pobreza. Média 42,6%.

⁴² Disponível no endereço http://www.orbis.org.br/indicadores_milenio_2007.php

⁴³ Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioêre, Iretama, Janiopolis, Juranda, Luziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre do Oeste, Roncador, Terra Boa e Ubitatã.

2.2.1.2 Pobreza da Mesorregião Centro-Oriental

FIGURA 5 - MESORREGIÃO CENTRO ORIENTAL – INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)



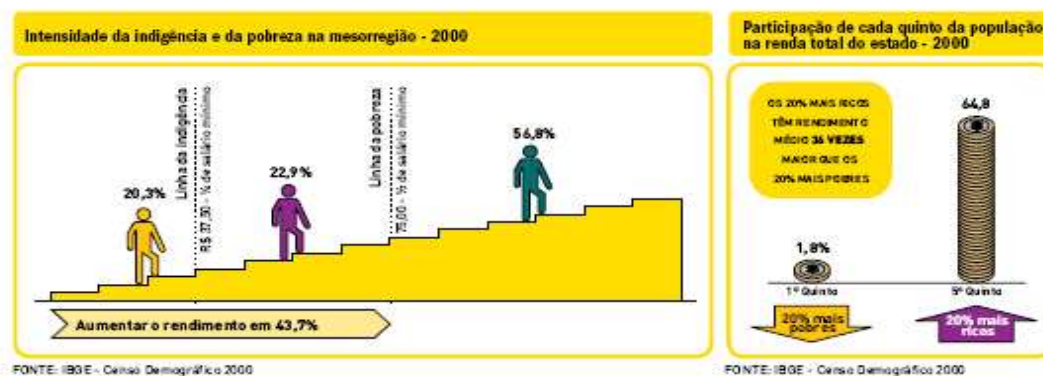
FONTE: Extraído da ORBIS In Indicadores do Milênio 2007.

A Mesoregião Centro-Oriental é constituída por 14 municípios⁴⁴ e, segundo dados da ORBIS (2000), deteve uma redução de 25% das pessoas em situação de pobreza ou indigência no período de 1991 para 2000 com base nos parâmetros de renda do PNUD, detendo 29,7% de pessoas nessa situação (2000). Ainda expõe que os 20% mais pobres contemplam 2,5% da população e os 20% mais ricos 64,6% da população, condizendo a 26 vezes a diferença de rendimento dos 20% mais pobres para os 20% mais ricos. Essa mesoregião detém uma oscilação de 37% (Município de Carambeí) a 49% (Ortigueira) de intensidade de pobreza. Média 43,1%.

⁴⁴ Arapoti, Carambeí, Castro, Ponta Grossa, Imbáu, Jaguaraiva, Ortigueira, Palmeira, Pirai do Sul, Reserva, Sengês, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventana.

2.2.1.3 Pobreza da mesorregião Centro Sul

FIGURA 6 - MESORREGIÃO CENTRO SUL – INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)



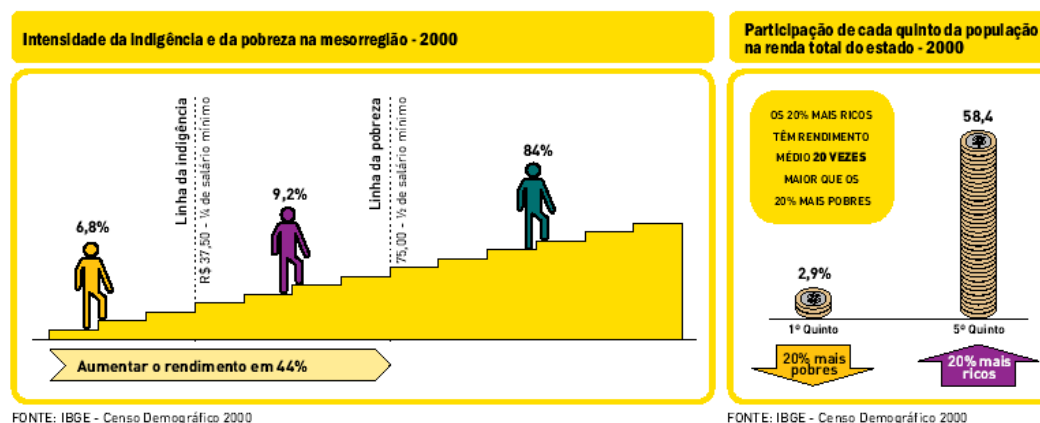
FONTE: Extraído da ORBIS In Indicadores do Milênio 2007

A Mesorregião Centro-Sul é constituída por 29 municípios⁴⁵ e, segundo dados da ORBIS (2000), deteve uma redução de 26% das pessoas em situação de pobreza ou indigência no período de 1991 para 2000 com base nos parâmetros de renda do PNUD, detendo 43,2% de pessoas nessa situação (2000). Ainda expõe que os 20% mais pobres contemplam 1,8% da população e os 20% mais ricos 64,8% da população, condizendo a 35 vezes a diferença de rendimento dos 20% mais pobres para os 20% mais ricos. Essa mesorregião detém uma oscilação de 38% (Município de Clevelândia) a 60% (Nova Laranjeiras) de intensidade de pobreza. Média 43,7%.

⁴⁵ Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Clevelândia, Cel. Domingues Soares, Espigão alto do Iguazu, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Honório Serpa, Inácio Martins, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Mangueirinha, Marquinho, Mato Rico, Nova Laranjeiras, Palmas, Palmital, Pinhão, Pitanga, Porto Barreiro, Quedas do Iguazu, Reserva do Iguazu, Rio Bonito do Iguazu, Sta. Maria do Oeste, Turvo e Virmond.

2.2.1.4 Pobreza da Mesorregião Metropolitana

FIGURA 7 - MESORREGIÃO METROPOLITANA – INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)



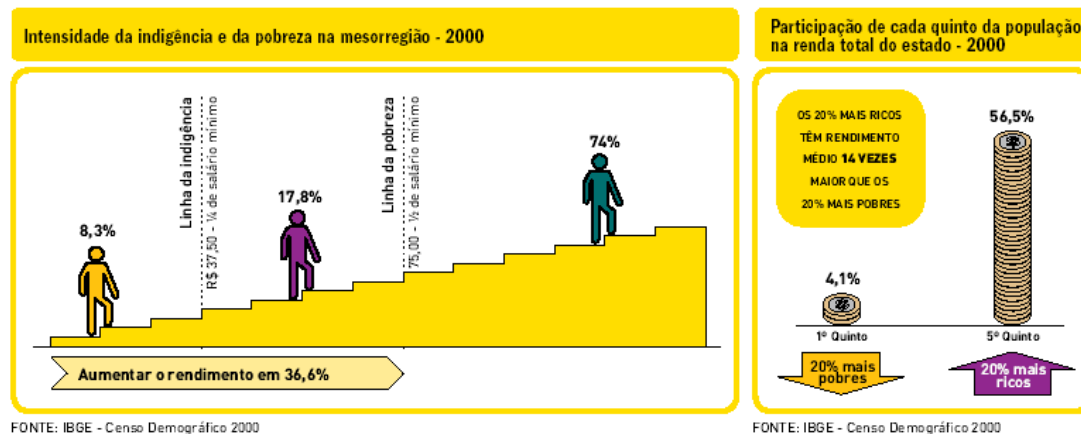
FONTE: Extraído da Orbis In Indicadores do Milênio 2007

A mesorregião Metropolitana é constituída por 37 municípios⁴⁶ e, segundo dados da ORBIS (2000), deteve uma redução de 13% das pessoas em situação de pobreza ou indigência no período de 1991 para 2000 com base nos parâmetros de renda do PNUD, detendo 15,96% de pessoas nessa situação (2000). Ainda expõe que os 20% mais pobres contemplam 2,9% da população e os 20% mais ricos 58,4% da população, condizendo a 20 vezes a diferença de rendimento dos 20% mais pobres para os 20% mais ricos. Essa mesorregião detém uma oscilação de 34% (Município de Rio Negro) a 59% (Município de Adrianópolis) de intensidade de pobreza. Média 43,9%.

⁴⁶ Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Antonina, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulyssis, Fazenda Rio Grande, Guaraqueçaba, Guaratuba, Itaperuçu, Lapa, Madirituba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Piên, Pinhais, Piraquara, Pontal do Paraná, Porto Amazonas, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

2.2.1.5 Pobreza da Mesorregião Noroeste

FIGURA 8 - MESORREGIÃO NOROESTE – INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)



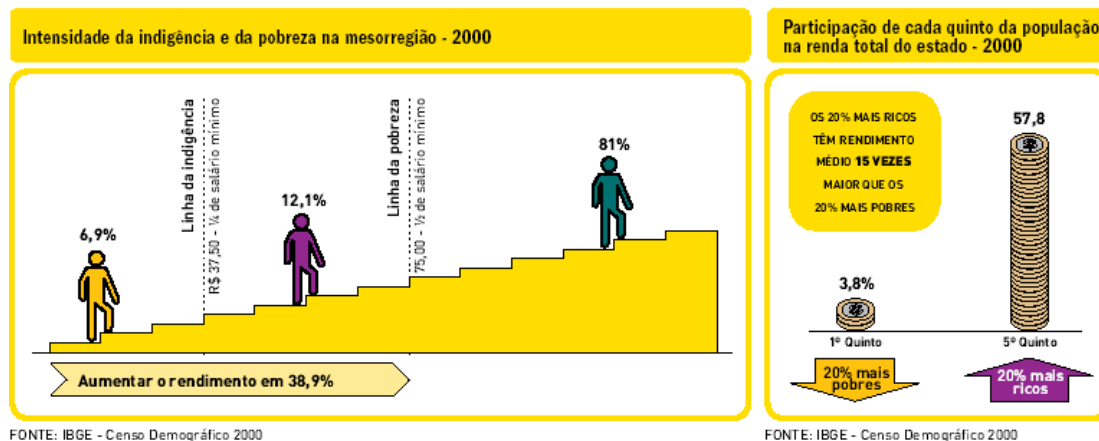
FONTE: Extraído da ORBIS In Indicadores do Milênio 2007

A Mesorregião Noroeste é constituída por 61 municípios⁴⁷ e , segundo dados da ORBIS (2000), deteve uma redução de 42% das pessoas em situação de pobreza ou indigência no período de 1991 para 2000 com base nos parâmetros de renda do PNUD, detendo 26% de pessoas nessa situação (2000). Ainda expõe que os 20% mais pobres contemplam 4,05% da população e os 20% mais ricos 56,5 % da população, condizendo a 13 vezes a diferença de rendimento dos 20% mais pobres para os 20% mais ricos. Essa mesorregião detém uma oscilação de 28% (Município de Japurá) a 47% (Município de Querência do Norte) de intensidade de pobreza. Média 36,6%.

⁴⁷ Alto Paraná, alto Piquiri, Altonia, Amaporã, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cianorte, Cidade Gaucha, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Guairaça, Guaporema, Icaraíma, Inajá, Indianópolis, Iporã, Itaúna do Sul, Ivaté, Japurá, Jardim Olinda, Jussara, Loanda, Maria Helena, Marilena, Mariluz, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Nova Olímpia, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranaipoema, Paranaíba, Perobal, Pérola, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Rondon, Sta, Cruz de Monte Castelo, Sta, Izabe do Ivaí, Sta. Mônica, Santo Antonio de Caiuá, São Jorge do Patrocinio, São Manoel do Paraná, São Pedro do Paraná, São Tomé, Tamboara, Tapejara, Tapira, Terra Rica, Tuneiras do Oeste, Umarama, Vila Alta e Xambrê.

2.2.1.6 Pobreza da Mesorregião Norte Central – Londrina

FIGURA 9 - MESORREGIÃO NORTE CENTRAL -LONDRINA- INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)



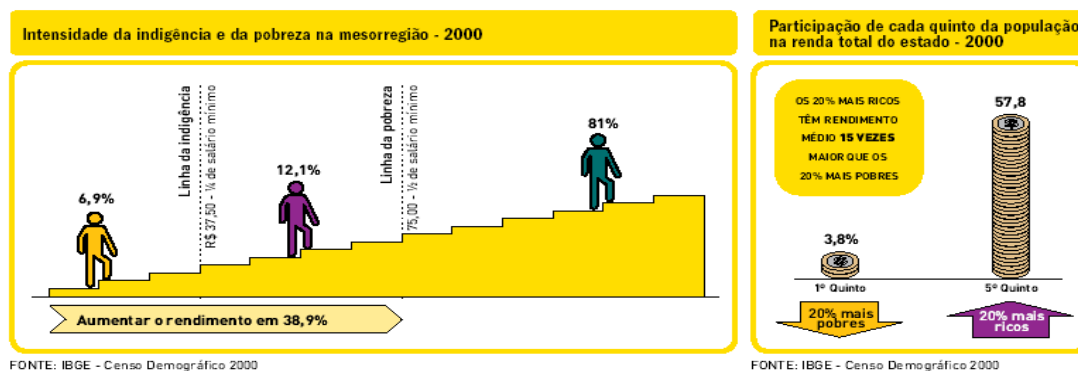
FONTE: Extraído da ORBIS In Indicadores do Milênio 2007

A Mesorregião Central de Londrina é constituída por 48⁴⁸ municípios e, segundo dados da ORBIS (2000), deteve uma redução de 34% das pessoas em situação de pobreza ou indigência no período de 1991 para 2000 com base nos parâmetros de renda do PNUD, detendo 19% de pessoas nesta situação (2000). Ainda expõe que os 20% mais pobres contemplam 3,75% da população e os 20% mais ricos 57,8% da população, condizendo a 15 vezes a diferença de rendimento dos 20% mais pobres para os 20% mais ricos. Essa mesorregião detém uma oscilação de 31% (Municípios de Sertanópolis e Alvorada do Sul) a 58% (Município de Alegre) de intensidade de pobreza. Média 38,9%.

⁴⁸ Alvorada do Sul, Apucarana, Arapongas, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bela Vista do Paraíso, Bom Sucesso, Borrazópolis, Cafeara, Califórnia, Cambé, Cambira, Candido de Abreu, Centenário do Sul, Cruzmaltina, Faxinal, Florestópolis, Godoy Moreira, Grandes Rios, Guaraci, Ibiporã, Ivaiporã, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Marilandia do Sul, Marumbi, Mauã da Serra, Miraselva, Novo Itacolomi, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rolândia, Rosário do Ivaí, Sabáudia, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Sertanópolis e Tamarana.

2.2.1.7 Pobreza da Mesorregião Norte Central – Maringá

FIGURA 10- MESORREGIÃO NORTE CENTRAL –MARINGÁ: INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)



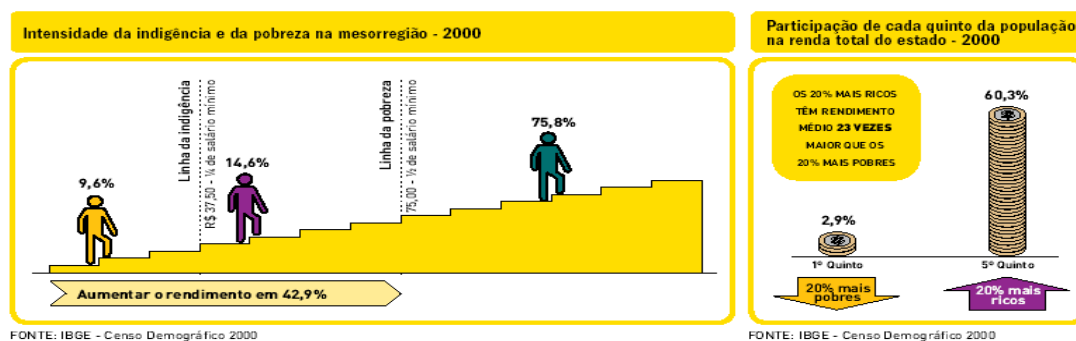
Fonte: Extraído da ORBIS In Indicadores do Milênio 2007

A mesorregião Norte-Central de Maringá é constituída por 31 municípios⁴⁹ e, segundo dados da ORBIS (2000), deteve uma redução de 13% das pessoas em situação de pobreza ou indigência no período de 1991 para 2000 com base nos parâmetros de renda do PNUD, detendo 19 % de pessoas nesta situação (2000). Ainda expõe que os 20% mais pobres contemplam 3,75% da população e os 20% mais ricos 58,4% da população, condizendo a 15 vezes a diferença de rendimento dos 20% mais pobres para os 20% mais ricos. Essa mesorregião detém uma oscilação de 34% (Município de Rio Negro) a 59% (Município de Adrianópolis) de intensidade de pobreza. Média 38,9%.

⁴⁹ Ângulo, Astorga, Atlaia, Colorado, Doutor Camargo, Florai, Floresta, Florida, Iguaraçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Manoel Ribas, Marialva, Maringá, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Nova Tebas, Ourizona, Paçandu, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí, Sarandi e Uniflor.

2.2.1.8 Pobreza da mesorregião Norte Pioneiro

FIGURA 11 MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)



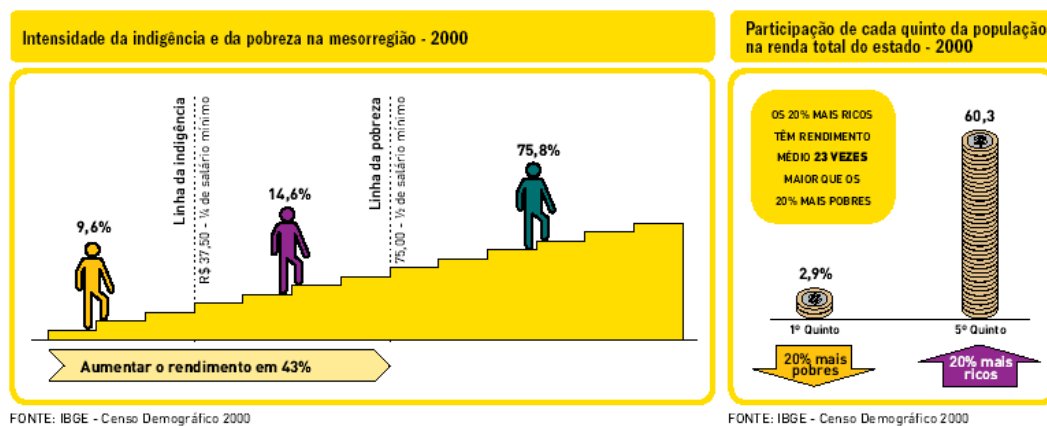
FONTE: Extraído da ORBIS In Indicadores do Milênio 2007

A Mesorregião Norte Pioneiro é constituída por 37 municípios⁵⁰ e, segundo dados da ORBIS (2000), deteve uma redução de 34 % das pessoas em situação de pobreza ou indigência no período de 1991 para 2000 com base nos parâmetros de renda do PNUD, detendo 30,9% de pessoas nessa situação (2000). Ainda expõe que os 20% mais pobres contemplam 3,75% da população e os 20% mais ricos 57,8% da população, condizendo a 17 vezes a diferença de rendimento dos 20% mais pobres para os 20% mais ricos. Esse mesorregião detém uma oscilação de 29% (Município de Santo Inácio e Florai) a 55% (Município de Nova Tebas) de intensidade de pobreza. Média 37,5%.

⁵⁰ Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Antonina, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Guaraqueçaba, Guaratuba, Itaperuçu, Lapa, Madirituba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Piên, Pinhais, Piraquara, Pontal do Paraná, Porto Amazonas, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

2.2.1.9 Pobreza da Mesorregião Oeste

FIGURA 12-MESORREGIÃO OESTE - INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)



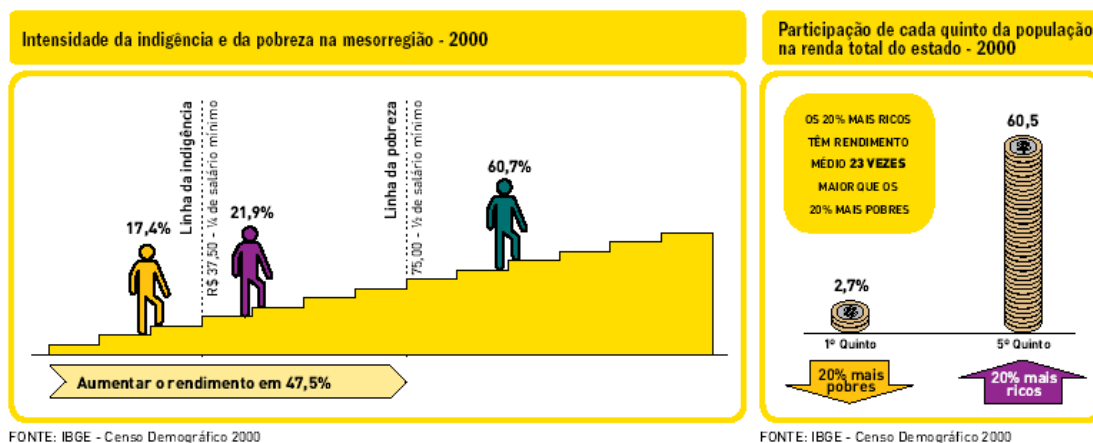
FONTE: Extraído da ORBIS In Indicadores do Milênio 2007

A mesorregião Oeste é constituída por 50 municípios⁵¹ e, segundo dados da ORBIS (2000), deteve uma redução de 33 % das pessoas em situação de pobreza ou indigência no período de 1991 para 2000 com base nos parâmetros de renda do PNUD, detendo 24,2% de pessoas nessa situação (2000). Ainda expõe que os 20% mais pobres contemplam 2,89% da população e os 20% mais ricos 60,3% da população, condizendo a 23 vezes a diferença de rendimento dos 20% mais pobres para os 20% mais ricos. Este mesorregião detém uma oscilação de 26% (Município de Quatro Pontes) a 61% (Município de Diamante do Sul) de intensidade de pobreza. Média 42,8%.

⁵¹ Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leonidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaira, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuitas, Lindoeste, Marechal Candido Ronon, Maripá, Matelandia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Sta. Lucia, Sta. Tereza do Oeste, Sta. Terezinha do Itaipu, São José das Plameiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Tres Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste.

2.2.1.10 Pobreza da Mesorregião Sudeste

FIGURA 13-MESORREGIÃO SUDESTE - INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)



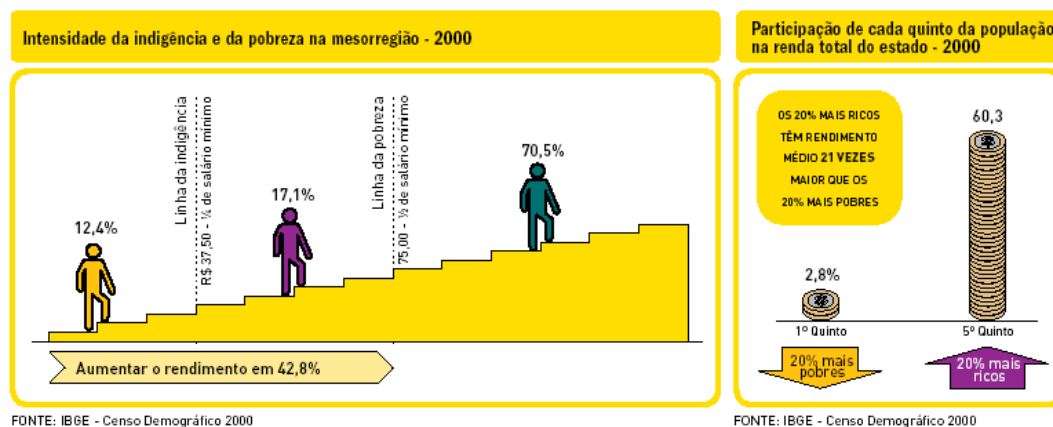
FONTE: Extraído da ORBIS In Indicadores do Milênio 2007

A mesorregião Sudeste é constituída por 22 municípios⁵² e, segundo dados da ORBIS (2000), deteve uma redução de 30 % das pessoas em situação de pobreza ou indigência no período de 1991 para 2000 com base nos parâmetros de renda do PNUD, detendo 39,3% de pessoas nessa situação (2000). Ainda expõe que os 20% mais pobres contemplam 2,65% da população e os 20% mais ricos 60,5% da população, condizendo a 23 vezes a diferença de rendimento dos 20% mais pobres para os 20% mais ricos. Essa mesorregião detém uma oscilação de 36% (Municípios de União da Vitória e General Carneiro) a 52% (Município de Rebouças) de intensidade de pobreza. Média 47,5%.

⁵² Antonio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, Fernandes Pinheiro, General Carneiro, Guamiranga, Imbituva, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Paulo Freitas, Paulo Frontim, Porto Vitória Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Teixeira Soares e União da Vitória.

2.2.1.11 Pobreza da Mesorregião Sudoeste

FIGURA 14- MESORREGIÃO SUDOESTE - INTENSIDADE DA POBREZA E INDIGÊNCIA (2000)



FOENTE: Extraído da Orbis In Indicadores do Milênio 2007

A mesorregião Sudoeste é constituída por 37 municípios e, segundo dados da ORBIS (2000), deteve uma redução de 44 % das pessoas em situação de pobreza ou indigência no período de 1991 para 2000 com base nos parâmetros de renda do PNUD, detendo 29,5% de pessoas nessa situação (2000). Ainda expõe que os 20% mais pobres contemplam 2,81% da população e os 20% mais ricos 60,3% da população, condizendo a 21 vezes a diferença de rendimento dos 20% mais pobres para os 20% mais ricos. Essa mesorregião detém uma oscilação de 36% (Município de Santa Isabel do Oeste) a 55% (Município de Manfrinópolis e Pinhal de São Bento) de intensidade de pobreza. Média 42,8%.

2.2.1.12 Síntese da pobreza paranaense sob a ótica mesorregional

O bolsão de pobreza, se analisado com base na metodologia elencada acima (mesorregiões), demonstra que a maior incidência de pobreza está na mesorregião

Metropolitana, a qual possui a maior desigualdade de renda, ou seja, os 20% mais pobres para os 20% mais ricos possuem uma diferença de renda na ordem de 35 vezes.

No entanto se observa que inexistente relação do número de municípios com a incidência de pobreza, já que a mesorregião que mais municípios possui (61- Norte Central-Londrina) detém 26% de incidência de pobreza contra 29% de incidência na mesorregião com menor número de municípios (14 - Centro Oriental).

Outra observação relevante é quanto à intensidade de pobreza, pois apesar de a região metropolitana apresentar a maior incidência, é a Mesorregião Sudoeste que possui a maior intensidade de pobreza (47,5 %) apesar de deter 39,3 % de incidência conforme demonstra a tabela 03.

TABELA 3 – POBREZA PARANAENSE SOB ANÁLISE MESORREGIONAL DO PNUD (2000).

Mesorregião	N.ºMunicípios	Incidência de pobreza (%)	20% mais pobres	Diferença de Renda (vezes)	Intensidade de Pobreza
Centro Ocidental	25	35,9	2,8	21	42,6
Centro Oriental	14	29,7	2,5	26	43,1
Metropolitano	29	43,2	1,82	35	43,7
Noroeste	37	15,96	2,9	20	43,9
Norte Central-Londrina	61	26	4,05	13	36,6
Norte Central-Maringá	48	19	3,75	15	38,9
Norte Pioneiro	31	19	3,75	15	38,9
Oeste	37	30,9	3,49	17	37,5
Sudeste	50	24,2	2,89	23	42,8
Sudoeste	22	39,3	2,65	23	47,5
	37	29,5	2,81	21	42,8

FONTE: elaboração própria a partir dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano – PNUD (2000) IN ORBIS: Indicadores do Milênio das Mesorregiões do Paraná (2007).

Se verificada a metodologia do IPARDES sob o recorte mesorregional, codificar-se-á que a maior incidência de pobreza está localizada na Região Metropolitana de Curitiba. Seguindo a mesma codificação elencada acima com base da ORBIS, o que diferencia é a intensidade de pobreza, sendo identificada na Região Norte Pioneiro

paranaense e não Sudoeste paranaense como apresentado na metodologia anterior, a qual pode ser mais bem visualizada na tabela 03.

TABELA 4 – POBREZA PARANAENSE SOB ANÁLISE MESORREGIONAL DO IPARDES COM BASE NAS LPS REGIONAIS (2000)

MESORREGIÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	FAMÍLIAS POBRES		TAXA DE POBREZA (%)	TOTAL DE FAMÍLIAS	
		Abs.	%		Abs.	%
Centro-Occidental Paranaense	25	32.320	5,48	31,64	102.135	3,62
Centro-Oriental Paranaense	14	46.780	7,94	25,79	181.388	6,42
Centro-Sul Paranaense	29	53.777	9,12	36,98	145.418	5,15
Metropolitana de Curitiba	37	128.801	21,85	14,14	911.212	32,26
Noroeste Paranaense	61	46.110	7,82	23,80	193.728	6,86
Norte-Central Paranaense	79	95.928	16,28	17,40	551.328	19,52
Norte Pioneiro Paranaense	46	44.590	7,56	27,07	164.690	5,83
Oeste Paranaense	50	70.929	12,03	21,38	331.742	11,74
Sudeste Paranaense	21	34.904	5,92	33,27	104.899	3,71
Sudoeste Paranaense	37	35.281	5,99	25,60	137.842	4,89
TOTAL	399	589.420	100,00	20,87	2.824.383	100,00

FONTE: IBGE - Censo demográfico 2000 in Famílias pobres no Paraná apud Delgado et al (2003)

Em análise ao recorte mesorregional sob as LP e LI, verifica-se que os resultados do PNUD in Orbis e do IPARDES ora se assemelham e ora se diferenciam, já que os resultados são similares quanto à identificação da maior incidência da pobreza na região Metropolitana, apontando uma concentração de pobreza maior no meio urbano, no entanto se divergem na codificação da intensidade de pobreza, já que a primeira metodologia aponta a região Sudoeste e a segunda a região Norte Pioneiro paranaense.

2.2.2 Bolsões de pobreza no Estado do Paraná sob o recorte geopolítico de Associação Municipal

A população paranaense, segundo Doretto et al (2000, p.3) “encontra-se distribuída espacialmente de forma desigual pelo território, destacando-se um conjunto de municípios com maior densidade populacional e outros que já tiveram declínio ou ascensão [...]”. De acordo com esse estudo, os 399 Municípios do Estado do Paraná estão distribuídos em 18

associações, as quais, com base nessa metodologia⁵³, identificaram 10,83% da população total do Estado abaixo da linha de pobreza.

2.2.2.1 Pobreza na Associação dos Municípios da AMLIPA

TABELA 5 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ (2000)

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		nº	%
Guaraqueçaba	8.262	2.400	29,05
Antonina	19.063	3.232	16,96
Guaratuba	27.163	3.033	11,17
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83
Pontal do Paraná	14.212	1.492	10,50
Total da PARANÁ LITORAL	234.406	22.703	9,69
Matinhos	23.960	2.035	8,49
Paranaguá	126.532	9.398	7,43
Morretes	15.215	1.112	7,31

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A Associação dos Municípios do Litoral do Paraná demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de Guaraqueçaba e a menor incidência está no Município de Morretes. O percentual médio de incidência é 9,69%.

⁵³ Adotaram a metodologia das linhas de extrema pobreza com base em Takagi et al (2001), estabelecendo 0,25% do salário mínimo per capita com objetivo de quantificar as pessoas para quais os níveis de pobreza eram mais graves, ou seja, próximo da indigência. Levou em consideração a diferença do custo de vida entre áreas metropolitanas, urbanas e rurais ponderando os dados pelo índice de custo de vida da região metropolitana (1,1178), pelo índice de áreas urbanas do sul do Brasil (1,0097) e índice das áreas rurais do Brasil (1,0000). Maiores informações podem ser extraídas nas p. 01-02.

2.2.2.2 Pobreza na Associação dos Municípios da AMOSSEC

TABELA 6 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMOSSEC (2000)

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		nº	%
Doutor Ulysses	5.999	2.633	43,89
Adrianópolis	7.006	2.539	36,24
Cerro Azul	16.344	5.866	35,89
Quitandinha	15.262	4.197	27,50
Agudos do Sul	7.221	1.656	22,94
Itaperuçu	19.303	4.420	22,90
Bocaiúva do Sul	8.991	1.699	18,90
Tunas do Paraná	3.611	676	18,71
Rio Branco do Sul	29.168	5.194	17,81
Tijucas do Sul	12.244	2.175	17,77
Contenda	13.214	2.021	15,29
Campina Grande do Sul	34.322	4.750	13,84
Piraquara	70.201	9.304	13,25
Mandirituba	17.402	2.277	13,09
Balsa Nova	10.127	1.298	12,81
Almirante Tamandaré	88.196	10.893	12,35
Fazenda Rio Grande	62.778	7.292	11,62
Campo Magro	20.329	2.319	11,41
Araucária	94.053	10.350	11,00
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83
Colombo	182.792	16.612	9,09
Campo Largo	92.474	8.346	9,02
Quatro Barras	16.105	1.436	8,92
São José dos Pinhais	203.294	17.079	8,40
Total da AMOSSEC	2.701.306	216.118	8,00
Pinhais	102.294	7.403	7,24
Curitiba	1.568.578	83.682	5,33

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A Associação dos Municípios da AMOSSEC demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de Dr. Ulysses e a menor incidência está no município de Curitiba. O percentual médio de incidência é 8%.

2.2.2.3 Pobreza na Associação dos Municípios da AMSULEP

TABELA 7 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMSULEP (2000).

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		n°	%
Lapa	41.604	7.365	17,70
Campo do Tenente	6.316	1.000	15,84
Total da AMSULEP	86.107	11.686	13,57
Piñn	9.874	1.233	12,48
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83
Rio Negro	28.313	2.088	7,38

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A associação dos Municípios da AMSULEP demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município da Lapa e a menor incidência está no Município de Rio Negro. O percentual médio de incidência é 13,57%.

2.2.2.4 Pobreza na Associação dos Municípios da AMCG

TABELA 8 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMCG (2000)

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		n°	%
Ortigueira	25.202	7.445	29,54
Reserva	23.884	6.171	25,84
Imbaú	9.462	2.418	25,55
Ivaí	11.759	2.617	22,25
Tibagi	18.393	3.872	21,05
Castro	63.245	11.543	18,25
Ipiranga	13.281	2.213	16,66
Palmeira	30.743	4.339	14,11
Ventania	8.024	1.080	13,46
Total da AMCG	577.420	74.654	12,93
Pirai do Sul	21.443	2.352	10,97
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83
Telêmaco Borba	61.031	5.666	9,28
Porto Amazonas	4.213	385	9,15
Ponta Grossa	271.993	23.436	8,62
Carambeí	14.748	1.117	7,58

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A Associação dos Municípios da AMCG demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de Ortigueira e a menor incidência está no município de Carambeí. O percentual médio de incidência é 12,93%.

2.2.2.5 Pobreza na Associação dos Municípios AMUNORPI

TABELA 9 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMUNORPI (2000).

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		n ^o	%
São José da Boa Vista	6.936	1.844	26,58
Salto do Itararé	5.549	1.444	26,02
Santana do Itararé	5.610	1.133	20,20
Sengés	17.778	3.455	19,44
Pinhalão	6.208	1.071	17,26
Wenceslau Braz	19.474	3.360	17,26
Conselheiro Mairinck	3.460	557	16,09
Figueira	9.020	1.432	15,87
Tomazina	9.814	1.449	14,76
Arapoti	23.769	3.470	14,60
Jundiá do Sul	3.659	518	14,16
Guapirama	4.065	547	13,45
Ibaiti	26.270	3.491	13,29
Total da AMUNORPI	386.426	45.895	11,88
Abatiá	8.214	942	11,47
Barra do Jacaré	2.716	306	11,26
Jaguariaíva	30.627	3.425	11,18
Jaboti	4.590	497	10,83
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83
Japira	4.898	507	10,36
Carlópolis	13.239	1.349	10,19
Ribeirão do Pinhal	14.231	1.415	9,95
Quatiguá	6.720	667	9,92
Ribeirão Claro	10.832	1.036	9,57
Jacarezinho	39.385	3.427	8,70
Andirá	21.525	1.823	8,47
Santo Antônio da Platina	39.708	3.197	8,05
Joaquim Távora	9.572	748	7,81
Cambará	22.660	1.723	7,61
Siqueira Campos	15.897	1.061	6,68

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A Associação dos Municípios da AMUNORPI demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de São José da Boa Vista e a menor incidência está no município de Siqueira Campos. O percentual médio de incidência é 11,88%.

2.2.2.6 Pobreza na Associação dos Municípios da AMUNOP

TABELA 10 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMUNOP (2000).

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		nº	%
São Jerônimo da Serra	11.736	3.009	25,64
Nova Santa Bárbara	3.611	744	20,60
Santo Antônio do Paraíso	2.790	559	20,05
Curiúva	12.808	2.551	19,92
Sapopema	6.856	1.344	19,60
Santa Cecília do Pavão	4.044	703	17,39
Jataizinho	11.308	1.953	17,27
Congonhinhas	7.846	1.152	14,68
São Sebastião da Amoreira	8.425	1.193	14,16
Santa Amélia	4.407	604	13,70
Assaí	18.004	2.448	13,60
Itambaracá	7.033	947	13,47
Leópolis	4.430	574	12,96
Total da AMUNOP	231.134	27.975	12,10
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83
Rancho Alegre	4.192	452	10,78
Uraí	11.800	1.220	10,33
Sertaneja	6.496	663	10,21
Santa Mariana	13.405	1.244	9,28
Nova Fátima	8.291	747	9,01
Bandeirantes	33.537	2.963	8,84
Nova América da Colina	3.585	252	7,02
Cornélio Procópio	46.530	2.653	5,70

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A Associação dos Municípios da AMUNOP demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de São Jerônimo da Serra e a menor incidência está no município de Cornélio Procópio. O percentual médio de incidência é 12,10%.

2.2.2.7 Pobreza na Associação dos Municípios da AMEPAR

TABELA 11 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMEPAR (2000).

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		nº	%
Tamarana	9.665	2.117	21,90
Centenário do Sul	11.768	1.337	11,36
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83
Primeiro de Maio	10.695	1.129	10,56
Lupionópolis	4.312	435	10,10
Florestópolis	12.162	1.225	10,08
Prado Ferreira	3.145	300	9,52
Ibiporã	42.012	3.848	9,16
Bela Vista do Paraíso	14.948	1.285	8,60
Alvorada do Sul	9.253	791	8,55
Guaraci	4.890	385	7,88
Rolândia	49.271	3.787	7,69
Cambé	88.034	6.369	7,23
Porecatu	15.807	1.128	7,14
Total da AMEPAR	842.802	58.732	6,97
Londrina	443.452	28.823	6,50
Jaguapitã	10.861	704	6,48
Pitangueiras	2.418	154	6,38
Sertanópolis	15.121	917	6,07
Cafeara	2.485	137	5,51
Miraselva	1.961	106	5,41
Sabáudia	5.413	274	5,07
Arapongas	85.127	3.479	4,09

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A Associação dos Municípios da AMEPAR demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de Tamarana e a menor incidência está no município de Arapongas. O percentual médio de incidência é 6,97%.

2.2.2.8 Pobreza na Associação dos Municípios da AMUVI

TABELA 12 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMUVI (2000)

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		nº	%
Rio Branco do Ivaí	3.793	1.352	35,64
Ariranha do Ivaí	2.883	939	32,56
Godoy Moreira	3.836	1.249	32,55
Rosário do Ivaí	6.542	1.882	28,77
Jardim Alegre	13.639	3.745	27,46
Cruzmaltina	3.447	915	26,55
Arapuã	4.169	1.039	24,92
Marilândia do Sul	8.992	1.864	20,72
Grandes Rios	7.833	1.337	17,07
Mauá da Serra	6.440	1.084	16,83
Lidianópolis	4.776	797	16,69
Marumbi	4.612	755	16,37
Faxinal	15.458	2.397	15,50
Borrazópolis	9.453	1.385	14,65
São João do Ivaí	13.116	1.920	14,64
Ivaiporã	32.155	4.697	14,61
Rio Bom	3.584	503	14,02
Lunardelli	5.653	787	13,93
Novo Itacolomi	2.866	378	13,20
Total da AMUVI	314.949	40.598	12,89
Bom Sucesso	6.087	756	12,42
Kaloré	4.980	611	12,27
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83
Cambira	6.679	674	10,09
São Pedro do Ivaí	9.468	942	9,95
Califórnia	7.644	675	8,84
Jandaia do Sul	19.601	1.409	7,19
Apucarana	107.241	6.506	6,07

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A Associação dos Municípios da AMUVI demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de Rio Branco do Ivaí e a menor incidência está no município de Apucarana. O percentual médio de incidência é 12,89%.

2.2.2.9 Pobreza na Associação dos Municípios da AMUSEP

TABELA 13 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMUSEP (2000).

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		nº	%
Itaguajé	4.767	676	14,18
Paçandu	30.741	3.653	11,88
Ângulo	2.837	336	11,84
Uniflor	2.351	270	11,47
Ourizona	3.380	386	11,42
Nossa Senhora das Graças	3.827	436	11,39
Sarandi	71.363	7.983	11,19
Iguaraçu	3.576	394	11,03
Mandaguaçu	16.783	1.841	10,97
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83
Santa Inês	2.093	209	9,98
Ivatuba	2.519	232	9,22
Doutor Camargo	5.777	520	9,00
Mandaguari	31.301	2.716	8,68
Marialva	28.627	2.353	8,22
Itambé	5.956	444	7,46
Munhoz de Melo	3.389	248	7,32
São Jorge do Ivaí	5.561	390	7,01
Total da AMUSEP	620.633	43.038	6,93
Florai	5.259	346	6,59
Presidente Castelo Branco	4.298	278	6,48
Astorga	23.592	1.488	6,31
Atalaia	4.012	252	6,28
Lobato	4.053	253	6,24
Nova Esperança	25.610	1.541	6,02
Colorado	20.868	1.136	5,44
Santo Inácio	5.167	276	5,33
Maringá	286.562	13.672	4,77
Flórida	2.417	115	4,74
Santa Fé	8.829	417	4,72
Floresta	5.117	176	3,45

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A Associação dos Municípios da AMUSEP demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de Itaguajé e a menor incidência está no Município de Floresta. O percentual médio de incidência é 6,83%.

2.2.2.10 Pobreza na Associação dos Municípios da AMUNPAR

TABELA 14 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMUNPAR (2000)

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		nº	%
Jardim Olinda	1.523	440	28,91
Querência do Norte	11.428	2.651	23,20
Itaúna do Sul	4.447	967	21,74
Santa Mônica	3.190	616	19,32
Planaltina do Paraná	3.960	567	14,32
Amaporã	4.655	648	13,93
Diamante do Norte	6.099	811	13,30
Nova Aliança do Ivaí	1.338	175	13,09
Inajá	2.915	379	13,00
Guairaçá	5.898	765	12,97
Mirador	2.500	311	12,43
Santa Cruz de Monte Castelo	8.511	995	11,69
Marilena	6.751	779	11,53
São João do Caiuá	6.072	700	11,53
São Pedro do Paraná	2.729	302	11,06
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83
Santa Isabel do Ivaí	9.101	978	10,75
Porto Rico	2.550	268	10,52
Tamboara	4.255	430	10,11
Total da AMUNPAR	256.717	24.933	9,71
Nova Londrina	13.110	1.244	9,49
Paranapoema	2.393	226	9,43
Cruzeiro do Sul	4.655	432	9,27
Alto Paraná	12.714	1.161	9,13
Terra Rica	13.701	1.128	8,23
Paranacity	9.052	679	7,50
Santo Antônio do Caiuá	2.878	211	7,34
Paranavaí	75.247	5.062	6,73
Paraíso do Norte	9.676	584	6,03
Loanda	19.480	1.170	6,01
São Carlos do Ivaí	5.891	254	4,32

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A Associação dos Municípios da AMUNPAR demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de Jardim Olanda e a menor incidência está no Município de São Carlos do Ivaí. O percentual médio de incidência é 9,71%.

2.2.2.11 Pobreza na Associação dos Municípios da AMÉRIOS

TABELA 15 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMÉRIOS (2000)

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		nº	%
Mariluz	10.293	2.233	21,70
Alto Piquiri	10.703	1.993	18,62
Brasilândia do Sul	3.889	705	18,13
São Jorge do Patrocínio	6.590	1.125	17,07
Iporã	16.371	2.514	15,36
Maria Helena	6.384	975	15,28
Cafezal do Sul	4.637	625	13,48
Pérola	9.273	1.213	13,08
Nova Olímpia	5.275	686	13,00
Cruzeiro do Oeste	20.117	2.571	12,78
Tapira	6.259	750	11,99
Guaporema	2.244	269	11,97
Xambrê	6.475	775	11,97
Vila Alta	3.769	449	11,90
Ivaté	6.922	779	11,25
Icaraíma	10.024	1.104	11,01
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83
Esperança Nova	2.308	248	10,76
São Manoel do Paraná	2.072	222	10,72
Altônia	19.086	1.936	10,14
Francisco Alves	6.945	656	9,44
Tuneiras do Oeste	9.013	834	9,25
Total da AMÉRIOS	381.720	34.946	9,15
Indianópolis	4.212	368	8,74
São Tomé	5.045	422	8,37
Tapejara	13.090	980	7,49
Douradina	6.145	459	7,46
Rondon	8.514	608	7,14
Jussara	6.276	383	6,10
Umuarama	90.125	5.320	5,90
Cidade Gaúcha	9.513	542	5,69
Perobal	5.291	276	5,21
Cianorte	57.138	2.689	4,71
Japurá	7.724	238	3,09

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A Associação dos Municípios da AMÉRIOS demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de Mariluz e a menor incidência está no município de Japurá. O percentual médio de incidência é 9,15%.

2.2.2.12 Pobreza na Associação dos Municípios da COMCAM

TABELA 16 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA COMCAM (2000).

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		nº	%
Corumbataí do Sul	4.946	1.400	28,31
Nova Cantu	9.893	2.653	26,82
Campina da Lagoa	16.909	3.717	21,98
Juranda	8.086	1.768	21,86
Boa Esperança	5.160	1.127	21,84
Quarto Centenário	5.323	1.158	21,76
Barbosa Ferraz	14.043	2.962	21,10
Quinta do Sol	5.740	1.196	20,84
Janiópolis	8.070	1.590	19,70
Mamborê	15.109	2.932	19,40
Farol	3.963	728	18,38
Luiziana	7.534	1.365	18,12
Peabiru	13.390	2.349	17,54
Ubiratã	22.462	3.688	16,42
Fênix	4.920	766	15,56
Total da COMCAM	312.933	47.644	15,23
Goioerê	29.554	4.117	13,93
Moreira Sales	13.360	1.741	13,03
Rancho Alegre D'Oeste	3.093	386	12,46
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83
Campo Mourão	79.778	8.387	10,51
Araruna	12.986	1.300	10,01
Engenheiro Beltrão	14.040	1.354	9,64
Terra Boa	14.572	960	6,59

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A Associação dos Municípios da COMCAM demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de Carangataí do Sul e a menor incidência está no município de Terra Boa. O percentual médio de incidência é 15,23%.

2.2.2.13 Pobreza na Associação dos Municípios da AMOP

TABELA 17 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMOP (2000)

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		nº	%
Braganey	6.179	1.689	27,34
Iracema do Oeste	2.951	772	26,15
Lindoeste	6.224	1.627	26,14
Ramilândia	3.859	944	24,46
Três Barras do Paraná	11.795	2.774	23,52
Boa Vista da Aparecida	8.358	1.916	22,92
São Pedro do Iguaçu	7.265	1.648	22,68
Anahy	2.990	671	22,45
Iguatu	2.255	487	21,59
Diamante D'Oeste	4.861	1.030	21,19
Santa Lúcia	4.124	808	19,61
Capitão Leônidas Marques	14.315	2.757	19,26
Ouro Verde do Oeste	5.465	1.037	18,98
Jesuítas	9.823	1.827	18,60
Vera Cruz do Oeste	9.616	1.771	18,41
Tupãssi	8.013	1.361	16,99
São José das Palmeiras	4.102	673	16,41
Guaíra	28.403	3.971	13,98
Itaipulândia	6.767	943	13,94
Santa Terezinha de Itaipu	18.268	2.424	13,27
Formosa do Oeste	8.703	1.127	12,95
Santa Helena	20.284	2.552	12,58
São Miguel do Iguaçu	24.113	2.899	12,02
Santa Tereza do Oeste	10.732	1.280	11,93
Assis Chateaubriand	33.216	3.826	11,52
Terra Roxa	16.243	1.770	10,90
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83
Missal	10.373	1.077	10,38
Corbélia	15.759	1.619	10,28
Total da AMOP	1.088.395	111.225	10,22
Foz do Iguaçu	256.140	25.181	9,83
Nova Aurora	13.576	1.298	9,56
Serranópolis do Iguaçu	4.721	425	9,00
Cafelândia	10.993	968	8,81
Pato Bragado	4.043	356	8,80
Matelândia	14.275	1.256	8,80
Cascavel	243.613	20.698	8,50
Céu Azul	10.388	792	7,63
Palotina	25.546	1.690	6,62
Medianeira	37.555	2.349	6,26
Marechal Cândido Rondon	40.660	2.399	5,90
Toledo	97.399	5.486	5,63
Mercedes	4.584	255	5,57
Maripá	5.883	321	5,45
Nova Santa Rosa	7.047	333	4,73
Entre Rios do Oeste	3.307	119	3,59
Quatro Pontes	3.607	18	0,50

FONTE: extraído de DORETTO et al (2003)

A Associação dos Municípios da AMOP demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de Braganey e a menor incidência está no município de Quatro Pontes. O percentual médio de incidência é 10,22%.

2.2.2.14 Pobreza na Associação dos Municípios da ANSULPAR

TABELA 18 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMSULPAR (2000).

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		nº	%
São João do Triunfo	12.464	3.504	28,11
Antônio Olinto	7.407	1.940	26,19
Cruz Machado	17.587	4.572	25,99
Paula Freitas	5.027	1.000	19,90
São Mateus do Sul	36.422	6.781	18,62
Bituruna	15.966	2.721	17,04
Paulo Frontin	6.555	1.106	16,88
Total da AMSULPAR	167.409	27.917	16,68
General Carneiro	13.879	1.937	13,96
Porto Vitória	3.994	537	13,44
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83
União da Vitória	48.107	3.819	7,94

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A Associação dos Municípios da AMSULPAR demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de São João do Triunfo e a menor incidência está no município de União da Vitória. O percentual médio de incidência é 16,68%.

2.2.2.15 Pobreza na Associação dos Municípios da AMSOP

TABELA 19 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMSOP (2000)

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		nº	%
Pinhal de São Bento	2.560	935	36,52
Coronel Domingos Soares	6.999	2.329	33,28
Salgado Filho	5.327	1.759	33,03
Manfrinópolis	3.792	1.244	32,82
Honório Serpa	6.870	2.127	30,96
Mangueirinha	17.666	4.871	27,57
Bom Jesus do Sul	4.154	1.112	26,77
Flor da Serra do Sul	5.047	1.119	22,16
Renascença	6.923	1.528	22,07
Santo Antônio do Sudoeste	17.783	3.732	20,99
Boa Esperança do Iguaçu	3.097	625	20,17
Salto do Lontra	12.702	2.513	19,78
Cruzeiro do Iguaçu	4.392	849	19,33
Bom Sucesso do Sul	3.392	650	19,17
Marmeleiro	13.598	2.525	18,57
Bela Vista da Caroba	4.486	812	18,10
Sulina	3.890	693	17,83
Palmas	34.646	5.795	16,73
Pérola d'Oeste	7.350	1.198	16,30
Chopinzinho	20.393	3.275	16,06
Coronel Vivida	23.227	3.436	14,79
Clevelândia	18.298	2.602	14,22
Total da AMSOP	549.800	77.853	14,16
Nova Prata do Iguaçu	10.363	1.464	14,13
Barracão	9.196	1.282	13,94
Pranchita	6.241	827	13,25
Verê	8.692	1.132	13,02
Planalto	14.029	1.812	12,92
São Jorge d'Oeste	9.258	1.175	12,69
Vitorino	6.267	783	12,49
São João	11.150	1.361	12,20
Nova Esperança do Sudoeste	5.254	629	11,97
Santa Izabel do Oeste	11.641	1.325	11,38
Enéas Marques	6.366	717	11,26
Ampére	15.488	1.737	11,21
Mariópolis	5.965	652	10,94
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83
Realeza	15.934	1.620	10,17
Itapejara d'Oeste	9.140	917	10,04
Dois Vizinhos	31.744	3.039	9,57
Francisco Beltrão	66.721	5.754	8,62
Pato Branco	61.628	4.770	7,74
Capanema	18.133	1.127	6,22

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A Associação dos Municípios da AMSOP demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de Pinhal de São Bento e a menor incidência está no município de Capanema. O percentual médio de incidência é 14,16%.

2.2.2.16 Pobreza na Associação dos Municípios da AMCESPAR

TABELA 20 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMSESPAR (2000).

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		nº	%
Rebouças	13.624	4.009	29,42
Prudentópolis	45.849	12.878	28,09
Guamiranga	7.146	1.793	25,10
Fernandes Pinheiro	6.364	1.568	24,64
Inácio Martins	10.958	2.606	23,78
Total da AMCESPAR	193.825	39.177	20,21
Rio Azul	12.939	2.476	19,13
Teixeira Soares	8.167	1.367	16,73
Mallet	12.560	2.033	16,19
Irati	51.853	7.132	13,75
Imbituva	24.363	3.316	13,61
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A Associação dos Municípios da AMCESPAR demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de Rebouças e a menor incidência está no município de Imbituva. O percentual médio de incidência é 20,21%.

2.2.2.17 Pobreza na Associação dos Municípios da AMOCENTRO

TABELA 21 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMOCENTRO (2000)

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		nº	%
Laranjal	7.176	2.974	41,44
Mato Rico	4.485	1.771	39,49
Cândido de Abreu	18.714	6.777	36,21
Altamira do Paraná	7.010	2.359	33,65
Santa Maria do Oeste	13.606	4.535	33,33
Nova Tebas	9.448	2.912	30,82
Palmital	16.856	5.008	29,71
Roncador	13.605	3.841	28,24
Boa Ventura de São Roque	6.777	1.816	26,80
Manoel Ribas	13.011	3.312	25,45
Campina do Simão	4.365	1.090	24,98
Turvo	14.518	3.478	23,96
Iretama	11.261	2.570	22,83
Pitanga	35.803	7.708	21,53
Total da AMOCENTRO	330.745	68.411	20,68
Guarapuava	154.112	18.260	11,85
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83

FONTE: Extraído de Doretto et al (2003)

A Associação dos Municípios da AMOCENTRO demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de Laranjal e a menor incidência está no Município de Guarapuava. O percentual médio de incidência é 20,68%.

2.2.2.18 Pobreza na Associação dos Municípios da CANTUQUIRIGUAÇU

TABELA 22 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA CANTUQUIRIGUAÇU (2000)

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		nº	%
Rio Bonito do Iguaçu	13.788	5.098	36,97
Diamante do Sul	3.659	1.329	36,33
Goioxim	8.096	2.816	34,78
Nova Laranjeiras	11.788	3.833	32,51
Marquinho	5.631	1.817	32,26
Cantagalo	12.791	3.819	29,86
Foz do Jordão	6.361	1.872	29,43
Espigão Alto do Iguaçu	5.361	1.561	29,11
Porto Barreiro	4.202	1.215	28,92
Campo Bonito	5.123	1.425	27,82
Reserva do Iguaçu	6.649	1.748	26,29
Pinhão	28.308	7.178	25,36
Total da CANTUQUIRIGUAÇU	224.831	55.508	24,69
Candói	14.154	3.256	23,01
Quedas do Iguaçu	27.137	6.027	22,21
Catanduvas	10.334	2.156	20,86
Guaraniaçu	17.110	3.139	18,34
Ibema	5.860	1.001	17,08
Laranjeiras do Sul	29.819	5.020	16,84
Saudade do Iguaçu	4.608	661	14,35
Virmond	4.052	538	13,27
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A Associação dos Municípios da CANTUIQUIRIGUAÇU demonstra que a maior incidência de pobreza está codificada no município de Rio Bonito do Iguaçu e a menor incidência está no Município de Virmond. O percentual médio de incidência é 24,69%.

2. 2. 2.19. Síntese da pobreza paranaense sob a ótica de Associação Municipal.

A metodologia de subdivisão territorial em associações de municípios diferencia-se da metodologia de subdivisão territorial mesorregional, já que as associações na maior parte contemplam mais que uma mesorregião na composição das associações, fator que também influencia na diferenciação de resultados quanto à existência da pobreza e consequentemente na sua localização.

No aspecto estrutural, verifica-se uma desordem de nomenclatura, já que o autor busca inserir em ordem decrescente o % de incidência de pobreza, atrelando o % da associação e o % do Estado na seqüência e não no final como o PNUD elenca para análise comparativa. Tal metodologia dificulta a análise, visto que os autores expõem uma metodologia própria e não a da ABNT, conforme pode ser observada no resumo das associações na tabela 23.

TABELA 23 – INCIDÊNCIA DE POBREZA NAS ASSOCIAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ (2000).

Tabela 1- Distribuição absoluta e relativa da população de pessoas abaixo da linha de pobreza em relação ao total de pessoas pobres e no total de habitantes da Associação de Municípios no Estado do Paraná, no ano de 2000.

Associação Municipal	População						
	Total	Pessoas abaixo da linha de pobreza					
		Total		Urbana		Rural	
	nº	%	nº	%	nº	%	
AMUSEP - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense	620.633	43.038	6,93	38.916	90,42	4.122	9,58
AMEPAR - Associação dos Municípios do Médio Paranapanema	854.110	60.685	7,11	54.060	89,08	6.625	10,92
ASSOMECC - Assoc. dos Munic. da Região Metropolitana de Curitiba	2.701.306	216.118	8,00	172.180	79,67	43.938	20,33
AMLIPA - Associação dos Municípios do Litoral do Paraná	234.406	22.703	9,69	17.759	78,22	4.944	21,78
AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná	1.076.600	108.451	10,07	83.450	76,95	25.001	23,05
AMUNPAR - Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná	256.717	24.933	9,71	17.900	71,79	7.033	28,21
COMCAM - Comunidade dos Munic. da Região de Campo Mourão	312.933	47.644	15,23	31.977	67,12	15.667	32,88
AMERIOS - Associação dos Municípios da Região de Entre-Rios	381.720	34.946	9,15	23.363	66,85	11.583	33,15
AMUNORPI - Associação dos Municípios do Norte Pioneiro	386.426	45.895	11,88	30.104	65,59	15.791	34,41
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83	667.728	64,89	361.284	35,11
AMCG - Associação dos Municípios da Região dos Campos Gerais	577.420	74.654	12,93	47.193	63,22	27.461	36,78
AMUNOP - Associação dos Municípios do Norte do Paraná	219.826	26.021	11,84	16.190	62,22	9.832	37,78
AMUVI - Associação dos Municípios do Vale do Ivaí	314.949	40.598	12,89	22.112	54,47	18.486	45,53
AMSULEP - Assoc. dos Municípios da Região Sudeste do Paraná	86.107	11.686	13,57	5.287	45,24	6.399	54,76
AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná	554.408	78.514	14,16	33.651	42,86	44.863	57,14
AMOCENTRO - Associação dos Municípios do Centro do Paraná	330.745	68.411	20,68	29.305	42,84	39.106	57,16
AMSULPAR - Associação dos Municípios do Sul do Paraná	167.409	27.917	16,68	10.289	36,86	17.628	63,14
CANTUQUIRIGUAÇU - Assoc. dos Municípios do Cantuquiriguaçu	232.018	57.621	24,83	20.730	35,98	36.890	64,02
AMCESPAR - Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná	193.825	39.177	20,21	13.261	33,85	25.916	66,15

Fonte: Microdados do Censo Demográfico do Paraná 2000 (IBGE).

FONTE: Extraído de DORETTO et al (2003)

A tabela demonstra que a região que possui a maior densidade demográfica é a associação Municipal da ASSOMECC (2.701.306). Se observado o % de pessoas abaixo da linha de pobreza, em termos numéricos a maior incidência também está concentrada na associação ASSOMECC (216.118), porém se codificado em percentual de pessoas, a associação que contempla a maior incidência é a de CANTUQUIRIGUAÇU (24,83%).

Analisando sob a contextualização da pobreza rural versus urbana, verifica-se que o maior % de pobreza urbana está na AMUSEP(90,42%), porém o maior número de pessoas está na ASSOMEC(172.180). Já na contextualização da pobreza rural, o maior % de pobreza está na ANCESPAR(66,15%),porém em número de pessoas, a associação que contempla a maior incidência é a associação AMSOP (44.863).

Os autores, no entanto, ainda esclarecem que:

Os dados na Tabela acima mostram que nas Associações de Municípios do Paraná, de forma geral, o contingente de pessoas pobres era principalmente oriundo de domicílios urbanos. Apenas seis dentre as 18 associações (AMSULEP, AMSOP, AMOCENTRO, AMSULPAR, CANTUQUIRIGUAÇU e AMCESPAR) apresentavam maior proporção relativa de pessoas pobres nos domicílios rurais. (DORETTO et al 2003, p. 3)

Observe que os autores expõem uma análise de progressão linear em termos absolutos e relativos, no entanto a tabela só permite a análise quanto à incidência do período (2000) sobre a pobreza nas associações quanto ao quadro urbano e rural, portanto só permitindo uma codificação analítica.

GRÁFICO 2 - % DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA DOS DOMICÍLIOS URBANOS E RURAIS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE POBRES DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (2000)

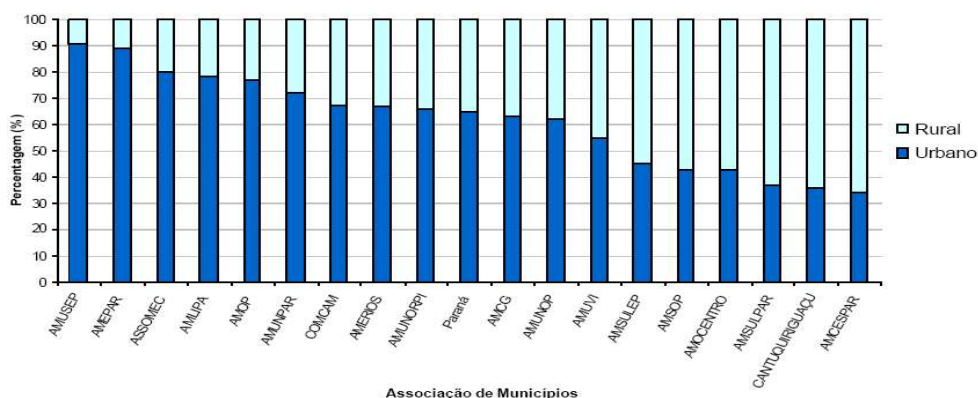


Gráfico 1. Percentagem do número de pessoas abaixo da linha de pobreza dos domicílios urbanos e rurais em relação ao total de pobres da Associação de Municípios, no Estado do Paraná, no ano 2000.

FONTE: Extraído de DORETTO et al 2003

A concentração de pessoas pobres ocorridas nestas duas associações tem fatores determinantes diferentes. Na AMUSEP, polarizada pela cidade de Maringá, esta concentração é decorrente do intenso processo de mudança da base técnica da produção agropecuária ocorrido nas últimas décadas, que ocasionou o deslocamento da população rural para os centros urbanos próximos ou distantes. Por sua vez, na ANCENPAR, polarizada por Prudentópolis, o predomínio das pessoas pobres na área rural advém do baixo grau de desenvolvimento dos municípios (confirmado pelo baixo IDH-M da região), da fraca atração de contingente populacional exercida pelas cidades em relação à melhoria das condições de vida das populações, das limitações do recurso natural (fertilidade e possibilidades de mecanização) para a expansão das atividades agropecuárias, e da concentração de estabelecimentos familiares de pequena escala na agropecuária. (DORETTO, 2003, p. 4-5)

Observa-se que o gráfico acima identifica população pobre no meio urbano e rural das associações, fator que remete à dúvida à afirmação do autor quanto à pobreza dos municípios da ANCENPAR, já que insere questões de ordem metodológica investigativa local, fator esse inexistente na citação do estudo abordado.

Na busca pela explicação da proporção de pessoas pobres no meio rural, os autores explanam que:

As pessoas abaixo da linha de pobreza oriunda de domicílios rurais representavam em torno de um terço (1/3) do total de pobres do estado. {...} 25,0% das pessoas pobres vivendo em domicílios rurais estão concentradas em apenas 19 municípios (Prudentópolis, Ortigueira, Piraquara, Cândido de Abreu, Pinhão, Cerro Azul, Pitanga, Rio Bonito do Iguçu, Castro, Lapa, Cruz Machado, Reserva, Manguieirinha, Santa Maria do Oeste, Nova Laranjeiras, Palmital, Quitandinha, São Mateus do Sul e Irati). Estes municípios são integrantes de 9 associações de municípios que se localizam, principalmente, na região centro sul do estado. Somando-se o primeiro e segundo quartis da frequência acumulada de pessoas abaixo da linha de pobreza em domicílios rurais, tem-se que 60 municípios concentravam 50,0% do total de pobres rurais do Estado. Outros 25% estarão distribuídos em um grupo de 73 municípios (referente ao terceiro quartil, de 50,0 a 75,0%) e o último quartil (maior de 75,0%) apresenta o maior número de municípios (264). localizados principalmente na região norte e centro oeste do estado, indicando que a pobreza rural é relativamente mais dispersa nestas áreas (DORETTO et al 2003, p.6-8)

Observe que os autores se contradizem nas afirmações acima, já que na citação anterior elencam a ANCENPAR como a associação mais pobre, e na citação seguinte abordam que 9 associações contemplam 19 municípios mais pobres do Estado.

Com base na metodologia de Doretto et al (2003), a associação que detém a maior incidência de pobreza é a associação de CANTUQUIRIGUAÇU (24,69%) conforme pode ser observado na tabela 19. No entanto, a associação que detém a maior população é a AMOSSEC (2.701.306), a qual também detém o maior número de pessoas pobres (216.118). Assim, em termos absolutos, a codificação de resultados se assemelha à metodologia das mesorregiões, ou seja, o maior número de pessoas pobres está inserido no meio urbano e não rural, porém, quando codificado em termos relativos por associação, ela é identificada no meio rural e não urbano.

2.2.3 Bolsões de pobreza no Estado do Paraná sob a subdivisão de Territórios.

Os territórios⁵⁴, como subdivisões geográficas surgiram através do Programa Territórios da Cidadania⁵⁵ e foram criados sendo:

Conjuntos de municípios unidos pelas mesmas características econômicas e ambientais que tenham identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que o estado, os territórios conseguem demonstrar, de uma forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade, o que facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões.⁵⁶

Os territórios foram definidos segundo o Governo Federal “por sua identidade social econômica e cultural com os seguintes requisitos”:

- a) Conjunto de municípios com até 50 mil habitantes;
- b) Densidade populacional menor que 80 habitantes/Km²;
- c) Organizados em territórios rurais de identidade;

⁵⁴ O conceito de território presente na política de crédito do MDA vem atrelado à perspectiva da promoção do desenvolvimento em áreas ou regiões estagnadas economicamente e deprimidas socialmente. Nesse contexto, a escala territorial assume um papel crescente enquanto unidade de planejamento e intervenção. (RSTPC,p.5)

⁵⁵ Lançado em 25 de fevereiro de 2008.

⁵⁶ Disponível no Site do MDA como anexo relacionado: Território da Cidadania.

- d) Integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e/ou Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional (MI).⁵⁷

Os critérios para sua identificação foram:

- a) Menor IDH;
- b) Maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária;
- c) Maior concentração de populações quilombolas e indígenas;
- d) Maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- e) Maior número de municípios com baixo dinamismo econômico;
- f) Maior organização social;
- g) Pelo menos um território por estado da federação⁵⁸

Sua metodologia foi pautada em diagnósticos territoriais, que.

Considerou a sua finalidade e a disponibilidade de dados. Esta última condição foi determinante para conceber o diagnóstico em duas fases complementares. Na primeira fase, analisam-se o território e seus municípios a partir de fontes secundárias; na segunda fase, a unidade de análise passa a ser microbacias, utilizando-se a mais importante fonte brasileira de informações sobre economia agrária – o Censo Agropecuário 2006 –, cujo banco de dados estará disponível no primeiro semestre de 2008.⁵⁹ (IPARDES, 2008)

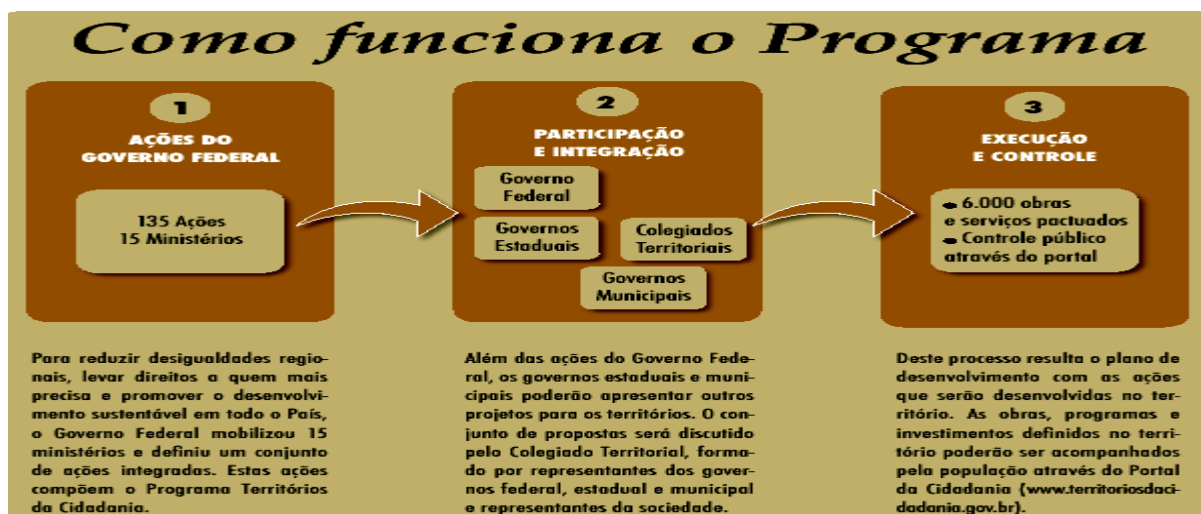
Sua identificação funcional pode ser observada na figura abaixo, a qual o especifica de forma mais detalhada:

⁵⁷ Idem ibidem

⁵⁸ Idem ibidem

⁵⁹ IPARDES com base cartográfica do SEMA in diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro: caracterização Global

FIGURA 15 – FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

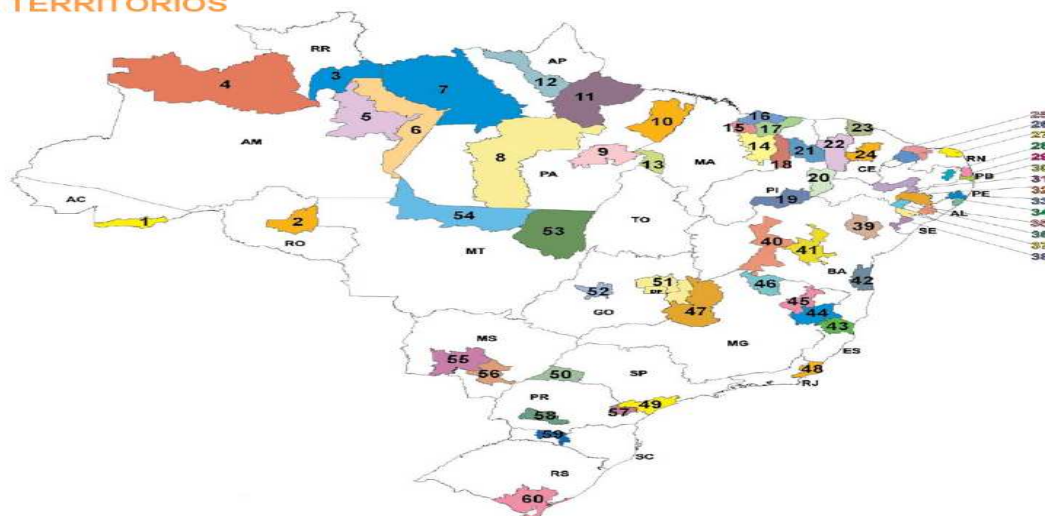


FONTE: Jornal do Território da Cidadania in site do MDA.

O programa definiu 60 territórios para contemplação do Programa num primeiro momento, sendo identificados 02 territórios no Estado do Paraná: Cantuquiriguaçu e Vale da Ribeira como os municípios mais pobres do Estado.

MAPA 5 - OS 60 TERRITÓRIOS CONTEMPLADOS PELO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA.

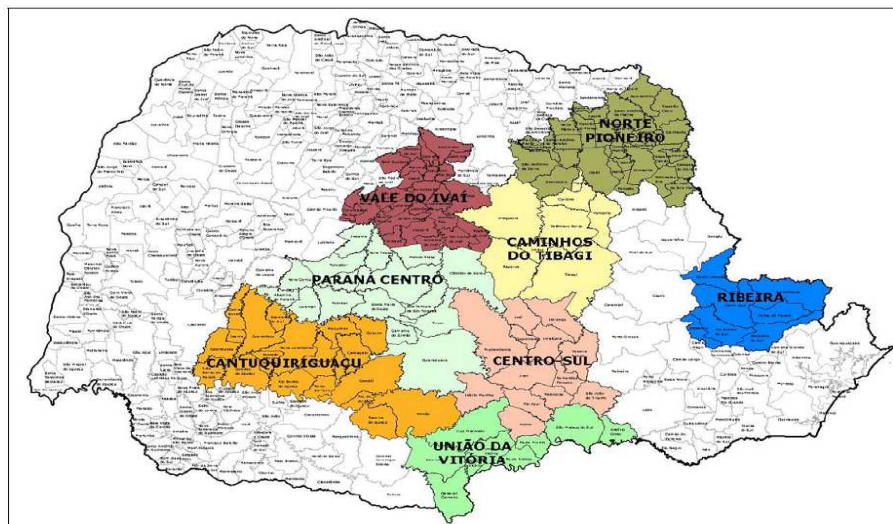
OS 60 TERRITÓRIOS



FONTE: Territórios da Cidadania in Mapa dos territórios.

No entanto, na sequência, foram definidos outros territórios no Estado: Paraná Centro, Caminhos de Tibagi, Centro Sul, Norte Pioneiro, União da Vitória e Vale do Ivaí, conforme mostra o mapa abaixo.

MAPA 6: TERRITÓRIOS PARANAENSES PRIORIZADOS NO PROJETO INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL-CONFIGURAÇÃO ATUAL



FONTE: IPARDES com base cartográfica do SEMA in diagnóstico socioeconômico dos Territórios do Paraná: caracterização Global.

2.2.3.1. Território Paraná Centro

Esse território reúne 342.128 (2000) pessoas, com um grau de urbanização de 62,1%. É composto pelos municípios de Altamira do Paraná, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Cândido de Abreu, Guarapuava, Iretama, Laranjal, Manoel Ribas, Mato Rico, Nova Cantu, Nova Tebas, Palmital, Pitanga, Roncador, Santa Maria do Oeste e Turvo. Composto por 16 municípios, os quais também compõem a Associação dos Municípios da AMOCENTRO.

MAPA 7 - TERRITÓRIO PARANÁ CENTRO



FONTE: IPARDES in Diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro: caracterização Global.

O Programa codificou que houve um decréscimo na população de 2000 para 2007 na ordem de -0,8%, elencando que o fator migratório teve um peso substantivo para esse quadro, além de outros fatores elencados no diagnóstico, tais como comportamento reprodutivo e percentual de mortalidade.

Ao analisar a pobreza do território do Paraná Centro, através de indicadores sintéticos utilizados pelo Programa, verifica-se que:

a) no IDH-M, contata-se que os municípios desse território, na grande maioria encontram-se no ranking do Estado do Paraná com 12 dos seus 16 municípios nos últimos lugares de IDH-M, apresentando no contexto geral uma grande desigualdade social.

b) a incidência de pobreza neste território, através da LP, codifica um total de famílias pobres no território Paraná Centro, em 2000, de 34.548, ou seja, 36,5% do total de famílias, indicador bastante superior à média paranaense, de 20,9%. (Ipardes, 2007,p.26).

O IPARDES fez uma síntese demonstrando o Território Paraná Centro sobre diferentes indicadores (tabela 24), que possibilita analisarmos que esse território possui um IDH-M médio de 0,69 com uma incidência de pobreza média de 47,01%, com uma desigualdade de renda na ordem 9,7, com 8,7% de inadequação de água urbana e 22,74 % de inadequação de água rural , com 83,9% de inadequação de esgoto urbano e 95,9 % de

inadequação de esgoto rural e 15,2 % de inadequação de lixo urbano e 94,99% de inadequação de lixo rural.

Nesse contexto, em uma análise individual dos municípios, verifica-se que, em termos de IDH-M, os municípios que se encontram em situações menos favoráveis são Cândido de Abreu, Nova Tebas, Mato Rico, Altamira do Paraná, Palmital, Laranjal e Santa Maria do Oeste. Nos demais indicadores, o município que mais se destaca é o de Santa Maria do Oeste, apresentando um quadro desfavorável na maioria dos indicadores propostos como análise para configuração de pobreza e/ou condições sociais do Município dentro do Território de Paraná Centro.

TABELA 24: POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO PARANÁ CENTRO, EM RELAÇÃO À MÉDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS (2000)

MUNICÍPIO	INDICADORES SOCIAIS												
	IDH-M (2000)	Taxa de pobreza (2000) (%)	Desigualdade de renda (2000)	IDEB - rede municipal (2005)	IDEB - rede estadual (2005)	Mortalidade Infantil (2003-2004-2005) (%)	Cobertura de PSF (Ago. 2007) (%)	Inadequação água urbana (2000) (%)	Inadequação água rural (2000) (%)	Inadequação esgoto urbano (2000) (%)	Inadequação esgoto rural (2000) (%)	Inadequação lixo urbano (2000) (%)	Inadequação lixo rural (2000) (%)
Altamira do Paraná	0,677	52,4	13	3,8	2,9	34,0	88,7	0,9	33,1	88,5	99,4	0,4	95,3
Boa Ventura de São Roque	0,711	47,3	16	3,8	3,5	15,8	100,0	4,3	21,3	98,9	97,5	8,7	95,3
Campina do Simão	0,701	48,4	2	3,8	3,6	16,4	100,0	20,1	20,7	99,7	98,9	33,3	91,8
Cândido de Abreu	0,687	51,9	6	3,9	3,0	15,8	57,1	14,5	30,2	80,8	91,5	23,9	97,7
Guarapuava	0,773	24,9	12	4,3	3,4	20,7	48,5	5,9	20,9	49,9	91,4	2,8	88,7
Iretama	0,699	43,5	9	4,1	nd	15,0	50,0	9,0	15,4	94,9	83,0	20,8	94,3
Laranjal	0,651	58,1	8	3,0	2,9	29,8	100,0	7,9	45,3	88,7	97,6	13,3	97,4
Manoel Ribas	0,729	40,8	7	3,7	3,1	17,1	88,7	5,2	4,1	97,3	99,4	6,1	98,0
Mato Rico	0,640	55,4	9	nd	3,4	21,1	100,0	10,9	28,2	78,2	99,2	17,8	99,8
Nova Cantu	0,698	48,5	15	3,5	3,4	25,0	50,0	7,4	8,5	98,8	99,5	21,2	98,1
Nova Tebas	0,689	47,4	4	3,8	3,3	19,3	200,0	16,6	20,8	99,2	94,9	31,0	95,2
Palmital	0,670	47,3	9	3,5	3,1	29,9	42,9	5,5	32,4	83,3	97,5	8,0	95,3
Pitanga	0,743	40,9	13	4,0	3,5	21,8	50,0	7,3	18,9	71,5	95,1	8,9	97,4
Roncador	0,701	48,3	5	3,7	2,9	26,2	20,0	5,5	14,9	79,9	97,0	10,9	99,3
Santa Maria do Oeste	0,682	54,2	1	3,3	3,4	17,4	0,0	16,7	30,3	97,3	97,8	33,4	99,3
Turvo	0,692	47,0	3	3,8	3,5	21,3	83,3	1,8	18,9	88,2	97,3	3,3	91,8
PARANÁ	0,787	20,9	24	4,4	3,3	15,5	37*	2,8	11,3	38,8	88,8	2,9	84,2

FONTE: IPARDES in Diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro: caracterização Global.

2.2.3.2. Território Caminhos de Tibagi

O Território Caminhos de Tibagi é composto por oito municípios: Figueira, Imbaú, Ortigueira, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania. Esse conjunto de municípios reúne 168.305 pessoas, sendo 112.115 no quadro urbano e 56.190 no rural com um grau de urbanização de 66,6%. Esse território apresentou um crescimento demográfico de 2000 a 2007 de 0,8%.

MAPA 8 : TERRITÓRIO CAMINHOS DE TIBAGI



FONTE: IPARDES in Diagnóstico socioeconômico do Território Caminhos de Tibagi: caracterização Global.

TABELA 25: POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CAMINHOS DE TIBAGI, EM RELAÇÃO À MÉDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS (2000).

MUNICÍPIO	INDICADORES SOCIAIS												
	IDH-M (2000)	Taxa de Pobreza (2000) (%)	Desigualdade de Renda (2000)	IDEB - Rede Municipal (2005)	IDEB - Rede Estadual (2005)	Mortalidade Infantil (2003-2004-2005) (%)	Cobertura de PSF (Ago. 2007) (%)	Inadequação Água Urbana (2000) (%)	Inadequação Água Rural (2000) (%)	Inadequação Esgoto Urbano (2000) (%)	Inadequação Esgoto Rural (2000) (%)	Inadequação Lixo Urbano (2000) (%)	Inadequação Lixo Rural (2000) (%)
Curituba	0,561	43,1	15	3,6	3,3	20,3	100,0	8,4	11,8	99,8	99,4	4,0	91,7
Figueira	0,614	34,6	17	4,2	3,7	16,7	76,0	4,4	5,5	79,3	98,4	10,3	79,2
Imbaú	0,571	44,0	22	4,0	3,2	18,9	50,0	7,2	18,9	97,6	99,4	9,8	82,8
Ortigueira	0,629	61,7	19	3,4	3,1	18,5	40,0	6,9	21,9	71,4	98,3	13,9	93,7
Reserva	0,551	47,5	24	3,7	3,5	28,8	70,0	11,9	32,2	66,9	91,8	11,7	92,9
Telêmaco Borba	0,704	21,6	20	4,2	2,9	19,5	70,0	2,9	1,8	40,0	17,9	2,6	5,8
Tibagi	0,597	35,0	21	4,0	2,9	22,9	37,5	9,6	19,5	47,4	86,0	3,8	87,2
Ventania	0,581	33,5	19	3,4	2,9	18,6	100,0	9,7	18,9	99,4	98,6	6,7	84,2
PARANÁ	0,787	20,9	24	4,4	3,3	15,5	37,0	2,6	11,3	39,8	86,8	2,9	84,4

FONTE: IPARDES in Diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro: caracterização Global.

Ao analisar a pobreza do Território Caminhos de Tibagi através de indicadores sintéticos utilizados pelo Programa, verifica-se que a) o IDH-M demonstra uma oscilação entre os municípios, porém apenas 02, Figueira e Telêmaco Borba, diferenciam-se dos demais b) a incidência de pobreza nesse território, através da LP, codifica um total de famílias pobres nos Caminhos de Tibagi: em 2000, era de 48.718, ou seja, 35,1% do total de famílias, indicador superior à média paranaense, de 20,9%. (IparDES, 2007, p.26).

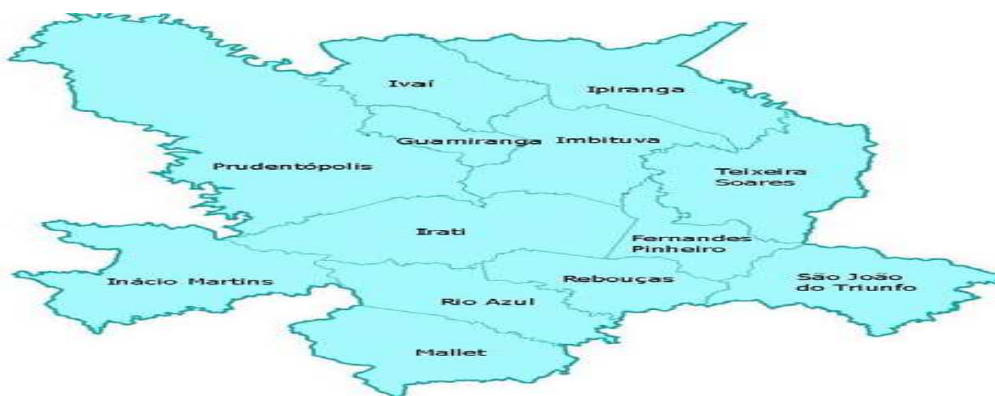
O IPARDES fez uma síntese demonstrando o Caminhos de Tibagi sob diferentes indicadores (tabela 25), que possibilita analisarmos que esse território possui um IDH-M médio de 0,67 com uma incidência de pobreza média de 35,1%, com uma desigualdade de renda na ordem 20, com 2,9% de inadequação de água urbana e 2,7 % de inadequação de água rural, com 31,3% de inadequação de esgoto urbano e 41,9 % de inadequação de esgoto rural e 3 % de inadequação de lixo urbano e 39,8% de inadequação de lixo rural.

Nesse contexto, em uma análise individual dos municípios, verifica-se que os municípios que apresentam as condições mais desfavoráveis no Território Caminhos de Tibagi são Ortigueira e Reserva.

2.2.3.3. Território Centro-Sul

O Território Centro-Sul é constituído por 13 municípios: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, São João do Triunfo e Teixeira Soares. Esse conjunto de municípios reúne 232.764 pessoas, sendo 112.972 no meio urbano e 119.972 no meio rural com uma densidade populacional de 23%.

MAPA 9 - TERRITÓRIO CENTRO SUL



FONTE: IPARDES in diagnóstico socioeconômico do Território Centro Sul: caracterização Global.

Ao analisar a pobreza do Território Centro-Sul, através de indicadores sintéticos utilizados pelo Programa, verifica-se que: a) o IDH-M demonstra um resultado bem mais positivo que os Territórios Caminhos de Tibagi e Paraná Centro; b) a incidência de pobreza nesse território através da LP codifica um total de famílias pobres no Centro Sul em 2000, de 64.338, ou seja, 36,7% do total de famílias, indicador superior à média paranaense, de 20,9%. (IparDES, 2007, p.26).

O IPARDES fez uma síntese demonstrando o Território Centro Sul sob diferentes indicadores (tabela 26), a qual possibilita analisarmos que esse território possui uma incidência de pobreza média de 35,1%, com uma desigualdade de renda na ordem de 20, com 2,9% de inadequação de água urbana e 9,3 % de inadequação de água rural , com 41

% de inadequação de esgoto urbano e 85,6 % de inadequação de esgoto rural e 7,5 % de inadequação de lixo urbano e 94,5% de inadequação de lixo rural.

Nesse contexto, em uma análise individual dos municípios, verifica-se que os municípios que apresentam as condições mais desfavoráveis no Território Centro Sul são Inácio Martins e São João do Triunfo.

TABELA 26: POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CENTRO SUL EM RELAÇÃO À MÉDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS (2000).

MUNICÍPIO	INDICADORES												
	IDHM (2000)	Taxa de Pobreza (2000) (%)	Desigualdade de Renda (1991-2000)	IDEB - Rede Municipal (2005)	IDEB - Rede Estadual (2005)	Mortalidade Infantil (2003-2004-2005) (%)	Cobertura de PSF (ago. 2007) (%)	Inadequação - Água Urbana (2000) (%)	Inadequação - Água Rural (2000) (%)	Inadequação do Esgoto Urbano (2000) (%)	Inadequação do Esgoto Rural (2000) (%)	Inadequação do Lixo Urbano (2000) (%)	Inadequação do Lixo Rural (2000) (%)
Fernandes Pinheiro	0,711	46,7	26	3,1	3,7	27,3	66,7	17,3	33,0	61,1	66,6	11,1	89,6
Guamiranga	0,702	49,1	13	4,7	3,4	18,0	100,0	19,6	33,9	70,2	91,7	13,2	96,0
Imbituva	0,727	34,6	20	4,0	3,6	12,2	58,3	5,2	24,5	69,5	85,3	9,5	92,6
Inácio Martins	0,690	47,0	27	3,5	3,2	29,4	50,0	10,2	27,7	61,2	98,5	5,4	86,7
Ipiranga	0,728	34,5	20	3,9	3,4	34,0	50,0	6,4	21,8	24,6	85,9	7,8	98,1
Irati	0,743	27,4	18	3,9	4,1	16,5	21,7	8,2	30,2	27,4	78,9	7,5	95,6
Ivaí	0,701	38,1	16	4,6	3,7	17,7	40,0	17,5	28,9	53,5	92,9	7,2	89,1
Mallet	0,781	30,4	22	4,7	4,1	17,6	40,0	7,0	27,4	54,5	87,7	8,7	90,7
Prudentópolis	0,733	43,1	22	4,5	4,0	16,7	10,5	11,8	43,8	44,5	87,7	4,2	94,5
Rebouças	0,711	41,3	21	4,5	3,8	17,9	66,7	12,0	26,5	43,7	96,8	7,3	97,9
Rio Azul	0,738	32,6	15	4,4	3,7	17,7	66,7	6,9	34,0	12,5	76,6	6,1	99,5
São João do Triunfo	0,679	47,0	19	4,0	3,8	16,9	80,0	17,7	37,2	31,3	69,8	13,5	98,7
Teixeira Soares	0,736	34,2	21	4,2	3,8	15,2	75,0	6,1	21,6	34,6	78,1	8,4	94,9
PARANÁ	0,787	20,9	24	4,4	3,3	15,5	37,0	2,6	11,3	38,8	86,8	2,9	84,4

FONTE: IPARDES in Diagnóstico socioeconômico do Centro Sul: caracterização Global.

2.2.3.4. Território Norte Pioneiro

O Território Norte Pioneiro é constituído por 29 municípios: Abatiá, Carlópolis, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Guapirama, Ibaiti, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Pinhalão, Quatiguá, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São José da Boa Vista, Sapopema, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz. Esse conjunto de municípios reúne 309.430 pessoas, sendo 217.671 no meio urbano e 91.759 no meio rural.

MAPA 10 - TERRITÓRIO NORTE PIONEIRO



FONTE: IPARDES in Diagnóstico socioeconômico do Território Norte Pioneiro: caracterização Global

Ao analisar a pobreza do Território Norte Pioneiro através de indicadores sintéticos utilizados pelo Programa, verifica-se que a) o IDH-M demonstra um resultado positivo quanto ao município de Jacarezinho, porém nos demais municípios essa situação não se opera b) a incidência de pobreza nesse território, através da LP, codifica um total de famílias pobres no Centro Sul em 2000, de 92.779, ou seja, 29% do total de famílias, indicador superior à média paranaense, de 20,9%. (IparDES, 2007, p.26).

O IPARDES fez uma síntese demonstrando o Território Norte Pioneiro sobre diferentes indicadores (tabela 27), que possibilita analisarmos que esse território possui uma incidência de pobreza média de 29%, com uma desigualdade de renda na ordem de 19, com 4,5% de inadequação de água urbana e 7,8 % de inadequação de água rural, com 43,8 % de inadequação de esgoto urbano e 92,4 % de inadequação de esgoto rural e 4,5 % de inadequação de lixo urbano e 89,4% de inadequação de lixo rural.

Nesse contexto, em uma análise individual dos municípios, verifica-se que o município que apresentam as condições mais desfavoráveis no Território Norte Pioneiro são os municípios de Quatiguá e Santo Antonio da Platina.

TABELA 27: POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO NORTE PIONEIRO, EM RELAÇÃO À MÉDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS (2000).

MUNICÍPIO	INDICADORES SOCIAIS												
	IDHM (2000)	Taxa de Pobreza (2000) (%)	Desigualdade de Renda (2000)	IDEB - Rede Municipal (2005)	IDEB - Rede Estadual (2005)	Mortalidade Infantil (2003-2004-2005) (%)	Cobertura de PSF (Ago. 2007) (%)	Inadequação Água Urbana (2000) (%)	Inadequação Água Rural (2000) (%)	Inadequação Esgoto Urbano (2000) (%)	Inadequação Esgoto Rural (2000) (%)	Inadequação Lixo Urbano (2000) (%)	Inadequação Lixo Rural (2000) (%)
Abatiã	0,710	27,6	10	4,0	3,4	15,4	66,7	3,5	4,9	78,3	92,9	9,3	99,2
Caripópolis	0,727	29,4	19	4,5	3,8	23,1	50,0	4,7	8,3	20,2	95,4	2,8	93,6
Congonhinhas	0,692	36,8	13	4,8	3,8	13,0	75,0	4,8	5,6	99,2	99,5	11,8	80,3
Conselheiro Mairinck	0,707	34,6	36	4,0	3,6	12,3	200,0	6,2	62,1	16,1	8,9	4,1	77,5
Guapirama	0,747	26,1	13	4,0	3,8	11,7	100,0	3,2	5,7	98,9	64,7	2,8	93,7
Ibaiti	0,687	32,3	16	3,8	3,3	17,9	45,5	4,7	14,2	70,5	97,8	9,1	94,9
Jaboti	0,699	30,0	15	4,9	4,1	31,1	100,0	2,1	4,2	93,5	99,0	4,2	74,7
Jacarazinho	0,782	20,3	22	3,1	3,2	18,1	56,3	5,2	4,4	8,9	68,9	2,9	71,5
Japira	0,706	36,6	20	4,4	3,5	26,7	100,0	2,5	5,3	97,0	98,3	0,9	97,9
Joaquim Tavora	0,755	25,2	13	4,0	3,5	16,4	100,0	1,0	4,2	4,5	84,7	3,1	77,6
Jundiá do Sul	0,721	34,6	39	3,5	2,8	13,9	100,0	9,5	3,4	95,5	98,3	4,2	94,9
Nova Fátima	0,747	23,8	19	4,4	3,4	24,0	66,7	5,3	0,9	96,2	99,1	4,7	86,5
Nova Santa Bárbara	0,701	40,1	24	3,5	3,2	5,5	100,0	4,3	6,5	76,6	96,5	1,4	99,0
Pinhão	0,707	30,6	17	4,3	4,0	16,3	66,7	2,9	7,3	76,9	99,7	4,1	97,6
Quetiquê	0,762	18,7	12	4,4	3,8	7,7	66,7	1,3	6,9	10,4	84,5	1,4	84,5
Ribeirão Claro	0,747	23,5	13	4,4	3,4	22,8	50,0	1,5	6,1	6,3	97,3	0,5	88,3
Ribeirão do Pinhal	0,715	30,8	19	4,3	3,0	28,1	50,0	6,7	6,3	35,7	93,7	6,9	83,1
Salto do Itararé	0,695	42,5	21	4,2	3,2	30,5	50,0	7,4	5,1	73,4	99,1	8,2	94,2
Santa Amélia	0,711	33,4	19	3,3	3,1	15,6	50,0	4,1	1,9	75,5	89,2	2,8	84,3
Santa Cecília do Pavão	0,712	36,7	13	4,0	3,8	20,4	200,0	1,2	7,0	87,9	99,3	0,7	97,9
Santana do Itararé	0,696	40,6	23	2,5	3,3	4,6	100,0	5,1	7,3	99,3	98,7	2,8	99,0
Santo Antônio da Platina	0,745	20,1	16	4,0	3,7	24,2	47,1	6,1	5,1	19,4	83,9	2,1	82,6
Santo Antônio do Paraíso	0,715	36,7	19	5,0	3,8	10,0	100,0	2,2	6,4	89,4	99,5	5,7	95,3
São Jerônimo da Serra	0,674	41,4	23	3,3	2,1	14,0	100,0	6,8	8,8	92,6	97,3	16,4	97,5
São José da Boa Vista	0,707	43,0	18	4,4	4,0	20,7	150,0	7,3	6,2	33,4	99,5	4,8	94,8
Sapoperna	0,696	41,2	11	3,9	2,3	37,5	100,0	2,6	13,6	44,8	94,1	15,4	89,2
Siqueira Campos	0,753	24,4	14	4,1	3,8	12,0	57,1	2,7	4,0	26,2	98,2	2,2	84,5
Tomazina	0,716	34,5	21	4,0	3,8	35,1	50,0	4,0	9,7	61,3	98,3	2,5	95,3
Wenceslau Braz	0,727	34,4	26	4,5	3,5	19,5	62,5	2,9	10,6	64,8	99,0	4,2	97,2
PARANÁ	0,787	20,9	24	4,4	3,3	15,5	37,0*	2,6	11,3	38,8	86,8	2,9	84,4

FONTE: IPARDES in Diagnóstico socioeconômico do Território Norte Pioneiro: caracterização Global

2.2.3.5 Território Caminhos da União da Vitória

O Território da União da Vitória é constituído por nove municípios: Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, São Mateus do Sul e União da Vitória. Esse conjunto de municípios reúne 155.473 pessoas, sendo 93.370 no meio urbano e 62.103 no meio rural, com uma densidade de 21,3%.

MAPA 11 - TERRITÓRIO DA UNIÃO DA VITÓRIA



FONTE: IPARDES in Diagnóstico socioeconômico do Território da União da Vitória: caracterização Global

Ao analisar a pobreza do Território da União da Vitória através de indicadores sintéticos utilizados pelo Programa verifica-se que: a) o IDH-M demonstra um resultado mais positivo que os territórios de Caminhos de Tibagi e Paraná Centro; b) a incidência de pobreza nesse território, através da LP, que codifica um total de famílias pobres no Centro Sul em 2000, de 43.479, ou seja, 55,2% do total de famílias, indicador superior à média paranaense, de 20,9%. (IparDES, 2007, p.26).

O IPARDES fez uma síntese demonstrando o Território da União da Vitória sob diferentes indicadores (tabela 28), que possibilita analisarmos que esse território possui uma incidência de pobreza média de 55,2%, com uma desigualdade de renda na ordem de 19, com 5,1% de inadequação de água urbana e 19,1 % de inadequação de água rural, com 28,9 % de inadequação de esgoto urbano e 87,1 % de inadequação de esgoto rural e 5,9 % de inadequação de lixo urbano e 92,2% de inadequação de lixo rural.

Nesse contexto, em uma análise individual dos municípios, verifica-se que o município que apresenta as condições mais desfavoráveis no território de União da Vitória é o município de Cruz Machado.

TABELA 28: POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA EM RELAÇÃO À MÉDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS (2000).

MUNICÍPIO	INDICADORES												
	IDHM (2000)	Taxa de Pobreza (2000) (%)	Desigualdade de Renda (1991-2000)	IDEB rede Municipal (2005)	IDEB Rede Estadual (2005)	Mortalidade Infantil (2003-2004-2005) (%)	Cobertura de PSF (ago. 2007) (%)	Inadequação Água Urbana (2000) (%)	Inadequação Água Rural (2000) (%)	Inadequação Esgoto Urbano (2000) (%)	Inadequação Esgoto Rural (2000) (%)	Inadequação Lixo Urbano (2000) (%)	Inadequação Lixo Rural (2000) (%)
Antônio Olinto	0,711	47,6	17	4,5	3,7	14,6	100,0	1,7	27,8	78,0	87,6	3,4	88,7
Bituruna	0,715	33,0	15	4,4	3,4	21,2	50,0	1,6	4,4	21,3	89,1	5,2	80,4
Cruz Machado	0,712	41,7	23	3,8	3,7	23,5	0,0	13,0	12,5	55,8	93,8	8,6	92,0
General Carneiro	0,711	32,9	16	4,1	3,4	14,0	57,1	5,1	5,5	83,8	84,6	4,5	75,6
Paulo Freitas	0,735	33,4	23	4,4	3,9	24,1	100,0	9,1	16,0	88,8	96,5	33,3	98,7
Paulo Frontin	0,735	29,8	19	4,7	4,2	3,4	86,7	6,2	21,1	38,7	83,2	21,6	99,6
Porto Vitória	0,732	28,3	15	4,7	3,9	0,0	100,0	1,4	0,4	96,0	60,1	7,9	90,3
São Mateus do Sul	0,766	31,0	30	4,7	3,6	11,8	31,3	7,8	34,8	32,5	88,8	5,2	99,6
União da Vitória	0,793	18,4	18	4,0	3,7	12,1	27,3	3,8	9,8	14,3	62,1	4,4	98,4
PARANÁ	0,787	20,9	24	4,4	3,3	15,5	36,6	2,6	11,3	38,8	86,8	2,9	84,4

FONTE: IPARDES in Diagnóstico socioeconômico do Território da União da Vitória: caracterização Global

2.2.3.6 Território Caminhos do Vale do Ivaí

O Território do Vale do Ivaí é constituído por 25 municípios: Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Barbosa Ferraz, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Corumbataí do Sul, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marumbi, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí e São João do Ivaí. Esse conjunto de municípios reúne 310.378 pessoas, sendo 230.815 no meio urbano e 79.463 no meio rural, com uma densidade de 41,8%.

MAPA 12 - TERRITÓRIO DO VALE DO IVAÍ



FONTE: IPARDES in Diagnóstico socioeconômico do Território Vale do Ivaí: caracterização Global

Ao analisar a pobreza do território do Vale do Ivaí através de indicadores sintéticos utilizados pelo Programa, verifica-se que: a) o IDH-M demonstra uma desigualdade entre os 25 municípios componentes; b) a incidência de pobreza nesse território, através da LP, codifica um total de famílias pobres no Vale do Ivaí em 2000, de 92.747, ou seja, 26,9 % do total de famílias, indicador superior à média paranaense, de 20,9%. (IPARDES, 2007, p.26).

O IPARDES fez uma síntese demonstrando o Vale do Ivaí sobre diferentes indicadores (tabela 29), que possibilita analisarmos que esse território possui uma incidência de pobreza média de 26,9%, com uma desigualdade de renda na ordem de 16, com 1,9 % de inadequação de água urbana e 5,7 % de inadequação de água rural, com 74,8 % de inadequação de esgoto urbano e 91,7 % de inadequação de esgoto rural e 7,1 % de inadequação de lixo urbano e 87,5% de inadequação de lixo rural.

Nesse contexto, em uma análise individual dos municípios, verifica-se que os municípios que apresentam as condições mais desfavoráveis no território do Vale do Ivaí são Ariranha do Ivaí e Rosário do Ivaí.

TABELA 29: POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ EM RELAÇÃO À MÉDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS (2000).

MUNICÍPIO	INDICADORES SOCIAIS												
	IDHM (2000)	Taxa de Pobreza (2000) (%)	Desigualdade de Renda (2000)	IDEB - Rede Municipal (2005)	IDEB - Rede Estadual (2005)	Mortalidade Infantil (2003-2004-2005) (%)	Cobertura de PSF (Ago. 2007) (%)	Inadequação de Água Urbana (2000) (%)	Inadequação de Água Rural (2000) (%)	Inadequação do Esgoto Urbano (2000) (%)	Inadequação do Esgoto Rural (2000) (%)	Inadequação do Lixo Urbano (2000) (%)	Inadequação do Lixo Rural (2000) (%)
Apucarana	0,799	14,8	14	4,5	3,8	19,8	71,4	0,9	1,6	71,7	96,3	3,2	73,0
Arapuã	0,687	44,7	13	3,8	3,4	0,0	200,0	5,8	6,3	98,8	96,3	15,7	92,7
Ariranha do Ivaí	0,688	48,2	48	3,9	3,2	28,8	100,0	9,4	6,4	99,5	97,5	12,0	98,9
Barbosa Ferraz	0,700	41,9	22	4,1	3,4	32,5	80,0	3,8	5,7	58,8	88,8	36,8	86,8
Bom Sucesso	0,735	30,3	14	3,8	3,3	20,5	100,0	2,5	2,1	78,8	98,7	3,0	84,7
Bomazópolis	0,727	32,2	11	4,1	4,1	31,0	100,0	2,6	4,0	97,8	99,3	11,8	99,2
Califórnia	0,745	26,2	15	4,8	3,9	18,8	100,0	0,9	2,1	82,0	93,8	3,1	95,7
Cambira	0,767	23,8	15	4,1	4,0	23,2	100,0	0,6	2,0	82,2	92,3	3,5	86,3
Corumbataí do Sul	0,678	48,6	13	3,6	3,1	14,7	100,0	3,8	4,4	47,8	94,2	6,9	93,8
Cruzmaltina	0,678	48,3	18	3,4	3,4	9,3	50,0	2,1	3,3	99,4	100,0	13,8	90,1
Faxinal	0,732	30,1	21	3,6	3,2	20,5	83,3	2,8	11,3	78,2	95,4	10,0	95,5
Godoy Moreira	0,672	49,7	95	3,8	3,2	12,1	100,0	6,3	12,3	90,2	91,0	20,0	95,9
Grandes Rios	0,695	37,7	15	4,0	3,0	12,1	100,0	5,8	6,3	99,5	98,7	1,8	84,9
Ivaiporã	0,764	30,5	23	4,5	3,5	18,3	41,7	2,6	5,2	93,8	97,0	10,2	92,7
Jandaia do Sul	0,783	19,4	17	3,9	4,0	18,8	68,7	1,0	1,5	63,5	96,2	4,7	83,7
Jardim Alegre	0,713	41,5	33	3,9	3,4	8,7	68,7	3,0	4,0	93,1	95,3	4,5	80,8
Kalore	0,753	26,4	10	4,4	3,8	10,9	100,0	0,1	3,4	98,3	99,5	0,9	83,2
Lidianópolis	0,734	34,1	18	4,0	3,6	7,0	100,0	1,2	3,9	74,4	87,0	2,8	79,7
Lunardelli	0,692	34,0	12	3,8	3,4	20,2	100,0	4,9	3,2	99,4	99,3	10,8	79,8
Marumbi	0,735	32,2	17	4,0	3,2	11,3	100,0	1,5	1,6	97,9	89,4	0,7	87,5
Novo Itacolomi	0,708	35,3	8	4,2	4,1	20,0	100,0	1,4	2,8	80,3	100,0	9,8	100,0
Rio Bom	0,713	31,8	10	4,4	4,1	7,8	100,0	2,2	2,4	98,7	99,3	7,2	90,3
Rio Branco do Ivaí	0,670	51,5	24	3,8	3,8	9,0	100,0	2,5	6,2	8,6	41,9	9,3	80,9
Rosário do Ivaí	0,684	47,2	24	3,7	2,5	14,5	100,0	12,8	21,7	85,8	87,5	11,3	71,8
São João do Ivaí	0,689	31,1	13	4,1	3,5	18,8	100,0	9,8	14,4	50,6	88,4	30,9	85,6
PARANÁ	0,787	20,9	24	4,4	3,3	15,5	38,8	2,8	11,3	38,8	88,8	2,9	84,4

FONTE: IPARDES in Diagnóstico socioeconômico do Território Vale do Ivaí: caracterização Global

2.2.3.7 Território Caminhos do Vale da Ribeira

O Território Vale do Ribeira é formado pelos municípios de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná. Com 90.708 habitantes, dos quais 43.212 (47,64%) vivem na área rural, o IDH médio do território é 0,69. O Vale da Ribeira paranaense tem 5.913 agricultores familiares e 11 comunidades quilombolas. O território contempla apenas 07 municípios dos 25 municípios da Associação de Municípios da AMOSSEC.

MAPA 13 - TERRITÓRIO DO VALE DA RIBEIRA



FONTE: IPARDES in Diagnóstico socioeconômico do Território Vale da Ribeira: caracterização Global

Ao analisar a pobreza do Território da Ribeira ou Vale da Ribeira, através de indicadores sintéticos utilizados pelo Programa, verifica-se que a incidência de pobreza nesse território, através da LP, codifica um total de famílias pobres no Vale da Ribeira em 2000, de 25.197, ou seja, 38 % do total de famílias, indicador superior à média paranaense, de 20,9%. (IparDES, 2007, p.26).

O IPARDES fez uma síntese demonstrando o Vale da Ribeira sob diferentes indicadores (tabela 30), que possibilita analisarmos que esse território possui uma incidência de pobreza média de 38%, com uma desigualdade de renda na ordem de 14, com 7,2 % de inadequação de água urbana e 14,1 % de inadequação de água rural, com 45,9 % de inadequação de esgoto urbano e 78,4 % de inadequação de esgoto rural e 6 % de inadequação de lixo urbano e 83,4% de inadequação de lixo rural.

Nesse contexto, em uma análise individual dos municípios, verifica-se que os municípios que apresentam as condições mais desfavoráveis no Território do Vale da Ribeira são os municípios de Doutor Ulysses e Cerro Azul.

TABELA 30: POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DA RIBEIRA EM RELAÇÃO À MÉDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS (2000).

MUNICÍPIO	INDICADOR												
	IDH-M (2000)	Taxa de Pobreza (2000)	Desigualdade de Renda (2000)	IDEB Rede Municipal (2005)	IDEB Rede Estadual (2005)	Mortalidade Infantil (2003-2004-2005)	Cobertura de PSF (ago. 2007)	Inadequação de Água Urbana (2000)	Inadequação de Água Rural (2000)	Inadequação de Esgoto Urbano (2000)	Inadequação de Esgoto Rural (2000)	Inadequação de Lixo Urbano (2000)	Inadequação de Lixo Rural (2000)
Adrianópolis	0,613	43,4	27	-	3,5	10,8	150,0	1,3	12,0	30,0	76,9	3,1	73,8
Bocaiúva do Sul	0,639	29,0	18	4,0	2,7	7,9	0,0	1,0	9,2	22,0	42,5	0,0	67,4
Cerro Azul	0,568	48,7	31	3,6	2,9	19,0	57,1	6,7	14,9	25,7	81,0	17,3	89,5
Doutor Ulysses	0,546	57,3	17	3,1	2,4	27,2	66,7	12,4	19,5	91,9	89,4	10,2	92,4
Itaperuçu	0,606	35,6	14	3,1	2,9	19,7	9,1	8,5	18,2	41,5	84,7	3,6	98,5
Rio Branco do Sul	0,627	31,9	18	3,6	3,4	17,8	61,5	5,4	13,9	55,2	85,3	7,2	80,5
Tunas do Paraná	0,582	35,4	22	2,9	3,0	17,6	100,0	41,4	10,4	80,4	98,1	0,5	85,7
PARANÁ	0,787	20,9	24	4,4	3,3	15,5	37,0	2,6	11,3	38,8	86,8	2,9	84,4

FONTE: IPARDES in Diagnóstico socioeconômico do Território do Vale da Ribeira: caracterização Global

2.2.3.8 Território de CANTUQUIRIGUAÇU

O Território de Cantuquiriguaçu é formado pelos municípios de Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvás, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond. Com 232.729 habitantes, dos quais 120.413 (51,74%) vivem na área rural, o IDH médio do território é 0,72. O Território da Cantuquiriguaçu tem 20.528 agricultores familiares, 4.216 famílias assentadas, três comunidades quilombolas e duas terras indígenas. A constituição desse território se pauta em duas mesorregiões: Oeste e Centro Sul, contemplando na íntegra todos os municípios que compõem a Associação de Municípios da CANTUQUIRIGUAÇU, ou seja, os 20 municípios conforme demonstra mapa abaixo.

MAPA 14 - TERRITÓRIO DA CANTUQUIRIGUAÇU



FONTE: IPARDES in Diagnóstico socioeconômico do Território de Cantuquiriguaçu: caracterização Global

Ao analisar a pobreza do Território de Cantuquiriguaçu, através de indicadores sintéticos utilizados pelo Programa, verifica-se que a incidência de pobreza nesse território através da LP, codifica um total de famílias pobres no Cantuquiriguaçu em 2000, de 62.474, ou seja, 41,9 % do total de famílias, indicador superior à média paranaense, de 20,9%. (IparDES, 2007, p.26).

O IPARDES fez uma síntese, demonstrando o território de Cantuquiriguaçu sob diferentes indicadores (tabela 31), que possibilita analisarmos que esse território possui uma incidência de pobreza média de 41,9%, com uma desigualdade de renda na ordem de 17, com 9 % de inadequação de água urbana e 19,4 % de inadequação de água rural, com 72,2 % de inadequação de esgoto urbano e 91,6 % de inadequação de esgoto rural e 8,8 % de inadequação de lixo urbano e 49,7% de inadequação de lixo rural.

Nesse contexto, em uma análise individual dos municípios, verifica-se que os municípios que apresentam as condições mais desfavoráveis no Território do Cantuquiriguaçu são os municípios de Goioxim e Diamante do Sul.

TABELA 31: POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU EM RELAÇÃO À MÉDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS (2000).

MUNICÍPIO	INDICADORES SOCIAIS												
	IDHM (2000)	Taxa de Pobreza (2000) (%)	Desigualdade de Renda (2000)	IDEB Rede Municipal (2005)	IDEB Rede Estadual (2005)	Mortalidade Infantil (2003-2004-2005) (%)	Cobertura de PSF (%)	Inadequação de Água Urbana (2000)	Inadequação de Água Rural (2000) (%)	Inadequação de Esgoto Urbano (2000) (%)	Inadequação de Esgoto Rural (2000) (%)	Inadequação de Lixo Urbano (2000) (%)	Inadequação de Lixo Rural (2000) (%)
Campo Bonito	0,687	48,1	15	4,4	4,1	30,4	50,0	8,4	9,3	79,7	84,7	4,7	99,7
Candói	0,712	42,2	31	3,7	2,9	35,5	85,7	9,6	18,6	93,0	99,1	9,4	97,1
Cantagalo	0,686	47,0	31	3,3	3,5	28,1	50,0	10,6	15,0	88,6	94,0	12,4	92,6
Catanduvas	0,717	43,1	30	4,5	4,1	19,3	40,0	6,9	8,8	72,6	83,3	9,4	98,1
Diamante do Sul	0,675	48,9	45	4,3	2,7	27,9	100,0	21,9	31,5	90,4	93,4	24,3	99,8
Espigão Alto do Iguaçu	0,708	46,8	20	3,7	4,0	13,7	100,0	20,9	15,7	99,8	99,7	7,6	91,0
Foz do Jordão	0,689	47,5	30	3,5	3,2	48,3	66,7	8,3	16,9	96,8	94,7	18,1	80,9
Goioxim	0,680	55,1	28	3,6	3,3	22,3	50,0	20,5	27,8	95,2	92,1	63,7	99,9
Guaraniçu	0,728	34,9	29	4,6	3,5	11,1	83,3	9,0	16,9	45,0	87,8	14,1	99,3
Ibema	0,721	41,0	13	4,4	4,1	19,2	50,0	6,3	7,2	98,2	99,1	4,0	85,3
Laranjeiras do Sul	0,753	33,8	23	3,7	3,7	21,1	50,0	9,8	10,6	77,1	97,3	7,7	91,0
Marquinho	0,691	52,6	26	3,8	3,1	29,9	100,0	8,9	28,0	97,5	92,6	12,1	95,3
Nova Laranjeiras	0,697	48,7	51	4,2	3,7	15,7	80,0	8,2	21,9	46,5	78,0	23,8	99,2
Pinhão	0,713	43,1	25	3,6	2,9	28,2	16,7	12,0	36,3	63,0	89,9	5,9	85,9
Porto Barreiro	0,716	44,7	24	4,3	3,7	18,2	100,0	7,3	11,6	100,0	99,8	12,8	94,0
Quedas do Iguaçu	0,747	35,3	35	4,3	3,7	23,6	23,1	5,2	10,9	53,5	93,9	2,3	92,1
Reserva do Iguaçu	0,726	39,2	45	2,8	3,2	22,1	66,7	10,8	29,5	52,0	95,4	5,9	95,6
Rio Bonito do Iguaçu	0,669	56,5	24	4,7	3,9	9,9	33,3	3,8	21,4	72,1	92,4	5,8	96,4
Três Barras do Paraná	0,720	40,9	25	4,4	3,6	9,3	75,0	5,6	5,3	99,2	93,0	7,7	96,8
Virmond	0,719	27,5	15	4,7	3,9	19,7	100,0	7,4	8,5	81,2	95,5	5,8	99,4
PARANÁ	0,787	20,9	24	4,4	3,3	15,5	36,6	2,6	11,3	38,8	86,8	2,9	84,4

FONTE: IPARDES in Diagnóstico socioeconômico do Território de Cantuquiriguaçu: caracterização Global

De acordo com Guilherme Cassel⁶⁰:

(...) esse programa busca fazer aquilo que o Estado brasileiro nunca foi capaz de fazer até hoje, ou seja, superar de uma vez por todas as condições de pobreza no meio rural brasileiro. Persistem no nosso país, ao longo deste século, bolsões de pobreza, regiões onde não chegam as políticas públicas. São milhares de pessoas que têm sido condenadas a uma invisibilidade injustificada. O que nós queremos é chegar com o Governo Estadual, Governo Federal, Governo Municipal e mais as comunidades de forma coordenada nessas regiões, sacudir essas regiões. Fazer uma concentração de políticas públicas para, de uma vez por todas, superar a pobreza nessas regiões.⁶¹

⁶⁰ Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário em entrevista contida no site do MDA: territórios da Cidadania (2008).

⁶¹ Entrevista de Paulo Amarin realizada no dia 26/02/2008 disponível em <http://apta1997.spaces.live.com/blog/cns!85DD67BF89AA9FB2!381.entry>

2.2.3.9 Síntese dos bolsões de pobreza no Estado do Paraná sob a subdivisão de Territórios.

Os Territórios da Cidadania não seguem a subdivisão territorial mesorregional, mas sim a subdivisão territorial das Associações dos Municípios, ora na íntegra, ora parcialmente, porém elencam que sua mensuração não se dá apenas pela medida unilateral renda, mas sim por vários itens que contemplam uma medida multilateral, apesar de seguir a mesma codificação elencada por Doretto et al(2003) para as Associações Municipais (Linhas de Indigência).

A metodologia desenvolvida pelo MDA tem por objetivo erradicar a pobreza no meio rural, porém é necessário atentar-se para a junção populacional objeto de análise: agricultores familiares, assentados, índios e quilombolas, pois as causas da pobreza se diversificam nesse conjunto, ou seja, para alguns se trata de uma pobreza involuntária e para outros de uma pobreza voluntária⁶².

Observe-se que, se analisado com base no recorte geopolítico das Associações dos Municípios, a ANCESPAR estaria à frente nos percentuais de incidência de pobreza rural e a Cantuquiriguaçu estaria contemplada pelo todo (pobreza rural + urbana). Assim, a escolha dos territórios paranaenses não fica clara já que aponta a metodologia, mas não a demonstra estatisticamente.

Os critérios dos territórios se diferenciam das LP, codificadas nas duas primeiras abordagens de subdivisões territoriais: mesorregionais e associações, pois nas anteriores, as linhas de pobreza e de indigência definiam a identificação da população pobre ou extremamente pobre através de um nível de renda para suprir as necessidades básicas, já nos territórios seu índice de análise é o IDH somado à LP das associações municipais, acrescido da identificação do maior número de famílias inseridas no Programa Bolsa Família e do maior contingente de agricultores, quilombolas⁶³ e assentamentos⁶⁴.

⁶² Essa metodologia se torna tendenciosa já que contempla causas diferentes sobre um mesmo critério

⁶³ Quilombolas é designação comum aos escravos refugiados em quilombos, ou descendentes de escravos negros cujos antepassados no período da escravidão fugiram dos engenhos de cana-de-açúcar, fazendas e pequenas propriedades onde executavam diversos trabalhos braçais para formar pequenos vilarejos chamados de quilombos.

2.2.4 Bolsões de pobreza no Estado do Paraná sob análise da metodologia da Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é um Programa de “transferência direta de renda”⁶⁵ do Governo Federal que beneficia famílias em situação de pobreza. O PBF inicialmente não faria parte deste estudo, porém, em virtude das respostas dadas nos questionários, que contemplam o Bolsa Família como um indicador de pobreza, faz-se necessário uma análise sobre a sua definição e critérios de mensuração.

O critério da abordagem da linha de pobreza e linha de indigência é a renda per capita da família⁶⁶ de até R\$ 120,00, sendo selecionados com base no cadastro único⁶⁷ para programas sociais do Governo Federal, utilizando-se a seleção pelo critério das menores rendas contidas no cadastro, renda essa que pode variar de R\$ 20,00 a R\$ 182,00 dependendo da renda familiar e do número de crianças e adolescentes.

O Programa Bolsa Família tem três tipos de benefícios: o Básico, o Variável e o Variável Vinculado ao Adolescente.

O Benefício Básico, de R\$ 62,00 (sessenta e dois reais), é pago às famílias consideradas extremamente pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 60,00 (sessenta reais) por pessoa (pago às famílias mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens).

O Benefício Variável, de R\$ 20,00 (vinte reais), é pago às famílias pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por pessoa desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 60,00 (sessenta reais).

O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 30,00 (trinta reais), é pago a todas as famílias do PBF que tenham adolescentes de 16 e 17

²⁶Distribuição de terra em pequenos módulos, dimensionados de modo a proporcionar a produção de alimentos suficientes para a fixação e manutenção de uma família de produtores rurais sem-terra.

⁶⁵ Podem participar desse programa famílias com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 até R\$ 120,00 (LP) e famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00 (LI) conforme dispõe lei 10.836/2004 e decreto 5.209/2004.

⁶⁶ A renda da família é calculada a partir da soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês (como salários e aposentadorias). Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, obtendo assim a renda *per capita* da família.

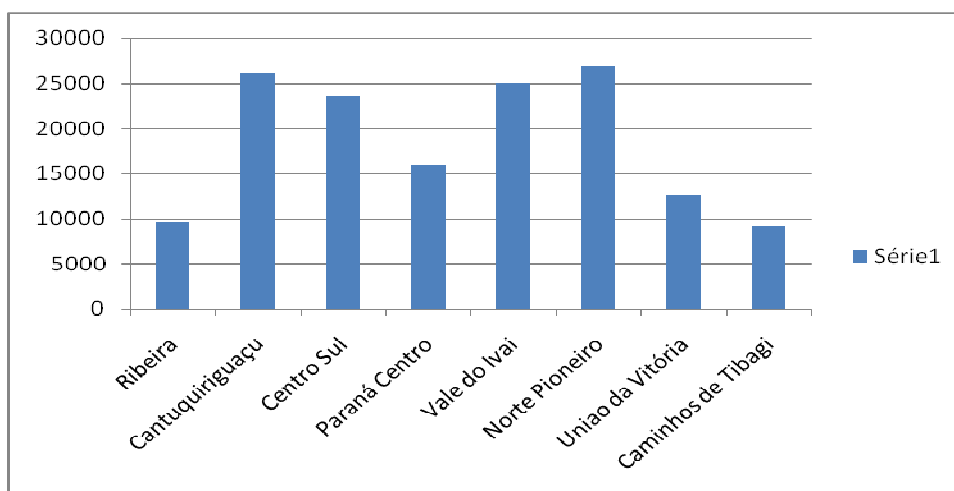
⁶⁷ Funciona como um instrumento de identificação sócio econômica das famílias brasileiras, sendo codificadas as informações domiciliares (n.º de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo), composição familiar (n.º de membros, existência de gestante, mãe amamentando, deficientes físicos), qualificação escolar dos membros da família, qualificação profissional e situação no mercado de trabalho, rendimento e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outras).

anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 60,00 (sessenta reais). (MDS- Programa Bolsa Família).

A metodologia do Bolsa Família, apesar de também utilizar as Linhas de Pobreza como a codificação mesorregional e por associação, se diferencia em termos de resultado, pois se analisado o objeto espacial da pesquisa (Cantuquiriguaçu) verifica-se que a maior incidência de pobreza está no Município de Ibema, contrapondo os resultados por associação e por mesorregião.

Para codificar melhor sua aplicabilidade, analisaremos a pobreza do PBF com a dos Territórios:

GRÁFICO 3: POBREZA SOB A METODOLOGIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2000)



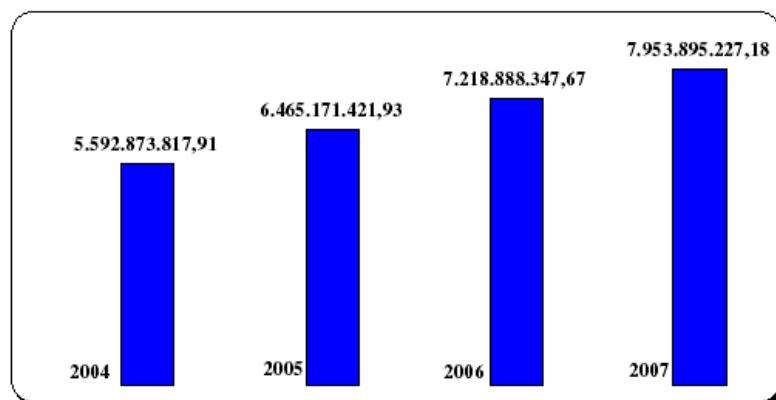
FONTE: IPARDES in Diagnóstico socioeconômico dos Territórios: caracterização Global.

Sob a metodologia do PBF, o território que apresenta o maior número de pessoas em situação de pobreza é o Norte Pioneiro, se diferenciado da metodologia apresentada dos Territórios que aponta o Território da Cantuquiriguaçu como o mais pobre.

2.2.4.1 Síntese do Programa Bolsa Família

O propósito do programa consiste em minimização do problema pobreza, e conseqüentemente, em uma evolução decrescente, porém, conforme pode ser observado no gráfico abaixo, detém uma evolução crescente, fator que dissemina dúvidas à questão: a) a evolução de 2004 a 2007 reflete a abrangência de famílias não codificadas em anos anteriores? b) a evolução reflete períodos de crises em alguns Estados do Brasil? c) a evolução demonstra uma dependência por parte dos usuários? d) a evolução demonstra uma falta de controle sobre as transferências, não dando baixa aos que melhoram seu patamar de renda?

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA



FONTE: CGU apud undp-povertycentre.org/publications/mds

Assim, verifica-se que o PBF na questão de erradicação de pobreza tem seu mérito, porém não pode ser considerado como um instrumento único de análise da pobreza como apontam alguns gestores nos questionários.

2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Paraná, conforme demonstrado neste capítulo, possui subdivisões territoriais para análise e codificação da pobreza: Mesorregiões, Associações de Municípios e Territórios. No entanto podem perceber-se alterações se aplicadas metodologias diferentes, caso analisado na subdivisão mesorregional da ORBIS apud PNUD e do IPARDES, ou seja, dois institutos, dois resultados que, no aspecto incidências se congregam, mas que na questão intensidade se divergem, fator que remete a dúvidas quanto à intensidade da pobreza paranaense, já que não existe um indicador oficial que delimite tal situação.

Se analisada sob a subdivisão mesorregional, a maior incidência de pobreza está na Mesorregião Metropolitana, porém a intensidade de pobreza, se utilizada a metodologia da ORBIS apud PNUD é codificada na Região Sudoeste Paranaense e Norte Pioneiro Paranaense se codificada pela metodologia do IPARDES. A metodologia de subdivisão em associações de municípios, no entanto, não permite a identificação da intensidade mas sim da incidência, a qual, se codificada em números, se congregará com o resultado apresentado na mesorregião, ou seja, a maior incidência estará na ASSOMECA, município da região metropolitana, porém, se analisada em percentual de pessoas, a associação que contempla a maior incidência é a de CANTUQUIRIGUAÇU (24,83%) que contempla a Mesorregião Oeste Paranaense e Centro sul Paranaense.

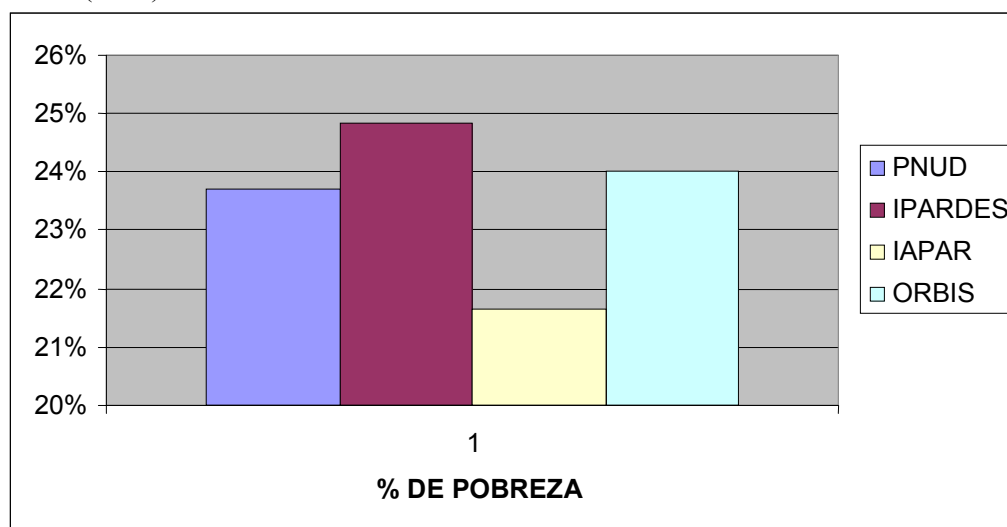
Nesse contexto, a metodologia dos territórios do programa federal Territórios da Cidadania, na teoria, não segue a subdivisão mesorregional nem o das associações municipais. Os critérios para sua codificação se deram numa visão multidimensional onde se agregaram municípios por sua identidade social econômica e cultural, sob um critério misto de mensuração, já que se utiliza do menor IDH e maior número de beneficiários do PBF na análise para identificação. No entanto, na prática, opera a metodologia da subdivisão de territórios, ora na integra no caso da Cantuquiriguaçu, ora parcialmente como o caso do Território do Vale da Ribeira. Essa metodologia identifica os critérios, mas não especificam o modelo utilizado pelo qual se identificaram esses dois territórios como os mais pobres no Paraná.

Levanta-se tal dúvida quanto à metodologia em virtude de que, se analisado com base na subdivisão territorial de associações dos municípios, a ANCESPAR estaria à frente nos percentuais de incidência de pobreza rural (base da proposta do Projeto) e a Cantuquiriguaçu estaria contemplada pelo todo (pobreza rural + urbana), fator que induz à interpretação de que houve a utilização da metodologia de Doreto(2003), desenvolvida para o IAPAR, a qual contempla a identificação da pobreza sob a análise de uma linha de pobreza codificada sobre um patamar salarial, ou seja, $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, a qual seria considerada uma linha de indigência com base no PNUD.

A metodologia do Programa Bolsa Família segue o limiar renda, porém codifica em valor monetário absoluto (R\$ 120,00). Analisado sob o critério dos territórios paranaenses apontou, com base nas estatísticas do MDS/MDA, a maior incidência de pobreza no Território do Norte Pioneiro e não na Cantuquiriguaçu e Ribeira como identificada pelo Programa Território da Cidadania. Análise essa, que segue a avaliação realizada pelo IPARDES no recorte mesorregional quanto à intensidade.

Assim, é possível afirmar que os percentuais de pobreza podem variar dependendo da visão do delimitador, ou seja, para os pesquisadores a abordagem pode ser unilateral, multilateral, ou ainda uma junção de ambas. A metodologia adotada pode proporcionar similaridades ou distorções nos resultados dos estudos, já que, quanto maior a similaridade de técnicas metodológicas utilizadas, maior a probabilidade de os resultados convergirem. As opções, no entanto, dependem de cada autor ou instituto, fator que ficou evidente na análise dos recortes geopolíticos do Paraná quanto a sua localização, podendo ainda ser mais bem codificado no gráfico abaixo, no contexto geral do Estado em percentual:

GRÁFICO 5 - PERCENTUAL DE POBREZA DO ESTADO DO PARANÁ SOB DIFERENTES INSTITUTOS (2000)



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do PNUD, IPARDES, IAPAR e ORBIS.

NOTA 1: os dados do PNUD foram extraídos do Atlas de Desenvolvimento Humano in renda: % de pobreza (2000)

NOTA 2: os dados do IPARDES foram extraídos do site do IPARDES in base de dados do Estado: % de pessoas pobres

NOTA 3: os dados do IAPAR se referem ao estudo de Doretto et al (2003) para as associações dos Municípios do Paraná, porém sobre o elenco % de pobreza e não de indigência como codificado no estudo.

NOTA 4: os dados da Orbis foram extraído do site in indicadores do milênio, porém apesar de utilizar da metodologia do PNUD, sua diferença se dá pelo arredondamento de casas decimais realizado pelo instituto.

O gráfico demonstra uma divergência de resultados ao total de incidência de pobreza no Paraná, ou seja, o PNUD e a Orbis utilizam-se da mesma metodologia, porém sua diferença está que o PNUD codifica 23,69% de incidência de pobreza, trabalhando sobre centésimos, já a ORBIS usa uma aproximação, objetivando deixar o número inteiro, ou seja, 24%. Para o IPARDES, a incidência de pobreza é de 24,84% e para o IAPAR, 21,66%. Percebe-se que o IAPAR é o que mais diverge dos demais, já que os outros demonstram resultados bem próximos, apesar de todos utilizarem o critério renda para sua codificação.

Diante do presente contexto, verifica-se que, com base na abordagem metodológica apresentada, há necessidade de uma análise dos determinantes da pobreza para os territórios paranaense, que será contemplado no próximo capítulo, onde se realizou uma pesquisa de campo para extração dos determinantes da pobreza e com isso criou um modelo para estimação, visando possibilitar a sugestão para um índice de pobreza do Paraná sob o enfoque causal.

3 . DA POBREZA LOCAL NO ÂMBITO MUNICIPAL

Neste capítulo, é apresentada a pesquisa de campo, realizada para alguns municípios do Estado do Paraná, para compor uma amostragem estatística sobre a questão pobreza. Para tanto, foram utilizados questionários, aplicados aos responsáveis pela Secretaria de Promoção Social, para que pudessem expor seu conhecimento sobre o fenômeno pobreza.

As figuras realizadas para apresentação da pesquisa de campo foram pautadas no intuito de demonstrar ao leitor as respostas na íntegra, sendo esses um elemento que subsidiará os modelos econométrico estimado para análise da maior relação no fator explicativo da pobreza, enquanto causa para o Estado do Paraná.

Na sequência, são utilizados os três indicadores de pobreza escolhidos, conforme o capítulo anterior, os quais são pautados nos dados do Censo 2000/PNUD, CAGED, Ministério da Educação e Ministério da Saúde, selecionados pelas respostas auferidas no questionário da pesquisa de campo.

Esses valores são trabalhados no Excel na formulação das tabelas e, com o uso do software *Eviews*, é realizada a regressão para verificar a maior relação dos indicadores na explicação da pobreza no Estado do Paraná.

O capítulo é composto por três tópicos, dos quais este é o primeiro.

No segundo tópico, são apresentados os resultados da abordagem de pesquisa de campo quanto à pobreza nos municípios.

A regressão realizada para analisar os indicadores selecionados é apresentada no terceiro tópico.

3.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para composição da pesquisa foi elaborado questionário e aplicado a 17 municípios pertencentes à Mesorregião Centro Sul e a associações municipais de CANTUQUIRIGUAÇU e AMOCENTRO. Esses municípios ainda pertencem aos Territórios de CANTUQUIRIGUAÇU e PARANÁ CENTRO.

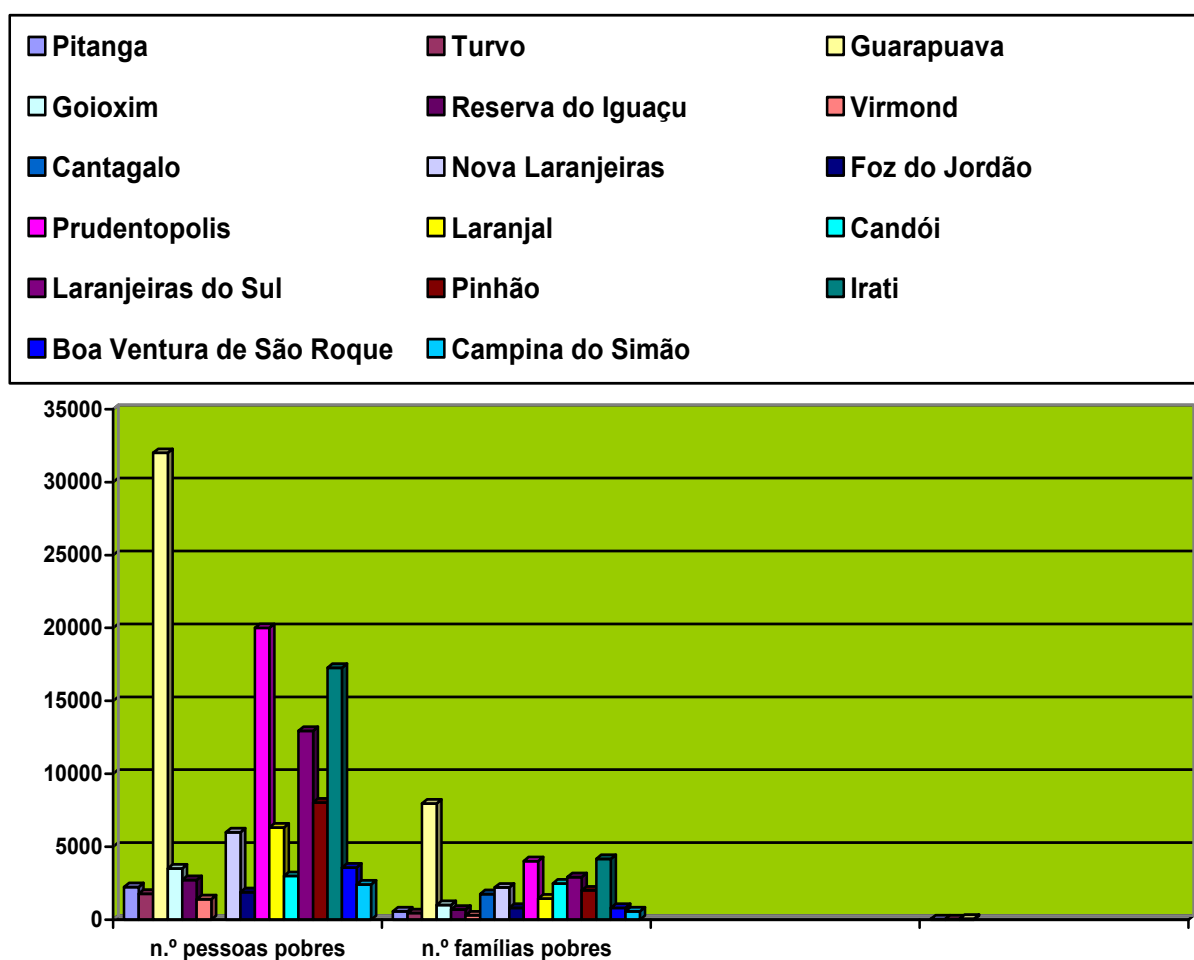
O apêndice I contempla o questionário na íntegra para que esclareça possíveis dúvidas e direcione melhor a exposição dos resultados obtidos. No entanto, vale salientar

que, para viabilizar as respostas como um todo, elas são primeiramente exploradas num contexto geral e, na sequência, numa contextualização individual de análise.

3.1.1 - Análise da pesquisa de campo (questionários) aplicadas aos municípios

Na primeira e segunda questões se indagou o número de famílias pobres e o número de pessoas pobres no município. As respostas são apresentadas no gráfico 06:

GRÁFICO 6 - NÚMERO DE FAMÍLIAS E NÚMERO DE PESSOAS POBRES NOS MUNICÍPIOS



FONTE: Elaboração própria a partir das respostas da pesquisa elaborada para com os Municípios.
 NOTA: O município de Cantagalo se eximiu da resposta 02 alegando prazo curto para tal codificação.

As respostas em geral foram codificadas em aproximadamente, de acordo com um instituto ou de acordo com um programa, e podem ser mais bem visualizadas na tabela 32.

Observe que em análise à codificação do n.º de famílias pobres, bem como de pessoas pobres, a pesquisa apresenta o município de Guarapuava com o maior n.º de pessoas e famílias em situação de pobreza, sendo também o município com a maior densidade populacional, conforme pode ser observada na tabela 32. No entanto, é o município de Campina do Simão que apresenta a maior incidência de pobreza (55,21%), e a segunda menor densidade demográfica (4.365 pessoas).

TABELA 32 – POBREZA VERSUS DENSIDADE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS ENTREVISTADOS

	N.º de famílias pobres	N.º pessoas pobres	Densidade Demográfica	Incidência de pobreza
Pitanga	568	2222	35.861	6,20
Turvo	443	1772	6368	27,83
Guarapuava	7965	32000	155161	20,62
Goioxim	1003	3500	8086	43,28
Reserva do Iguçu	680	2720	6678	40,73
Virmond	301	1409	6285	22,42
Cantagalo	985		12810	0,00
Nova Laranjeiras	1600	6000	11699	51,29
Foz do Jordão	800	1872	6378	29,35
Campina do Simão	566	2410	4365	55,21
Prudentópolis	4013	20000	46346	43,15
Laranjal	1444	3667	7121	51,50
Candói	2464	3000	14185	21,15
Laranjeiras do Sul	2916	12956	3025	15,51
Pinhão	2007	8028	28408	28,26
Irati	4174	17263	52352	32,97

Boa Ventura de São Roque	800	3583	6780	52,85
--------------------------	-----	------	------	-------

FONTE: Elaboração própria a partir das respostas dos questionários aplicados aos Municípios
 NOTA a: a densidade demográfica e % de pobreza foi extraído do PNUD in renda: pobreza: incidência de pobreza.

NOTA b: o % de famílias e pessoas pobres foram referendados a instituições pelos Municípios.

Na questão 03 foi questionado qual o critério que o município utiliza para saber o número de pobres em seu município. Tal resposta foi diversificada entre os entrevistados, pois alguns submetem sua análise a um indicador e a um programa, já outros à publicação institucional.

TABELA 33 – CRITÉRIOS DE MENSURAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO DA POBREZA NOS MUNICÍPIOS

Município	IDH	BF	IPARDES	IPEA	IBGE
Pitanga	X	X			
Turvo	X				
Guarapuava		X			
Goioxim	X	X			
Reserva do Iguaçu		X			
Virmond		X	X	X	
Cantagalo		X			
Nova Laranjeiras		X			
Foz do Jordão		X			X
Campina do Simão	X	X	X		
Prudentópolis		X			
Laranjal	X	X			X
Candói		X			
Laranjeiras do Sul		X			
Pinhão		X			

Irati			X		
Boa Ventura de São Roque			X		

FONTE: Elaboração a partir das respostas da pesquisa elaborada para os Municípios.

Observe que a grande maioria dos gestores recorre à utilização do Programa Bolsa Família para determinar o contingente de pessoas ou famílias pobres existentes nos municípios. 29% dos municípios condicionam sua análise ao IDH juntamente com o PBF, com a exceção de um, que elenca fazer uso apenas do IDH como indicador de pobreza, 23% se utilizam da pesquisa do IPARDES, porém metade desse percentual utiliza-se do IPARDES juntamente com o PBF. Apenas um município elenca utilizar-se do IPEA, porém o faz juntamente com o IPARDES e 11% no IBGE também somado ao IDH e/ou PBF.

Denota-se através dessa pesquisa que a maioria dos gestores se pauta em medidas de renda, ou seja, linhas de pobreza para delimitar a existência de pessoas ou famílias pobres em seu município, não as contrapondo com pesquisas locais, fator que expressa a aceitabilidade por parte dos gestores nas pesquisas realizadas, ou a comodidade desses agentes.

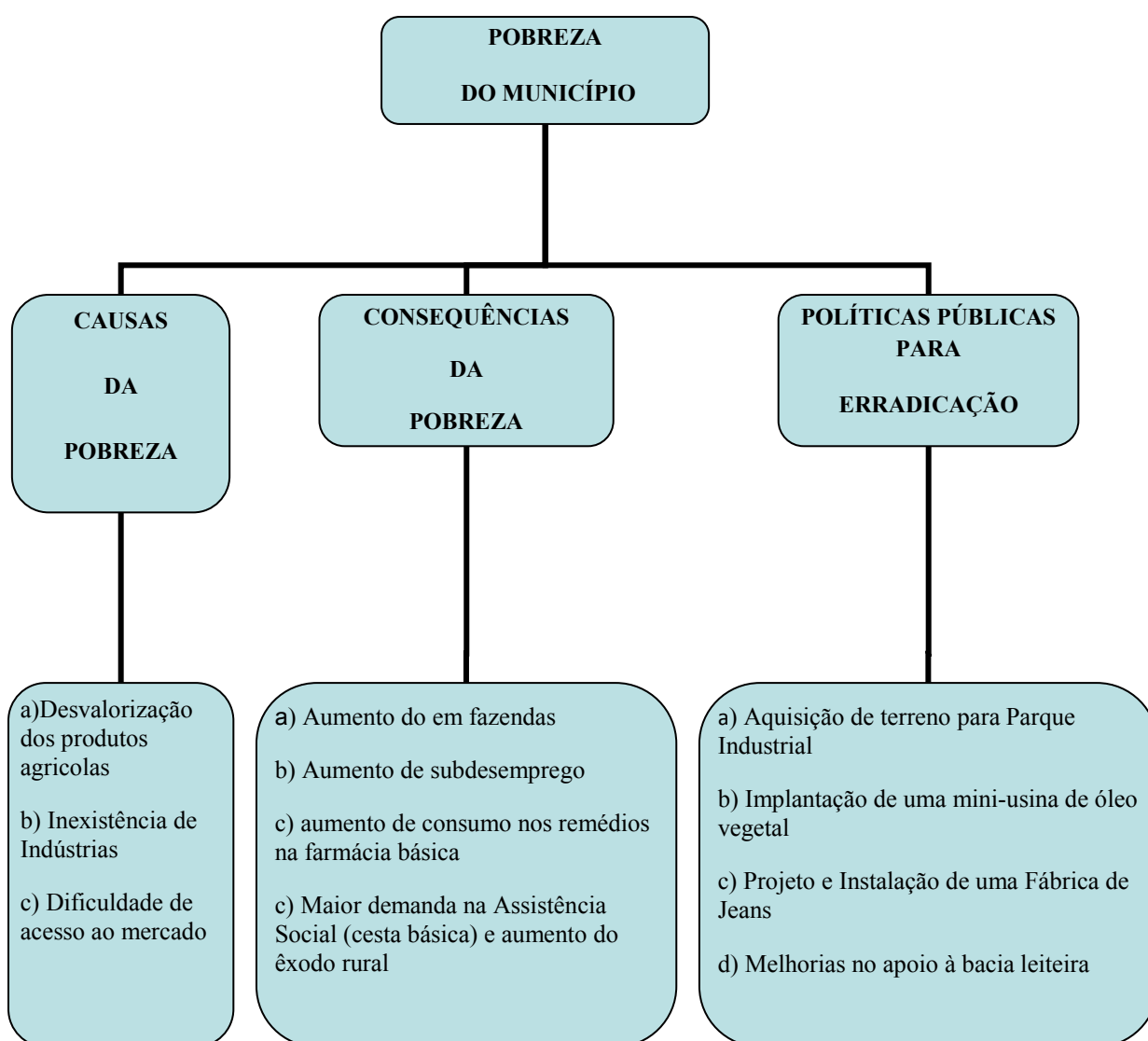
Nas três questões finais, indagaram-se as causas e consequências da pobreza, seguida do questionamento acerca das políticas públicas realizadas para erradicação da pobreza nos municípios. Nesse questionamento se obtiveram respostas bem diversificadas de município para município, fazendo-se necessário apresentar de forma individualizada.

3.1.1.1 Município de Pitanga

No contexto causal, o município de Pitanga considera a desvalorização e dificuldade de acesso dos produtos agrícolas mais a inexistência de indústrias como ápice das causas que originam a pobreza local. Como consequência, elenca que a pobreza afeta

saúde, falta de geração de emprego e dependência governamental para suprir as necessidades alimentares. No entanto, ao abordar as políticas públicas para erradicação, verifica-se que elas não contemplam a resolução donexo causal e de consequência apresentada, já que propõem viabilizar geração de emprego e condicionar melhorias para escoamento de produção como uma solução ao problema.

FIGURA 16 – POBREZA DO MUNICÍPIO DE PITANGA DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)



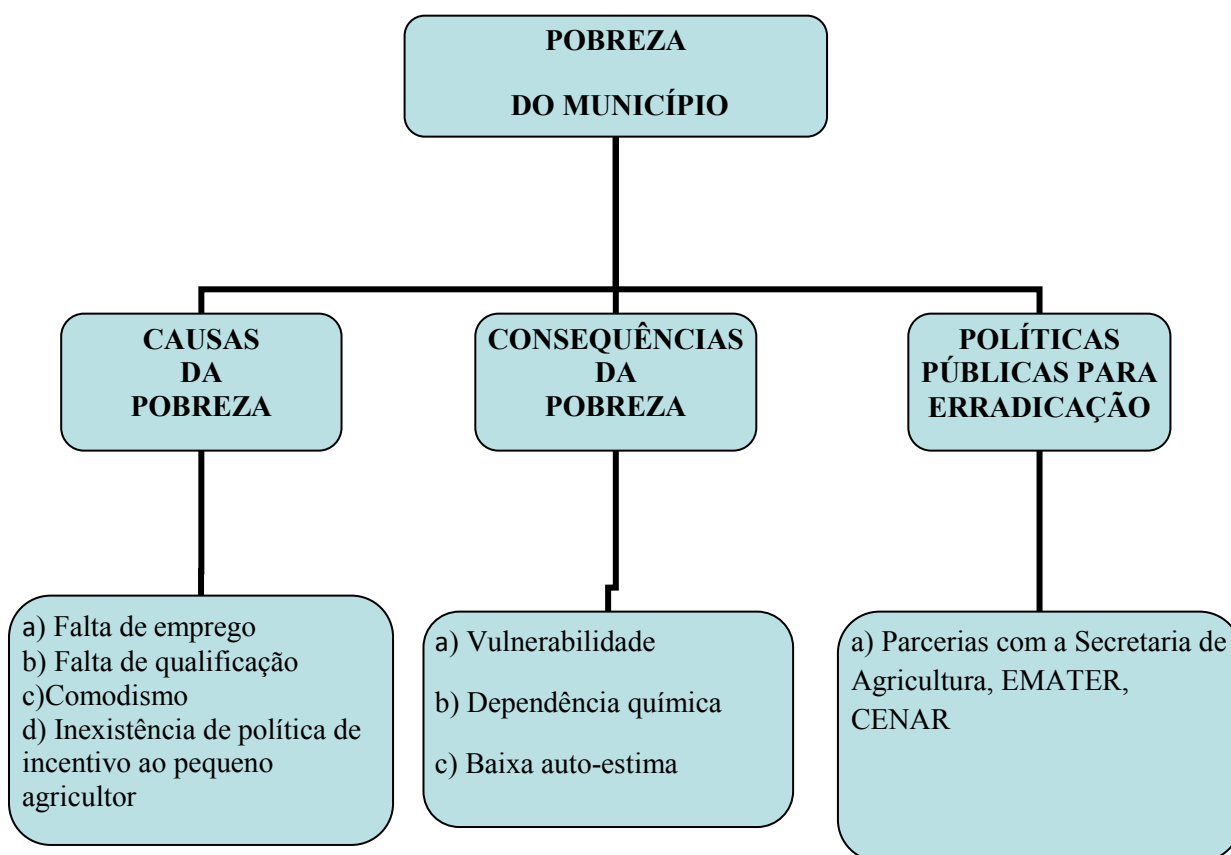
FONTE: Elaboração própria com base na íntegra das respostas do Município de Pitanga

NOTA: O Município de Pitanga pertence à Mesorregião Centro Sul, à Associação de Municípios da AMOCENTRO e ao Território Paraná Centro.

3.1.1.2 Município de Turvo

O município de Turvo remete a três eixos as causas: desemprego, falta de qualificação e/ou vontade própria e falta de incentivo à agricultura. Aponta como consequência a vulnerabilidade social e expõe que suas políticas para erradicação da pobreza são através de parcerias com agentes da agricultura e de qualificação profissional, demonstrando por um lado consonância na resolução da falta de qualificação e de incentivos à agricultura, porém minimizando a problemática ao apontar unicamente as parcerias como a solução para todo o quadro apresentado.

FIGURA 17 – POBREZA DO MUNICÍPIO DE TURVO DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)



FONTE: Elaboração própria com base na íntegra das respostas do Município de Turvo

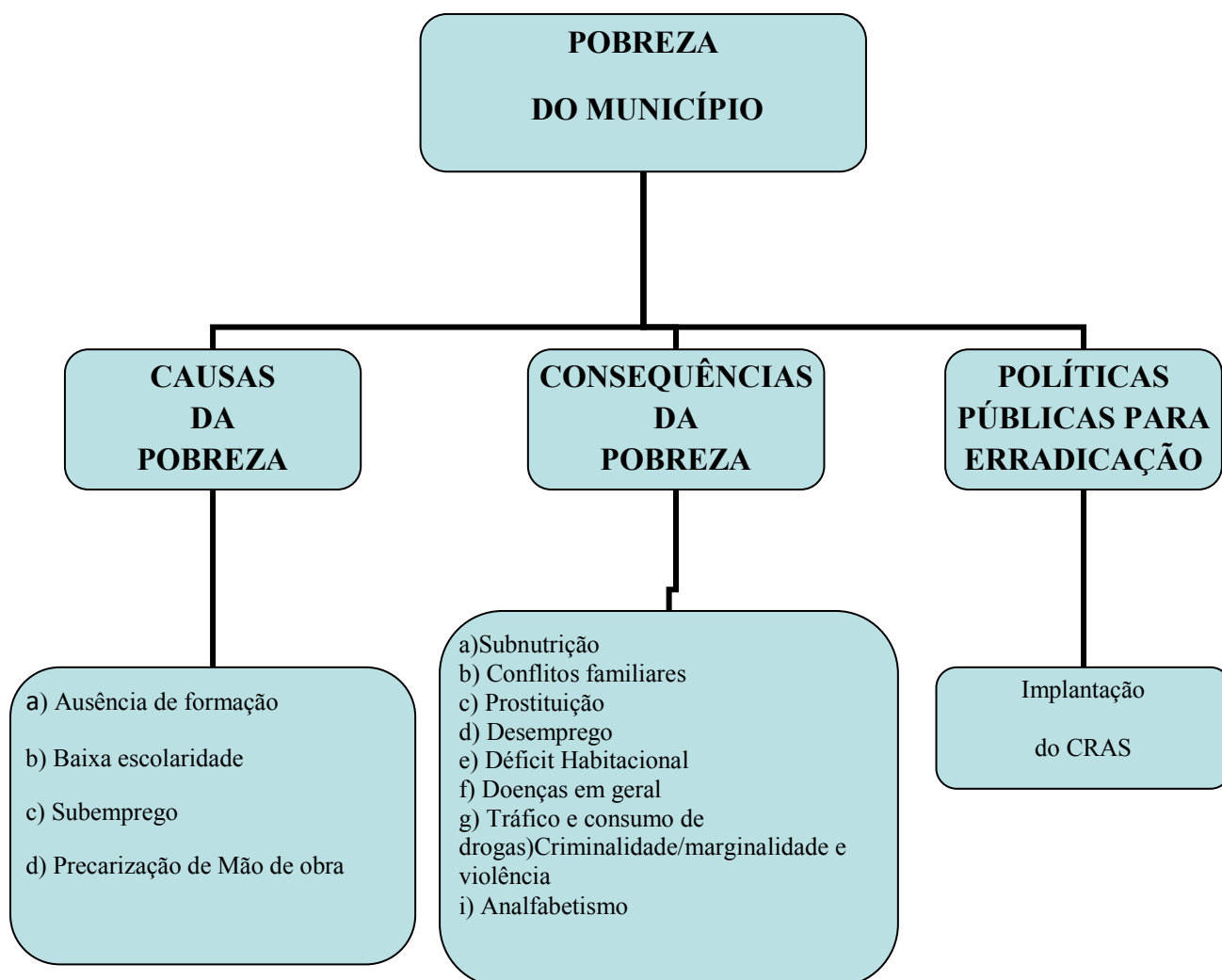
Nota: O Município de Turvo pertence à Mesorregião Centro Sul, à Associação de Municípios da AMOCENTRO e ao Território Paraná Centro.

3.1.1.3 Município de Guarapuava

O Município de Guarapuava remete as causas a questões educacionais e de geração de emprego, no entanto denota um leque amplo de conseqüências, sendo na grande maioria medidas multidimensionais de pobreza (habitação, criminalidade, saúde, entre outras, elencando como política pública municipal o programa CRAS⁶⁸ ou seja, programa do Governo Federal.

FIGURA 18 – POBREZA DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)

⁶⁸ O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do SUAS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social. (MDS)



FONTE: Elaboração própria com base na íntegra das respostas do Município de Guarapuava

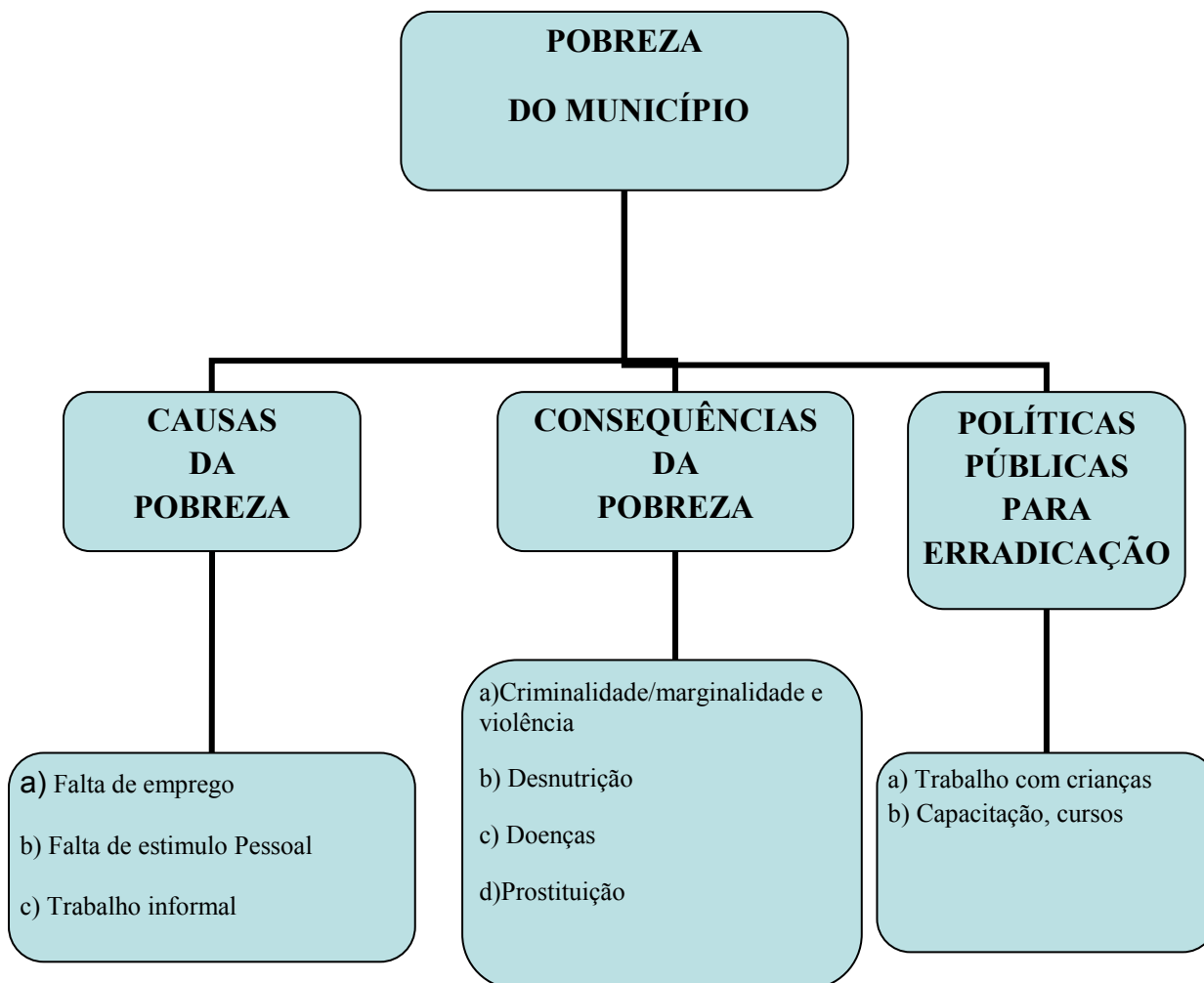
NOTA: O município de Guarapuava pertence à Mesorregião Centro Sul, a Associação dos Municípios de Paraná Centro e não está contido no Programa Território da Cidadania.

3.1.1.4 Município de Goioxim

O Município de Goioxim aponta a falta de emprego e de motivação como as causas da pobreza e remete suas consequências à questão de vulnerabilidade social, no entanto aborda apenas dois eixos de políticas públicas para sua erradicação: trabalho com

crianças (sem maiores especificações) e capacitação em cursos (também sem maiores esclarecimentos).

FIGURA 19 – POBREZA DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)



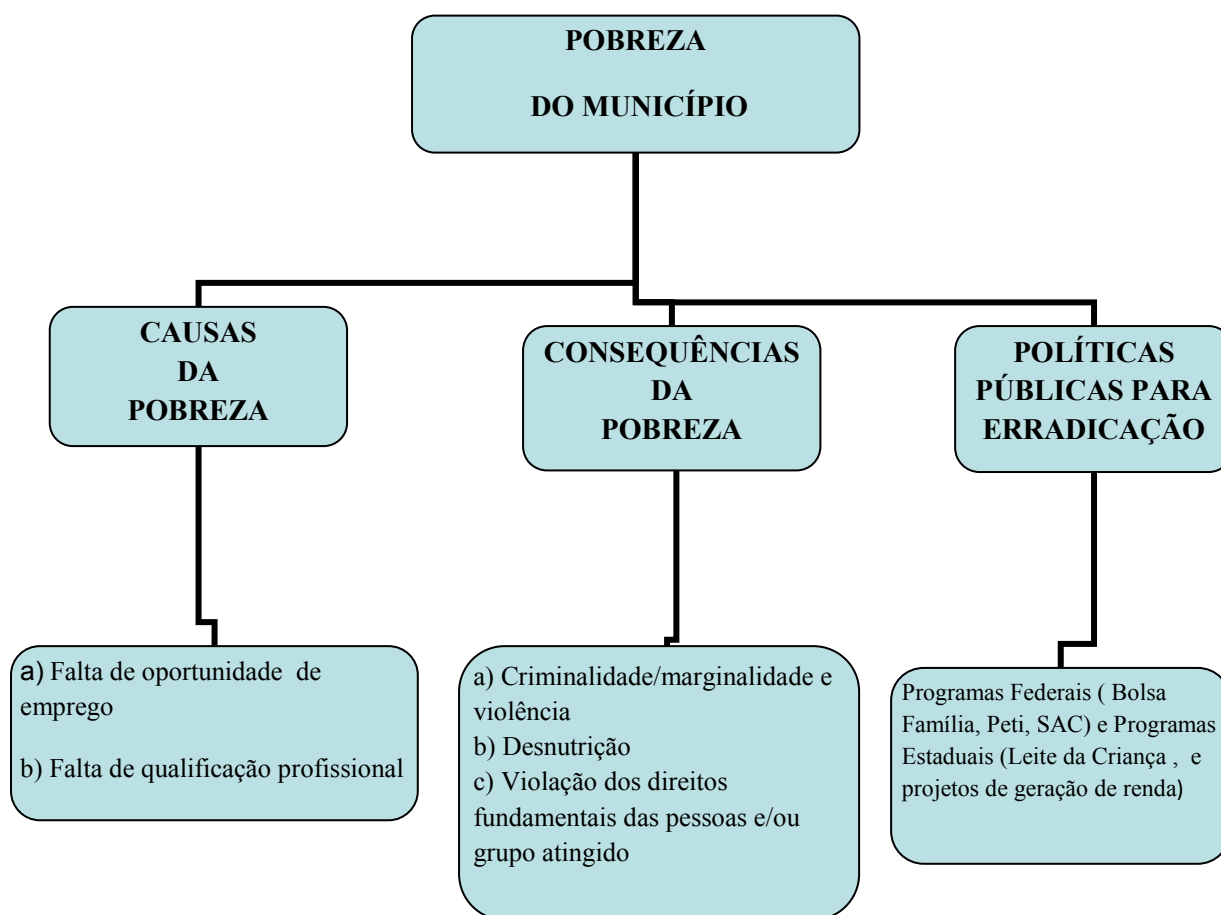
FONTE: Elaboração própria com base na íntegra das respostas do Município de Goioxim

NOTA: O município de Goioxim pertence à Mesorregião Centro Sul, a Associação de Municípios de CANTUQUIRIGUAÇU e ao Território de CANTUQUIRIGUAÇU.

3.1.1.5 Município de Reserva do Iguaçu

O Município de Reserva do Iguaçu define as causas da pobreza como ausência de capacidades e denota conseqüências de ordem plural (violência, desnutrição e violação de direitos fundamentais) remetendo as políticas para erradicação aos programas dos Governos Federal e Estadual.

FIGURA 20 – POBREZA DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)



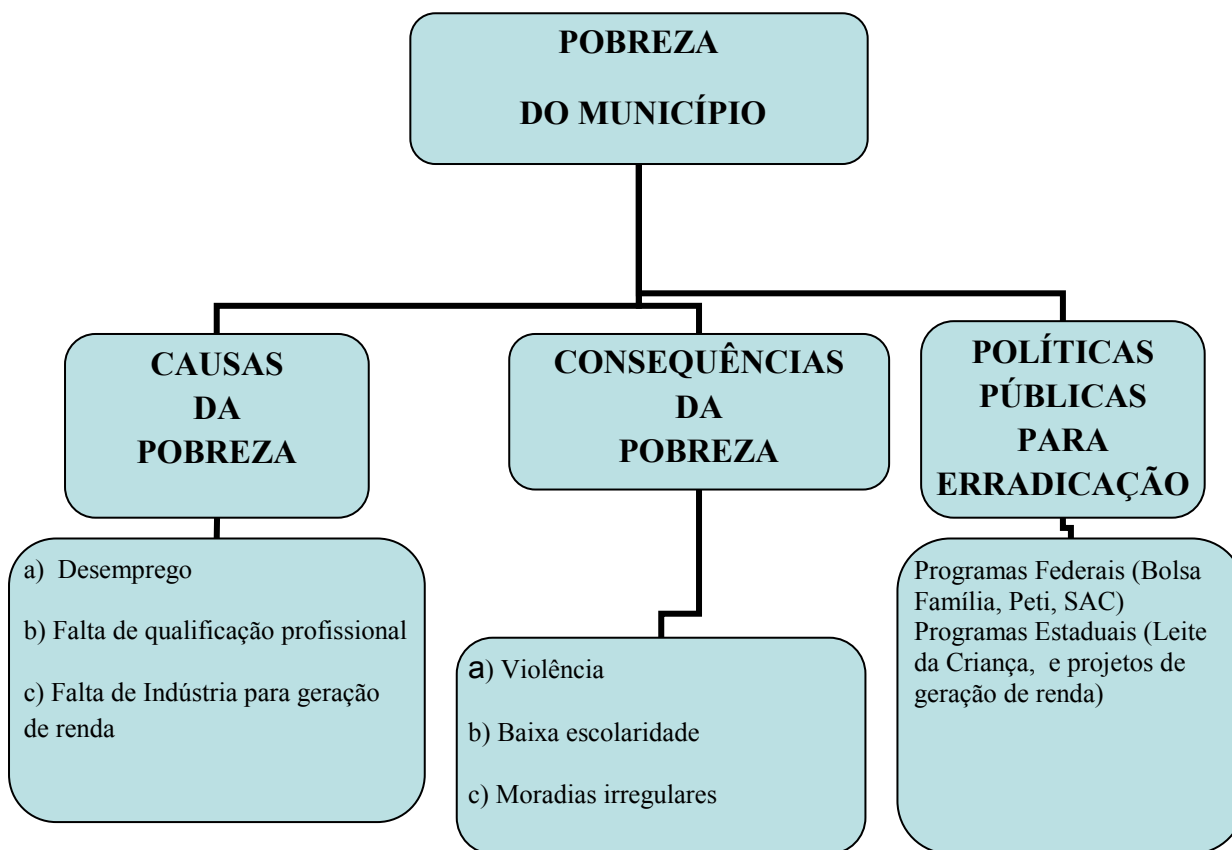
FONTE: Elaboração própria com base na íntegra das respostas do Município de Reserva do Iguaçu.

NOTA: O município de Reserva do Iguaçu pertence a Mesorregião Centro Sul, a Associação dos Municípios de CANTUQUIRIGUAÇU e ao Território de CANTUQUIRIGUAÇU.

3.1.1.6 Município de Virmond

O Município de Virmond elenca as causas da pobreza como ausência de capacidades e ausência de oportunidades e remete as conseqüências a uma ordem trienal: violência, baixa escolaridade e moradias irregulares. Como política pública adota os programas federais e estaduais.

FIGURA 21 – POBREZA DO MUNICÍPIO DE VIRMOND DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)



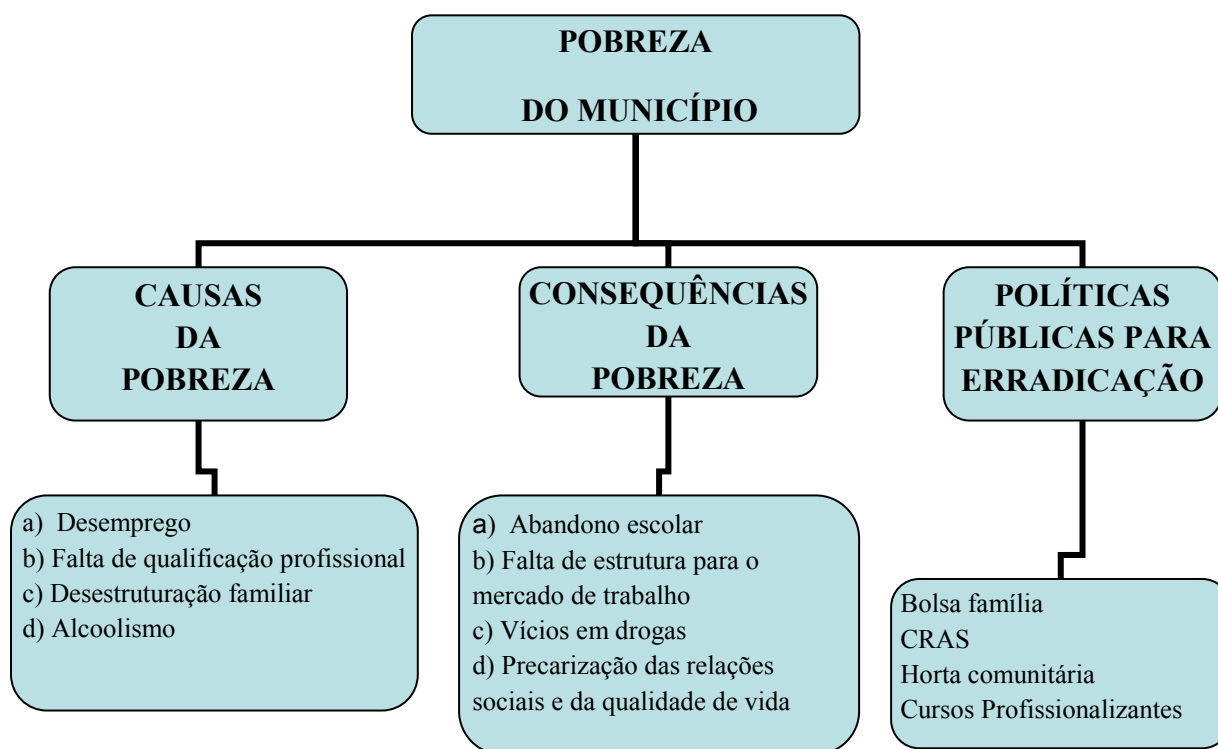
FONTE: Elaboração própria com base na íntegra das respostas do Município de Virmond

NOTA: O município de Virmond pertence à Mesorregião Centro Sul, à Associação dos Municípios de CANTUQUIRIGUAÇU e ao Território de CANTUQUIRIGUAÇU.

3.1.1.7 Município de Cantagalo

O Município de Cantagalo contextualiza um leque maior de causas, as quais vão desde ausência de capacidades a questões de ordem ética/moral (desestruturação familiar). As conseqüências apontadas pelo agente pautam-se na evasão escolar, vulnerabilidade social, ausência estrutural-administrativo-político-municipal e outras. Para erradicação, utiliza-se do CRAS e Bolsa Família do Governo Federal e cursos profissionalizantes, além da horta comunitária como programa municipal.

FIGURA 22 – POBREZA DO MUNICÍPIO DE CANTAGALO DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)



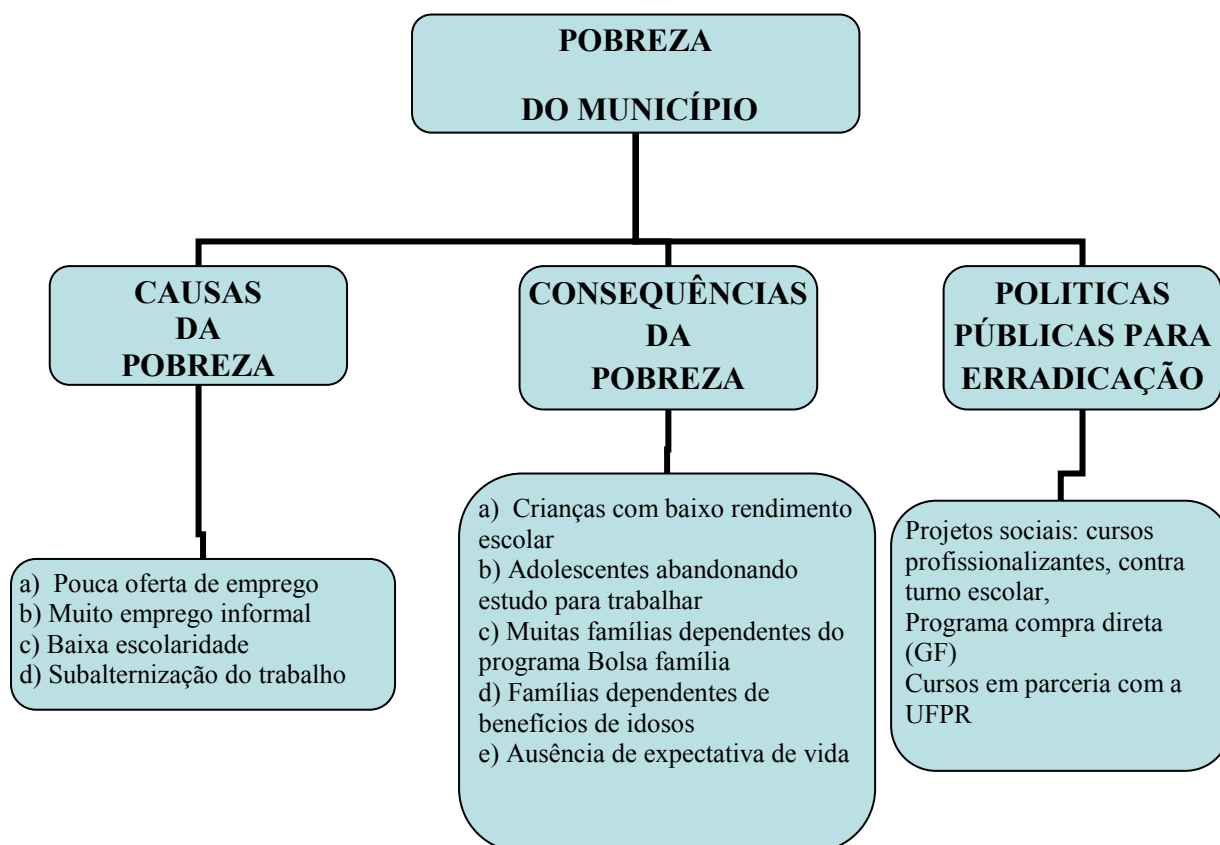
FONTE: Elaboração própria com base na íntegra das respostas do Município de Cantagalo

NOTA: O município de Cantagalo pertence à Mesorregião Centro Sul, à Associação dos Municípios de CANTUQUIRIGUAÇU e ao Território de CANTUQUIRIGUAÇU

3.1.1.8 Município de Nova Laranjeiras

O Município de Nova Laranjeiras analisa as causas da pobreza como ausência de capacidades e de oportunidades e aponta as conseqüências para questões de ordem qualitativa (rendimento escolar), a questão renda como dependência de transferência de renda governamental ou familiar e baixa expectativa de vida. As políticas públicas que elenca para resolução desse quadro são projetos de qualificação profissional, programa do Governo Federal de compra Direta (voltada para agricultores familiares) e cursos de capacitação em parceria com a UFPR.

FIGURA 23 – POBREZA DO MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)



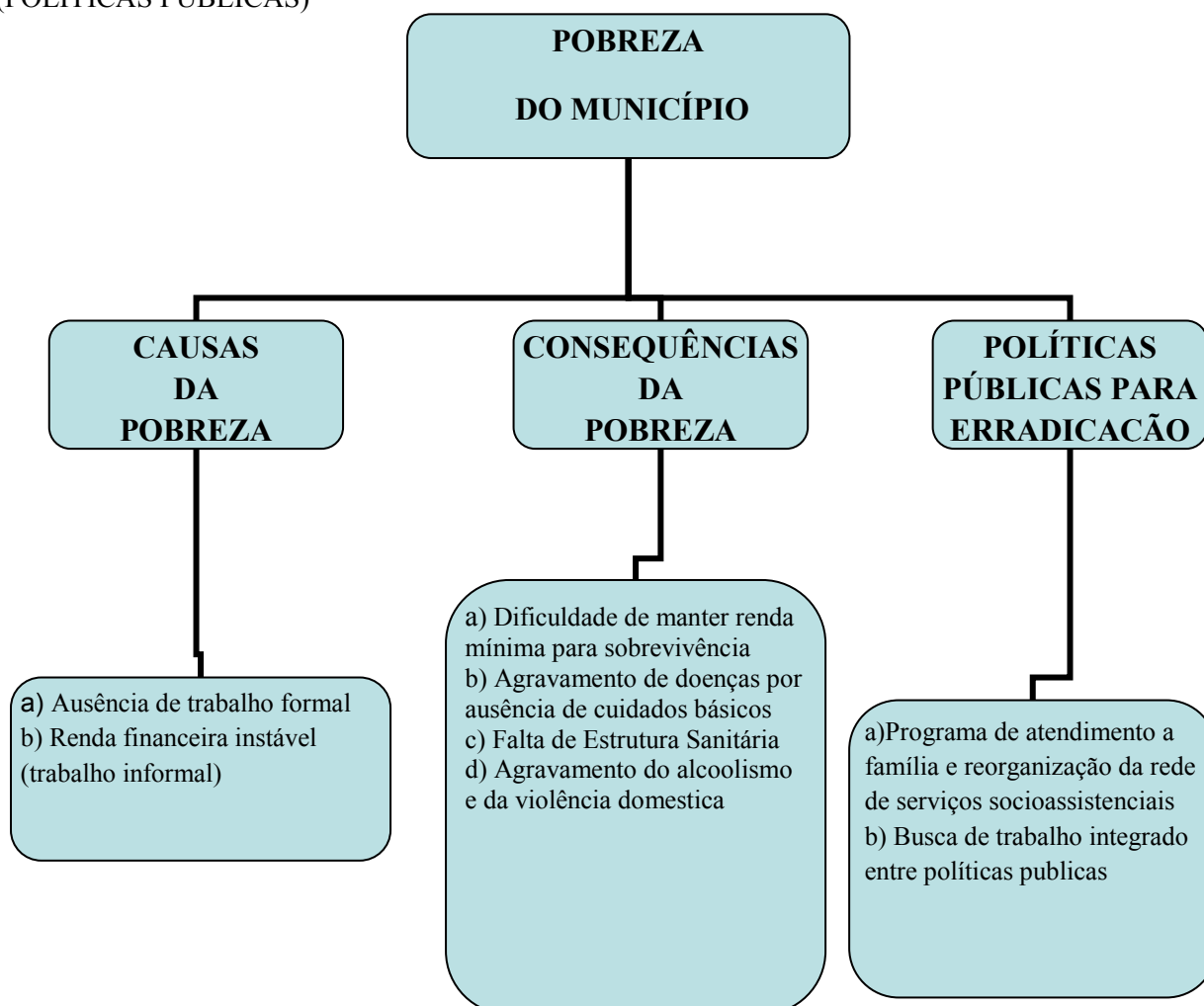
FONTE: Elaboração própria com base na íntegra das respostas do Município de Nova Laranjeiras

NOTA: O município de Nova Laranjeiras pertence à Mesorregião Centro Sul, à Associação dos Municípios de CANTUQUIRIGUAÇU e ao Território de CANTUQUIRIGUAÇU

3.1.1.9 Município de Foz do Jordão

O Município de Foz do Jordão tem como causa da pobreza unicamente a questão de ausência de emprego, apontando como consequência a falta de renda, o surgimento de doenças e o aumento de violência e dependência química. Aponta como política o programa CRAS do Governo Federal e a busca de trabalho integrado entre políticas públicas (abordagem ambígua e pouco explicativa).

FIGURA 24 – POBREZA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)



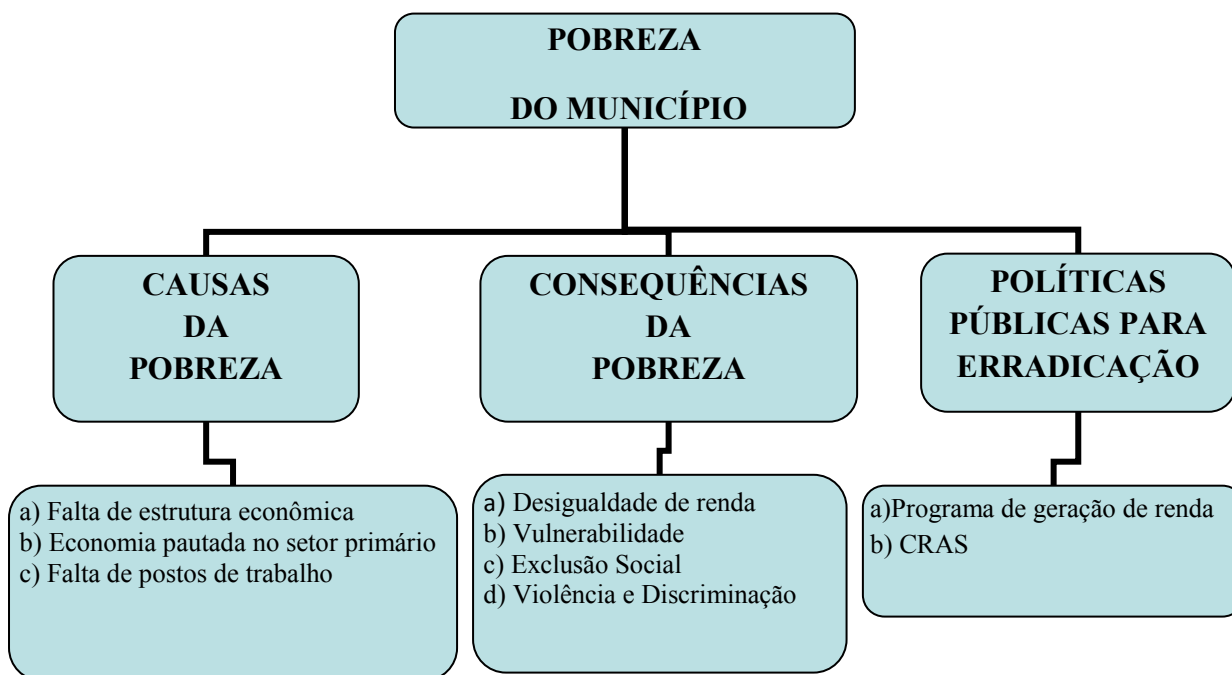
FONTE: Elaboração própria com base na íntegra das respostas do Município de Foz do Jordão
 NOTA: O município de Foz do Jordão pertence a Mesorregião Centro Sul, à Associação dos Municípios de CANTUQUIRIGUAÇU e ao Território de CANTUQUIRIGUAÇU

3.1.1.10 Município de Campina do Simão

O Município de Campina do Simão contextualiza onexo causal da pobreza em questões de ordem econômica e estrutural, ou seja, remetendo automaticamente à percepção de ausência de políticas públicas voltadas para resolução, já que ambos são fatores inerentes à ausência de planejamento local.

As conseqüências apontadas não traduzem a causa apresentada tampouco às políticas emanadas, já que detêm apenas programas do Governo Federal não refletindo a percepção municipal quanto à resolução das causas de problema local.

FIGURA 25 – POBREZA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)



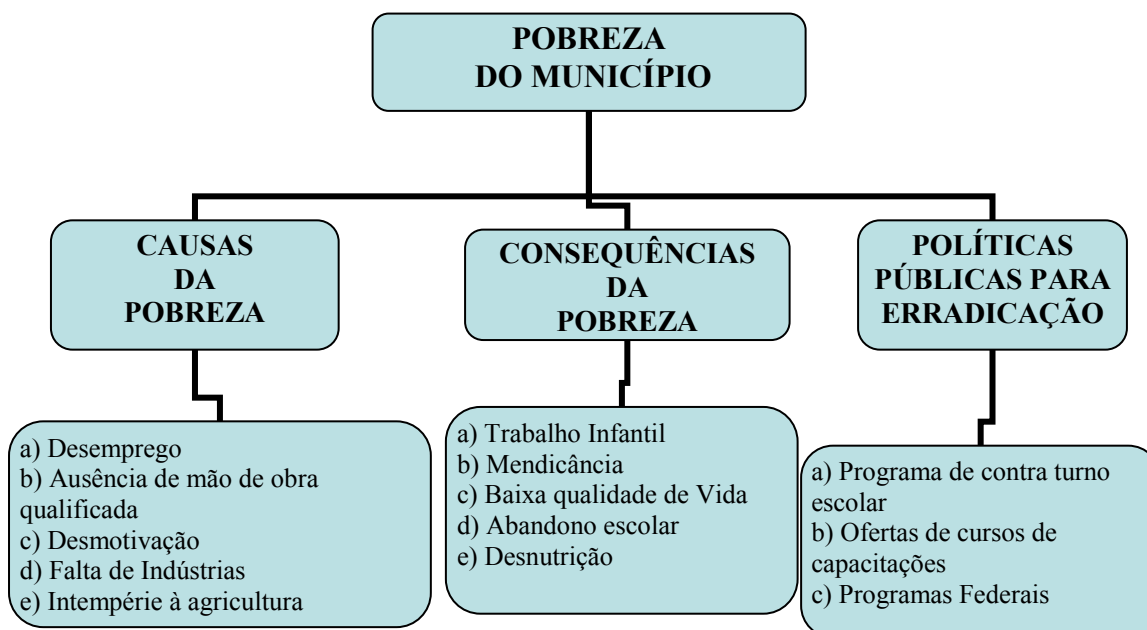
FONTE: elaboração própria com base na integra das respostas do Município de Campina do Simão

NOTA: O município de Campina do Simão pertence a mesorregião Centro Sul, a Associação dos Municípios da AMOCENTRO e ao território de Paraná Centro.

3.1.1.11 Município de Prudentópolis

O Município de Prudentópolis aponta, além de causas de ausência de capacidades e oportunidades, questões de ordem natural (intempérie à agricultura). Aborda como consequência questões de ordem multidimensionais e como política pública adota os programas dos governos Federal e Estadual e oferece qualificação e capacitação.

FIGURA 26 – POBREZA DO MUNICÍPIO DE PRUDENTOPÓLIS DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)



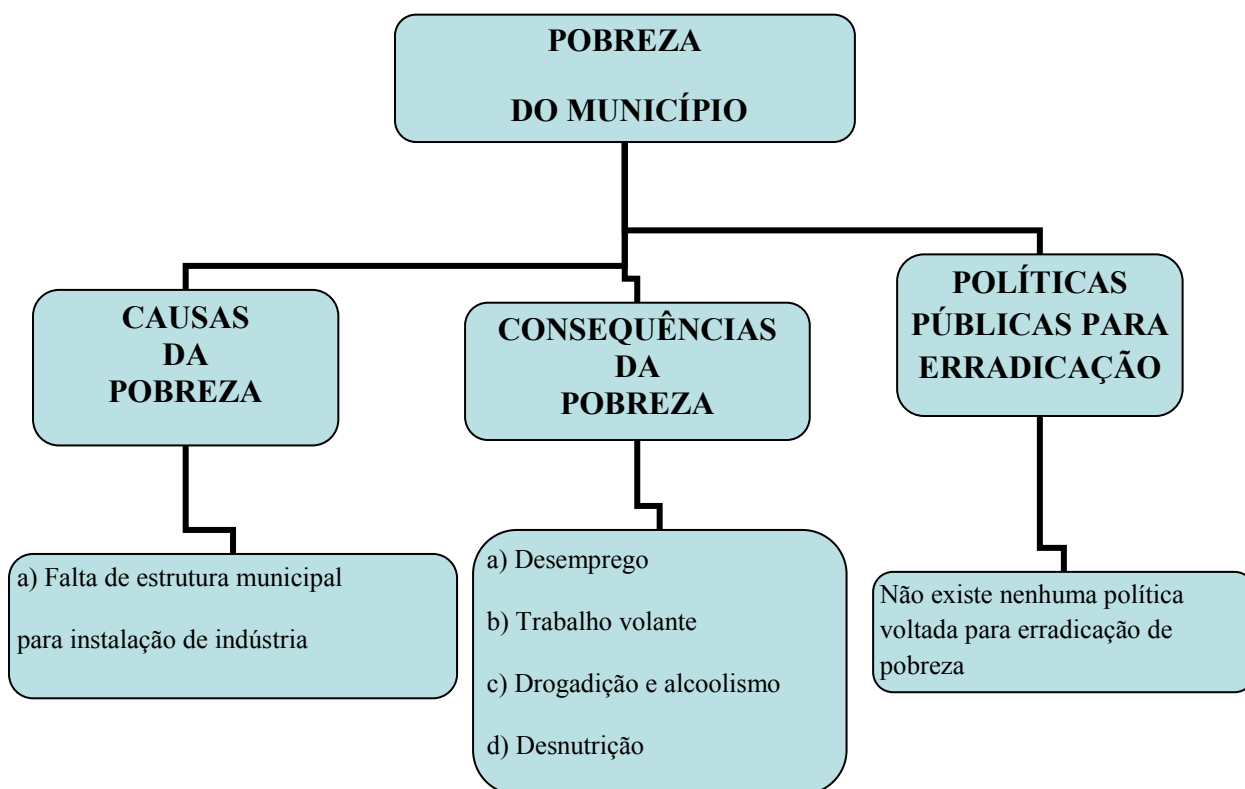
FONTE: Elaboração própria com base na íntegra das respostas do Município de Prudentópolis

NOTA: O Município de Prudentópolis pertence à Mesorregião Sudoeste, à Associação de Municípios da ANCESPAR e ao Território Centro Sul.

3.1.1.12 Município de Laranjal

O Município de Laranjal elenca como causa de pobreza falta de estrutura municipal para instalação de indústria, remetendo às conseqüências: desemprego e/ou trabalho informal, submissão a vícios, desnutrição e desestruturação familiar. Aborda que não possui nenhuma política de erradicação de pobreza, fator que demonstra o despreparo ou desconhecimento do entrevistado.

FIGURA 27 – POBREZA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)



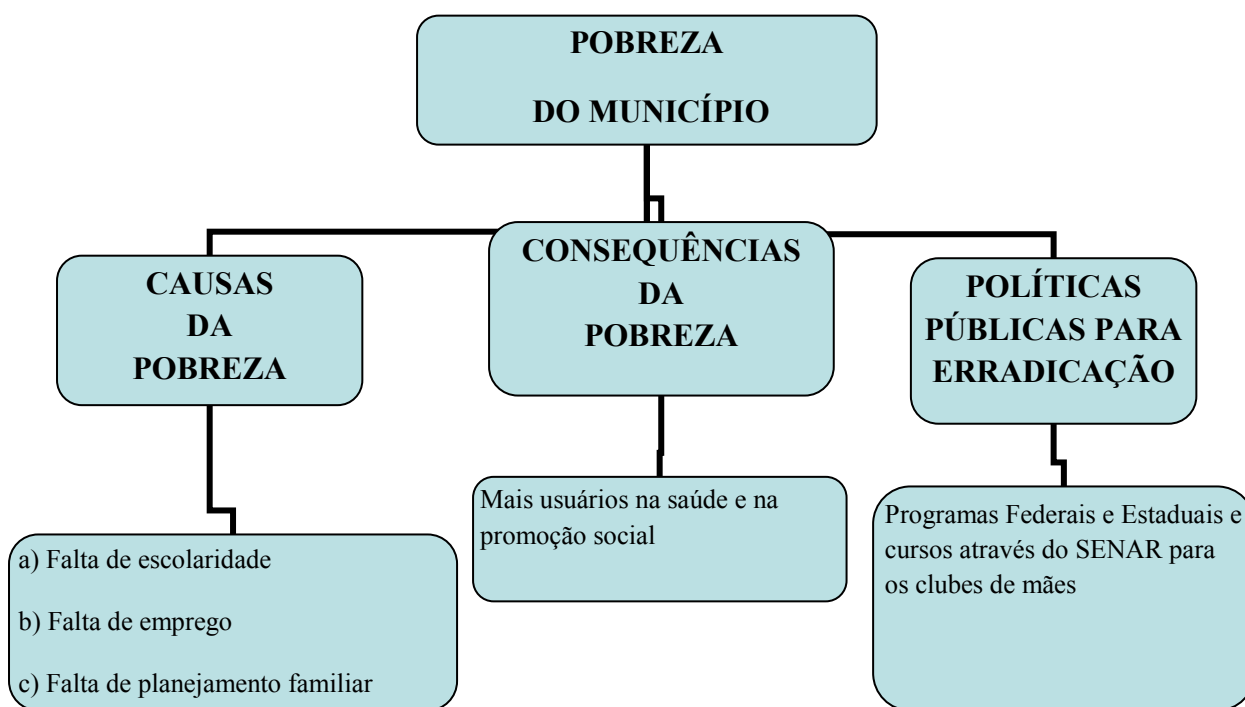
FONTE: Elaboração própria com base na íntegra das respostas do Município de Laranjal

NOTA O município de Laranjal pertence a Mesorregião Centro Sul, à Associação dos Municípios da AMOCENTRO e ao Território de Paraná Centro.

3.1.1.13 Município de Candói

O Município de Candói aponta questões de ordem interna e de ordem externa como causa da pobreza e aponta como única consequência o aumento de usuários da Saúde e da Promoção Social, apresentando como políticas de erradicação os programas do governo Federal e Estadual, além de cursos oferecidos ao clube de mães como capacitação à geração de renda.

FIGURA 28 – POBREZA DO MUNICÍPIO CANDÓI DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)



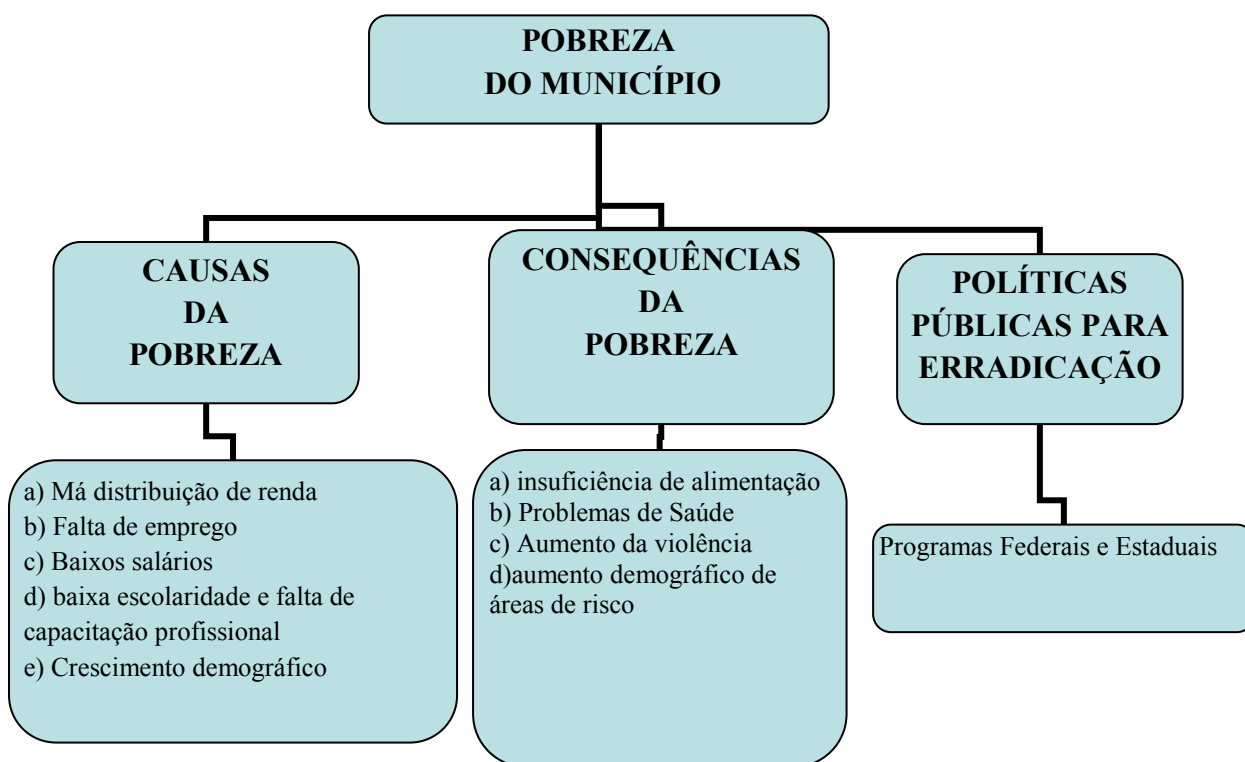
FONTE: Elaboração própria com base na íntegra das respostas do Município de Candói

NOTA: O município de Candói pertence a Mesorregião Centro Sul, à Associação dos Municípios de CANTUQUIRIGUAÇU e ao Território de CANTUQUIRIGUAÇU

3.1.1.14 Município de Laranjeiras do Sul

O Município de Laranjeiras do Sul elenca como causa a desigualdade de renda, a falta de emprego, a ausência de capacidades e o crescimento demográfico. Aponta como consequência a pobreza transiente, o crescimento de problemas de saúde e violência e submissão a áreas de risco. No entanto, não possui nenhum programa municipal, submetendo sua erradicação aos programas federais e estaduais.

FIGURA 29 – POBREZA DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)

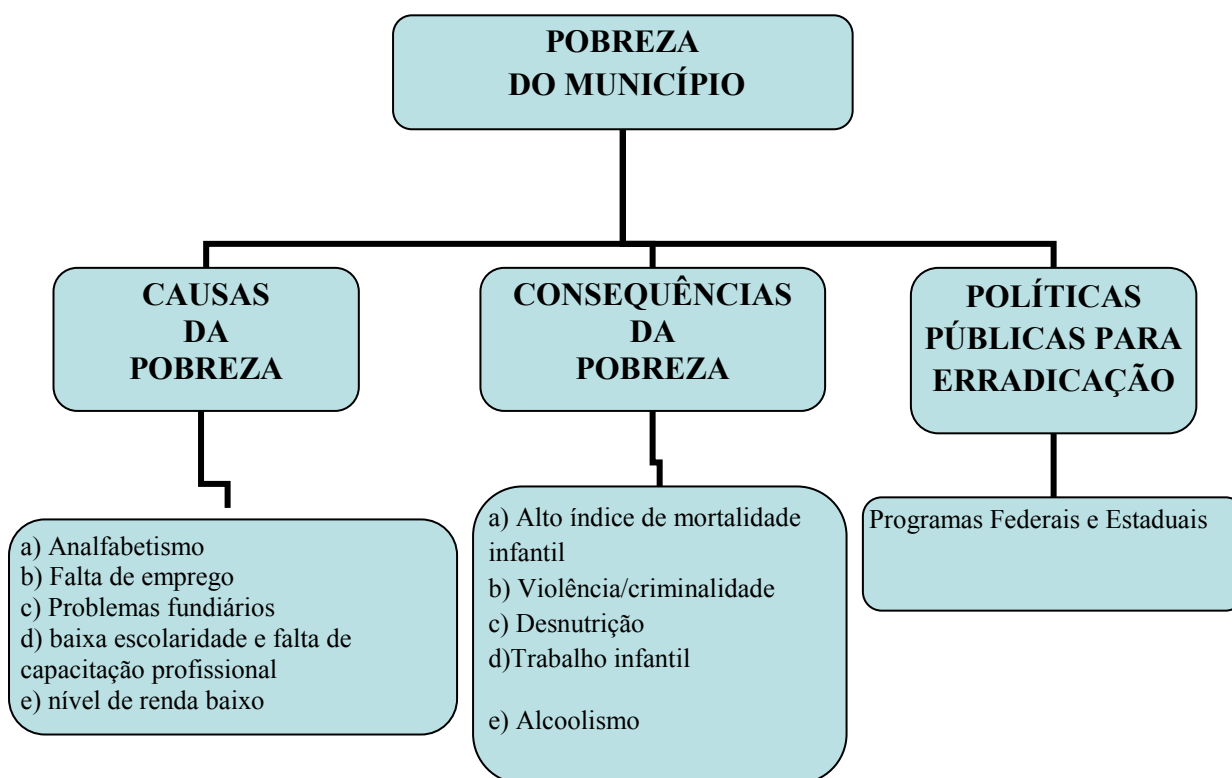


FONTE: Elaboração própria com base na íntegra das respostas do Município de Laranjeiras do Sul
 NOTA: O município de Laranjeiras do Sul pertence a Mesorregião Centro Sul, a Associação dos Municípios de CANTUQUIRIGUAÇU e ao Território de CANTUQUIRIGUAÇU

3.1.1.15 Município de Pinhão

O Município de Pinhão, além de apontar a causa de ausência de capacidades, elenca a base unidimensional renda e a base multidimensional de escolaridade e problemas fundiários. As conseqüências apontadas são na maior parte relacionadas à vulnerabilidade social. As políticas são as emanadas pelos governos Federal e Estadual. O município encontra-se cercado de represas.

FIGURA 30 – POBREZA DO MUNICÍPIO DE PINHÃO DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)



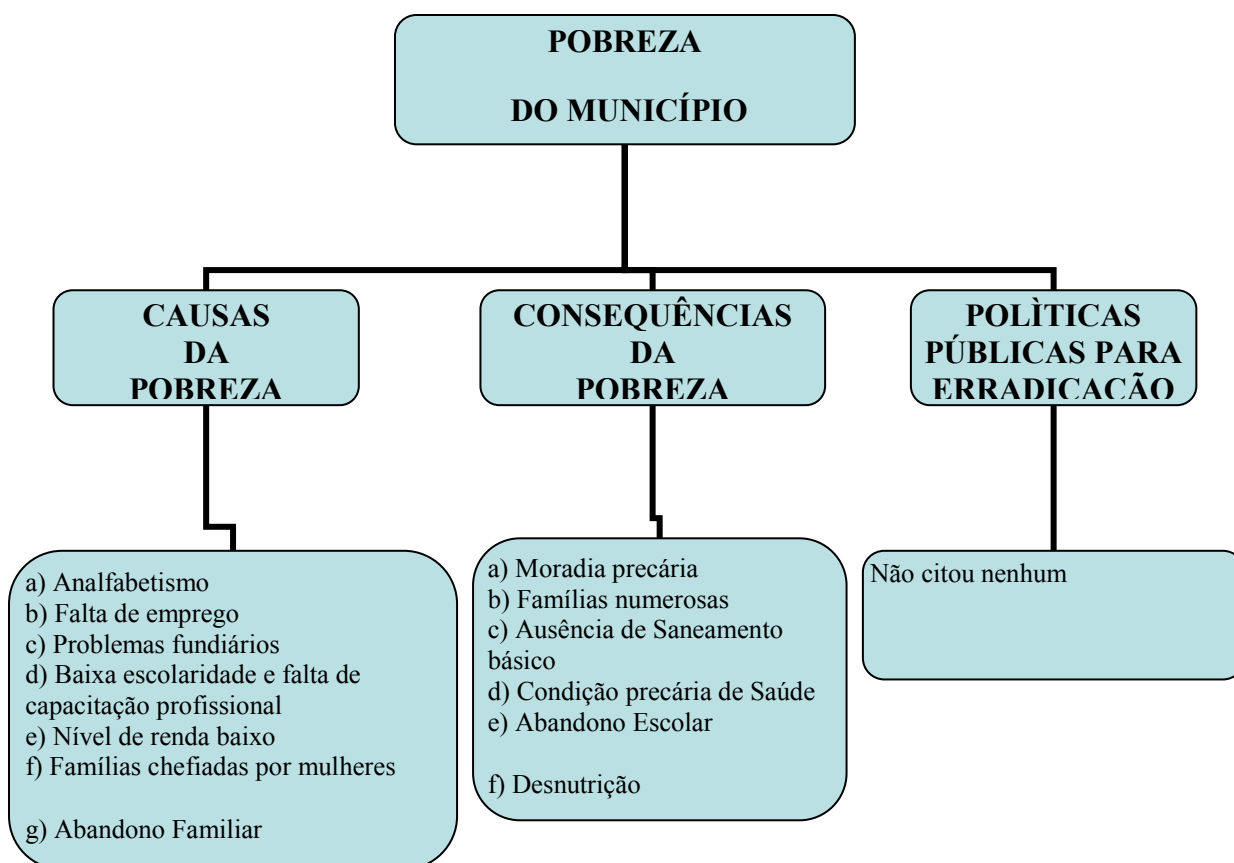
FONTE: Elaboração própria com base na íntegra das respostas do Município de Pinhão

NOTA: O município de Pinhão pertence a Mesorregião Centro Sul, à Associação dos Municípios de CANTUQUIRIGUAÇU e ao Território de CANTUQUIRIGUAÇU

3.1.1.16 Município de Irati

O Município de Irati aponta as causas como ausência de capacidades e oportunidade, renda baixa, além de aspectos de base multidimensional de escolaridade. As conseqüências apontadas são na maior parte relacionadas à vulnerabilidade social. As políticas são as emanadas pelos governos Federal e Estadual. Não expõe nenhuma política de erradicação e nem aponta como inexistente, apenas não responde nada sobre essa questão.

FIGURA 31 – POBREZA DO MUNICÍPIO IRATI DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)



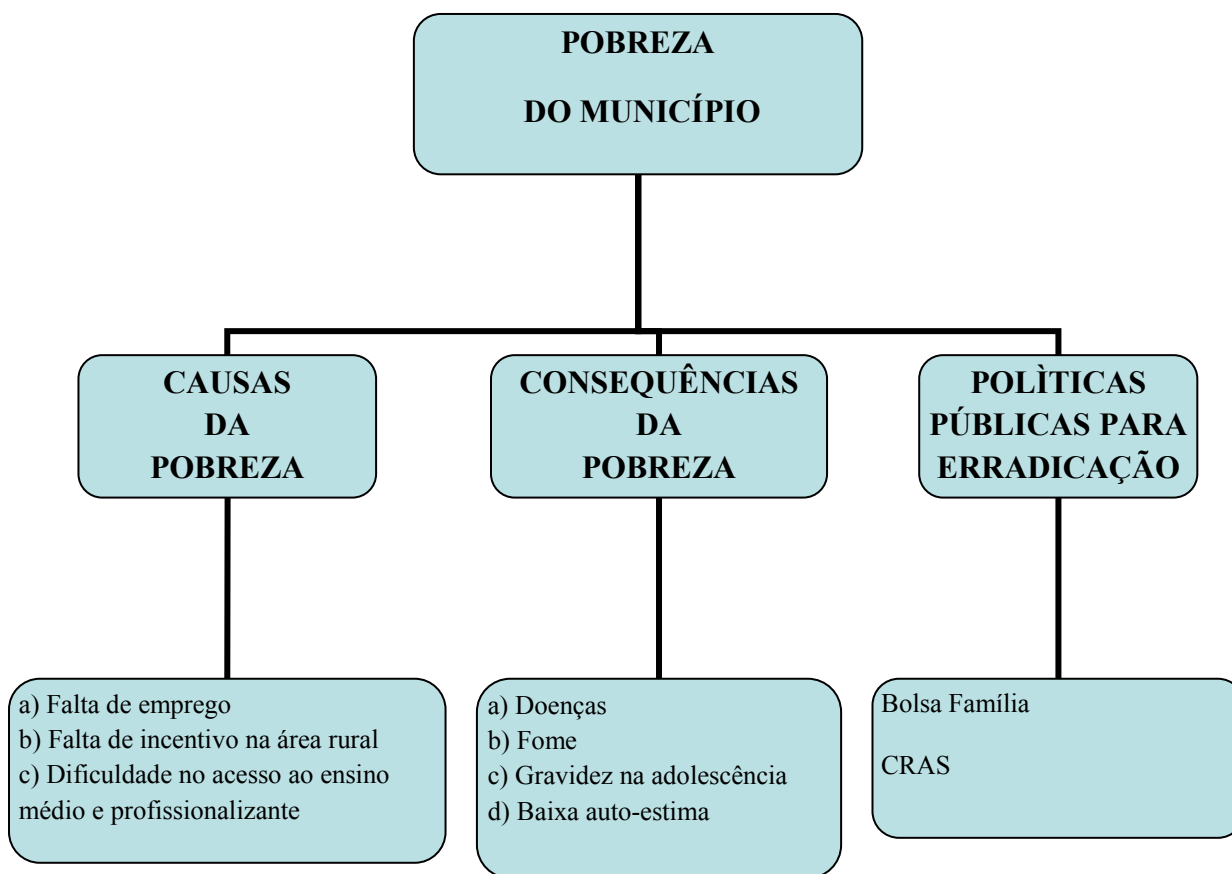
FONTE: Elaboração própria com base na íntegra das respostas do Município de Irati

NOTA: O Município de Irati pertence a Mesorregião Sudoeste, à Associação de Municípios da ANCESPAR e ao Território Centro Sul

3.1.1.16 Município de Boa Ventura de São Roque

O Município de Boa Ventura de São Roque aponta as causas como decorrentes de ausência de oportunidades e de orçamento/ políticas para a agricultura, delimitando como consequência a vulnerabilidade social e a pobreza transiente. Para erradicação, utiliza-se do programa CRAS e Bolsa Família do governo Federal.

FIGURA 32 – POBREZA DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE DE ACORDO COM AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)



FONTE: Elaboração própria com base na íntegra das respostas do Município de Boa Ventura de São Roque

NOTA: O município Boa Ventura de São Roque pertence à Mesorregião Centro Sul, à Associação dos Municípios da AMOCENTRO e ao Território de Paraná Centro.

3.2 SÍNTESES DOS RESULTADOS DA PESQUISA APLICADA

A pesquisa realizada demonstrou que, apesar da confusão estabelecida entre o discernimento de causa e consequência, a grande maioria elenca fatores de ordem multidimensional na problemática que envolve a origem da pobreza e/ou sua permanência. Tal abordagem pode ser melhor vislumbrada no quadro resumo abaixo:

FIGURA 33 – QUADRO RESUMO DA POBREZA DOS MUNICÍPIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, BEM COMO SEU MECANISMO DE ERRADICAÇÃO (POLÍTICAS PÚBLICAS)



FONTE: Elaboração própria com base na pesquisa de campo.

Em análise ao estudo contata-se que:

1. Os gestores municipais, ao serem abordados sobre a incidência de pobreza do município, tanto individual como familiar, recorreram a institutos de pesquisa (base 2000) demonstrando inexistência de controle sobre a evolução positiva ou negativa do quadro local, ou seja, não detêm um acompanhamento do processo internamente.
2. Na questão 03, a grande maioria salientou identificar a pobreza através do PBF, ou seja, mensurando através de uma linha de pobreza (renda), apesar de alguns alegarem se utilizar do PBF e IDH. Alguns ainda citam um critério e um instituto, fator que chama atenção, visto que não identificam a metodologia que o município utiliza para delimitar o universo de pobres existentes no município, deixando dúvidas se esse usa o IDH ou a LP do PBF ou ainda a sua média.
3. Nas questões 04, 05 e 06, os municípios demonstram inexperiência em gestão e planejamento, visto que a grande maioria identifica causas e conseqüências que as políticas públicas não atendem para sua erradicação. Observe as questões apresentadas:
 - a) As causas da pobreza foram definidas na grande maioria, ou seja, 76,5% como ausência de emprego e ausência de qualificação e 23,5% por outras causas.
 - b) As conseqüências foram elencadas sob várias codificações, porém os dois itens mais salientados foram a desnutrição (52,9%), saúde e violência (47,05%), ou seja, os demais itens respondendo por apenas 5%.
 - c) As políticas apresentadas na grande maioria se utilizam dos programas do governo Federal (Bolsa Família, PETI, SAC e CRAS) e Estadual (Leite da Criança e Geração de Renda) e alguns oferecem políticas locais como capacitação profissional.

A pobreza ainda é um fator desconhecido pela maioria dos municípios, dada a abordagem elencada por seus gestores, pois citam fatores que ora são causas e ora são conseqüências, quando não são as duas. A maior representatividade causal foi o desemprego e a ausência de qualificação, já as conseqüências foram: desnutrição, saúde e violência. No entanto, as políticas contemplam apenas parcialmente a desnutrição através

do programa Estadual Leite da Criança e os demais programas referem-se a repasse financeiro, o qual não configura resposta à resolução da problemática das causas e conseqüências aqui levantadas.

Além disso, citam variáveis medidas pelo IPHM e pelo IFDM sem sequer mencionar seu uso, demonstrando desconhecimento, pois, num saldo entre causas e conseqüências, se detêm em fatores de ordem unilateral e multilateral, porém a grande maioria se embasa no PBF para localizar sua população pobre.

3.3 ANÁLISES DOS MODELOS E INTERPRETAÇÃO À LUZ DA REVISÃO

Com base nas respostas, bem como nos percentuais de pobreza auferidos nas subdivisões territoriais no Estado do Paraná, detectou-se a necessidade de realizar um modelo estatístico, para permissibilidade de análise sob os efeitos da variável dependente, ou variável explicada, sob a(s) variável (eis) independente (s), ou variável explicativa. Para tanto, utilizamos o modelo de regressão linear múltiplo, estimado da derivação dos mínimos quadrados ordinários⁶⁹, com o intuito de verificar a relação de cada variável utilizada para mensuração da pobreza no Estado do Paraná.

Para tanto, como apresentado no capítulo dois desta dissertação, o modelo optou por recorrer à utilização da linha de pobreza - LP como variável dependente, em virtude de todas as subdivisões territoriais utilizarem-se de uma linha de pobreza para delimitar sua população pobre. Importante lembrar que a subdivisão territorial utiliza-se: a) por mesorregião o parâmetro de $\frac{1}{2}$ salário mínimo como LP; b) a subdivisão por associação de municípios do parâmetro de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo; c) a subdivisão por território utiliza-se do parâmetro de LP do programa bolsa família, ou seja, R\$ 120,00.

Assim, para estimação do modelo, adotamos critérios diferentes para delimitação das variáveis independentes, as quais compuseram as funções, objeto desta análise:

⁶⁹ É uma técnica de otimização matemática que procura encontrar os melhores ajustamentos para um conjunto de dados, tentando minimizar a soma dos quadrados dos resíduos da regressão.

- a) Na função 01, adotamos como variáveis independentes o PIB e a renda. Tal arbitragem se pautou na metodologia de Rocha (1998), que elenca que a positividade de se estabelecer a relação entre essas duas variáveis, é possibilitar a contextualização das peculiaridades e diversidades regionais. Tal fator contribuiu para que relacionássemos as variáveis à LP da subdivisão territorial em mesorregião e o modelo analisasse a relação destas, na explicabilidade da pobreza.
- b) Na função 02, utilizamos os subíndices do IPH-M. Tal arbitragem se pautou na metodologia elencada para a análise da subdivisão territorial de associação de municípios, na qual Doreto et al (2003) elenca utilizar-se da metodologia do IPHM correlacionado à LP como critério de mensuração da população pobre no Estado. Assim, a utilização dos sub índices e não do índice como um todo, se pauta na possibilidade de o modelo permitir a verificação de qual variável detém maior valor explicativo.
- c) Na função 03, utilizamos os indicadores sintéticos IPH-M e IFDM para análise da subdivisão em territórios. Tal critério se deu: a) pelo fato de atribuírem a inúmeras questões a metodologia de mensuração, as quais, algumas, não são de fácil acesso de pesquisa; b) pelo fato de terem sido identificados na pesquisa de campo, o desemprego e ausência de qualificação como os itens mais representativos na explicação da origem e/ou permanência da pobreza; c) por serem esses os índices sintéticos que tratam das duas variáveis levantadas na pesquisa deste trabalho.

É importante frisar que a utilização do IPH-M não se pautou apenas pela codificação de um de seus subíndices na pesquisa, mas por ser esse o único índice criado para mensurar pobreza. O IFDM, no entanto, apesar de ser um índice proposto para medir desenvolvimento, é o único que contempla em seus subindicadores, um que mede geração de emprego & renda. Assim, a justificativa de utilização de ambos se pauta na possibilidade de análise da relação dessas variáveis para medir pobreza, bem como na comprovação ou não da pesquisa realizada.

Para tal modelagem, utilizou-se do Programa *Eviews*⁷⁰ para o teste de significância ou grau de significância, em virtude de sua codificação de resultados ser aceita amplamente em estudos econométricos e pelo fato de possibilitar não só a análise da significância, mas de várias interpretações matemáticas e econômicas, relacionadas à regressão estabelecida da função arbitrada.

O teste de hipótese para os modelos estudados neste trabalho se referiu sempre a relação à presença ou não de efeito estatístico das variáveis exógenas sobre a variável endógena, ou seja, consideradas como: H_0 = ausência de efeito e H_1 = presença de efeito.

A decisão de aceitação ou rejeição se deu pela comparação entre os valores críticos e os valores calculados tanto para a estatística F quanto para a estatística t, ou seja, quando o valor calculado é maior que o valor crítico, rejeita-se H_0 e aceita-se H_1 , já se ocorrer o inverso rejeita-se H_1 e aceita-se H_0 . Cada um dos testes foi realizado com cada modelo especificado e estimado, sempre se utilizando do nível de significância de 5%.

As especificações dos modelos seguiram uma metodologia que possibilita a identificação do grau de relação das variáveis identificadas no estudo, como as mais relevantes no nexo causal, estabelecendo ou não as possíveis relações entre elas, além de indicar a equação necessária para seu estudo do objeto proposto.

3.3.1 Roteiro de resultados: análise dos fatores determinantes da pobreza.

A análise do modelo se pautou no experimento dos fatores determinantes da pobreza no aspecto estadual, apresentado sobre as subdivisões territoriais de Mesorregião, Associação de Município e Territórios. No entanto suas funções detiveram um atrelamento da metodologia do Estado LP, alinhados aos indicadores utilizados pelos autores, contextualizados no capítulo dois e dos determinantes apurados na pesquisa.

⁷⁰ Desenvolvido e atualizado por uma empresa americano denominado *Quantitative Micro Software* (QMS). Maiores detalhes a respeito do software podem ser exploradas na obra “ *Applied Econometrics: A modern Approach using eviews and microfit*. De autoria de Asteriou (2006).

3.3.1.1 Análise de resultados sob a subdivisão territorial em Mesorregião

O modelo econométrico empreendido para a linha de pobreza da Mesorregião Centro Sul, composta por 29 municípios, e da Mesorregião Oeste composta por 50 municípios, foi realizado em virtude de parte desses municípios comporem o território da CANTUQUIRIGUAÇU, espaço amostral desta pesquisa.

Assim, foi parametrizado com base na metodologia de Rocha (1998), cujas variáveis explicativas foram a participação do PIB municipal no PIB paranaense e a renda per capita codificada no PNUD, através do Atlas de Desenvolvimento Humano – base 2000.

3.3.1.2 O modelo para a subdivisão territorial em mesorregião

O modelo aplicado para a Mesorregião Centro-Sul e Oeste foi estabelecido através da função $LPM = a_0 + a_1Dr + a_2Yf + u$, a qual possibilitou codificar que a associação do PIB com a renda não mostrou efeito estatístico para a relação do PIB com a linha de pobreza, ou seja, o aumento do PIB ou sua diminuição não produz efeito na linha de pobreza.

O teste t realizado para a variável PIB apresentou um p- value (probabilidade do valor de significância) maior que 5% (0,1935), dessa forma rejeita-se a hipótese de efeito estatístico (H_1) aceitando a hipótese de ausência de efeito (H_0) conforme pode ser observado no quadro 03.

No caso da variável renda per capita, observou-se estatisticamente efeito ao nível de 5% de significância (0.0042), fator que permite afirmar que renda possui efeito sobre a pobreza, apresentando uma relação inversa, ou seja, quando a renda aumenta, a pobreza diminui e vice versa.

QUADRO 3 RELATÓRIO EIEWS PARA AS MESORREGIÕES CENTRO SUL E OESTE (2000)

Dependent Variable: LPM

Method: Least Squares

Date: 02/06/09 Time: 11:59

Sample (adjusted): 1 79

Included observations: 79 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	50.84943	3.684732	13.80003	0.0000
DR	-5.14E-06	3.92E-06	-1.311963	0.1935
YF	-0.001674	0.000567	-2.954511	0.0042
R-squared	0.167070	Mean dependent var		39.73962
Adjusted R-squared	0.145150	S.D. dependent var		15.56311
S.E. of regression	14.38935	Akaike info criterion		8.208089
Sum squared resid	15736.06	Schwarz criterion		8.298068
Log likelihood	-321.2195	F-statistic		7.622066
Durbin-Watson stat	1.427277	Prob(F-statistic)		0.000962

FONTE: elaboração própria a partir da função para mesorregião rodada no *evIEWS*, pautadas nos micro dados do IBGE/PNUD (2000).

No entanto o que chama atenção é que de forma ajustada os indicadores possibilitam explicar apenas 14,51% da pobreza, o que possibilita dizer que existe uma baixa multicolinearidade (r^2 baixo), apesar de uma das variáveis apresentar efeito, fator que pode ser explicado pelo baixo desvio padrão e soma de erros. Tal modelo detecta uma média de 39,73% de pobres, e efeito estatístico conjunto, já que F é menor que 5%.

O resultado também foi similar quando observado através do índice de gini⁷¹ (apenas testado, mas não contemplado neste estudo), onde, apesar de deter uma relação direta, o efeito é o mesmo, ou seja, demonstrando que à medida que a desigualdade aumenta, aumenta a pobreza, já que seu efeito é o aumento da concentração de renda.

⁷¹ É utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda mas pode ser usado para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

3.3.1.3 Análise de resultado sob a subdivisão territorial de Associação de Municípios

O modelo econométrico empreendido para análise da pobreza sob a subdivisão territorial de Associação de Municípios – LPMA se codificou para o espaço amostral: Associação de Cantuquiriguaçu, em virtude de ser ela elencam como a associação mais pobre do Estado. Apesar de utilizarem do critério renda, Doreto et al (2003), elenca a utilização de índice sintético IDH-M para configuração da associação mais pobre. Assim, configuramos a função com base nos subindicadores do índice, ou seja:

$$LPAM = b_0 + b_1IDHMR + b_2IDHMS + b_3IDHML + u.$$

3.3.1.3.1 Modelo para a subdivisão territorial de Associação de Municípios

O teste t realizado para a variável educação e saúde apresentou um p- value maior que 5%, desta forma rejeitamos-se a hipótese de efeito estatístico (H_1) aceitando a hipótese de ausência de efeito (H_0) conforme pode ser observado no relatório abaixo.

QUADRO 4 - RELATÓRIO EVIEWS PARA A ASSOCIAÇÃO CANTUQUIRIGUAÇU PARA OS SUBINDICES DO IDHM (2000)

Dependent Variable: LPMA

Method: Least Squares

Date: 02/06/09 Time: 14:10

Sample: 1 20

Included observations: 20

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	246.2703	37.73165	6.526890	0.0000

IDHMR	-184.6775	54.64651	-3.379493	0.0038
IDHMS	3.893591	38.12519	0.102126	0.9199
IDHME	-103.4040	57.27707	-1.805329	0.0899
<hr/>				
R-squared	0.831046	Mean dependent var	51.12500	
Adjusted R-squared	0.799367	S.D. dependent var	9.523505	
S.E. of regression	4.265780	Akaike info criterion	5.915983	
Sum squared resid	291.1500	Schwarz criterion	6.115130	
Log likelihood	-55.15983	F-statistic	26.23336	
Durbin-Watson stat	2.143425	Prob(F-statistic)	0.000002	
<hr/>				

FONTE: Elaboração própria a partir da função para associação de municípios rodada no eviews, pautadas na metodologia de Doreto et al (2003) com base no Atlas de Desenvolvimento Humano (2000).

A variável saúde não apresentou efeito, ou seja, estando bem distante do nível considerado ideal para o grau de significância (**0.9199**), fator que nos remete a considerar o diagnóstico territorial onde o Ministério da Saúde in relatório Municipal possibilita uma codificação das deficiências da saúde, demonstrando que apesar de ter apresentado uma melhora, ela está longe de estar adequada para suprir as necessidades da população.

Os municípios que compõem a Associação da Cantuquiriguaçu detêm um coeficiente de 22,5 de mortalidade infantil, sendo que alguns municípios apresentam coeficiente bem maior se analisado individualmente. O quadro de mortalidade demonstra que a maior parte dos óbitos decorre de doenças circulatórias, predominando como causa nº. 01 entre 18 municípios dos 20 que compõem a associação, representando 30,3% e a neoplasia (tumores) surge como segunda causa que mais gera óbitos, ou seja, 19,1%. As causas externas (mortes violentas) respondem por 18,2% dos óbitos. Quanto à questão hospitalar 10 dos 20 municípios possuem hospital, o qual delimita uma média de 4 leitos hospitalares para cada 1000h, porém não detendo Unidade de saúde intensiva - UTI.

A saúde primária ou atenção básica demonstra municípios com apenas 30,4% de cobertura por agente comunitário de saúde, 16,7% de cobertura por equipes de saúde da família (PSF) e 8,3% de cobertura por equipes de saúde bucal. Segundo rede ambulatorial do SUS, existe 01 município que não detém posto de saúde nem centro de saúde. Apenas 01 município detém policlínicas, 09 municípios detém ambulatórios hospitalares e 7 municípios detém consultórios, porém apenas 01 possui clínica especializada, 10 municípios possuem vigilância sanitária e 05 possuem outros serviços auxiliares de diagnose e terapia. Tal contextualização demonstra a precariedade da saúde básica.

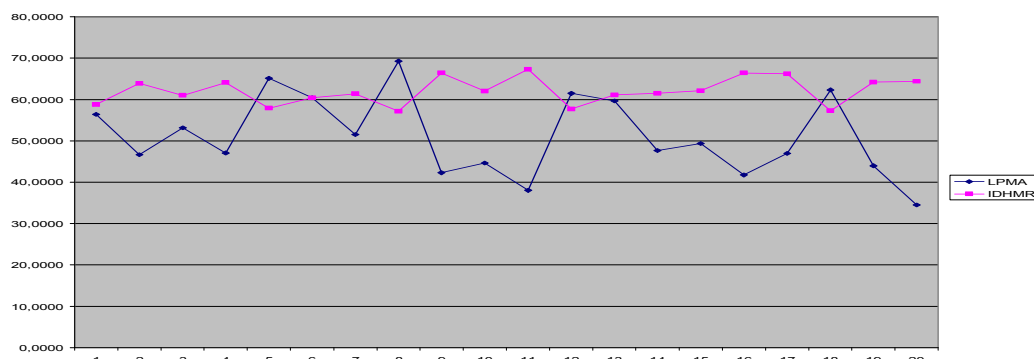
Assim, diante dos dados, verifica-se que possivelmente o fato de o sub indicador saúde não ser representativo está relacionado a péssimas condições de políticas públicas emanadas para saúde. Isso se torna plausível ao verificar que de acordo com o modelo, para cada alteração de 0,01 pontos na escala do índice, reduziria em 0,03% a linha pobreza, fator que possibilita dizer que longevidade não traduz uma variável explicativa da causa da pobreza.

No subíndice de educação, verificou-se uma prob de **0.0899**, ou seja, demonstrando que tal subíndice apesar de não apresentar efeito, apresenta um melhor posicionamento analítico codificador que o subíndice saúde, fator que pode ser explicado pela correlação entre educação e capacitação como instrumento gerador de renda. Sua relação com a variável endógena é inversa, o que significa dizer que a medida que aumenta o número de pessoas com acesso à educação, diminui pobreza.

O IPH-ME considera o número médio dos anos de estudo (razão entre o número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais, sobre o total das pessoas de 25 anos e mais) e a taxa de analfabetismo (percentual das pessoas com 15 anos e mais, incapazes de ler ou escrever um bilhete simples). Assim, verifica-se que a cada melhora de 0,01 na escala da população com mais anos de estudo e/ou alfabetizada, representa 1.03% de diminuição na linha de pobreza.

No caso da variável renda, codificado pela renda familiar per capita, observou-se estatisticamente efeito ao nível de 5% de significância, ou seja, prob (F-Statistic) de 0,0038, apresentando uma relação inversa, ou seja, quando a renda aumenta, a pobreza diminui e vice versa. Tal constatação já havia sido apurada na função 01 de mesorregião mais bem explorada no gráfico 07:

GRÁFICO 7 - CORRELAÇÃO RENDA VERSUS POBREZA



FONTE: Elaborado pela autora com base no modelo.

O modelo demonstra que, de forma ajustada, o IDH-M possibilita explicar 79,93% da pobreza, porém a maior parte sendo explicada pela variável renda, detendo uma média 51,12 % de pobres, demonstrando efeito estatístico já que F é menor que 5%, ou seja, existindo efeito para o conjunto das variáveis, aceitando H_1 e rejeitando H_0 .

3.3.2 Análise de resultado sob a subdivisão territorial de Territórios

O modelo econométrico empreendido para os territórios foi realizado para o espaço amostral: Território de Cantuquiriguaçu em virtude de este ser elencado como um dos territórios mais pobres do Estado, sendo o primeiro a ser contemplado pelo Programa Territórios da Cidadania.

Decorre que a metodologia elenca contemplar as seguintes variáveis em sua mensuração: a) Menor IDH; b) Maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária; c) Maior concentração de populações quilombolas e indígenas; d) Maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; e) Maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; f) Maior organização social; g) Pelo menos um território por estado da federação.

Assim, diante da gama de fatores inseridos na metodologia, arbitrariamente resolvemos recorrer à pesquisa de campo, configurando a função para a subdivisão

territorial sob os dois indicadores sintéticos codificados como detentores das variáveis que explicam a causa da pobreza, ou seja: IPHM na questão da ausência de qualificação e/ou educação e o IFDM na abordagem de desemprego. Desse modo, a linha de pobreza do território é uma função de:

$$LPT = C_0 + C_1IPHM + C_2IFDM + u.$$

3.3.3 O modelo para a LPT

O teste t realizado para os indicadores sintéticos IPHM e IFDM apresentou um p-value (probabilidade do valor de significância) menor que 5%, dessa forma existe efeito individual de ambas as variáveis, fator que remete a rejeitar a hipótese de efeito estatístico (H_0) aceitando a hipótese de ausência de efeito (H_1)

QUADRO 5 - RELATÓRIO EVIEWS PARA A ASSOCIAÇÃO CANTUQUIRIGUAÇU PARA IPHM E O IFDM(2000)

Dependent Variable: LPT

Method: Least Squares

Date: 02/06/09 Time: 15:36

Sample: 1 20

Included observations: 20

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	70.89275	20.78594	3.410611	0.0033
IPHM	1.152610	0.470308	2.450758	0.0254
IFDM	-69.84983	27.75854	-2.516337	0.0222
R-squared	0.678074	Mean dependent var		51.12500

Adjusted R-squared	0.640200	S.D. dependent var	9.523505
S.E. of regression	5.712517	Akaike info criterion	6.460678
Sum squared resid	554.7584	Schwarz criterion	6.610037
Log likelihood	-61.60678	F-statistic	17.90355
Durbin-Watson stat	2.190108	Prob(F-statistic)	0.000065

FONTE: Elaboração própria a partir da função para associação de municípios rodada no eviews, pautadas na metodologia de ROLIM(2006) e FIRJAM (2006) .

O modelo demonstra que, de forma ajustada, o IPHM e o IFDM possibilitam explicar 64,02% da pobreza, detendo uma média 51,12 % de pobres, demonstrando efeito estatístico, já que F é menor que 5%, ou seja, existindo efeito para o conjunto das variáveis, aceitando H_1 e rejeitando H_0 .

O aspecto curioso é que, se observado o modelo empreendido para o recorte de associação de municípios, codificado pelo IDHM, o resultado da média de pobreza é o mesmo que apresentado no modelo para os territórios, analisado através do IPH-M e IFDM. Porém enquanto o IFDM apresenta uma relação inversa, o IPHM apresenta uma relação direta.

No entanto, a análise dos indicadores como um todo não possibilita deter a condição de verificação de quais sub indicadores possuem maior grau de significância. Assim, optamos por rodar um modelo complementar para os subindicadores do IPHM e IFDM, já que, na pesquisa de campo, foram elencados dois subíndices desses como os mais representativos na causa da pobreza.

3.3.3.1 Modelo complementar - IPHM

Os subindicadores do IPHM, foram rodados para o universo (u) todo, ou seja, para os 399 municípios do Estado do Paraná em virtude de possibilitar uma análise sobre o objeto de estudo como um todo, ou seja, o Estado e sua composição amostral.

Assim, o modelo mensurou que, de forma ajustada, o indicador sintético de pobreza possibilita explicar 70,72 % da pobreza, demonstrando uma correlação positiva de seus subindicadores, o que permite interpretar que as variáveis seguem uma linha crescente, ou seja, à medida em que a variável cresce, aumenta a linha de pobreza ou a medida em que a variável decresce, a linha de pobreza também decresce.

QUADRO 6 . RELATÓRIO EVIEWS PARA OS SUBINDICADORES DO IPHM PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ (2000)

Dependent Variable: LP

Method: Least Squares

Date: 02/04/09 Time: 21:51

Sample: 1 399

Included observations: 399

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-7850.977	7794.401	-1.007259	0.3298
PSO	78.87432	78.20729	1.008529	0.3292
DESN	24.21246	23.89089	1.013460	0.3269
ANALF	0.982833	0.298324	3.294511	0.0049
SAE	0.833631	0.209768	3.974064	0.0012
R-squared	0.768881	Mean dependent var		36.63200
Adjusted R-squared	0.707249	S.D. dependent var		13.15733
S.E. of regression	7.118966	Akaike info criterion		6.975720
Sum squared resid	760.1952	Schwarz criterion		7.224653
Log likelihood	-64.75720	F-statistic		12.47541
Durbin-Watson stat	2.571486	Prob(F-statistic)		0.000115

FONTE: Elaboração própria a partir da função para associação de municípios rodada no evIEWS, pautadas na metodologia de ROLIM(2006).

Numa concepção mais específica, observaremos uma avaliação das variáveis individualmente:

- a) A carência relacionada à sobrevivência, calculada pela probabilidade de morte antes dos 40 anos demonstrou não possuir efeito estatístico individual, já que a prob é maior que 5%, aceitando H_0 e rejeitando H_1 .
- b) A carência relacionada ao conhecimento, calculada pelo percentual de pessoas maiores de 25 anos analfabetas, demonstra que à medida que aumenta o número de pessoas analfabetas, aumenta a pobreza. A variável demonstrou possuir efeito estatístico individual, já que a prob é menor que 5%, aceitando H_1 e rejeitando H_0 .

Tal constatação remete ao referencial de Sen(2000) sob a análise das capacidades, ou seja, não possuindo instrução, a pessoa não possui qualificação e fica vulnerável à ausência de oportunidade para ingressar no mercado de trabalho e gerar renda para suprir as necessidades básicas da família;

- c) A carência relacionada ao padrão de vida no IPHM dada pelo percentual de pessoas que vivem em domicílios sem água encanada e a taxa de mortalidade infantil até os 05 anos de idade, demonstra uma relação direta codificando que, à medida que aumenta a desnutrição, aumenta a pobreza e o aumento de pessoas sem acesso à água potável também aumenta a pobreza.

A variável ausência de água potável demonstrou possuir efeito estatístico individual, já que a prob é menor que 5%, aceitando H_1 e rejeitando H_0 . Tal situação remete à análise de que o não acesso à água potável aumenta a vulnerabilidade da pessoa para contrair doenças, o que limita as condições físicas para gerar renda e suprir as necessidades básicas de uma cesta de bens e serviços(ROCHA, 2000);

A variável desnutrição do IPHM demonstrou não possuir efeito estatístico individual, já que a prob é menor que 5%, aceitando H_1 e rejeitando H_0 ; ou seja, mostrando ineficaz na determinação da pobreza.

Observou-se, por meio do modelo, que as variáveis que compõem o IPHM conseguiram explicar de forma ajustada 70,72 % da variação da linha da pobreza, sendo que a maior parte dessa variação foi explicada pelas variáveis analfabetismo e ausência de água potável. Tal fator possibilita entender o coeficiente de probabilidade estatística, o qual deteve uma variação abaixo do limite da heteroscedasticidade, o que representa uma padronização da pobreza para os municípios estudados, os quais apresentaram uma linha

de pobreza média de 36.63%. Tal comprovação pode ser obtida através do prob(F-statistic) o qual permite afirmar que existe um efeito estatístico do conjunto das variáveis.

3.3.3.2 Modelo complementar - IFDM

O IFHM seguiu os parâmetros do IPHM, ou seja, foi rodado para os 399 municípios. Ao analisar seu subíndice, verificou-se que ele possibilita uma explicação ajustada de 1,8%, demonstrando uma relação inversa nas variáveis educação e emprego, e uma relação direta no subíndice saúde, conforme pode ser observado no quadro 07.

QUADRO 7 - RELATÓRIO EIEWS PARA OS SUBINDICADORES IFDM PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ (2000)

Dependent Variable: LP

Method: Least Squares

Date: 02/06/09 Time: 09:56

Sample (adjusted): 1 399

Included observations: 399 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	44.03341	5.807274	7.582458	0.0000
IFER	-10.14785	6.103301	-1.662682	0.0972
IFED	-21.74463	8.321129	-2.613183	0.0093
IFS	12.35423	7.353367	1.680078	0.0937
R-squared	0.025487	Mean dependent var		34.99972
Adjusted R-squared	0.018067	S.D. dependent var		12.63966
S.E. of regression	12.52496	Akaike info criterion		7.903323
Sum squared resid	61808.60	Schwarz criterion		7.943388
Log likelihood	-1568.761	F-statistic		3.434894

Durbin-Watson stat 2.068930 Prob(F-statistic) 0.017057

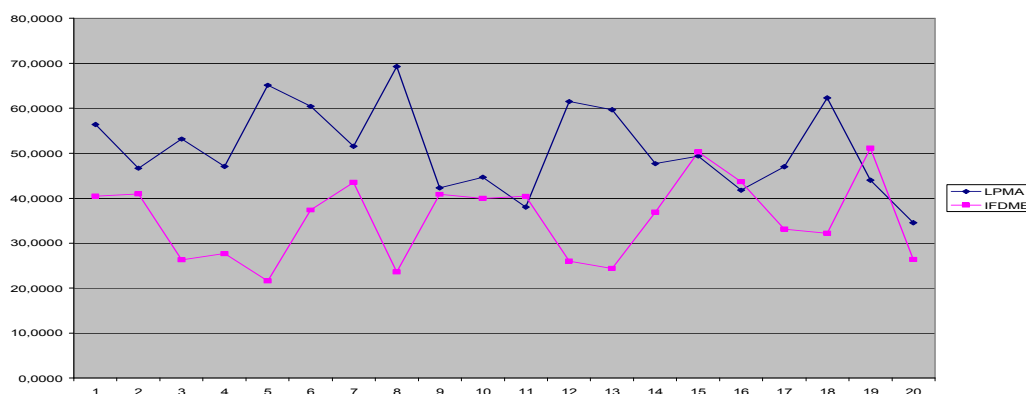
FONTE: Elaboração própria a partir da função para associação de municípios rodada no eviews, pautadas na metodologia da FIRJAM (2006)

O modelo apresentou uma p value maior de 5% para as variáveis emprego e saúde e uma p- value menor que 5% na educação. Sob esta codificação, verifica-se que a variável que melhor explica a relação para com a pobreza é a variável educação, não mostrando efeito sob as demais variáveis.

O variável emprego, apesar de ter sido apontada na pesquisa de campo como uma das causas explicativas da pobreza, não mostrou significância estatisticamente em virtude do teste t, o qual apresenta uma prob de 0,0972, porém estabelecendo uma relação inversa, ou seja, demonstrando que, apesar de o modelo não mostrar um grau de significância em da variável, ela estabelece uma relação inversa, fator que permite afirmar que a linha de pobreza aumenta à medida que o emprego cai e vice-versa.

Essa correlação possui o mesmo efeito que a renda, o que nós remete a interpretação de que emprego gera renda, portanto ambos possuem a mesma linha interpretativa, fator que pode ser perfeitamente bem visualizado no gráfico 8.

GRÁFICO 8 - CORRELAÇÃO EMPREGO VERSUS LINHA DE POBREZA



FONTE: Elaboração própria com base no modelo

Observe, no entanto, que na metodologia da FIRJAM, a variável emprego contempla estoque de emprego formal e o salário médio do emprego formal, ou seja, a questão renda, fator que justifica sua relação, demonstrando que aumento de emprego gera salário e este, por sua vez, afeta a linha de pobreza.

O subíndice saúde, codificado pelo número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas e óbitos infantis por causas evitáveis, não mostrou efeito, estando bem longe de estar adequado ao nível considerado ideal para um grau de significância, fator que nos remete a considerar novamente o diagnóstico territorial onde o Ministério da Saúde in relatório Municipal possibilita uma codificação das deficiências da saúde, demonstrando que, apesar de a saúde ter apresentado uma melhora, ela está longe de estar adequada para suprir as necessidades da população.

O subíndice de educação FIRJAM, que é analisado sob a taxa de matrícula na educação infantil, taxa de abandono escolar, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com nível superior, média de horas-aula diária e resultado do Ideb, demonstro, além de um nível de significância aceito estatisticamente, uma correlação inversa, fato que remete a análise já estabelecida no modelo empreendido para o IPHM, ou seja, à medida que o índice de educação melhora, diminui a linha de pobreza.

Tal efeito se dá no mesmo prisma que o emprego, ou seja, a medida que aumenta o número de pessoas com educação, a linha de pobreza diminui, fato que pode ser analisado com base nos questionários, os quais apresentam como causa e consequência da pobreza a falta de qualificação e capacitação para o ingresso ao mercado de trabalho, ou seja, demonstrando seu efeito cascata na geração de pobreza.

3.4 Índice Causal de Pobreza Paranaense

A pesquisa realizada para compor o ICCP partiu de uma abordagem real das visões gestoras no âmbito local, porém no contexto do Estado do Paraná. Sua criação se propôs a determinação causal da pobreza para instruir políticas de ordem preventivas e não curativas como se opera na grande maioria dos projetos atuais.

Tal abordagem foi no mínimo surpreendente, pois possibilitou perceber que a visão dos gestores municipais se destoa da visão dos idealizadores de políticas públicas no âmbito do Estado, uma vez que de nada adianta tentar curar uma ferida quando essa não é vista como ferida por seus gestores no âmbito local.

A dificuldade conceitual da pobreza abordada no capítulo I desse estudo constata que a grande maioria sequer sabe definir pobreza. Nesse bojo, como pensar em erradicá-la ou minimizar as diferenças sociais quando não se tem conhecimento sobre o assunto.

O estado de sentirem-se pobres os remete a indagação da condição dos munícipes perante a essa situação, já que conforme pode ser observada no estudo realizado, tal condição diferencia-se de município para município, porém na grande maioria a questão abordada pautou-se em dois eixos: Falta de qualificação e Emprego (Renda).

Diante desta constatação codificada através da regressão linear dos mínimos quadrados do programa eviews, aplicou-se dois testes, sendo um apenas com base na questão educacional e outro com base na educação e renda. O resultado foi similar em ambos, porém como a pesquisa e os modelos demonstram maior representatividade causal à ausência de educação e renda, optou-se por manter as duas variáveis na composição do ICPP.

3.4.1 Da criação do ICPP

Para projetar o indicador causal de pobreza do Estado do Paraná para os 399 municípios do Estado, foram consideradas as variáveis que mais expressaram relação para a causa da pobreza: educação e renda. Tal projeção baseou-se nos estudos econométrico realizados no capítulo anterior.

O modelo foi mensurado a partir dos resultados da pesquisa de campo e dos resultados dos modelos. Para tanto, utilizou-se das variáveis: % de pessoas analfabetas de 18 anos acima; % de pessoas com menos de 04 anos de estudo acima de 18 anos; renda per capita. Todos os dados foram extraídos do Atlas de Desenvolvimento Humano apud PNUD (2000), ou seja:

$$I_{cpp} = \left(\frac{e1 + e2}{2\bar{y}} \right) 100$$

3.4.1.1 Escala de leitura do ICPP

Para interpretação ICPP, considerou-se uma escala de 0 a 100, sendo que:

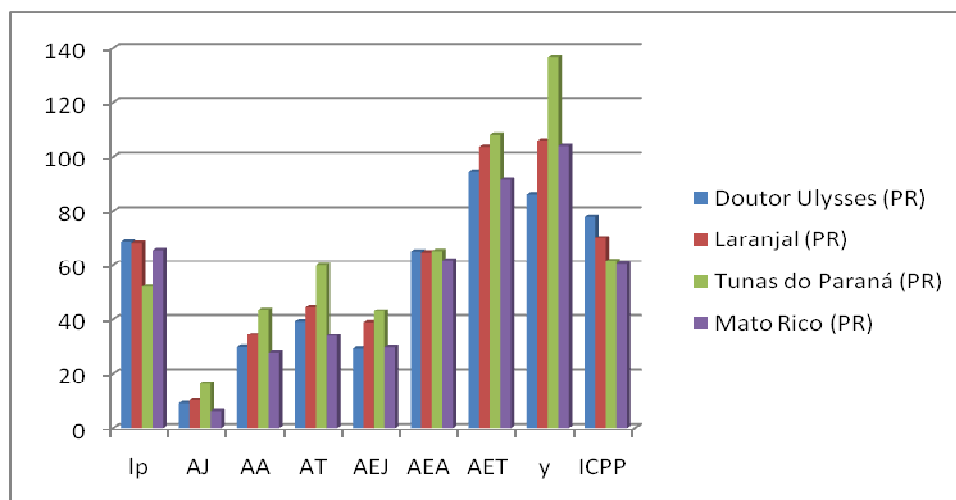
- iii. Quanto mais próximo de 100, piores as condições de pobreza medida pelo analfabetismo; analfabetismo funcional e renda.
- iv. Quanto mais próximo de 0, melhores as condições deste município sob as variáveis causais de pobreza.

Quanto à segmentação em termos qualitativos da escala do ICPP, consideraram-se os seguintes parâmetros:

Parâmetro	Interpretação
Abaixo de 20	Ótimas
De 20,1 a 40	Boas
De 40,1 a 60	Regulares
Acima de 60,1	Péssimas

Os parâmetros estabelecidos para interpretação do ICPP codificaram que apenas 04 municípios do Estado apresentam situações péssimas, sendo por ordem decrescente: Doutor Ulisses, Laranjal, Tunas do Paraná e Mato Rico. Observe que todos pertencem a territórios e associações diferentes, apenas coincidindo com o fato de Laranjal e Mato Rico pertencerem à Mesorregião Centro Sul.

GRÁFICO 9 – MUNICÍPIOS COM OS PIORES ÍNDICES DE ICPP



FONTE: Elaboração Propria

NOTA : a) lp – linha de pobreza considerada a partir de $\frac{1}{2}$ salário mínimo; b) aj- analfabetismo juventude; c) at- analfabetismo adultos; d) analfabetismo total; e) y: renda percapita; icpp: indice causal de pobreza do Estado do Paraná.

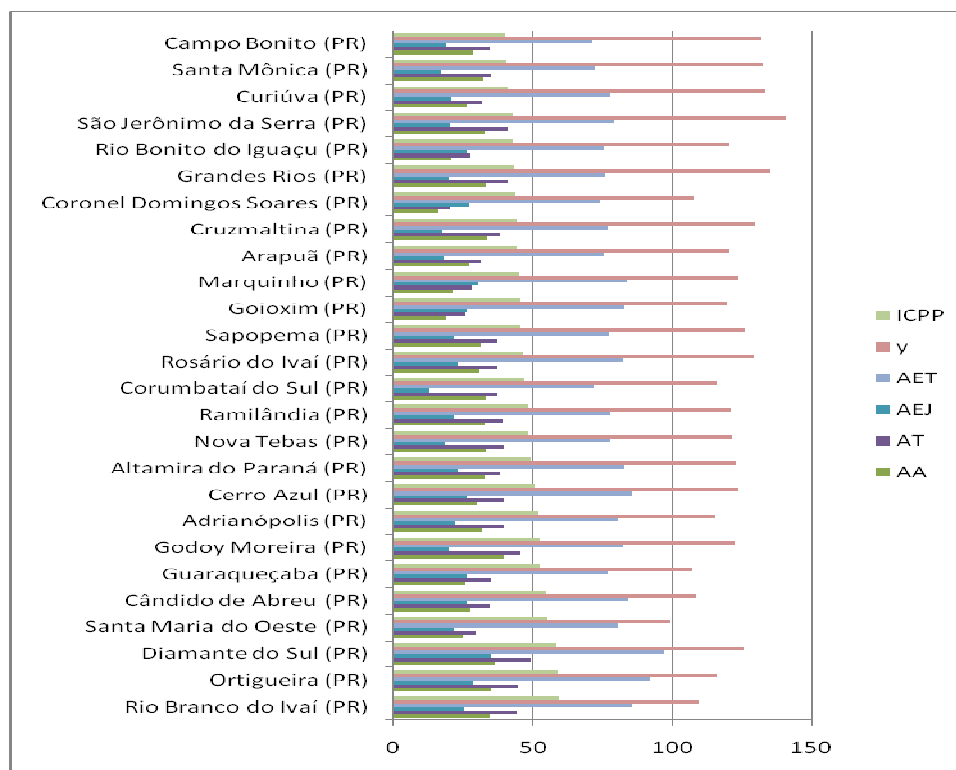
Os municípios que contemplam a condição de regulares na escala do ICPP contemplam um total de 26 municípios, ou seja, 6,56% do Estado. Se somado ao 1% dos municípios em situações péssimas, teremos um percentual de 7,56% de municípios.

Observe que o gráfico 10 possibilita demonstrar que a grande maioria dos municípios em condições “regulares”, segundo o ICPP, pertence à Região Centro Sul, porém não significa dizer que a problemática está concentrada nessa mesorregião ou em qualquer outra subdivisão territorial, mas sim que existem municípios no Estado do Paraná que possuem elementos que mais propiciam o surgimento ou a permanência da pobreza, segundo a classificação do ICPP⁷².

O fato que assusta quando codificado apenas pela questão ausência de qualificação sem estabelecimento de correlação com a renda, é que existem municípios como Tuneiras do Oeste que apontam um percentual de 84,9% de ausência de qualificação, e o município de Dr. Ulysses, apontado como o pior na escala do ICPP possui uma ausência de qualificação de 66,8%.

⁷² Um maior detalhamento e acompanhamento do ranking do ICPP pode ser extraído no apêndice 2 deste trabalho

GRÁFICO 10 – MUNICÍPIOS COM ÍNDICES REGULARES DE ICPP



FONTE: Elaboração própria

NOTA : a) lp – linha de pobreza considerada a partir de $\frac{1}{2}$ salário mínimo; b) aj- analfabetismo juventude; c) at- analfabetismo adultos; d) analfabetismo total; e) y: renda percapita; icpp: indice causal de pobreza do Estado do Paraná.

Tal questão é preocupante e alarmante, visto que, quanto menor qualificação, maior a probabilidade de pobreza, tanto na questão de surgimento como na questão de permanência, fato que remete a chamar a atenção das autoridades para políticas preventivas.

A questão qualificação hoje exerce um papel preponderante ao acesso no mercado de trabalho, fator que possibilita dizer que apesar de muitos municípios hoje deterem sua economia voltada para a agricultura, não são todos os membros da família que se dedicam a essa atividade, pelo contrário, a maior parte está empregada na Prefeitura Municipal, onde essa muitas vezes não exige nem o fundamental completo em concurso, para que possa deter candidatos aos cargos públicos oferecidos.

Essa realidade exige uma reflexão por parte dos articuladores, em propor soluções viáveis ao egresso dessas pessoas na educação juntamente com os agentes locais, pois apesar de hoje existir o Paraná Alfabetizado, ainda está aquém de atingir toda demanda existente, a qual só se concretizará se houver consciência por parte dos gestores locais e o consenso de ambos a esta condição.

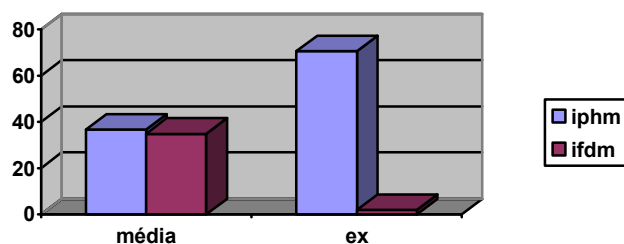
3.4.2 Síntese dos resultados e conclusão

Os resultados demonstraram que existe ainda uma longa caminhada necessária para o conhecimento por parte dos gestores, das relações ou correlações de causa e consequência da pobreza. Tal situação ficou evidente na pesquisa, ao abordarem suas políticas públicas, voltadas à erradicação da pobreza no contexto local, fator que aumenta a preocupação para com essa problemática, haja vista a dependência de políticas no âmbito estadual e federal por parte dos gestores municipais.

Assim, os modelos configurados foram baseados nas divisões territoriais existentes no Estado do Paraná, os quais demonstraram que as variáveis educação e renda possuem a maior correlação explicativa para o nexos causal da pobreza. Depois de quantificados e entendidos, enquanto coerentes à sua relação, foram utilizados para codificação da explicabilidade causal da pobreza no Estado do Paraná.

Os percentuais de pobreza, conforme observado no estudo, se distribuem mais homogêneo no espaço, apesar de não haver uma uniformidade, fato que remeteu a uma análise geral do Estado e não num contexto de subdivisões territoriais. Na variável renda, tal fato ficou contextualizado no modelo contemplado na função 01 e 02 onde renda se destoou das demais variáveis, ou seja, associada às outras variáveis, renda se sobrepõe. Na variável educação, apesar de IFDM e IDHM a contemplarem, é a metodologia do IPHM para esse subindicador, que mais expressa o nexos causal. Assim, possibilita entender que os índices sintéticos IDHM e IFDM, apesar de apresentar relação, ficam aquém do IPHM.

GRÁFICO 11 - MÉDIA E EXPLICABILIDADE DA POBREZA IPHM VERSUS IFDM



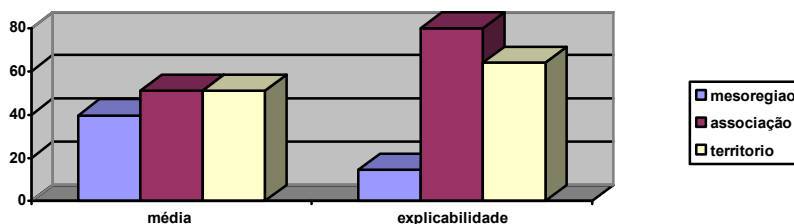
FONTE: própria com base nos modelos.

Observe que o IPHM possui maior explicabilidade de fatores inerentes à pobreza que o IFDM. Tal explicação pode ser vista sob duas hipóteses:

- a) primeira, pelo fato do IFDM e IDHM objetivarem medir desenvolvimento e não pobreza;
- b) segundo, por utilizar de critérios mais qualitativos que quantitativos em sua metodologia mensurativa, fato que remete a dizer que tais parâmetros possibilitam sim medir o grau de desenvolvimento de um município e/ou Estado, porém não são parâmetros para medir pobreza.

Os resultados apresentam-se iguais quanto à metodologia de associação e território e diferente quanto à mesorregião no contexto média de pobreza, a qual pode ser observada através do gráfico abaixo.

GRÁFICO 12 - MÉDIA E EXPLICABILIDADE DA POBREZA SOB AS SUBDIVISÕES TERRITORIAIS



FONTE: Própria com base nos modelos.

Evidencia-se que os modelos demonstraram uma média de pobreza que confirma a abordagem teórica, ou seja, ora se assemelham e ora se destoam.

Diante dos resultados, o indicador proposto para o Estado do Paraná neste estudo, analisou a pobreza sob o fator causal, o qual permite uma política preventiva. Assim, não se trata de codificar uma questão entre o certo ou errado nas metodologias estudadas, já que todas possuem suas justificativas e objetivos, mais sim de estabelecer uma verificação do grau de confiabilidade das variáveis que as compõem, com o único intuito de extrair as variáveis-chaves para composição do indicador causal de pobreza do Estado do Paraná.

Assim, foi sob esse critério que se propôs o índice de pobreza para o Estado do Paraná, pautado na ausência de qualificação, associada à renda per capita. Tal arbitramento se deu em virtude de ela contemplar as duas variáveis mais explicativas: educação e renda, tanto na pesquisa, quanto nos modelos. Tal fator demonstrou que os municípios que apresentam os piores percentuais educacionais também apresentarão os piores ICPP, não na mesma ordem, porém dentro de um mesmo patamar.

Diante disso, os maiores patamares de pobreza no estado do Paraná são relacionados a piores níveis de renda e de educação dentre os domicílios pobres paranaenses, assim como a menor universalidade no atendimento com serviços públicos educacionais. Nesse sentido, talvez se explique a aferição de melhores condições do ICPP em áreas mais urbanizadas e mais próximas à capital, fato que pode vir a se constituir em objeto de pesquisa futura, onde uma pesquisa mais direcionada a este cerne possibilite uma explicabilidade mais apurada.

Diante do exposto, recomenda-se debates regionais no âmbito do Estado, os quais permitam a criação de políticas pautadas na realidade local. Tal sugestão se coaduna na percepção da limitação das pessoas entrevistadas, onde ainda é nítida a política paternalista. Esse fator remete a necessidade de ampla discussão a qual tenha como finalidade a conscientização dos gestores em primeiro nível, para só então podermos exigir a consciência do cidadão.

Tal recomendação se faz com base no estudo, o qual aponta para a necessidade de programas que derrubem as barreiras críticas da pobreza, aqui identificadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIN, R; POCHMANN, M (Org.) **Atlas de Exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003. v 1 e 2.

ANSELIN, L. **Spatial Econometrics**. Kluwer Academic, Boston, 1988.

ATLAS do desenvolvimento Humano no Brasil: Brasília: PNUD/IPEA, 2000.

ASTERIOU, D. A **Applied Econometrics**: modern approach using eviews and microfit. Palgrave Macmillan New York, 2006.

BARROS, R. P.; SILVA, HENRIQUES, R. & MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdades e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (org). **Desigualdades e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BRADSHAW, J. **Methodologies to measure poverty: more than one is best! Paper for internacional Symposion Poverty**: concepts and Metodologies. Cidade do México, 28-29 de março de 2001.

BOLTVINIK, J. **Poverty measurement methods**: na overview. New York: Poverty Elimination Programme/ UNDP, 1998.

Chambers; R. **Power, knowledge and policy influence: reflections on an experience**. In Karen Brock and Rosemary McGee (eds) **Knowing Poverty: Critical reflections on participatory research and policy**. London 2002.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU. **Transferência de renda diretamente as famílias em condição de pobreza e extrema pobreza - Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>> Acesso em: 10 Mar. 2008.

DEL GROSSI, M; GRAZIANO, J & TAKAGI, M. **Evolução da pobreza no Brasil, 1995/1999**. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, nº 104, nov. 2001.

DORETTO, M.; LAURENTI, A. C.; DEL GROSSI, M.E. **Tipos de estabelecimentos agropecuários no Estado do Paraná, 1995-96**. CD-ROM, IAPAR. Londrina, 2001.

DORETTO et al. **Mapeamento da pobreza no Paraná: situação segundo municípios e associações de municípios, ano 2000**. Londrina: IAPAR, 2003. 45p. Disponível em <http://www.ptpr.org.br/documentos/pt_pag/PAG%202004/MAPAS%20DA%20POBREZA%20%20IAPAR/Mapeamento%20da%20Pobreza%20no%20Paran%C3%A1.pdf>. Acesso em: 10.01.2009.

ENCHEMBERG, L. **O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida**. Brasília: IPEA. Texto para discussão nº 274, agosto, 1992.

FERREIRA, F., LANJOUW, P. e NERIM, M. **A new poverty profile for Brazil, using PPV, PNAD e Census data**. Rio de Janeiro: PUC. Depto. De economia (texto de discussão, nº 776), mar. 2000.

Fishlow, A. (1972): **Brazilian Size Distribution of Income**, American Economic Association: Papers and Proceedings 1972, pp.391-402.

FOX, I. Poverty Alleviation in Brazil, 1970-1987. Banco Mundial, jul. 1990. In Tolosa, H. Pobreza no Brasil: uma avaliação dos anos 80. In: **A questão Social no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1991.

GALBRAITH, John K., **A sociedade da Pobreza**, Dom Quixote traduzido por Alvaro Figueiredo, Lisboa, 1979.

GIAMBIAGI, F; ALÉM, A. C. D. **Finanças Públicas: Teoria e Prática o Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

HOFFMAN, R. **Distribuição de Renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Editora USP, 1998.

_____. **Desigualdade e pobreza no Brasil no período de 1979/97 e a influencia da inflação e do salário mínimo**. Economia e Sociedade, Campinas (11) 199-221, dez.1998.

HOFFMAN R.; KAGEYAMA A. **Pobreza no Brasil: uma perspective Multidimensional**, publicado na revista economia e sociedade, Campinas, V 15, n.º 1(26), p.79-112, jan/jun 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE . **Censo Demográfico do Paraná 2000**. Microdados da Amostra, DVD 1 e 2. Rio de Janeiro, IBGE, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Estados@**.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadossat/default.php>> Acesso em: 20 dez. 2007.

_____.<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&paginaatual=1&uf=41>. Acesso em: 2 mar. 2008.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M – 2000: anotações sobre o desempenho do Paraná**. Curitiba, IPARDES, 2003.

_____. **Famílias Pobres no Paraná**. Curitiba, 2003. 55p.

_____. Leituras Regionais: **Mesorregiões Geográficas Paranaenses: Sumário Executivo**. Curitiba, 2004.32p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Radar Social 2006**.

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/default.jsp> Acesso em: 20 Mar. 2008.

_____. **Redes Urbanas Regionais: Sul**. Brasília, 200.206p.

Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade. Disponível em: <http://orbis.org.br/indicadores_milenio_2007.php> Acesso em: out. 2007.

JHONSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático de linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LOBO, R.C., **A evolução da pobreza nas regiões metropolitanas (1990-2001)**: um estudo prático sobre as suas formas de mensuração. Curitiba: UFPR, 2005. Dissertação de Mestrado no Programa de Desenvolvimento Economico.

LOK-DESSALIEN, R. **Review of poverty**: concepts and indicators. New York: Poverty Elimination Programme/ UNDP, 1998.

MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <http://serv-sdt1.mda.gov.br/biblioteca_virtual/sit/lista_160_trs_sdt_municipios.xls <<http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&informe=s>>. Acesso em maio 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME — MDS. **Lista de beneficiários do Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 06 jun. 2008.

NARAYAN, D. **Voices of the poor - Can anyone hear us?** Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

Oppenheimer; Jochen. **Crescimento Econômico, desenvolvimento Humano e Pobreza**: Análise da situação em Moçambique: SFRH/BPD/20702/2004.

PASTORE J., ZYLBERSTAJN, H. & PAGOTO, S. Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970-1980. São Paulo: Fipe/Pioneira, 1983. In ROCHA, S. **Pobreza no Brasil - afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

PFEFFERMANN, G.& WEBB,R. **Pobreza e distribuição de renda no Brasil: 1960-1980**. Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Economia. V 37 n° 2 p. 147-75. abril de 1983.

RAMOS, L. **Poverty in Brasil in the 80's**. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão n° 361, dez. 1994.

RAMOS, C.A., & SANTANA R. **Quão pobres são os pobres- Brasil: 1992-2001**. Texto para discussõa n° 275. Universidade de Brasília, jan. 2003.

ROCHA, Sonia. **Governabilidade e Pobreza: O Desafio dos Números**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995 (texto de Discussão n. 368)

_____. **Poverty Studies in Brasil – a review**. Rio de Janeiro. IPEA. Texto para discussão n° 398, jan 1996.

_____. **On statistical mapping of poverty: social reality, concepts and mensurement**. Rio de Janeiro: IPEA. Texto de discussão n.º 553, março de 1998.

_____. **Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil** –.Rio de Janeiro, 2000 do IPEIA (texto de discussão N.º720)

_____. **Pobreza no Brasil, afinal do que se trata?**, Rio de Janeiro, FGV,2003.

_____. Desigualdades Regionais, texto de discussão do IPEA 567, 1998.

ROLIM, Cássio. **Construção de Indicadores de Pobreza: Aplicação do Índice de Pobreza Municipal no Estado de Sergipe**, revista econômica do nordeste, Fortaleza, V 37 n. 4, out-dez 2006.

ROMÃO, M. **Pobreza: conceito e Mensuração**. Caderno de economia. n° 13, fev. 1993.

ROWNTREE, J. **Poverty: a Study of town life**. London: Macmillan, 1901. Disponível em <<http://www.arts.gla.ac.uk/History/ESHrowtree/contents.html>>. Acesso em: mar. 2008.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**, São Paulo, Editora Bester Seler, 10.º edição. 2002.

SEN. Amartya, **Three notes on the concept of poverty**. Working Paper, WEP 2-23/65. Genebra:Internacional Labour Office,1978.

_____. **poverty and famines: na essay on entitlement and Deprivation**, Oxford University Press, Oxford, 1981 (Tradução portuguesa).

_____, **Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações**, Terramar, Lisboa, 1999.

_____ **Decade of Human development**. Journal of Human Development, vol 1, nº 1, 2000.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da Pobreza no Brasil**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 208. Disponível em:
<<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/resenhascausa.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2008

SPICKER,P. **Cross-National Comparisons of Poverty**. University of Dundee , United Kingdo. 1999, publicado em 2000 na Conference on Social Security. Disponível em:
<<http://www.ssw.issa.int/sswge/lpext.dll/Fulltexts/doctextge/meetings/2000/helsinki/english/spicker-%20p%20-%20165?fn=document%20frame.htm&f=templates&2.0>> Acesso em: maio 2008.

TAKAGI,M. GRAZIANO DA SILVA,J. & DEL GROSSI,M. **Pobreza e Fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil**. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, nº 101, jul. 2001.

Territórios da Cidadania. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/15740>

<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>.

Acesso em: 02. nov. 2008.

TOLOSA, H. Pobreza no Brasil: uma avaliação dos anos 80. In: **A questão social no Brasil**, São Paulo: Nobel, 1991.

UNDP. **Human development report 1990**, poverty. New York: Oxford University Press, 1990.

_____. **Human development report 1995**. New York: Oxford University Press, 1995.

_____. **Human development report 1997**. New York : Oxford University Press 1997.

_____. **Human development report 1999**. New York : Oxford University Press 1999.

_____. **Human development report 2003**. New York: Oxford University Press 2003.

WANG, Zhi-Hue, **Freiheit und Sittlichkeit**, Würzburg : Verlag Königshausen & Neumann, 2004

WORLD BANK. World Development Report 1990. Oxford University Press, 1990.

_____ **How have world's poorest fared since the early 1980s?**. World Bank, 2004.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 02 abril de 2008.

_____. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/News2028content64005.shtml>>. Acesso em maio 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO À PESQUISA DE CAMPO 192

APÊNDICE 2 – ICPP PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ 193

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO À PESQUISA DE CAMPO**INFORMAÇÕES SOBRE O QUADRO DE POBREZA MUNICIPAL**

1. Qual o numero de famílias pobres existentes no Município?

2. Qual o número de pessoas pobres no Município?

3. Qual o critério que o município utiliza para saber o número de pobres?
 bolsa família
 IDH
 IPH

4. Quais as causas que ocasionam essa pobreza?

5. Quais as conseqüências da pobreza?

6. Quais as políticas municipais existentes para erradicação dessa pobreza?

APÊNDICE 2 – ICPP PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

Município	AT (Analfabetismo Total (pessoas analfabetas com idade igual ou superior a 18 anos)	AET (Anos de Estudo, considerado % de pessoas com menos de quatro anos de estudo com idade igual ou superior a 18 anos)	Y (Renda)	ICPP Índice Causal de Pobreza do Paraná
Abatiá (PR)	29.85	64.06	148.92	31.530352
Adrianópolis (PR)	39.61	80.57	115.6	51.980969
Agudos do Sul (PR)	18.96	61.58	153.99	26.151049
Almirante Tamandaré (PR)	16.06	44.79	197.65	15.393372
Altamira do Paraná (PR)	38.08	82.68	122.75	49.189409
Altônia (PR)	22.49	55.69	185.52	21.070505
Alto Paraná (PR)	20.89	56.77	198.72	19.540056
Alto Piquiri (PR)	31.72	68.89	221.78	22.682388
Alvorada do Sul (PR)	19.67	50.95	214.32	16.475364
Amaporã (PR)	30.34	60.15	172.02	26.302174
Ampére (PR)	15.85	43.58	234.61	12.665701
Anahy (PR)	22.29	54.09	152.14	25.10188
Andirá (PR)	19.29	52.76	237.67	15.157571
Ângulo (PR)	23.78	57.51	205.51	19.777626
Antonina (PR)	19.95	53.17	196.8	18.577236
Antônio Olinto (PR)	17.72	62.29	127.93	31.271008
Apucarana (PR)	12.3	38.17	288.47	8.7478767
Arapongas (PR)	10.99	35.99	304.07	7.7251949
Arapoti (PR)	16.86	46.21	331	9.5271903
Arapuã (PR)	31.3	75.56	120.7	44.266777
Araruna (PR)	20.87	53.94	188.29	19.865633

Araucária (PR)	7.59	34.45	242.06	8.6837974
Ariranha do Ivaí (PR)	30.1	69.71	140.41	35.54234
Assaí (PR)	20.2	45.6	200.29	16.426182
Assis Chateaubriand (PR)	17.92	46.91	347.6	9.325374
Astorga (PR)	15.52	43.03	268.79	10.891402
Atalaia (PR)	16.97	51.02	231.46	14.687203
Balsa Nova (PR)	10.36	44.32	205.89	13.278935
Bandeirantes (PR)	20.72	48.28	230.81	14.947359
Barbosa Ferraz (PR)	33.54	62.99	158.5	30.451104
Barra do Jacaré (PR)	18.4	51.95	197.74	17.78851
Barracão (PR)	16.46	39.93	235.19	11.98818
Bela Vista da Caroba (PR)	20.52	57.4	136.76	28.487862
Bela Vista do Paraíso (PR)	23.62	56.18	258.67	15.425059
Bituruna (PR)	18.92	48.07	161.79	20.702763
Boa Esperança (PR)	19.19	51.06	181.61	19.340895
Boa Esperança do Iguaçu (PR)	17.94	53.57	186.63	19.158228
Boa Ventura de São Roque (PR)	21.85	68.66	168.22	26.902271
Boa Vista da Aparecida (PR)	29.2	68.31	176.94	27.554538
Bocaiúva do Sul (PR)	23.05	62.51	185.81	23.023519
Bom Jesus do Sul (PR)	24.6	61.69	110.78	38.946561
Bom Sucesso (PR)	27.39	65.1	175.4	26.36545
Bom Sucesso do Sul (PR)	16.61	39.6	200.03	14.050392
Borrazópolis (PR)	21.86	59.43	165.85	24.507085
Braganey (PR)	25.8	59.97	135.37	31.67984
Brasilândia do Sul (PR)	38.23	67.82	160.13	33.11372
Cafeara (PR)	33.33	65.63	171.66	28.82442
Cafelândia (PR)	9.3	31.45	263.55	7.7309808
Cafezal do Sul (PR)	31.6	66.74	182.06	27.00758

Califórnia (PR)	18.42	53.31	209.26	17.138966
Cambará (PR)	15.74	45.73	246.63	12.461988
Cambé (PR)	12.89	37.6	265.45	9.5102656
Cambira (PR)	21.16	50.28	206.02	17.338123
Campina da Lagoa (PR)	26.37	61.05	188.27	23.216657
Campina do Simão (PR)	18.58	57.38	129.93	29.231124
Campina Grande do Sul (PR)	11.97	43.3	212.54	13.002258
Campo Bonito (PR)	34.58	71.37	132.05	40.11738
Campo do Tenente (PR)	22.78	60.34	148.86	27.91885
Campo Largo (PR)	9.08	39.32	267.31	9.0531593
Campo Magro (PR)	13.32	46.76	223.68	13.4299
Campo Mourão (PR)	14.45	38.86	283.08	9.4160661
Cândido de Abreu (PR)	34.53	84.27	108.75	54.62069
Candói (PR)	18.17	65.52	178.83	23.399318
Cantagalo (PR)	25.24	73.81	150.73	32.856764
Capanema (PR)	11.97	36.67	233.22	10.427922
Capitão Leônidas Marques (PR)	16.34	46.26	244.61	12.795879
Carambeí (PR)	11.64	43.78	276.06	10.037673
Carlópolis (PR)	21.19	54.41	204.96	18.442623
Cascavel (PR)	9.96	31.87	347.01	6.0272038
Castro (PR)	17.53	56.23	230.78	15.980588
Catanduvas (PR)	30.05	65.98	181.05	26.520298
Centenário do Sul (PR)	26.62	61.96	174.26	25.416045
Cerro Azul (PR)	39.54	85.71	123.8	50.585622
Céu Azul (PR)	14.09	40.22	256.81	10.573965
Chopininho (PR)	17.29	45.96	223.34	14.160025
Cianorte (PR)	13.75	43.23	312.63	9.113009
Cidade Gaúcha (PR)	19.19	53.91	224.45	16.28425

Clevelândia (PR)	18.2	52.13	194.55	18.075045
Colombo (PR)	10.13	36.97	236.16	9.9720528
Colorado (PR)	16.47	47.98	281.73	11.438256
Congonhinhas (PR)	34.55	72.27	146.37	36.489718
Conselheiro Mairinck (PR)	26.33	64.38	203.58	22.278711
Contenda (PR)	11.38	47.36	207.6	14.147399
Corbélia (PR)	13.27	42.86	240.54	11.667498
Cornélio Procópio (PR)	13.43	34.27	316.35	7.5391181
Coronel Domingos Soares (PR)	20.4	73.85	107.81	43.711159
Coronel Vivida (PR)	17.24	40.83	194.85	14.901206
Corumbataí do Sul (PR)	37.42	71.8	116.09	47.041089
Cruz Machado (PR)	11.63	50.41	141.64	21.900593
Cruzeiro do Iguaçu (PR)	23.31	57.95	165.95	24.483278
Cruzeiro do Oeste (PR)	21.83	57.88	226.67	17.58283
Cruzeiro do Sul (PR)	20.51	52.94	191.48	19.179549
Cruzmaltina (PR)	38.01	76.9	129.97	44.206355
Curitiba (PR)	5	19.3	619.82	1.9602465
Curiúva (PR)	31.7	77.55	133.36	40.960558
Diamante do Norte (PR)	19.32	57.13	202.08	18.915776
Diamante do Sul (PR)	49.46	97.29	125.54	58.447507
Diamante d'Oeste (PR)	33.3	68.96	153.64	33.279094
Dois Vizinhos (PR)	13.12	35.5	263.01	9.2429946
Douradina (PR)	26.89	56.91	228.61	18.328157
Doutor Camargo (PR)	18.98	46.2	233.89	13.933901
Doutor Ulysses (PR)	39.22	94.39	86	77.680233
Enéas Marques (PR)	17.35	48.59	257.21	12.81832
Engenheiro Beltrão (PR)	19.16	47.32	258.82	12.842902
Entre Rios do Oeste (PR)	4.77	22.37	337.95	4.0153869

Esperança Nova (PR)	22.54	57.72	176.08	22.790777
Espigão Alto do Iguaçu (PR)	25.35	66.87	145.52	31.686366
Farol (PR)	30.79	65.25	160.71	29.879908
Faxinal (PR)	25.07	58.88	218.06	19.249289
Fazenda Rio Grande (PR)	10.68	36.95	194.31	12.256189
Fênix (PR)	30.36	59.06	173.32	25.796215
Fernandes Pinheiro (PR)	18.33	70.93	137.4	32.481805
Figueira (PR)	28.75	72.72	176.95	28.671941
Flor da Serra do Sul (PR)	22.75	47.48	155.16	22.631477
Floraí (PR)	16.88	50.05	250.77	13.344898
Floresta (PR)	16.18	44.7	237.04	12.841714
Florestópolis (PR)	25.15	60.49	168.41	25.426044
Flórida (PR)	18.86	50.92	228.55	15.265806
Formosa do Oeste (PR)	17.44	53.7	193.91	18.343561
Foz do Iguaçu (PR)	11.52	35.4	326.19	7.1921273
Foz do Jordão (PR)	25.28	67.49	154.41	30.040153
Francisco Alves (PR)	28.89	63.95	162.19	28.620753
Francisco Beltrão (PR)	11.18	33.32	307.97	7.2247297
General Carneiro (PR)	20.74	56.7	177.49	21.815314
Godoy Moreira (PR)	45.66	82.28	122.49	52.224671
Goioerê (PR)	19.86	54.19	227.61	16.26686
Goioxim (PR)	25.88	82.79	119.78	45.362331
Grandes Rios (PR)	40.93	76.01	135.14	43.266242
Guaira (PR)	17.31	46.2	250.68	12.667544
Guairaçá (PR)	28.73	67.74	169.89	28.391901
Guamiranga (PR)	12.89	56.5	115	30.169565
Guapirama (PR)	20.31	56.72	185.61	20.750498
Guaporema (PR)	22.31	57.83	181.02	22.135676

Guaraci (PR)	24.16	62.06	208.6	20.666347
Guaraniaçu (PR)	22.53	58.49	208.18	19.459122
Guarapuava (PR)	12.5	44.94	292.11	9.8319126
Guaraqueçaba (PR)	34.92	77.04	107.13	52.254271
Guaratuba (PR)	11.4	42.79	274.31	9.8775108
Honório Serpa (PR)	21.97	53.62	125.22	30.182878
Ibaiti (PR)	27.99	61.45	179.52	24.910873
Ibema (PR)	24.41	61.58	160.12	26.851736
Ibiporã (PR)	14.96	39.76	276.23	9.9047895
Icaraíma (PR)	23.91	53.17	199.13	19.354191
Iguaraçu (PR)	18.81	47.81	218.31	15.258119
Iguatu (PR)	31.1	66.78	149.8	32.670227
Imbaú (PR)	35.64	79.98	145.41	39.75655
Imbituva (PR)	9.88	42.91	187.69	14.063083
Inácio Martins (PR)	21.4	66.18	150.42	29.11182
Inajá (PR)	31.4	65.77	170.87	28.433897
Indianópolis (PR)	21.24	54.12	195.62	19.261834
Ipiranga (PR)	12.99	55.1	167.32	20.347239
Iporã (PR)	22.56	56.33	179.93	21.922414
Iracema do Oeste (PR)	38.11	65.97	141.08	36.886873
Irati (PR)	10.17	39.32	213.04	11.61519
Iretama (PR)	35.28	70.8	159.61	33.231001
Itaguajé (PR)	31.38	62.75	204.4	23.02593
Itaipulândia (PR)	13.64	43.13	229.13	12.388164
Itambaracá (PR)	27.93	59.75	165.12	26.550388
Itambé (PR)	17.25	45.2	237.85	13.128022
Itapejara d'Oeste (PR)	14.76	40.05	215.44	12.720479
Itaperuçu (PR)	26.12	64.95	133.47	34.116281

Itaúna do Sul (PR)	33.72	72.65	143.27	37.122217
Ivaí (PR)	18.2	59.92	142.5	27.410526
Ivaiporã (PR)	24.77	58.21	220.47	18.818887
Ivaté (PR)	22	51.47	164.95	22.270385
Ivatuba (PR)	19.01	44.36	258.12	12.275298
Jaboti (PR)	29.56	65.72	173.84	27.40451
Jacarezinho (PR)	17.61	44.94	285.28	10.962914
Jaguapitã (PR)	20.92	53.11	217.27	17.036406
Jaguariaíva (PR)	17.05	49.13	217.77	15.19493
Jandaia do Sul (PR)	17.37	45	283.23	11.010486
Janiópolis (PR)	30.97	66	139.87	34.664331
Japira (PR)	23.26	63.73	180.77	24.060961
Japurá (PR)	17.07	48.63	227.57	14.435119
Jardim Alegre (PR)	30.35	66.35	147.62	32.753014
Jardim Olinda (PR)	32.38	64.47	179.34	27.001784
Jataizinho (PR)	22.41	54.25	187.54	20.438306
Jesuítas (PR)	23.8	57.67	218.14	18.673787
Joaquim Távora (PR)	20.74	54.48	207.39	18.134915
Jundiá do Sul (PR)	34.02	68.78	203.05	25.313962
Juranda (PR)	19.18	56.35	193.71	19.495638
Jussara (PR)	15.75	47.31	212.62	14.829273
Kaloré (PR)	27.04	61.47	164.9	26.837477
Lapa (PR)	10.55	48.37	234.01	12.589206
Laranjal (PR)	44.58	103.58	105.86	69.979218
Laranjeiras do Sul (PR)	20.85	52	219.52	16.593021
Leópolis (PR)	21.96	56.36	195.08	20.073816
Lidianópolis (PR)	29.37	64.49	154.89	30.298922
Lindoeste (PR)	27.85	60.03	138.04	31.831353

Loanda (PR)	18.3	52.24	225.51	15.640105
Lobato (PR)	17.16	46.81	259.36	12.332279
Londrina (PR)	9.76	28.54	439.35	4.3587117
Luiziana (PR)	27.78	65.76	148.15	31.569355
Lunardelli (PR)	35.5	76.72	154.54	36.307752
Lupionópolis (PR)	27.4	63.51	211.47	21.494775
Mallet (PR)	8.39	37.08	201.33	11.292406
Mamborê (PR)	18.73	53.06	178.05	20.160067
Mandaguaçu (PR)	18.27	48.46	237.21	14.065596
Mandaguari (PR)	13.02	38.71	238.95	10.82444
Mandirituba (PR)	15.54	53.97	229.36	15.153035
Manfrinópolis (PR)	28.45	60.14	116.83	37.914063
Mangueirinha (PR)	20.12	56.9	193.01	19.952334
Manoel Ribas (PR)	26.03	60.95	163.16	26.654817
Marechal Cândido Rondon (PR)	6.47	25.83	341.71	4.7262298
Maria Helena (PR)	29.29	59	144.3	30.592516
Marialva (PR)	15.29	44	304.79	9.726369
Marilândia do Sul (PR)	22.58	57.57	191.24	20.955344
Marilena (PR)	25.59	67.69	179.28	26.015172
Mariluz (PR)	39.11	79.51	149.53	39.664281
Maringá (PR)	6.69	24.05	465.37	3.3027484
Mariópolis (PR)	11.96	42.86	243.9	11.238212
Maripá (PR)	7.09	31.85	308.04	6.3206077
Marmeleiro (PR)	16.02	46.66	197.32	15.88283
Marquinho (PR)	28.01	83.65	123.83	45.086005
Marumbi (PR)	22.07	54.37	185.7	20.581583
Matelândia (PR)	13.19	41.03	233.46	11.612268
Matinhos (PR)	9.38	35.58	286.57	7.8445057

Mato Rico (PR)	33.88	91.65	103.89	60.414862
Mauá da Serra (PR)	32.1	70.84	182.73	28.167241
Medianeira (PR)	10.2	36.74	277.5	8.4576577
Mercedes (PR)	10.65	34.62	349.05	6.4847443
Mirador (PR)	35.12	65.67	154.58	32.601242
Miraselva (PR)	22.97	52.2	213.39	17.61329
Missal (PR)	10.27	29.53	237.91	8.3645076
Moreira Sales (PR)	30.24	67.96	174.92	28.069975
Morretes (PR)	13.11	42.88	223.13	12.546498
Munhoz de Melo (PR)	23.11	61.37	213.8	19.756782
Nossa Senhora das Graças (PR)	26.05	59.73	167.19	25.653448
Nova Aliança do Ivaí (PR)	18.36	54.92	184.68	19.839723
Nova América da Colina (PR)	25.6	56.12	172.37	23.704821
Nova Aurora (PR)	17.12	46.35	257.12	12.342486
Nova Cantu (PR)	28.53	72.91	154.02	32.930788
Nova Esperança (PR)	17.27	51.41	253.69	13.536206
Nova Esperança do Sudoeste (PR)	19.21	49.36	187.22	18.31268
Nova Fátima (PR)	27.25	64.99	222.57	20.721571
Nova Laranjeiras (PR)	25.93	75.75	151.39	33.582139
Nova Londrina (PR)	18.1	48.48	262.24	12.694478
Nova Olímpia (PR)	32.48	63.08	189.52	25.21106
Nova Prata do Iguaçu (PR)	22.02	53.06	197.97	18.962469
Nova Santa Bárbara (PR)	30.05	70.38	172.41	29.125341
Nova Santa Rosa (PR)	6.66	32.48	261.16	7.4934906
Nova Tebas (PR)	39.79	77.89	121.52	48.420013
Novo Itacolomi (PR)	31.32	64.73	133.5	35.973783
Ortigueira (PR)	44.82	92.22	116.04	59.048604
Ourizona (PR)	21.19	49.96	206.35	17.240126

Ouro Verde do Oeste (PR)	20.05	51.05	180.74	19.669138
Paiçandu (PR)	16.95	48.23	182.23	17.883993
Palmas (PR)	20.4	55.13	241.75	15.62151
Palmeira (PR)	11.29	45.73	273.62	10.41956
Palmital (PR)	28.69	75.47	145.07	35.89991
Palotina (PR)	10.68	35.7	360.61	6.4307701
Paraíso do Norte (PR)	21.25	55.32	246.8	15.512561
Paranacity (PR)	18.94	56.65	216.96	17.420262
Paranaguá (PR)	9.24	32.24	305.36	6.7919832
Paranapoema (PR)	34.09	63.59	165.6	29.492754
Paranavaí (PR)	13.46	37.19	312.97	8.0918299
Pato Bragado (PR)	8.61	29.76	292.17	6.5663826
Pato Branco (PR)	10.49	29.22	367	5.4100817
Paula Freitas (PR)	11.34	44.71	175.28	15.988704
Paulo Frontin (PR)	7.7	37.21	177.66	12.639311
Peabiru (PR)	21.29	53.97	198.81	18.927619
Perobal (PR)	20.71	55.15	173.07	21.915988
Pérola (PR)	21.16	55.75	228.08	16.860312
Pérola d'Oeste (PR)	15.77	44.76	173.07	17.487144
Piên (PR)	8.11	33.36	214.37	9.6725288
Pinhais (PR)	8.52	30.14	292.98	6.59772
Pinhal de São Bento (PR)	29.88	61.64	124.67	36.704901
Pinhalão (PR)	23.18	61.91	187.35	22.708834
Pinhão (PR)	22.46	67.21	155.14	28.899703
Piraí do Sul (PR)	13.86	45.64	209.63	14.191671
Piraquara (PR)	12.59	40.45	208.89	12.695677
Pitanga (PR)	20.88	60.12	183.35	22.088901
Pitangueiras (PR)	22.73	54.32	190.41	20.232656

Planaltina do Paraná (PR)	26.85	58	182.28	23.274632
Planalto (PR)	14.41	42.69	183.38	15.568764
Ponta Grossa (PR)	8.4	32.34	318.22	6.4012319
Pontal do Paraná (PR)	9.79	32	269.09	7.76506
Porecatu (PR)	18.11	45.09	281.67	11.218802
Porto Amazonas (PR)	10.86	49.26	225.56	13.326831
Porto Barreiro (PR)	17.81	62.18	161.4	24.78005
Porto Rico (PR)	18.43	54.25	186.93	19.440432
Porto Vitória (PR)	10.42	44.47	187.66	14.624853
Prado Ferreira (PR)	24.1	55.19	198.68	19.954198
Pranchita (PR)	17.65	45.42	254.47	12.392423
Presidente Castelo Branco (PR)	21.82	53.19	195.35	19.198874
Primeiro de Maio (PR)	22.25	51.46	205.04	17.974542
Prudentópolis (PR)	12.72	50.76	139.94	22.681149
Quarto Centenário (PR)	27.4	63.55	148.99	30.522183
Quatiguá (PR)	17.39	52.65	226.5	15.461369
Quatro Barras (PR)	10.38	32.92	294.64	7.34795
Quatro Pontes (PR)	3.95	19.88	308.47	3.8626122
Quedas do Iguaçu (PR)	21.92	52.96	208.78	17.932752
Querência do Norte (PR)	32.7	68.36	161.72	31.245362
Quinta do Sol (PR)	31.52	61.73	162.58	28.678189
Quitandinha (PR)	15.92	59.61	164.41	22.970014
Ramilândia (PR)	38.95	77.91	120.8	48.369205
Rancho Alegre (PR)	21.04	56.02	191.31	20.140087
Rancho Alegre d'Oeste (PR)	25.47	67.11	153.62	30.132795
Realeza (PR)	16.18	39.81	241.73	11.581103
Rebouças (PR)	11.59	53.84	137.7	23.75817
Renascença (PR)	16.5	43.93	179.98	16.787976

Reserva (PR)	32.47	76.14	144.96	37.462058
Reserva do Iguaçu (PR)	22.15	61.34	206.12	20.252765
Ribeirão Claro (PR)	17.05	50.21	205.18	16.390486
Ribeirão do Pinhal (PR)	29.51	71.67	191.3	26.445374
Rio Azul (PR)	8.83	43.11	148.01	17.546112
Rio Bom (PR)	29.93	66.18	153.21	31.365446
Rio Bonito do Iguaçu (PR)	27.71	75.52	120.77	42.738263
Rio Branco do Ivaí (PR)	43.99	85.6	109.45	59.200548
Rio Branco do Sul (PR)	23.84	57.05	178.95	22.601285
Rio Negro (PR)	7.38	26.99	268.7	6.3956085
Rolândia (PR)	13.68	39.09	327.92	8.0461698
Roncador (PR)	28.85	69.53	143.17	34.357757
Rondon (PR)	21.01	54.46	218.54	17.266862
Rosário do Ivaí (PR)	37.36	82.23	129.13	46.306048
Sabáudia (PR)	17.29	50.99	209.92	16.263338
Salgado Filho (PR)	20.07	51.3	135.8	26.277614
Salto do Itararé (PR)	31.8	67.59	149.36	33.27196
Salto do Lontra (PR)	23.49	54.16	177.83	21.832649
Santa Amélia (PR)	27.58	63.26	172.17	26.380903
Santa Cecília do Pavão (PR)	33.32	61.76	143.57	33.112767
Santa Cruz de Monte Castelo (PR)	26.42	56.79	189.6	21.943565
Santa Fé (PR)	18.6	50.49	244.23	14.144454
Santa Helena (PR)	13.09	36	256.81	9.5576496
Santa Inês (PR)	24.13	54.45	191.46	20.521258
Santa Isabel do Ivaí (PR)	19.17	47.18	204.66	16.209811
Santa Izabel do Oeste (PR)	25.17	53.53	202.36	19.445543
Santa Lúcia (PR)	25.68	64.13	189.65	23.677828
Santa Maria do Oeste (PR)	29.33	80.68	99.21	55.443

Santa Mariana (PR)	24.81	60.45	202.61	21.040422
Santa Mônica (PR)	35.19	72.01	132.66	40.40404
Santa Tereza do Oeste (PR)	16.57	48.21	174.45	18.566925
Santa Terezinha de Itaipu (PR)	12.31	38.16	265.26	9.5133077
Santana do Itararé (PR)	29.99	63.36	165.45	28.21094
Santo Antônio da Platina (PR)	20.93	55.74	241.66	15.863196
Santo Antônio do Caiuá (PR)	29.02	64.56	159.47	29.340942
Santo Antônio do Paraíso (PR)	26.64	57.3	170.31	24.643298
Santo Antônio do Sudoeste (PR)	19.58	52.81	168.16	21.524144
Santo Inácio (PR)	19.08	54.13	222.46	16.454644
São Carlos do Ivaí (PR)	25.76	62.82	203.26	21.789826
São Jerônimo da Serra (PR)	40.76	79.25	140.67	42.656572
São João (PR)	17.66	43.35	233.78	13.048593
São João do Caiuá (PR)	30.05	67.13	169.82	28.612649
São João do Ivaí (PR)	33.33	66.75	167.91	29.801679
São João do Triunfo (PR)	17.87	61.46	131.44	30.177267
São Jorge do Ivaí (PR)	16.12	41.42	266.21	10.807257
São Jorge do Patrocínio (PR)	25.42	62.41	159.57	27.520837
São Jorge d'Oeste (PR)	16.01	42.76	213.19	13.78348
São José da Boa Vista (PR)	27.31	68.3	148.06	32.287586
São José das Palmeiras (PR)	35.27	64.23	150.67	33.019181
São José dos Pinhais (PR)	8.38	33.16	311.29	6.6722349
São Manuel do Paraná (PR)	17.91	60.26	188.66	20.717163
São Mateus do Sul (PR)	7.41	33.15	252	8.047619
São Miguel do Iguaçu (PR)	16.68	46.73	307.73	10.302863
São Pedro do Iguaçu (PR)	29.07	63.91	152.93	30.399529
São Pedro do Ivaí (PR)	19.24	52.11	215.07	16.587623
São Pedro do Paraná (PR)	24.06	55.72	189.78	21.019075

São Sebastião da Amoreira (PR)	30.82	65.5	172.69	27.888123
São Tomé (PR)	18.94	54.68	194.83	18.893394
Sapopema (PR)	37.44	77.5	126.21	45.535219
Sarandí (PR)	12.98	45.13	187.13	15.526639
Saudade do Iguaçu (PR)	20.68	53.13	253.51	14.557611
Sengés (PR)	22.47	69.66	265.7	17.337222
Serranópolis do Iguaçu (PR)	8.26	31.95	249.12	8.0704078
Sertaneja (PR)	17	46.89	241.1	13.249689
Sertanópolis (PR)	14.59	41.62	319.1	8.8075838
Siqueira Campos (PR)	15.72	50.85	207.82	16.016264
Sulina (PR)	16.38	50.76	206.67	16.243286
Tamarana (PR)	35.2	71.92	159.61	33.556795
Tamboara (PR)	23.84	56.96	212	19.056604
Tapejara (PR)	20.62	57.79	201.06	19.499154
Tapira (PR)	25.9	57.42	176.71	23.575349
Teixeira Soares (PR)	12.39	48.72	181.09	16.872826
Telêmaco Borba (PR)	15.49	43.28	275.6	10.662192
Terra Boa (PR)	21.51	53.78	196.79	19.129529
Terra Rica (PR)	20.18	58.45	217.93	18.040196
Terra Roxa (PR)	21.33	52.73	204.68	18.091655
Tibagi (PR)	29.22	75.43	155.14	33.727601
Tijucas do Sul (PR)	19.41	70.16	170.91	26.20385
Toledo (PR)	10.19	31.42	309.47	6.7227841
Tomazina (PR)	23.46	61.2	180.14	23.49839
Três Barras do Paraná (PR)	24.04	56.96	182.57	22.183272
Tunas do Paraná (PR)	59.95	108.23	136.68	61.523266
Tuneiras do Oeste (PR)	23.68	58	158.6	25.750315
Tupãssi (PR)	16.24	47.53	264.65	12.047988

Turvo (PR)	24.12	68.1	127.35	36.207303
Ubiratã (PR)	21.6	48.37	187.83	18.625885
Umuarama (PR)	13.55	39.26	313.76	8.415668
União da Vitória (PR)	8.88	30.71	285.77	6.9268993
Uniflor (PR)	28.46	64.3	183.9	25.220228
Uraí (PR)	21.15	49.95	217.99	16.308088
Ventania (PR)	31.23	70.25	164.72	30.803788
Vera Cruz do Oeste (PR)	25.89	62.3	194.49	22.672117
Verê (PR)	20.35	47.56	218.84	15.515902
Vila Alta (PR)	29.07	67.57	156.99	30.779031
Virmond (PR)	12.53	46.79	184.54	16.072396
Vitorino (PR)	20.17	47.49	232.94	14.523053
Wenceslau Braz (PR)	21.5	52.74	222.53	16.680897
Xambê (PR)	26.79	60.07	178.03	24.394765
	21.713885	55.287719	202.027368	21.903429

